



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**REFORMAS CURRICULARES NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS  
AVIADORES NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA ENTRE 1974 E 2014**

**PAULINA MONTEJANO ZIBORDI**

São Carlos  
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**REFORMAS CURRICULARES NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS  
AVIADORES NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA ENTRE 1974 E 2014**

**PAULINA MONTEJANO ZIBORDI**

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação do Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior.

São Carlos  
2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

Z64rc

Zibordi, Paulina Montejano.

Reformas curriculares no curso de formação de oficiais aviadores na Academia da Força Aérea entre 1974 e 2014 / Paulina Montejano Zibordi. -- São Carlos : UFSCar, 2015. 338 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Educação - história. 2. Formação de oficiais. 3. Ensino superior. 4. Educação militar. 5. Reforma do ensino. 6. Currículos. I. Título.

CDD: 370.9 (20<sup>a</sup>)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Paulina Montejano Zibordi, realizada em 27/02/2015:

---

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior  
UFSCar

---

Profa. Dra. Marisa Bittar  
UFSCar

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi  
UFSCar

---

Profa. Dra. Tania Regina Pires de Godoy  
AFA

---

Profa. Dra. Teresa Maria Grubisich  
AFA

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese aos meus queridos pais José Montejano (in memória) e Maria Aparecida Montejano, que com suas sabedorias, ajudaram-me a construir o alicerce básico para as minhas conquistas.*

*Ao meu amado marido Humberto e aos meus filhos Gabriela e Lucas, pelo amor, companheirismo, parceria, compreensão e incentivo em todos os momentos. Esta tese também é de vocês.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus que esteve comigo em cada momento difícil deste percurso, dando-me força, saúde, equilíbrio, para completar minha jornada;

A Beto, Gabi e Lucas e a cada membro de minha família que compreenderam meu afastamento em muitos momentos durante a realização deste trabalho;

A meu orientador, Dr. Amarílio Ferreira Jr., pela confiança, pelo respeito, paciência com minhas limitações; pela atenção e pela orientação sempre tão segura, oportuna e crítica, que me proporcionou a oportunidade de refletir sobre o verdadeiro significado deste trabalho, não apenas para obtenção de mais um título mas também para a conquista de um objetivo maior: a contribuição que esse estudo possa porventura trazer para o mundo acadêmico;

Aos professores, membros da banca examinadora: Dra. Tania Regina Pires de Godoy, e Dra. Teresa Maria Grubisich, Dr<sup>a</sup>. Marisa Bittar e ao Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi, pela disponibilidade, pelas críticas, ideias e sugestões; Chefia da Academia da Força Aérea pela disponibilização de documentos relativos ao sistema de ensino militar, a Comissão Permanente do Magistério da Aeronáutica (COPEMA) por ceder o tempo de estudo necessário para a realização deste trabalho. Assim, como agradeço especialmente aos egressos formados em 2009 que já haviam contribuído anteriormente com esta pesquisa e que hoje como Tenentes disponibilizaram um pouco de seu tempo para expor suas experiências.

E, em especial, aos meus companheiros de todas as lutas: minha irmã Margarida, meu cunhado José Eymar e minha amiga Valéria que compartilharam comigo as angústias e alegrias decorrentes da realização deste trabalho.

## ***EPÍGRAFE***

*“A vitória está reservada àqueles que antecipam os novos desenvolvimentos na natureza da guerra e não àqueles que se adaptam a estes desenvolvimentos depois que ocorrem. [...] Aquele que não estiver preparado para travar o novo tipo de guerra não terá tempo para preparar-se, nem de reagir. Aquele que for o primeiro a preparar-se, arrastará rapidamente a vitória com o mínimo de meios e sacrifícios”. (DOUHET, 1921, p.55)*

*“Os órgãos de aviação militar devem, pois, manter-se afastado de todas aquelas atividades híbridas que atualmente embarçam sua ação e desviam-nos de sua função essencial. Tais órgãos têm metas muito definidas a alcançar, as quais são sempre de crescente importância para a nação; logo, eles não devem ser distraídos por outras atividades”. (DOUHET, 1921, p.122)*

## **RESUMO**

Este estudo se insere na linha de pesquisa “História, Filosofia e Sociologia da Educação e tem como objeto de estudo a formação dos Oficiais Aviadores na Academia da Força Aérea brasileira. Em seu desenvolvimento, este estudo, objetivou alcançar uma compreensão acerca das mudanças curriculares do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), na Academia da Força Aérea, levando em consideração o processo histórico dessas mudanças e a necessidade das mesmas para a Força Aérea Brasileira (FAB). entre o período da efetiva transferência da Academia para Pirassununga, interior de São Paulo, em 1974 até o ano de 2014. Com base nas indicações da bibliografia consultada de que as diversas modificações no ensino da AFA tenham ocorrido sem prévio estudo e sem um íntimo refinamento com a doutrina e estratégia militar foi possível formular a hipótese de que a realidade política e econômica do Brasil juntamente com a crise de identidade militar estabelecida no período pós-guerra fria influenciou o direcionamento da formação do oficial aviador da AFA para uma formação burocrata comprometendo a definição do perfil profissional de líder guerreiro desses oficiais. Assim, procuramos examinar junto às propostas de reformas curriculares do Curso de Formação de Oficiais Aviadores, como tais mudanças foram conduzidas para se compatibilizar aos novos padrões da formação do Aviador e com as funções administrativas, a ele pertinentes. Nesse sentido, valemo-nos de fontes primárias localizadas no Centro de Documentação da Aeronáutica – CENDOC, nos arquivos da Academia da Força Aérea e na legislação. Ainda sobre a adequação dos currículos da AFA para o dia-a-dia do trabalho do oficial aviador buscamos conhecer por meio de entrevistas a opinião de egressos da AFA, sendo eles, Tenentes Aviadores formados no ano de 2009.

### **Palavras Chaves**

- Formação do Oficial Aviador da Força Aérea Brasileira - Ensino Superior Militar – Reformas Curriculares.

## **ABSTRACT**

This study falls into the “history, philosophy and education sociology” research line and its aim is to analyze the graduation of aviator officers at the Brazilian Air Force Academy. Our goal has been to reach an understanding of changes in the course curriculum, considering historical factors as well as the need for such changes. Our research starts in 1974, when the Air Force Academy was transferred to the country town of Pirassununga, up to the present time. Our bibliographical research suggests that the several curriculum modifications were not based on previous study and were not closely related to the doctrine and military strategy either. We have concluded that Brazil's political and economical situation, combined with a post-cold-war military identity crisis, turned military education into a bureaucratic activity and that has considerably compromised the profile of Brazil's war leaders. So we have analyzed the proposals for curriculum changes in the Aviator Officers Course in order to find how such changes were carried out and, most importantly, to find if they are compatible with the new standards of aviator's graduation and the new managerial tasks required. For that research our primary sources have been the Aeronautical Documentaion Center, the Air Force Academy archives and the legislation. We have also interviewed lieutenants who graduated in 2009 in order to hear their opininions on the adequacy of the new curriculum to the daily routine of an aviator.

### **Key words**

Brazilain Air Force Aviator Officer Graduation; Military High Education; Curriculum Modifications

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura Do Ensino Da Aeronáutica.....	65
Figura 2: Foto Panorâmica da Divisão de Ensino .....	68
Figura 3: Organograma Da Academia Da Força Aérea .....	69
Figura 4: Sala deAula da AFA .....	73
Figura 5: Ambientes de Estudo - Biblioteca/Simulador de Vôo .....	74
Figura 6: Simbologias .....	74
Figura 7: Instrução De Voo No Esquadrão de Instrução Aérea (EIA).....	86
Figura 8: Atividade de Campanha.....	88
Figura 9: Estado-Maior da Cadeia de Liderança do Corpo de Cadetes da Aeronáutica .....	91
Figura 10: Gráfico Comparativo – Currículo da AFA – 1974 e 1983 - Aviação .....	101
Figura 11: Gráfico Comparativo – Currículo da AFA – 1987 e 2002 –Aviação .....	106
Figura 12: Gráfico Comparativo – Currículos da AFA -2002 e 2004 – Aviação .....	114
Figura 13: Gráfico da Variação da Carga Horária do Campo Geral 2004 a 2014 – CFOAv .....	115
Figura 14: Gráfico do Campo Militar - Ciências da Saúde - 2004 a 2014 - CFOAv .....	117
Figura 15: Gráfico da Escolaridade dos Pais dos Cadetes Aviadores .....	122
Figura 16: Gráfico sobre a importância do Trabalho para o Cadete da AFA.....	124
Figura 17: Gráfico dos Cursos Realizados pelos Cadetes antes da AFA .....	125
Figura 18: Gráfico sobre as Áreas de Maior Dificuldade .....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Hierárquica da Aeronáutica.....	67
Tabela 2: Número de Cadetes Ativos na AFA.....	71
Tabela 3: Currículo do CFOAv – Evolução do Currículo de 1974 a 1987 .....	99
Tabela 4: Adaptações dos Currículos entre 1978 a 1983 .....	102
Tabela 5: Adaptações dos Currículos entre 1988 a 2002 .....	106
Tabela 6: Evolução da Estrutura Curricular da AFA de 2004 a 2014.....	116
Tabela 7: Atuação Profissional dos Pais dos Cadetes .....	123
Tabela 8: Renda Familiar dos Cadetes da AFA .....	124
Tabela 9: Hábito de Leitura dos Cadetes.....	126
Tabela 10: Avaliação dos Cadetes sobre o Ensino na AFA .....	126
Tabela 11: Avaliação da AFA pelos Cadetes .....	128
Tabela 12: Assuntos que Interessam aos Cadetes da AFA .....	129
Tabela 13: Questões que Interessam aos Cadetes da AFA .....	130
Tabela 14: Contribuição do Ensino na AFA para a Vida Pessoal do Cadete.....	131
Tabela 15: Influências na Escolha pela Carreira .....	131

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura da Divisão de Ensino .....	70
Quadro 2: Habilitações Conferidas aos Concluintes da AFA .....	89
Quadro 3: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira.....	137
Quadro 4: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira.....	138
Quadro 5: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira.....	139
Quadro 6: Perfil Profissional Dos Oficiais Da Força Aérea Brasileira .....	143

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFA	-	Academia da Força Aérea
AI	-	Ato Institucional
AIB	-	Ação Integralista Brasileira
ANL	-	Aliança Nacional Integradora
CAP	-	Curso de Aperfeiçoamento
CCAER	-	Corpo de Cadetes da Aeronáutica
CEMCFA	-	Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas
CENDOC	-	Centro de Documentação da Aeronáutica
CFOAV	-	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINF	-	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CFOINT	-	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CIAAR	-	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CFOE	-	Curso de Formação de Oficiais Especialistas
CFS	-	Curso de Formação de Sargentos
CIAER	-	Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica
CCEM	-	Curso de Comando e Estado Maior
CM	-	Currículos Mínimos
COMAER	-	Comando da Aeronáutica
COMGEP	-	Comando Geral de Pessoal
COPEMA	-	Comissão Permanente do Magistério da Aeronáutica
CPEA	-	Curso de Política e Estratégia da Aeronáutica
CPI	-	Comissão Parlamentar de Inquérito
C2	-	Comando e Controle
C3I	-	Comando, Controle, Comunicação e Inteligência
DA	-	Divisão Administrativa
DE	-	Divisão de Ensino
DCA	-	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DMA	-	Diretriz do Ministério da Aeronáutica
DEPENS	-	Departamento de Ensino
DSN	-	Doutrina de Segurança Nacional
EAD	-	Estágio de Atualização Doutrinária
EAGS	-	Estágio de Adaptação a Graduação de Sargentos
EAOAR	-	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
EAOT	-	Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários
EAPEA	-	Estágio de Atualização à Política e Estratégia de Aeronáutica
ECEMAR	-	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
EEAER	-	Escola de Especialista da Aeronáutica
EIA	-	Esquadrão de Instrução Aérea
EIAC	-	Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães
EIBM	-	Estágio de Instrução Básica Militar
EMAER	-	Estado-Maior da Aeronáutica
EPCAR	-	Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica

ESG	-	Escola Superior de Guerra
FAAER	-	Faculdade de Administração da Aeronáutica
FAB	-	Força Aérea Brasileira
ICA	-	Instruções do Comando da Aeronáutica
ITA	-	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
INCAER	-	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MCA	-	Manual do Comando da Aeronáutica
MMA	-	Manual do Ministério da Aeronáutica
NPA	-	Norma Padrão de Ação
OM	-	Organizações Militares
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAVL	-	Plano de Avaliação
PDE	-	Padrão de Desempenho de Especialidade
PLAMENS	-	Plano de Missão de Ensino
PLAMTAX	-	Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PMM	-	Pós Modernismo Militar
PND	-	Política Nacional de Defesa
PPOA	-	Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica
PTM	-	Programa de Treinamento Militar
PTL	-	Programa de Treinamento de Liderança
PUD	-	Plano de Unidade Didática
QFOAV	-	Quadro de Formação de Oficiais Aviadores
QFOINF	-	Quadro de Formação de Oficiais de Infantaria
QFOINT	-	Quadro de Formação de Oficiais Intendentes
QSS	-	Quadro de Sub-Oficiais ou de Sargentos
RAF	-	Royal Air Force
RAM	-	Revolução em Assuntos Militares
RICA	-	Regimento Interno do Comando da Aeronáutica
SAV	-	Sessão de Avaliação
SCAER	-	Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica
SIGADAER	-	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica
SILOMS	-	Sistema Integrado de Logística de Materiais e Serviços
SNE	-	Sistema Nacional de Ensino
T	-	Tucano
UDN	-	União Democrática Nacional
UNIFA	-	Universidade da Força Aérea
URV	-	Unidade Real de Valor
VA	-	Verificação de Aprendizagem

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - FORÇA AÉREA BRASILEIRA: DOS PRIMÓRDIOS DA AVIAÇÃO AO CONTEXTO PÓS-GUERRA FRIA .....	24
1.1 Breve Histórico do Ciclo Pioneiro da Aviação Militar.....	25
1.2 A Evolução da Aviação Militar Brasileira .....	27
1.3 A Criação da Escola e o Desenvolvimento da Aeronáutica até 1990 .....	35
1.4 As Mudanças na Estratégia Militar após 1991 .....	43
1.5 A Evolução dos Assuntos de Defesa no Brasil e os Rumos do Ensino Superior Militar .....	55
CAPÍTULO 2 - A ATUAL POLÍTICA DE FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS DA AFA.....	61
2.1 Breve Histórico da Academia da Força Aérea .....	61
2.2 A Missão e a Estrutura Hierárquica Educacional da Força Aérea Brasileira.....	63
2.3 A Estrutura do Ensino na Academia da Força Aérea – O Ninho das Águias.....	68
2.4 Os Ciclos do Planejamento de Ensino da Academia da Força Aérea .....	75
2.5 O Curso de Formação de Oficiais na AFA.....	82
2.6 A Rotina na Academia da Força Aérea .....	93
CAPÍTULO 3 - AS REFORMAS CURRICULARES DA AFA E A FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS (1974-2014).....	97
3.1 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira – 1974 a 1987 .....	97
3.2 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira – 1988 a 2002 .....	102
3.3 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira a partir de 2004.....	108
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS DA AFA NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS.....	118
4.1 O Perfil Socioeconômico e Cultural dos Formandos da AFA em 2009.....	121
4.2 Resultados da Avaliação de Desempenho Pós-Curso da AFA versus Resultados Obtidos com as Entrevistas aos Egressos.....	133
CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	154
Anexo A: Questionário Aplicado aos Cadetes em 2009 .....	161
Anexo B: Roteiro da Entrevista aos Egressos do Quadro de Aviação -2014.....	168
Anexo C: Quadro Resumo – Atribuições dos Oficiais Subalternos.....	170
Anexo D: Quadro Resumo – Conhecimentos Necessários aos Oficiais Subalternos.....	171
Anexo F: Currículos: Cursos de Formação de Oficiais Aviadores AFA -1974 a 2014 .....	174
Anexo G: Publicações .....	199

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi um desafio de estudar as reformas curriculares ocorridas entre 1974 e 2014 no Curso de Formação dos Oficiais Aviadores na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), em Pirassununga interior de São Paulo.

O interesse por este tema surgiu em decorrência de meu ingresso como docente na Academia da Força Aérea (AFA), contexto onde atuo desde 2005, quando assumi a docência ministrando aulas na Área das Ciências Administrativas, nos Cursos de Formação de Oficiais – CFOs para aviadores, intendentes e infantaria.

Tratava-se de um momento de grande efervescência, especificamente com a reestruturação que ocorria no ensino na Academia pela implantação do curso de Administração em (2004), concomitante, à formação militar.

No âmbito daquele contexto, “público e castrense”, além de observar que as atividades propostas diferiam muito de tudo que já havia vivenciado anteriormente no setor privado, em empresas e instituições particulares de ensino, percebia nas inúmeras reuniões entre: - direção, coordenação e corpo docente, uma expectativa latente de se resolver problemas relacionados à formação discente naquele ambiente, cujos discursos deixavam transparecer a idéia de que, diante das diversas alterações curriculares ocorridas na AFA, não havia uma definição estabelecida sobre o perfil profissional dos alunos que ali se desejava formar e de que a Nação necessitava.

Isso me instigou a aumentar o conhecimento sobre aquele ambiente escolar e militar, regido por normas, estatutos (carreira, direitos e restrições, etc.), manuais de procedimentos doutrinários, simbologias, rituais, hierarquia.

Aliada à prática docente do dia-a-dia, recorri, ainda, a documentos oficiais e à literatura existente nesta temática sobre a suposta problemática em relação à formação militar na AFA. O contato in loco com os discentes<sup>1</sup> e as leituras preliminares fizeram-se determinantes para que surgisse um projeto de pesquisa destinado a estudar a formação dos aviadores na Academia da Força Aérea.

---

<sup>1</sup> Os discentes dos estabelecimentos militares de ensino, de acordo com a hierarquia militar das Forças Armadas (FAs), são denominados “Cadetes”.

Aliado ao fato do importante papel das Forças Armadas Brasileiras, constituídas pela Aeronáutica, Marinha e Exército que têm como missão a defesa do País, prestes a atuar em situações que apresentem ameaças à sua soberania, à sua integridade social, aos interesses nacionais e ao seu patrimônio. Atrelo a relevância desse estudo a oportunidade de discutir sobre um melhor aproveitamento de toda a capacidade dos recursos humanos aqui abordados, que nesse caso são os cadetes<sup>2</sup> aviadores da AFA, tendo em vista a importância desse militar para a Força Aérea Brasileira.

Por entender tratar-se de um assunto de interesse nacional, levando-se em conta que, apesar de vivermos um longo período de paz, longe de conflitos armados, mudanças repentinas de ordem política e econômica podem alterar o ambiente de segurança do país e, ainda pela grande biodiversidade do Brasil, pelas enormes reservas de recursos naturais, e pela imensa região litorânea possa a vir a sofrer pressões externas de todas as ordens, a intenção é contribuir tanto com o meio acadêmico como com a sociedade, através de uma abordagem que possa trazer possibilidades de melhor compreender, efetivamente, a heterogeneidade da Instituição Militar e de seu papel social explicitando as particularidades da formação profissional dos militares na atualidade.

Desta forma, buscou-se no desenvolvimento da pesquisa apoiar-se, nos fatos históricos que elucidem sobre as modificações que ocorreram no ensino militar desta Instituição e seus efeitos na formação militar dos oficiais na Academia, a partir das diversas reformulações ocorridas na estrutura do ensino na AFA, desde sua transferência para Pirassununga – SP em 1974 até 2014.

Um dos pontos que justifica a realização deste trabalho é a lacuna que existe sobre essa temática na área da Educação Brasileira que conta com um reduzido número de estudos que abordam a formação dos militares. Na Academia da Força Aérea, a pequena produção existente é composta por profissionais vinculados à própria instituição: Docentes

---

<sup>2</sup>O termo “cadete” foi introduzido pela primeira vez em Portugal no ano de 1757 durante o período do Império. Na época, ainda não havia uma Academia Militar, e o título de cadete era exclusivo de jovens nobres que estivessem recebendo educação militar nos corpos de tropa antes de ascenderem ao oficialato. Trazido para o Brasil, esse sistema foi modificado, admitindo-se o título de “cadete” para pessoas de condição social não-nobre – como oficiais superiores do Exército e da Guarda Nacional -, e ampliando-se dessa forma a base de recrutamento de oficiais.

Atualmente, cadete é o jovem brasileiro nato que ingressa em uma escola de nível superior das Forças Armadas com o intuito de se tornar oficial. Cadete da Aeronáutica é o que vai para a Força Aérea depois de preencher as condições legais de idade, escolaridade, aptidão física, exame médico e psicotécnico.

civis concursados ou Oficiais temporários e ultimamente em algumas monografias elaboradas pelos cadetes.

O caminho pela abordagem historiográfica pode fornecer os elementos essenciais para uma análise das modificações que marcaram a história das Forças Armadas no país, como as estratégias, as políticas e diretrizes curriculares vigentes do ensino militar na AFA, da mesma forma, contribuiu para um melhor entendimento sobre o papel que os militares exerceram ao longo da história política brasileira. Principalmente, as idéias de Nelson Werneck Sodré (2010), e Frank D. Maccann (2009), até os “anos de chumbo”, concederam os subsídios para um melhor entendimento sobre o papel que os militares exerceram ao longo da história política brasileira e para uma compreensão acerca do pensamento militar que em sua evolução conduziu o surgimento das primeiras escolas de aviação no país e a criação da Força Aérea Brasileira em 1941.

O exame realizado para a descrição da evolução da aviação militar brasileira incluiu principalmente as obras do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER intitulada *História Geral da Aeronáutica Brasileira* em seus volumes I, II e III, e outros autores como Lavenère Wanderley, 1975, em sua obra “História da Força Aérea Brasileira”, e Murilo Santos na obra “Evolução do Poder Aéreo”.

Para estudar a realidade o período antecessor e pós Guerra Fria, além do clássico de Erick Hobsbawm a *Era dos Extremos*, 1995, voltando-se as questões internas de defesa nacional foi realizado um exame sobre a Política de Defesa Nacional elaborada em 1996, mais especificamente, no texto de Marcos Henrique C. Cortês *A Defesa Nacional Diante do Pós-Modernismo Militar*, 2001 e na obra de Mário Cesar Flores *Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional*, 2002, assim como foram consultados outros autores que abordam mais recentemente o contexto nacional como os artigos de Andréa Benetti Carvalho de Oliveira intitulado *América do Sul na Política de Defesa Nacional*, 2013 e Guilherme Z. de Oliveira, Pedro Vinícius Pereira Brites e Athos Munhoz em *O Papel do Ministério da Defesa na Política Externa Brasileira para a América do Sul*, publicado em 2014

Dentre os trabalhos encontrados, especificamente, no âmbito da AFA, podem ser citados a dissertação de mestrado de Olacyr Luiz Gualazzi<sup>3</sup> apresentada em 1985 à Universidade Metodista de Piracicaba, intitulada “O Oficial Subalterno da Força Aérea Brasileira”. Numa abordagem sobre questões relacionadas à formação inicial dos oficiais da FAB na AFA, o estudo de Gualazzi (1985) descreve um perfil do Oficial Subalterno da FAB fazendo uma exploração do ambiente institucional e social em que o militar se insere.

Apesar de ser desenvolvido, ainda, na década de 80, o trabalho de Gualazzi mantém um discurso atual que sempre vem sendo retomado nos estudos mais recentes voltados a formação militar. Ao abordar questões relacionadas ao currículo, ele defende que qualquer proposta curricular exige um conhecimento prévio dos resultados esperados, resultados estes obtidos das exigências funcionais da carreira e das necessidades da Força Aérea Brasileira. E ressalta que “várias afirmações do mesmo teor nos permitem supor não haver sido feito, em qualquer época, um levantamento ou estudo profissiográfico, para saber se os fins educacionais formulados estavam de acordo com as expectativas e necessidades da Força”. (GUALAZZI, 1985, p.08).

Outra pesquisadora que aborda a temática é Tânia Regina Pires de Godoy Torres de Oliveira<sup>4</sup>. A autora evidencia que as sucessivas mudanças curriculares e a diminuição de disciplinas específicas ao preparo militar comprometem a formação do futuro oficial e, assim, o cumprimento da missão da Instituição, tanto quanto o preparo para a guerra como para a defesa de nossa soberania. Em dois momentos, Oliveira descreve a realidade da Academia da Força Aérea, abordando, em sua dissertação de mestrado, apresentada na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR em 2001, intitulada “Ensino de História Militar: Uma Análise Centrada na Formação dos Oficiais da Força Aérea” enfoca o ensino de história para os cadetes desta instituição militar e, posteriormente, em sua tese de doutorado, intitulada “O Estudo da Guerra e a Formação da Liderança Militar Brasileira (1996-2004)”, apresentada na mesma Instituição em 2004, estende suas análises a formação do “Líder Guerreiro”<sup>5</sup> à Academia das Agulhas Negras-AMAN, à Escola Naval e à AFA.

---

<sup>3</sup> O pesquisador atuava como docente do quadro de professores civis na AFA.

<sup>4</sup> A autora compõe o quadro de professores civis da AFA e ministra a disciplina de História Militar.

<sup>5</sup> Estudar a formação do “Líder Guerreiro” envolve aspectos relacionados a preparação do profissional militar para a arte da guerra, assim como a função de uma força militar e os deveres de um oficial das Forças Armadas que incluem “(1) organizar, equipar e treinar essa força; (2) planejar suas atividades; e (3) dirigir as operações dentro e fora do combate.” (Mais detalhes sobre a profissão militar podem ser encontrados na obra de HUNTINGTON, 1996, p. 25 a 36)

A pesquisa de doutorado de Emília Emi Takahashi<sup>6</sup> intitulada “Homens e Mulheres em Campo: um estudo sobre a formação da identidade militar, apresentada em 2002 à Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP teve como ponto de partida a admissão de mulheres como cadetes no Curso de Formação de Oficiais Intendentes. Trata-se de um estudo sobre a construção da identidade militar de cadetes homens e mulheres na Academia<sup>7</sup>. A autora parte de uma análise sociológica da instituição militar e os princípios de conduta nessas instituições. Apresenta a Academia da Força Aérea e as atividades cotidianas realizadas pelos cadetes, além de relatar a problemática da inserção das mulheres no meio militar e as mudanças ocorridas devido a esta inserção.

Os estudos de Mauricéia Aparecida de Oliveira Demo (2006)<sup>8</sup> em sua dissertação de mestrado intitulada “A Formação de Oficiais e as Políticas Educacionais da Academia da Força Aérea” apresentada em 2006 à UFSCAR, tem como objeto de estudo a formação dos oficiais na AFA com enfoque nas implicações das mudanças curriculares dos Cursos de Formação de Oficiais. A pesquisadora descreve, num contexto histórico, os motivos e conseqüências de tais alterações na formação do oficial na AFA. Traz um relato das dificuldades enfrentadas para alocar o elevadíssimo número de tempos de aulas, nas grades curriculares, que a implantação do Curso de Administração trouxe consigo instigando a refletir sobre o que esta sociedade espera de seus militares, sobre qual deve ser o perfil do militar em nossa sociedade, e como deve ocorrer a formação dos oficiais da FAB para que estes possam desenvolver seu principal papel.

Já, Cristiane Aparecida Baquim<sup>9</sup> em sua tese de doutorado intitulada “O Sonho Feminino de Ícaro: A Educação das Pioneiras da Aviação Militar na Academia da Força Aérea”, apresentada à UFSCAR em 2008, analisa o processo educativo de formação dos aviadores militares na Academia da Força Aérea (AFA) buscando articular a este, as questões que emergiram da pioneira participação feminina em um curso de formação de oficiais, para constituírem o principal quadro da Força Aérea Brasileira (FAB), a aviação. A autora apresenta a Academia para explicar o contexto em que as primeiras aviadoras estavam se

---

<sup>6</sup> A autora é professora de Psicologia Social na AFA.

<sup>7</sup> A Academia da Força Aérea é a primeira instituição militar de formação de oficiais no Brasil a receber mulheres em um dos seus cursos.

<sup>8</sup> A pesquisadora em 2006 atuava como pedagoga do quadro de Oficiais Temporários na Divisão de Ensino (DE) da AFA.

<sup>9</sup> A pesquisadora atuava em 2008 na Divisão de Ensino (DE) da AFA como pedagoga no quadro de Oficiais Temporários na Divisão de Ensino (DE) da AFA.

inserindo, além de buscar identificar a percepção das próprias cadetes por meio de entrevistas que foram realizadas acerca das experiências que estavam sendo vividas.

Além da pesquisa bibliográfica, outra fonte utilizada nessa investigação foi a base legal ou, documental, considerando tratar-se de um universo distinto que, é definido, regulado e regido por leis (escalonadas desde a Constituição aos Regulamentos), a qual, subsidiou entender de melhor forma, o seu funcionamento e as políticas de ensino na instituição. O uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências, pois os mesmos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. (PARRA, 1998). Esse exame incluiu os currículos e os documentos que norteiam o ensino da AFA, A Política de Defesa Nacional (PDN), o Livro Branco de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

Levando em consideração e tomando também como motivação os trabalhos desenvolvidos no âmbito da AFA, anteriormente comentados, os quais trazem diversas contribuições para a discussão de algumas das principais questões educacionais da atualidade: políticas educacionais, ensino e aprendizagem, formação e desenvolvimento profissional do oficial para os novos tempos, dentre outras é que formulamos a questão central da presente pesquisa: *Dos acontecimentos que influenciaram as políticas de formação militar após o fim da Guerra Fria, quais foram as consequências trazidas nas diretrizes curriculares da AFA?*

Outro resultado emergente da bibliografia examinada foi o desfecho do contexto pós-guerra fria que ao se definir modificou a concepção sobre segurança e defesa nacional e, conseqüentemente, pela nova ordem internacional alterou o papel das Forças Armadas Brasileiras gerando a chamada “crise de identidade militar”, a qual prosseguiu até 2008 quando o Ministério da Defesa passou a agir de forma mais atuante no cenário político brasileiro, principalmente, na execução da política externa brasileira, já no segundo mandato do presidente Lula.

A partir desses resultados, passamos a considerar a hipótese de que, ainda que tenha sido redefinido o papel das Forças Armadas na agenda política do país a partir de 2008, a atual realidade da AFA reflete a crise de identidade militar surgida na realidade política e econômica brasileira dos anos anteriores, pós Guerra Fria. No entanto, tal suposição só poderia ser sustentada, ou refutada a partir de um estudo mais sistemático acerca da política

de formação dos oficiais subalternos na AFA dentro desse processo histórico que fez emergir mais duas questões: 1- *Quais foram os encaminhamentos da política formação dos aviadores nos últimos anos que tenderam a oferecer os conhecimentos necessários ao perfil profissional do aviador para os novos tempos?* 2- *Como os egressos da AFA avaliam a formação recebida na Academia?*

Esses questionamentos orientaram-nos na definição de nossos objetivos específicos de pesquisa, que se relacionam a: 1) estudar os fatos históricos que marcaram as mudanças na estratégia militar das Forças Armadas Brasileiras, 2) analisar as reformas curriculares do Curso de Formação do Oficial Aviador na Academia da Força Aérea Brasileira entre 1974 a 2014 e a atual política de formação militar da AFA e, 3) investigar a formação militar na AFA na perspectiva dos oficiais subalternos formados em 2009.

Tendo por base tais objetivos a pesquisa foi desenvolvida em quatro capítulos da seguinte forma:

No primeiro capítulo intitulado *Força Aérea Brasileira: dos primórdios da aviação ao contexto pós Guerra Fria* buscamos analisar na história das organizações que deram origem a Força Aérea Brasileira em 1941 criaram condições para fundar a Escola de Aeronáutica, atual Academia da Força Aérea. Assim o estudo retrocede ao ciclo pioneiro da conquista do ar dedicando-se a examinar de forma panorâmica a evolução do pensamento do emprego militar da aviação, desde seu aparecimento por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Sobretudo, como o avanço científico e tecnológico transformou o cenário de guerra trazendo mudanças na doutrina de emprego das Forças Armadas das nações e ao campo militar. educacional castrense ao longo dos tempos.

Com essa prática, a intenção foi a de nos suprir de suportes teóricos para acompanhar na evolução histórica tais influências no desenvolvimento do pensamento militar brasileiro, juntamente, com as exigências de cada contexto histórico e, entender como o ensino militar foi se moldando paulatinamente nos quartéis. Assim, procuramos ainda, neste capítulo descrever no cenário da Guerra Fria a concepção da Doutrina de Segurança Nacional que predominou durante todo o regime autoritário no Brasil; as mudanças conjunturais, de uma forma geral, trazidas com a hegemonia norte-americana e o rumo de nossas Forças Armadas; as transformações tecnológicas que alteraram não apenas o cenário de guerra, mas a arte da guerra; o progresso nos assuntos militares no Brasil pós Guerra Fria como, elaboração

da Política Nacional de Defesa, a criação de um único Ministério destinado a Defesa Nacional e a formulação Estratégia de Defesa Nacional.

O segundo capítulo intitulado de *A atual política de formação militar dos oficiais subalternos da AFA*, foi dedicado para analisar, por meio da atual política de ensino da Aeronáutica, o funcionamento interno da AFA e a sua organização: - seus diferentes departamentos e divisões e, como a Academia em seus Cursos se prepara para formar seus oficiais. Assim, buscamos pontuar a importância do ensino nas diversas escolas da Aeronáutica, e em particular, a AFA, considerando as rotinas e os procedimentos legais que a Academia procura seguir, para compreender em que medida o novo oficial é formado para as novas exigências de emprego da força no cenário internacional.

O terceiro capítulo é dedicado às reformas curriculares que aconteceram desde o efetivo funcionamento da Academia em Pirassununga –SP em 1974. Intitulado de *As reformas curriculares da AFA e a formação militar dos oficiais subalternos (1974-2014)* partimos de uma leitura dos Currículos da AFA para identificar em cada momento histórico o sentido das modificações curriculares que lá ocorreram. Para isto, retomamos a história brasileira para entender sob quais circunstâncias elas ocorreram; que bases legais refletiram no ensino castrense e, que nortearam tais alterações.

Além de considerar as peculiaridades da instituição militar, toda a normatização que rege sobre si, realizamos um exame em documentos oficiais da FAB, como a Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1-2005 que estabelece a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, fixando princípios e normas que orientam o emprego da FAB; a Política Militar Aeronáutica que norteia as ações da Força Aérea Brasileira – FAB desde os primórdios de sua existência; sua legislação de ensino - a Lei de Ensino da Aeronáutica, nº 12.464 de 04 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ensino nessa Instituição; a Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 37-4 de 18 de março de 2010, que normatiza a elaboração e revisão dos currículos mínimos dos cursos e estágios ministrados no âmbito do Comando da Aeronáutica, assim como, o Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 36-7 de 1º de novembro de 2012 que dispõe sobre o perfil dos oficiais desse Comando.

No quarto capítulo dessa tese intitulado de *A formação militar na perspectiva dos oficiais subalternos*<sup>10</sup> da AFA, buscamos apresentar de forma quantitativa os dados coletados sobre o perfil socioeconômico e cultural dos Tenentes entrevistados, para em seguida transcrever a opinião dos mesmos sobre a formação recebida na AFA, valendo-nos paralelamente de dados contidos no Relatório de Validação Curricular elaborado pela Divisão de Ensino da AFA que exprime uma avaliação de currículo pós curso junto aos chefes imediatos dos concludentes desta instituição.

---

<sup>10</sup> Considerando-se a hierarquia militar, os egressos dos Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas Brasileiras são denominados “Oficiais Subalternos”.

## **CAPÍTULO 1 - FORÇA AÉREA BRASILEIRA: DOS PRIMÓRDIOS DA AVIAÇÃO AO CONTEXTO PÓS-GUERRA FRIA**

Buscamos no presente capítulo analisar a história das organizações que deram origem a Força Aérea Brasileira e criaram condições para a fundação da Escola de Aeronáutica, em 1941, atual Academia da Força Aérea. Nesse sentido, o texto parte dos primórdios da aviação militar, iniciada em 1709 com a invenção do balão por Bartolomeu de Gusmão, passando pela dirigibilidade do balão alcançada em 1880, projetado por Júlio César Ribeiro de Sousa, também brasileiro, e avançando, anos mais tarde, a Alberto Santos Dumont, que, ao conseguir assimilar o avanço tecnológico do início do século XX, desenvolveu novas tecnologias para apresentar ao mundo, em 1906, o engenho voador mais pesado que o ar, o aeroplano. Com isso, o consagrado “Pai da Aviação” abriu novos caminhos ao campo científico aeronáutico.

O exame realizado para a descrição da evolução da aviação militar brasileira inclui, principalmente, as obras do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER, *História Geral da Aeronáutica Brasileira*, volumes I, II e III, além de autores como Lavenère, Wanderley (1975), *História da Força Aérea Brasileira*, Henrique Dumont Villares no livro *Santos Dumont “O Pai da Aviação”* (1973) e Murilo Santos, na obra *Evolução do Poder Aéreo* (1989). Para contextualizar cada momento histórico de nossa conjuntura a síntese apresentada se baseia nas obras *História Militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré (2010); e *Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937* de Frank D. MaCcan (2009).

A abordagem segue destacando a inspiração e os pensamentos dos primeiros estrategistas brasileiros que, nas décadas de 1920 e 1930, marcharam em campanha nacional para cristalizar a ideologia da Aeronáutica, defendendo a necessária criação de um Ministério do Ar e de uma Força Aérea independente do Exército e da Marinha. O fato se concretizou em 1941, já no contexto da Segunda Guerra Mundial e, a seguir, a fase da Guerra Fria e o avanço tecnológico dela oriundo demarcaram o surgimento de um novo cenário de guerra, o espaço exterior.

Na sequência do capítulo o estudo direciona-se para a realidade do período pós- Guerra Fria, quando o pensamento estratégico brasileiro se desenvolveu no período pós 1991, diante dos desafios dos novos tempos, que alteraram os cenários e novas formas de guerra. Na sequência investiga-se a evolução nos assuntos de Defesa, que vieram com a

elaboração da Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996, e sua reformulação em 2005; e a Estratégia Nacional de Defesa (END); o Livro Branco de Defesa Nacional e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

### **1.1 Breve Histórico do Ciclo Pioneiro da Aviação Militar**

A fase pioneira da conquista do ar iniciada em 1709 com o Balão de Bartolomeu Lourenço de Gusmão ficaria, para a História, como o primeiro voo promovido pela engenharia humana, abrindo os caminhos para a evolução da arte de voar e de guerrear.

Frente à possibilidade de voar em balões semelhantes ao de Gusmão, anos mais tarde, o problema passou a centrar-se na condição básica para navegar, ou seja, a dirigibilidade do engenho voador do momento. Sobre a precária condição do voo de balão, diversos estudiosos europeus e norte-americanos se empenhavam para a tão almejada dirigibilidade. Entretanto, o passo para a evolução da conquista do ar deve-se a outro brasileiro, Júlio Cezar Ribeiro de Souza, em 1880. Autor do sistema de direção baseado na concepção aerodinâmica do balão fusiforme dissimétrico, Júlio Cezar patenteou, em Paris, o dirigível Victória, que voou contra o vento e em linha reta. A primeira ascensão do Victória ocorreu em 8 de novembro de 1881.

Decorridos mais quatorze anos, outro brasileiro, Augusto Severo, propôs, em 1894, uma nova estrutura ao aeróstato. Na concepção de Severo a integração das partes do aeróstato num todo solidário possibilitaria o voo em altitudes mais elevadas. Para Severo, fora das turbulências o problema da falta de estabilidade prejudicial à navegabilidade seria suprimido. Com essa concepção Severo construiu seus dois balões dirigíveis, batizados de Bartolomeu de Gusmão e Pax. Ao comandar o último foi vítima de um trágico acidente que o levou à morte em 12 de maio de 1902. Porém, deixou, ao campo aeronáutico a valiosa contribuição de seus estudos.

Passados quase duzentos anos da experiência de Gusmão, o culminar da fase pioneira da conquista do ar destaca o brasileiro, Alberto Santos Dumont, que, ao se encantar com as inúmeras evoluções tecnológicas na França dedicou-se a estudar mecânica e, em especial, motores a explosão. Com o objetivo de colocar em prática seu plano de criar um aparelho que permitisse ao homem voar com o controle de seu próprio curso, valeu-se, em

seus experimentos, vinte anos mais tarde, das leis descobertas por Júlio Cezar Ribeiro, na mesma Paris.

Assim, construiu um balão em forma de charuto, denominado *Santos Dumont I*, no qual adaptou um motor de explosão e, com êxito, conseguiu elevar-se do solo, fazer um percurso pré-determinado e retornar ao ponto de partida em 20 de setembro de 1898. Com seus experimentos e dedicação Santos Dumont contribuiu para a resolução de diversos problemas que comprometiam o voo, entre eles os problemas de trepidação do motor, de subida e descida inclinada, de eliminação de peso na estrutura do balão, do uso de metal leve no sistema de ventilação e das peças do motor.

Na evolução de seus estudos, Santos Dumont projetou o XIV BIS e apresentou-o ao mundo em 23 de outubro de 1906, descortinando, assim, o futuro da aviação mundial. Embora tenha sido uma de suas intenções a de transportar passageiros e integrar mundialmente as nações “os grandes progressos posteriores alcançados, seja por dirigíveis, seja por aeroplanos, foram realizados quando finalidades bélicas, por ocasião das duas guerras mundiais, [...]” (VILLARES, 1973, p. 45).

Nesse sentido, desde que Santos Dumont demonstrou, na prática e publicamente, a possibilidade do voo humano, primeiramente da dirigibilidade do balão e, posteriormente, do aeroplano, ele conseguiu intuir, em 1903, que seu invento iria transformar o cenário de guerra. Como escreveu no livro “O que eu vi, o que nós veremos”, de 1918.

Naquella época, predisse que a guerra aérea seria um dos aspectos mais interessantes das futuras campanhas militares. Minha predição foi ridicularizada por alguns militares; outros, entretanto, houve que, desde logo, alcançaram as futuras e immensas utilidades da navegação aérea (SANTOS DUMONT, 1986, p. 76).

O pensamento de Santos Dumont induziria grandes pensadores a trilhar o caminho por ele desbravado, “levando por diante os progressos que sua visão quase que profética havia antecipado”. E, diante da dura realidade da Primeira Guerra Mundial, Santos Dumont sensibilizou-se com os reflexos do emprego de seu invento contra a população civil, e, sensibilizado, apelava à Sociedade das Nações pelo uso pacífico da aviação e pela interdição do uso de dirigíveis e de aeroplanos como armas de guerra, enquanto os estrategistas militares, em tese, defendiam emprego daquele invento a favor do domínio do ar. (VILLARES, 1973, p. 49)

Assim, o idealismo de Santos Dumont e de outros de seu tempo fez crescer, na mentalidade brasileira, a preocupação com a defesa nacional, impulsionando os primeiros passos da Aeronáutica militar, que se consolidaria com o advento da Primeira Guerra Mundial e com o pleno funcionamento das escolas de aviação brasileiras em 1911.

## **1.2 A Evolução da Aviação Militar Brasileira**

A relação brasileira com a utilização de máquinas voadoras em operações militares é muito antiga, tendo-se iniciado ainda durante a Guerra do Paraguai, em 1867, quando, sob comando de Caxias, balões importados dos Estados Unidos foram utilizados pelo exército brasileiro para observar os movimentos do exército adversário.

Naquela época, as missões aéreas de observação limitavam-se, tanto pela escassez de recursos humanos treinados para a operacionalidade do balão, como pela falta de recursos materiais e logística adequada. Entretanto, o balão, como surpresa tecnológica, fazia modificar os planos de combate ao levar, com maior rapidez e precisão, informações sobre o exército oponente. Nesse sentido, serviu como instrumento para a modernização da estratégia militar brasileira em relação à formação de seus recursos humanos e reaparelhamento militar.

O interesse militar brasileiro pela aviação evoluía, paulatinamente, num contexto em que pesava sobre os militares, tanto a segurança de uma nação de extensa dimensão territorial como a lastimável situação do estado de defesa brasileira e a tumultuada conjuntura nacional, iniciada ainda com o advento da República, e que prosseguia ao longo dos tempos a cada sucessão presidencial no país. Tanto Sodré (2010), como MacCann (2009) assinalaram as graves crises de ordem política, econômica e social enfrentadas pela sociedade desde a passagem do século.

Os choques do início do século XX estiveram ligados a diversos fatores entre os quais o espírito nacionalista despertado no meio militar; a caótica situação das Forças Armadas, o risco de invasão estrangeira e o antagonismo de ideias e interesses que faziam desencadear uma série de conflitos nas diversas regiões do Brasil.

Nesse mesmo período chegavam aqui notícias sobre o sucesso mundial que Santos Dumont vinha alcançando com seu invento em 1906. As notícias, ao chegarem ao Brasil, despertaram, no meio militar, o interesse pela aviação, tanto pela expectativa de que o avião resolvesse os problemas da integração nacional como os da própria segurança do país.

Assim, com o objetivo de dotar o Exército com pessoal e equipamentos de aerostação, o Brasil enviou à França, em 1908, um oficial de Cavalaria para fazer um curso de navegação aérea em balões.

Os balões deixaram de ser utilizados como instrumento de observação militar a partir do momento em que o avião passou a demonstrar, pela primeira vez, suas possibilidades na guerra. Foi no conflito entre Itália e Turquia, entre 1911 e 1912, que o avanço tecnológico do campo de batalha se concretizou com as primeiras missões de guerra da aviação militar, as primeiras missões de reconhecimento aéreo e o primeiro bombardeio aéreo, com lançamento de uma granada efetuado a mão.

Enquanto os países industrializados como a França e Itália se empenhavam na indústria aeronáutica fabricando os principais aeroplanos, no Brasil os anseios de criar a aviação brasileira de guerra fortaleciam-se ainda mais com as notícias do sucesso alcançado pelo emprego bélico de aviões na guerra ítalo-turca.

Além desses fatos, o Brasil, que importava tecnologia, assistia ao desenvolvimento da aeronáutica na América do Norte e na Europa, com o crescimento da indústria aeronáutica mundial, além da proliferação dos cursos de pilotos, principalmente na França. Na América do Sul, Argentina e Chile sobressaíam com a segurança de voo revelada pela habilidade dos pilotos em exhibições acrobáticas (INCAER, 1978).

Nesse contexto surgiram várias iniciativas particulares relativas à aeronáutica. O jornal carioca, *A Noite*, que acompanhava a evolução dos países que se sobressaíam na atividade aeronáutica, ressaltava a importância da indústria aeronáutica para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Assim também a revista “A Defesa Nacional”, repetindo os oficiais florianistas da década de 1890, preconizava o desenvolvimento industrial [...] (McCANN, 2009, p.237).

Em 14 de outubro de 1911, quando ainda existiam poucos aviões e pilotos no Brasil, um grupo de idealistas, reunidos em assembleia nas dependências do jornal *A Noite*, de propriedade de Irineu Marinho, no Rio de Janeiro, fundaram o primeiro aeroclube do país, inicialmente chamado de Aero-Club Brasileiro. Entre os fundadores do considerado “berço da aviação militar do Brasil” estavam os marechais José Bernardino Bormann e Alfredo Müller de Campos; os aviadores Magalhães Costa, Franz Rode e Edmundo Plauchut; o jornalista

Victorino de Oliveira; Alberto Santos Dumont, como presidente-honorário e o presidente efetivo, o Almirante José Carlos de Carvalho, entre outros. Surgia, assim, a possibilidade de efetivar a meta principal do Aero-Club: a de fundar uma escola de aviação no país e dotar Exército e Marinha com os aparelhos de aviação (INCAER, 1978).

Ainda em 1911, o tenente da Marinha, Jorge Henrique Moller, foi o primeiro militar brasileiro a ser brevetado aviador, na França. Pouco tempo depois, em 1912, o tenente de infantaria Ricardo Kirk partiu para Europa para receber adequada instrução de voo, retornando com seu brevê em abril de 1913. Tornou-se, assim, o primeiro aviador militar brasileiro. A partir daí passou a ocupar o cargo de Diretor da Escola de Aviação do Aero-Club. Ainda em setembro daquele ano o Tenente Kirk voltou à França para comprar aviões e retornou ao Brasil em abril de 1914, tendo adquirido dois aeroplanos na tentativa de fazer funcionar a escola de pilotagem.

Entre as viagens de Kirk à Europa chegou ao Brasil o aviador italiano Gian Felice Gino, que realizou uma série de demonstrações, inclusive uma no Rio de Janeiro, a pedido do Aero-Club, para auxiliar na campanha *Dêem Asas ao Brasil*. Junto com os seus compatriotas Vitorio Buccelli, Eduino Orione e Arturo Jona, fundaram a empresa Gino, Buccelli e Cia, na intenção de oferecer ao Aero-Club seus serviços para organizar a Escola de Aviação.

Ao ter sua proposta recusada pelo Aero-Club, a *Gino, Buccelli e Cia* recorreu ao Ministro de Guerra, que aceitou a proposta após alguns ajustes. Assim, a Escola Brasileira de Aviação foi inaugurada em 02 de fevereiro de 1914. A primeira turma da escola tinha 35 oficiais do Exército e 25 da Marinha. No entanto, seu funcionamento teve curta duração, pois, em junho de 1914, a Gino, Buccelli e Cia cancelou seu ajuste com o Ministro de Guerra e interrompeu as atividades da Escola, cujas instalações foram transferidas ao Aero-Club.

Outra iniciativa de 1914 foi a resolução de criar a Escola de Submersíveis e Aviação, mas, as sérias restrições financeiras decorrentes da realidade da Primeira Guerra Mundial dificultavam a importação de aviões. Assim, somente dois anos mais tarde, em 23 de agosto de 1916, por meio de um decreto presidencial, a Escola de Aviação Naval foi criada, tendo formado inúmeros oficiais e sargentos, tanto da Marinha como do Exército.

O advento da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, marcou profundamente o pensamento dos militares, sobretudo em relação ao ensino, já que a guerra impunha mudanças no organismo militar. “Começam a organizar-se grupos de jovens oficiais que, colhendo observações na Guerra Mundial que se encerrara, batem-se por reformas profundas das instituições militares.” (SODRÉ, 2010, P.253).

A experiência da guerra e a eficiência dos exércitos alemão e francês dividiram a opinião de militares e de políticos, quanto à adoção de um modelo ideal para o país. Os debates acaloravam-se e a controvérsia girava entre a contratação do modelo francês ou do modelo alemão, defendido pelos “jovens turcos”<sup>11</sup>. Esses últimos divulgavam suas ideias na revista *A Defesa Nacional*, por eles fundada. Entretanto, a Missão Francesa foi a escolhida.

Em 1919, por designação do presidente Epitácio Pessoa<sup>12</sup>, João Pandiá Calógeras, ocupou a pasta da Guerra até 1922 e, durante seu ministério, foi assinado o decreto autorizando a contratação da Missão Francesa de instrução para o Exército.

A maior influência da Missão Militar Francesa pôde ser sentida em atos como: a construção de quartéis, a melhor distribuição da oficialidade pelos corpos “e, particularmente, refunde-se o ensino militar de formação e de aperfeiçoamento, no sentido de conferir eficiência profissional aos novos quadros. Sobre a formação do Estado-Maior e dos comandos, sobre a formação dos oficiais e seu aperfeiçoamento” (SODRÉ, 2010, p. 255).

O lançamento das bases de Aviação Militar também foi incorporado na reorganização que ocorreu em 1918, assim como a já criada Escola de Aviação começou a reger-se, preponderantemente, com as ideias e instrução francesas.

Sobre as influências doutrinárias da Escola de Aviação Francesa, o nível de entendimento que prevalecera era basicamente o do curso da Primeira Guerra Mundial. “A visão era eminentemente tática, predominando a mentalidade da batalha terrestre, incumbindo-se ao avião funções de reconhecimento e ataque e objetivos no solo, em benefício das forças de superfície.” (SANTOS, 1989, p.155).

---

<sup>11</sup> Apelido dado aos oficiais enviados para estagiar nos corpos de tropas da Alemanha (1910-1912). Ao voltarem, foram responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã através da Revista *A Defesa Nacional* e foram integrados a diversas unidades para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa.

<sup>12</sup> Epitácio Pessoa, como Ministro da Justiça no governo de Campos Sales, foi o executor da “Política dos Governadores” conseguindo, com isto, um parlamento solidário com os governos estaduais e os opositores sofreriam a força da guilhotina (Sodré, 2010, p. 258 a 284).

De acordo com Regimento da Escola aprovado em 1927, o ensino se baseava numa doutrina generalista e unificada de funções e a aviação era entendida apenas como mais uma das armas já existentes para a guerra terrestre, como descreveu MacCann (2009, 272):

[...] privilegiava erroneamente as fortificações estáticas e de grande porte para a defesa e grandes divisões de infantaria como elementos básicos de manobras ofensivas. Também não perceberam a importância dos aviões para apoiar operações de infantaria e para atuar em bombardeios estratégicos atrás das linhas inimigas.

Assim, a formação do aviador abrangia um conjunto geral dos conhecimentos sobre aviação que contemplava uma instrução teórica visando a complementar a instrução geral e militar recebida nos dois primeiros anos de curso e na prática os aviadores “[...] em longos e cansativos voos, sofriam na carne a servidão de uma estrutura de comando, incapaz de compreender a evolução tecnológica da nova arma e seu impacto no comportamento dos recursos humanos encarregados do cumprimento da atividade aérea.” (INCAER, 1991, p.36).

Essa dupla situação de formação arrastou-se até o início da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Escola de Aeronáutica, em março de 1941, e a extinção das outras duas Escolas.

Sobre a principal herança doutrinária da Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro está a valorização do Estado-Maior, com a criação dos cursos especiais para a preparação de Oficiais do Estado-Maior, o Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviço (TREVISAN, 2000, p.40).

Naquelas circunstâncias, foi implantada uma nova estrutura organizacional e foram adotadas novas regras de promoção. O sistema de ensino passou a enfatizar a formação profissional dos oficiais, por meio de uma nova sistematização do ensino militar, a qual colocava os estudos do oficial, ao longo da carreira, sob uma perspectiva geral e única. Nessa reorganização, a estrutura do ensino ficou assim compreendida:

[...] cursos de Armas, feitos na ESCOLA MILITAR, para a preparação de oficiais subalternos das armas; cursos de aperfeiçoamentos de Armas, feitos na ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS; cursos técnicos de Artilharia e de Engenharia, com a finalidade de habilitar tenentes destas duas Armas para as funções de Engenheiro Militar; curso de Estado-Maior, feito na ESCOLA DE ESTADO-MAIOR (LUCENA, 2005, p.11).

Paralelamente ao conjunto de mudanças administrativas, as duas correntes, ou seja, os “jovens turcos” e a Missão Francesa contribuíram com as mudanças ideológicas, como relata Trevisan (2000, p.39 a 40):

A noção de “Defesa Nacional” alterou-se radicalmente. Abandonou-se o conceito de defesa limitado à proteção de fronteira, incluindo-se a ideia de defesa como mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. A Defesa Nacional passou a ter novos princípios: todos os aspectos da vida do País importam, desde a preparação militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderúrgica. [...] Ainda sob a influência dos “jovens turcos”, já em plena explosão das revoltas militares da década, em 1927, criou-se o Conselho de Defesa Nacional para preparar a “mobilização nacional”, o que incluía aspectos econômicos e psicológicos.

O desenvolvimento e a absorção de uma doutrina<sup>13</sup> que preconizava o fortalecimento do Estado por meio de uma estrutura militarizada, e que colocava o desenvolvimento do país como uma questão de segurança nacional, foi fortalecida pela identificação do comunismo como um inimigo comum. Assim, a Intentona Comunista facilitou a fixação dessa doutrina no Estado Novo e, ao mesmo tempo, contribuiu para a disciplina interna do Exército.

Com a experiência do primeiro grande conflito, os teóricos do Poder Aéreo puderam prever que o avanço científico e tecnológico transformaria o cenário de guerra e traria mudanças na doutrina de emprego das Forças Aéreas. Isso fez com que diversos países do mundo se antecipassem, reavaliando suas doutrinas militares, embora isso tenha deslanchado, efetivamente, a partir do último quadrimestre de 1939.

Essa evolução foi acompanhada por alguns estrategistas brasileiros, os quais buscavam, em países que já possuíam Forças Aéreas independentes, experiências para aprofundar suas análises a respeito da realidade brasileira como forma de fortalecer seus argumentos para desenvolver uma consciência nacional.

Em 07 de outubro de 1928, logo após a criação da Força Aérea Francesa, o aviador militar Major Lysias Augusto Rodrigues publicou seu primeiro artigo em *O Jornal*, no qual defendia as ideias de Douhet; e, posicionando-se a favor de uma Campanha pelo Ministério do Ar, escreveu sobre a criação de uma Força Aérea Independente. No mesmo

---

<sup>13</sup> Doutrina desenvolvida por Góes Monteiro, um dos jovens turcos.

sentindo, em novembro daquele ano, o idealista escreveu e divulgou mais dois artigos no mesmo jornal.

No ensejo da criação, na França, desse Ministério, sugeriu que o Brasil seguisse aquele exemplo, lembrando que os ingleses, com seu ‘extraordinário senso de organização’, já contavam com a instituição consagrada da independência da Força Aérea, ademais recomendada por todos aqueles que haviam estudado seriamente o assunto (SANTOS, 1989, p.155).

No entanto, sua ideia se manteve esquecida durante vários anos, tendo-se desenvolvido, praticamente, entre os anos de 1934 e 1935. Estagnada até o início da Segunda Guerra Mundial, a aviação no Brasil ficou dividida entre o Exército e a Marinha, sem ter alcançado pleno desenvolvimento,

Ao longo da década de 1930, as ideias de Lysias Augusto Rodrigues fortaleceram-se em conjunto com pronunciamentos de outros aviadores da Marinha e do Exército, que retornavam de suas missões na Europa. Eles deram início, nos meios aeronáuticos, aos debates sobre as vantagens de unificação militar, aviação naval e aviação comercial em um único Ministério. “A repercussão dos debates sensibilizou os meios militares e o ano de 1935 foi pródigo em favor do Ministério do Ar” (INCAER, 1991, p.43).

Santos (1989) considera que o fato mais relevante dessa campanha ocorreu em fevereiro de 1935 por um pronunciamento feito pelo Capitão Aviador Antônio Alves Cabral na conferência no Clube Militar, onde as “altas autoridades” puderam ouvir as conclusões do autor que, ao analisar a conjuntura aeronáutica brasileira da época, conseguiu demonstrar as necessidades da urgente criação do Ministério do Ar e apresentar uma proposta de organização para o novo ministério.

A citada conferência fez desencadear, em março daquele ano, uma série de pronunciamentos que mantinham vivas as discussões acerca da emancipação da Força Aérea, quando Lysias Augusto Rodrigues, já Tenente Coronel, voltou a publicar em *O Jornal* seus artigos que defendiam esse ideal, enquanto, no mesmo mês, no *Boletim 64* do Clube Naval, Luiz Leal Netto dos Reis divulgou um artigo intitulado *Ministério da Aeronáutica* (INCAER, 1991).

A campanha que se fortalecia e que ganhava cada vez mais adesão, entraria, entretanto, em declínio com a Revolução Comunista de 1935, ao envolver “o Campo dos Afonsos, a guarnição da Escola de Aviação Militar e o 1º Regimento de Aviação” e a ideia

colocada em marcha durante a década de trinta só foi retomada e ganharia impulso à época da Segunda Guerra Mundial.

Nesse mesmo ano foi criado, nos Estados Unidos, o Quartel General da Força Aérea – o CGQ Air Force, fato que, no Brasil, contribuiu para a concretização de uma campanha nacional lançada a favor da criação do Ministério da Aeronáutica, para a qual alguns aviadores se mobilizaram enviando a todos os aviadores da corporação documento circular sobre a questão. “Neste episódio sentem-se o reconhecimento da potencialidade de atuação autônoma da Força Aérea como Arma ofensiva, independente da força de superfície, princípio tenazmente defendido por Mitchell” (INCAER, 1991, p.53).

Se o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial foi marcado pelas expectativas de um poder aéreo em gestação, cujos primeiros partos na Inglaterra, Itália e França resultaram em novas estruturas aeronáuticas, independentes da Marinha e do Exército, a Segunda Guerra Mundial consagraria aquele Poder definitivamente. Assim, trinta anos depois, as idéias de Douhet, delineadas em 1908/1909 em documentos oficiais ao Comando Supremo Italiano e mais tarde consolidadas em seu clássico *O Domínio do Ar*, seriam sancionadas pela dura realidade da guerra, comprovando-se na ação o acerto da concepção estratégica elaborada tantos anos antes do conflito (INCAER, 1991, p.58).

Porém, os movimentos iniciais da Segunda Guerra Mundial, em sua evolução, levaram o Brasil à guerra e a firmar acordos e compromissos com os Estados Unidos, uma vez que os fatos que passaram a exigir da Nação, em caráter de urgência, uma série de providências para representá-la na frente do campo de batalha, criando-se, então o Ministério de Aeronáutica. Cabe ressaltar, ainda, que entre 1940 e 1941 já haviam sido iniciados os trabalhos da Missão Norte- Americana na Aviação Militar Brasileira, uma vez que o contrato firmado com a Missão Francesa já havia expirado em 1938.

[...] a evolução tecnológica da indústria aeronáutica e de armamentos tornava a aviação um instrumento cada vez mais importante na defesa nacional, principalmente num país de dimensões continentais e totalmente carente de infraestrutura de transportes e comunicações. Mas não se deve deixar de ter em conta também o papel hegemônico das Forças Armadas na sustentação do regime varguista e na implementação de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional baseado na industrialização e na construção de um forte sistema de defesa nacional. Não é por acaso que a criação da Aeronáutica ocorre durante a Segunda Guerra Mundial, quando aumentam as preocupações dos militares e das elites políticas com a vulnerabilidade brasileira. Não só as Forças Armadas eram mal equipadas, como faltava infra-estrutura de transportes, comunicações e energia, fundamental para a defesa nacional e para a industrialização do país. (INCAER, 1991, p.63)

### 1.3 A Criação da Escola e o Desenvolvimento da Aeronáutica até 1990

Quando o Ministério da Aeronáutica foi criado, o Brasil já contava com a ampla estrutura que, paulatinamente, foi montada desde a época da Primeira Guerra Mundial. O sistema de formação de pilotos militares e demais especialistas já estava constituído. O país dispunha de uma rede de aeródromos dotados dos correspondentes serviços. A localização das Bases Aéreas estava delineada. O controle do tráfego aéreo estava esboçado.

[...] Assim, em ritmo acelerado, procedem-se ao recrutamento, à seleção e ao preparo de uma Força Expedicionária a ser enviada ao front europeu, na qual se incluía uma unidade aérea, equipada com aeronaves de caça, destinada a desempenhar missão de ataque ao solo. Ao mesmo tempo, a segurança das linhas de abastecimento, através do Atlântico, obrigava-nos a implementar a aviação de patrulha, desenvolvendo uma atividade na qual há de se reconhecer a nula experiência que até então possuíamos (SANTOS, 1989, p.156).

As aviações da Marinha e do Exército e a Aviação Civil foram incorporadas ao novo Ministério, inclusive o pessoal civil e militar do Ministério da Viação e Obras Públicas e alguns elementos da Marinha e do Exército. Além de todo o acervo material do Exército, o Correio Aéreo Militar, instituído em 1931 e o Correio Aéreo Naval criado em 1934, fundiram-se e deram origem ao Correio Aéreo Nacional (CAN). Assim se formou o patrimônio inicial da Aeronáutica com um novo desafio “no processo de integração de homens, mentalidades, doutrinas e equipamentos em nova entidade voltada a nova missão” (INCAER, 1991, 76).

O mesmo Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941, que criou o Ministério da Aeronáutica, instituiu a Força Aérea Nacional, a qual, em 22 de maio de 1941, por meio do Decreto-Lei 3.302, passou a denominar-se Força Aérea Brasileira – FAB. Houve, então, a necessidade de intensificar o ritmo de formação de pessoal, navegantes e especialistas e, diante da realidade da guerra, a Escola de Aeronáutica foi criada em 25 de março de 1941 pelo Decreto nº 3.142.

A partir de então, a Escola de Aviação Militar e a Escola de Aviação Naval foram extintas e a recém-criada Escola de Aeronáutica passou a aproveitar as dependências da Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos onde, em 1944, seria formada a primeira turma de aspirantes-a-oficial-aviador, integralmente formados sob exclusiva orientação da Aeronáutica. A nomenclatura de Escola de Aeronáutica foi mantida até 1969, quando, já em

processo de mudança para Pirassununga, interior de São Paulo, passou a denominar-se Academia da Força Aérea (AFA).

Com a criação da nova escola foi possível homogeneizar o ensino aeronáutico, uma vez que a Escola de Aviação Naval<sup>14</sup> adotava diretrizes norte-americanas e inglesas de instrução, enquanto o ensino na Escola de Aviação Militar<sup>15</sup> seguia as doutrinas de origem francesa. A diferença doutrinária existia até porque, antes mesmo de terminar a Primeira Guerra Mundial, o país já dispunha de um pequeno núcleo de aviadores formados pela Marinha. Desse núcleo, dois instrutores partiram para os Estados Unidos para estagiar em fábricas de aviões e ampliar seus conhecimentos, enquanto outros pilotos seguiram para Inglaterra para frequentar uma escola de aviação inglesa e participar da guerra na área da França.

Outra providência em relação à organização da Força Aérea foi a definição dos novos postos hierárquicos. Entretanto, a decisão foi a de manter a mesma denominação do Exército para os diferentes postos, acrescentando-se, por último, apenas a palavra “Aviador” e de criar, pelo Decreto-lei nº 9698, o posto de Tenente-Brigadeiro, o mais alto da carreira do aviador da Aeronáutica:

Tenente-Aviador, Capitão Aviador, Major Aviador, Tenente Coronel Aviador e Coronel Aviador. Mas para o cargo de Oficiais-Generais da Força Aérea Brasileira, julgou-se conveniente uma designação completamente nova; foi-se buscar, então, na História Militar do Brasil, a designação de 'Brigadeiro', cheio de tradição do passado (LAVENÈRE WANDERLEY, 1975, p. 240).

Em 1943, as forças brasileiras partiam para o Teatro de Operações do Mediterrâneo. Mediante a decisão de enviar esse grupo para a Guerra, tratou-se de organizar e treinar o 1º Grupo de Aviação de Caça, comandado pelo Major Nero Moura.

Já a 3 de janeiro de 1944 partiu do Brasil o 'pessoal-chave' do Grupo de Caça, para ser treinado na Escola de Tática Aérea Aplicada do Exército Norte-Americano, em Orlando, na Flórida [...] além de assistir a um curso de aulas teóricas, realizou 60 horas de voo em aviões de caça Curtiss P-40 'Warhawk', abrangendo exercício de adaptação ao avião, acrobacia, voo em esquadrilha, voo em altitude, tiro sobre alvo rebocado, tiro sobre alvo terrestre e voos de cruzeiro (LAVENÈRE WANDERLEY, 1975, p.277).

Em fevereiro de 1944, iniciou-se o treinamento do Grupo de Caça, para formar uma Unidade Tática. Esse treinamento visava a familiarizar o grupo sobre as normas adotadas

<sup>14</sup> Primeira Escola de Aviação criada no ano de 1916, pelo então Presidente da República, Wenceslau Braz, que fundou a Escola de Aviação Naval pelo Decreto no 12.167, de 23 de agosto de 1916.

<sup>15</sup> Escola de Aviação Militar, criada pelo Decreto 13.417 de 15 de janeiro de 1919.

na aviação norte-americana. Além dos pilotos a integração envolveu o pessoal de manutenção de aviões, de armamento, de comunicações, da casa das ordens, do rancho, do serviço de transportes. Terminado o estágio de instrução e adaptação na aeronave que o Grupo de Caça brasileiro iria utilizar na Itália, o Grupo já estava em condições de igualdade em matéria de treinamento, com as unidades norte-americanas.

Em 19 de setembro de 1944, o Grupo partiu para a Itália e, em 06 de outubro daquele ano, desembarcou no Teatro de Operações na costa Ocidental da Itália. Inicialmente, ficou resolvido que o Grupo de Caça Brasileiro seria empregado na defesa aérea, mas, com o cenário consideravelmente mudado, ele foi incluído na Força Aérea Tática do Mediterrâneo, em apoio ao 5º Exército Norte-Americano, do qual fazia parte a Força Expedicionária Brasileira. A intensa ação do Grupo de Caça Brasileiro manteve-se até cessarem as hostilidades, em 02 de maio de 1945 (LAVENÈRE WANDERLEY, 1975).

Após o término da guerra, diversos fatores influenciariam o destino da Aeronáutica Brasileira ao trazer àquele Ministério a exigência de atualização da Força Aérea. Entre as providências tomadas podem-se citar: o problema da integração nacional; a exigência de profissionais mais bem preparados e treinados para o emprego aeronáutico, como para a manutenção de uma infraestrutura que, em sua dimensão, abrangia grandes bases aéreas e todas as instalações herdadas dos Estados Unidos; a evolução da Aviação Civil e, um pouco mais adiante, a evolução tecnológica pelo início da aviação a jato no Brasil em 1952.

A necessária integração nacional destacava-se diante da extensão geográfica brasileira. A população que sofria com a precariedade das estradas e dos meios de transporte e comunicação, deixava “evidente que o avião seria a grande solução; e esta já estava em marcha: com a Guerra recém-terminada, a sociedade se mobilizou nesta direção” (INCAER, 2005, p.56).

A estrutura material da FAB herdada dos Estados Unidos mostrava sua debilidade, tanto em relação à tecnologia da Segunda Grande Guerra, como pela falta de aviões substitutos para instrução na Escola de Aeronáutica. As obsoletas aeronaves disponíveis estavam no fim de suas vidas úteis e com restrita capacidade para o Comando de Transporte Aéreo – COMTA, como no caso do CAN, que continuava a utilizar aeronaves da década anterior. Embora não ligada à Força Aérea Brasileira, a aviação comercial era parte da reserva, mas já se mostrava insuficiente para a demanda do tráfego que crescia rapidamente.

Já em tempo de paz, o excesso de material aéreo e de aviões de transportes postos em disponibilidade no mercado e a ausência de um mercado militar levaram as fábricas de aviões a se expandirem na direção à Aviação Civil. Nessas circunstâncias, houve uma proliferação de aviões de pequeno porte. “Os aeroclubes se expandiram por todo o Brasil, e um razoável contingente de pessoal, convocado para a Guerra no setor de Aviação, incrementou nos brasileiros a natural tendência para a Aviação, um legado do passado” (INCAER, 2005, p.56).

Motta (2001) explica que na década de 1950, embora vinculado ao bloco Ocidental, a preocupação do Brasil estava voltada para o fortalecimento da Força Aérea, uma vez que a Argentina no pós-guerra equipava sua Força Aérea com aviões de origem inglesa, de longo raio de ação e se preparava para receber os primeiros jatos para equipar sua Força Aérea.

Assim, em 1951, a FAB recebeu seus primeiros quadrimotores e sua primeira unidade de Reconhecimento, busca e salvamento foi ativada. Era o início do Governo de Getúlio Vargas, quando o Coronel Aviador Nero Moura, que havia comandado o primeiro grupo de Aviação de Caça durante a Campanha da Itália, assumiu o Ministério da Aeronáutica e, poucos meses depois, foi promovido, na Reserva, ao posto de brigadeiro.

Entre 1952 e 1953, a FAB desvinculou-se do mercado americano para adquirir aeronaves e equipar suas unidades de caça. Nesse mesmo período ganhou as suas primeiras unidades de asas rotativas.

Nesse cenário acelerava-se o desenvolvimento da aviação comercial e a entrada dos aviões a jato passou a exigir do Ministério da Aeronáutica um grande esforço para ampliação e pavimentação pistas de pouso e decolagem; a construção de novas estações de passageiros; e, a melhoria geral dos aeroportos e dos equipamentos. “A era dos aviões a jato iniciou-se, na Força Aérea Brasileira, com a compra de 70 aviões de caça Gloster ‘Meteor’, de fabricação inglesa”, que chegaram ao Brasil em 1953 (LAVENÈRE, WANDERLEY, 1975, p.327).

Esses fatos fizeram surgir, em 1955, uma série de estudos sobre a substituição do material de voo da FAB e da aviação comercial, como também fez surgir uma série de estudos relacionados à necessidade de uma Força Aérea estratégica:

Com a chegada, ao Estado Maior da Aeronáutica, da oficialidade mais jovens formada pelo Curso de Tática Aérea – CTA (hoje EAOAR – Escola de Aperfeiçoamento da Aeronáutica) e Escola de Estado Maior da Aeronáutica – ECEMAR, começou-se a pensar no emprego de nossa FORÇA AÉREA em função da posição ocupada pelo Brasil no continente sul-americano. A leitura de toda uma bibliografia a respeito das operações da 2ª Guerra Mundial, em especial dos bombardeios sobre a EUROPA ocupada e o JAPÃO, provocou a curiosidade da oficialidade sobre as possibilidades do emprego do Poder Aéreo (MOTTA, 2001, p. 20 a 21).

Entretanto, a mentalidade herdada do passado, chamada por Motta (2001, p. 20) de *Síndrome Tática* permanecia. “Não se admitia falar em FORÇA AÉREA ESTRATÉGICA, sob o argumento de que a postura do Brasil não era ofensiva.” Santos, em nota de rodapé, enfatiza que não se trata de negar o papel do desempenho do avião nesse contexto, mas salienta o valor do emprego aeronáutico em benefício de uma estratégia que evoluiu juntamente com a evolução da guerra.

Cabe ressaltar que o Brasil durante os quarenta e cinco anos da denominada “Terceira Guerra Mundial” por Hobsbawm, ou seja, a “Guerra Fria”, caminhou alinhado a uma ideologia que os Estados Unidos tratavam de difundir para a população, cuja concepção se fundamentava na ameaça que o comunismo soviético representava à democracia e à liberdade. E, pela nova ordem cabia aos seus seguidores a função de defensor da ordem capitalista e a responsabilidade da defesa de todo o hemisfério do Ocidente contra qualquer tipo de agressão do bloco soviético.

Com essas ideias, outros conceitos vieram juntamente com a definição da guerra e com a derrota do totalitarismo pelas forças democráticas liberais. Novamente, o contexto exigia uma nova ordem política e para ajustá-la era necessário adaptar a doutrina militar. Se até a Segunda Guerra Mundial as Forças Armadas eram influenciadas pela Doutrina Militar Francesa, a partir da Guerra Fria o campo militar seria dominado pela Doutrina de Segurança Militar norte-americana.

Assim, naquele contexto, tudo havia de ser vigiado: o ensino, as artes, a imprensa, e qualquer movimento que pudesse surgir, uma verdadeira obsessão nacional na perseguição aos comunistas ou aos que parecessem comunistas. Sobre este período, Maria Helena de Castro Santos publicou em 2004 o artigo intitulado *A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: O Caso Do Brasil*. No artigo a autora retoma os conceitos de segurança e defesa que se redefiniram após 1990 e analisa as mudanças da missão das Forças Armadas Brasileiras e do papel de seus oficiais.

Explica nesse sentido, o papel das Forças Armadas Brasileiras e de outros países latino americanos que durante a Guerra Fria passaram a se limitar às imposições do grupo hegemônico, ou seja, de defender seus territórios contra o comunismo. “Os militares da América Latina não apenas absorveram essa tarefa como também desenvolveram uma doutrina anticomunista – Doutrina da Segurança Nacional (DSN), que veio a se tornar a base ideológica dos regimes militares que se multiplicaram na região ao longo de três décadas, a partir dos anos de 1960” (SANTOS, 2004, p.115).

Formulado o conceito de Doutrina da Segurança Nacional - DSN sistematicamente a partir do surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, o cerne de sua proposta era a ideia de segurança nacional. Tratava-se de uma doutrina política desenvolvida, efetivamente, nos anos de 1950. A DSN se expressa em um manual de garantia da Lei e da Ordem, com diretrizes e outras orientações para utilização das Forças Armadas em forças policiais contra inimigos internos, ou seja, aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido eram, antes de tudo, comunistas.

Embora não fosse objeto desse estudo a ESG o exame da tese de doutorado defendida em 2010 por José Antonio Miranda Sepulveda e intitulada *O Papel da Escola Superior de Guerra na Projeção do Campo Militar sobre o Campo Educacional* foi relevante para nossa compreensão acerca dos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional que resgatou os conceitos de ordem e progresso e moral.

Da mesma forma, a leitura do artigo *A Criação da Embraer*, escrito por Maria Cecília Spina Forjaz e publicado em 2005 auxiliou-nos a compreender melhor a doutrina político-militar do Estado Novo e a necessidade de ampliar a defesa nacional que levou a criação da Força Aérea Brasileira nos anos de 1941.

De acordo com Sodré (2010), tais ideias já estavam implícitas na década de 1930 e se fortaleceram com a estabelecida conjuntura política, social e econômica daqueles tempos; e, em conjunto, a ideologia da ameaça comunista e a hipótese da proteção militar são condições que favoreceram a consolidação do regime ditatorial a partir de 1964, como também propiciou, ainda na era Vargas, “a implementação de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e na construção de um forte sistema de defesa nacional. A ligação estreita entre o desenvolvimentismo nacionalista da era Vargas, a criação da Aeronáutica e seus futuros desdobramentos” (FORJAZ, 2005, p.295).

Assim como o desenvolvimento acelerado da tecnologia provido pela corrida armamentista e pelos grandes empreendimentos na exploração da pesquisa espacial pelas duas superpotências, os Estados Unidos da América e União Soviética, durante a Guerra Fria modificou-se o panorama social do mundo, o que propiciou os avanços para uma outra dimensão o espaço exterior.

No curso desses acontecimentos, na década de 1950 ocorreu a implantação do Centro Técnico da Aeronáutica, - atual Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos, para abrigar dois institutos científicos: um para o ensino superior, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e outro para pesquisas e desenvolvimento nas áreas de aviação militar e comercial, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD), atual Instituto de Aeronáutica e Espaço-IAE.

Já na década de 1960, foi criada uma comissão de trabalho para elaborar um programa nacional de exploração espacial e, a partir desse grupo, o Brasil começou a participar de pesquisa nas áreas de Astronomia, Geodésica, Geomagnetismos e Meteorologia. “Logo no ano seguinte, formou-se o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais (GOCNAE), sediado no CTA (hoje DCTA), em São José dos Campos. Para o início de suas atividades, foram cedidos pesquisadores militares e civis do então Ministério da Aeronáutica e equipamentos da Agência Espacial Americana (NASA).”

Nessa mesma década foi criado o novo “Grupo de Trabalho e de Estudos de Projetos Espaciais” (GTEPE) hoje, atual Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) no CTA. Com o principal foco em campos de lançamentos, seu objetivo centrava-se no desenvolvimento de uma tecnologia espacial própria. Assim, o GTEPE, também sediado no CTA, se ocuparia de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Também seriam criadas nessa época mais duas importantes organizações uma delas, o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Natal. Com a finalidade operacional, cabe ao CLBI executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais, como ainda, a “coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> RICA 21 – 189 - Regimento Interno do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – 2009.

Em 1969, o desenvolvimento industrial e as organizações anteriormente criadas geraram condições para a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.(EMBRAER) e com o apoio do Governo Brasileiro, a Empresa iria transformar ciência e tecnologia em engenharia e capacidade industrial.

No final dos anos de 1960, entretanto, o parque industrial brasileiro havia amadurecido, e a indústria automobilística propiciava ampla e complexa rede de apoio que removia parcialmente o obstáculo da produção doméstica de materiais e de componentes requerida para a manufatura de aeronaves. Nesse momento, o novo salto no projeto da indústria aeronáutica brasileira passou a ser apoiado pelo regime militar de 1964, possibilitando assim as condições para a criação da Embraer (FORJAZ, 2005, p.296).

Na década de 1970 o Núcleo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (NUCINDACTA), iniciando suas atividades três anos mais tarde. No início da década de 80, o NUCINDACTA passou a denominar-se *Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo* (CINDACTA I). Esse serviço compreende a utilização conjunta de equipamentos de detecção, de telecomunicações e de apoio às atividades de defesa aérea e de controle de tráfego aéreo. Atualmente o Brasil conta com quatro Cindactas em seu território.

Outras realizações se efetivaram no decorrer daquela década como a Ativação do braço armado do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SISDACTA) Para defesa do Planalto Central, Primeira Ala de Defesa Aérea, sediada em Anápolis. Posteriormente, passou a denominar-se Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1º GDA). Nessa mesma época, a Escola de Aeronáutica foi transferida para o interior de São Paulo.

Já nos anos de 1980 a FAB ativou o Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara (NUCLA), com finalidade de proporcionar apoio logístico e de infraestrutura local, assim como garantir segurança à realização dos trabalhos a serem desenvolvidos na área do futuro centro espacial no Brasil, como suporte às operações de lançamentos do VLS e outros veículos espaciais.

Além das iniciativas anteriormente descritas, seguem resumidas algumas das providências tomadas pelo Estado com a finalidade de atualizar a frota da FAB<sup>17</sup> até o fim dos anos 80, conforme descrição abaixo:

---

<sup>17</sup> Nas páginas 138 a 142 do Livro Branco de Defesa podem ser verificados os meios aéreos disponíveis para FAB poder cumprir sua missão constitucional.

A partir de 1953 ocorreu a substituição dos Caças P47 *Thunderbolt* e Curtiss P-40 pelos caças bimotor britânicos *Gloster Meteor*<sup>18</sup>. Para a compra dos 70 aviões, 60 aparelhos F-8 monoposto de Caça e 10 TF-7 biposto. “Com essa aquisição, foi restabelecido o equilíbrio da aviação militar na América do Sul, uma vez que a *Fuerza Aérea Argentina* foi pioneira na América Latina, ao operar os primeiros caças a jato *Gloster Meteor F. Mk. IV*. Aquisição de outros caças supersônicos do modelo F-5, nas versões B para substituir as aeronaves *Lockheed TF-33A* e os *Gloster Meteor F-8*.

Na década de 1970, ocorreu a compra do Caça *Mirage IIIE* que incluiu o treinamento de pilotos e mecânicos na França e o aprendizado de uma nova doutrina de emprego da Força Aérea e, ainda em 1975, outros caças supersônicos do modelo F-5, nas versões B, além da versão E, adquiridos para substituir as aeronaves *Lockheed TF-33A* e os *Gloster Meteor F-8*.

Na primeira metade dos anos 80 outros *Mirage* foram comprados para repor perdas, e o modelo se modernizou, tornando-se mais ágil e potente; em 1988 foi adquirido um segundo lote de caças *F-5ex USAF*, e a introdução da versão e introdução da versão-5F. Em 1990 a FAB recebeu seu primeiro *AMX* e, posteriormente, mais três lotes, num total de 56 unidades.

Ainda na década de 1990, surge o primeiro programa de seleção de aeronaves de ataque, com sistemas de mira computadorizados, alerta de emissões de radar e visualização de todas as informações da missão, que se destaca pelo raio de alcance, robustez e precisão dos sistemas eletrônicos, os Caças *FXI* para substituir a frota dos *Mirage III*, já próxima da desativação.

#### **1.4 As Mudanças na Estratégia Militar após 1991**

A partir de 1991 na nova realidade pós Guerra Fria, ocorreriam profundas mudanças no âmbito do relacionamento internacional, conjugadas com as modificações tecnológicas e a aceleração das transformações das relações econômicas mundiais. Nesse

---

<sup>18</sup> Até 1970, o *Gloster* continuou sendo o principal avião de Caça da FAB, utilizado principalmente em treinamento de ataques ao solo, uma vez que a função de interceptação era mínima, pois faltava uma rede de radares de maior abrangência em nosso território. Esses jatos exigiram a montagem de uma logística de combustíveis e lubrificantes, pois eram movidos a querosene de aviação, inexistente no Brasil. Ver, na íntegra, INCAR: História da Aeronáutica.

novo cenário a possibilidade da ocorrência de guerras generalizadas protagonizadas por grandes potências, liderando grandes blocos<sup>19</sup>, começou a ser descartada<sup>20</sup>.

Serão improváveis, enfim, entre as grandes potências e seus blocos, as guerras de extrema violência, de atrição (se mantidas não nucleares), sangrentas, inerentes ao mundo industrial de massa, de natureza e características similares às da Primeira e Segunda Guerras Mundiais que implicam abrangente mobilização nacional e global. Serão improváveis as guerras intensas e generalizadas que implicam mobilização nacional e de blocos (mobilização militar, econômica e psicossocial) assim como emprego de imensos exércitos, marinhas e forças aéreas [...] (FLORES, 2002, p.19).

Embora países mais expressivos como China, Japão, Alemanha, França e outros que tenham papel relevante na ordem econômica e segurança mundial, o orçamento militar dedicado às forças armadas dos Estados Unidos os destacam pela superioridade bélica e os tornam a “única potência capaz de atuação intercontinental decisiva e de garantir ou comprometer seriamente a paz e a estabilidade em nível global<sup>21</sup>” (FLORES, 2002, p.20).

Nesse contexto classificado como Pós-Moderno o cenário incerto é cercado pela série de crises que se desenvolvem na sociedade, as quais, envolvem as mais diversas questões, entre elas: - econômicas, religiosas, de etnia, de gênero, narcotráfico, entre outras. As palavras de Kumar (1997), citadas a seguir, sinaliza a preocupação dos autores modernos sobre a pós-modernidade:

Um mundo de presente eterno, sem origem ou destino, passado ou futuro; um mundo no qual é impossível achar um centro ou qualquer ponto ou perspectiva do qual seja possível olhá-lo firmemente e considerá-lo como um todo; um mundo em que tudo que se apresenta é temporário, mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência. Aqui não há estruturas profundas, nenhuma causa secreta ou final; tudo é (ou não é) o que parece na superfície. É um fim à modernidade e a tudo que ela prometeu e propôs. (KUMAR, 1997, p.152)

Na citação anterior o autor ao mencionar a incerteza constatada na pós-modernidade critica a fragilidade que se estabelece no campo acadêmico. Tal constatação é explicada pela superficialidade e fragmentação com que os temas sociais veem sendo tratados, ou seja, os problemas sociais dessa era estão desconectados de um todo e de toda uma

<sup>19</sup> Pelo fato de não ser prevista a existência de contenciosos econômicos ou imperiais, ao menos de países mais poderosos; de movimentos populistas servidos por ideologias de esquerda ou direita conduzidos por lideranças radicais como a de Mussolini, Hitler, Stalin entre outros. (Ver, na íntegra, Flores, M.C., 2002, p.19).

<sup>20</sup> O cenário do século XXI descrito por Flores (2002) coincide com o descrito na Política Militar da Aeronáutica aprovada pela Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA – 14-5/2008), que, por respeito ao caráter confidencial o mesmo não será citado na íntegra,

<sup>21</sup> O autor cita que a Estratégia Nacional de Segurança norte-americana em sua nova versão da política de defesa de 2002, deixa claro que os Estados Unidos não permitiram que nenhuma potência se equipare ao seu poderio militar.

evolução histórica, assim, eles se apresentam como próprios da sociedade pós-moderna e cabe a ela se adaptar e sobreviver com eles.

Conscientes dos inúmeros e complexos os problemas que a sociedade pós-moderna enfrenta, os quais foram citados anteriormente por Kumar (1997) e sem a menor intenção de esgotar o assunto, limitamos-nos nas linhas seguintes a descrever aqueles ligados a defesa nacional, o que inclui a guerra na pós-modernidade, sendo ela, configurada pela incerteza, pela vulnerabilidade da segurança, pela dificuldade de identificação do inimigo potencial, pela falta de anúncio da declaração de guerra por meio de ataques inesperados.

Neste sentido, Flores (2002) e Côrtes (2001) são autores que elucidam que as guerras pós-moderna podem acontecer de formas variadas, ou seja, simultânea, complementar ou entrelaçadamente, podem estar fundamentadas em conflitos regionais/locais, infranacionais ou internacionais, cuja emergência se associa a diversos fatores, entre os quais as disparidades sociais e regionais, problemas étnicos, problemas de integralismo nacionalista, de disputa por território ou recursos naturais, de fundamentalismos religiosos, ideológicos, culturais.

Esses conflitos, quando inspirados por motivos de fanatismo religioso, cultural, racial, entre outros, são mais graves, tanto pela situação de instabilidade gerada pelos mesmos, como pelas consequências que podem trazer, uma vez que ultrapassam os limites regionais, diante de ameaças do emprego de armas químicas, biológicas ou até nucleares.

Nesse sentido, os Estados regidos por regimes ditatoriais radicais, servidos por fundamentalismo fanático, são considerados mais perigosos para a paz do que países fortes e organizados, levando-se em conta que são reativos à ordem vigente e que, diante da incapacidade de sustentar o preparo militar convencional, são levados a atos extremos de terrorismo com uso de armas de destruição em massa, “cuja concretização se pauta pela surpresa, explica a concepção norte-americana de defesa distante mediante ataque preventivo aos países de onde ela emana [...]” (FLORES, 2002, p.23 a 24).

A possibilidade de radicalismo é mais provável em conjunturas de regimes ditatoriais passíveis de mobilização fanática e onde existe controle da mídia para mascarar a realidade do povo. Como exemplos desses Estados potencialmente perigosos podem-se citar os casos da guerra entre

[...] o Irã fundamentalista dos aiatolás e o Iraque do redentorismo fascista de Saddam Hussein nos anos 80, países onde é forte o fanatismo, de mídia controlada e apoiados na receita do Petróleo”. [...] de Caxemira (entre Índia e Paquistão, conflito territorial envenenado pelo aspecto cultural-religioso) [...] Outro, pautado pela simetria, é o conflito entre israelenses e palestinos, de raízes históricas e religiosas, potencialmente perigoso para o mundo, em particular porque pode comprometer o papel do Oriente Médio, produtor de petróleo, no perfil enérgico global (FLORES, 2002, p. 26).

Segundo o autor, na América do Sul, os conflitos irregulares se caracterizam pela baixa gravidade, e se referem a conflitos político-ideológicos internos ou, simplesmente, resultantes da criminalidade transnacional organizada, o que engloba o tráfico de drogas, de armas, contrabando, terrorismo e acontecem mais provavelmente em fronteiras precariamente controladas, como as da Amazônia, podendo se estender ao terrorismo urbano<sup>22</sup>.

Para conter esses tipos de conflitos regionais e suas possíveis consequências, em nome da segurança internacional, a tendência para o controle ou para a contenção desses conflitos é, geralmente, a ocorrência do processo de intervenção militar<sup>23</sup>.

O poder de um Estado de intervir militarmente em outro Estado ocorre sob a égide da ONU e em circunstâncias julgadas ameaçadoras à segurança internacional. Considerando que a intervenção pode, ainda, ocorrer de forma unilateral, assegura aos Estados Unidos o poder de intervir no mundo, sob o entendimento que seus objetivos são úteis para a democracia, para a paz e para progresso do mercado mundial (FLORES, 2002).

A intervenção militar ou a resistência a ela são fatores que têm influência no pensamento estratégico e no preparo militar, uma vez que comprometem a ordem internacional estruturada, baseadas em conceitos de soberania, autodeterminação e territorialidade.

A resistência à intervenção militar em países mais pobres, sem muito que perder e/ou comandados pelo fanatismo, tende a desencadear guerrilhas desgastantes e terrorismo, fato que faz o povo assimilar os motivos vitais para a segurança nacional. Já em países democráticos, as estratégias de intervenção ficam vulneráveis, a reações psicossociais e

<sup>22</sup> Geralmente em conflitos pautados pela guerrilha, o confronto entre forças militares atuando como polícia é tênue a distinção entre combatentes e não combatentes. Suas operações se caracterizam pela iniciativa e pela manobra furtiva e ágil, com escaramuças e ataques pontuais que tumultuam e/ou mobilizam o adversário apegado a compromisso de proteção e defesa, sejam eles urbanos, linhas de comunicação e transporte, centros de comando, controle e logístico ou outros (Ver, na íntegra, Flores, M.C., 2002, p.60).

<sup>23</sup> Conflito que visa ao controle das causas e das consequências de problemas entendidos como de interesse supranacional, não importando, para o propósito destas considerações, o mérito das intervenções sob a perspectiva ética, humanitária ou quanto ao direito (FLORES, 2002, p. 45).

da mídia, pois estão sujeitos à opinião pública, uma vez que a mídia tem reflexos positivos ou negativos no apoio da população, afetando a disposição dela se representar politicamente.

Outra questão a afetar o pensamento estratégico e o preparo militar de um Estado são as peculiaridades nacionais e as diferentes concepções políticas entre um país e outro. Em destaque, existe a polêmica questão da ordem interna<sup>24</sup>, que envolve o pensamento estratégico militar e compromete as Forças Armadas à medida que lhes é repassada a função de desempenhar papel de polícia para respaldar os interesses dominantes. Isto coloca a missão institucional e a identidade militar em xeque, como argumenta o autor, especificamente, no caso do Brasil.

O emprego das Forças Armadas na ordem interna não deve, porém, ser estendido à rotina da segurança pública, sob pena de acabar prejudicando-as no que se refere a sua missão precípua, a defesa nacional propriamente dita, e de compreendê-las além do razoável, numa democracia, com a condução de questões internas. Seu uso precisa ser preservado para situações bem definidas e transitórias, em que a atuação policial não basta para garantir a ordem constitucional, a ordem legal e os direitos do povo, até mesmo, algumas vezes, para situações que exigem operações especiais ou quaisquer outras tipicamente de nível militar ou que dependam de meios só disponíveis nas Forças Armadas. Em suma: entre admitir o uso rotineiro das Forças Armadas na ordem interna (como muitas vezes é aventado por autoridades públicas e pela sociedade em geral) e melhor preparar outros instrumentos do Estado legalmente vocacionados para tal missão, é com certeza mais correto adotar esta última medida, preservando o emprego da força militar para a instância que inequivocamente a exija (FLORES, 2002, p.34).

O autor reforça a ideia que a atuação militar se faz conveniente e imprescindível em diversas situações em que a força policial seja insatisfatória ou incapaz de atuar.

A estratégia militar e a preparação militar são influenciadas, ainda, pela tecnologia de que um país dispõe, o que inclui as armas inteligentes, de precisão e eficiência, que permitam ataques aos alvos de efetivo interesse militar, de modo que se consiga a destruição da capacidade de comando, das comunicações, do controle e inteligência e da defesa aérea e antiaérea do inimigo. Para que esse arsenal se torne eficaz é necessário o conhecimento da situação estratégica e operacional e dos alvos para programá-las e guiá-las. “Esse conhecimento é obtido por sistemas e instrumentos externos (satélites, aviões tripulados

---

<sup>24</sup> Eventualmente ocorridos em território nacional, os conflitos internos ou guerras civis, que envolvem a questão da ordem e segurança interna do Estado, enquadrando-se, ainda, nessas questões, as ações de natureza parapolicial, problemas que transcendem a capacidade policial como repressão ao terrorismo, drogas ou outras manifestações de criminalidade organizada (Idem).

e não tripulados, sensores diversos – eletromagnéticos, óticos, acústico, térmicos – operações de ‘ inteligência’” (FLORES, 2002, p.35).

Nesse contexto ocorre uma rápida obsolescência das armas de guerra devido a rapidez da evolução tecnológica e do alto custo de modernização dos materiais bélicos pago pelo erário público. Outra alteração promovida pela tecnologia promove é a redução da especificidade dos teatros terrestre, marítimo e aéreo, o que vem aumentar a interdependência das três forças, sob risco de comprometimento da eficiência militar nos combates.<sup>25</sup>

Em suma: nas circunstâncias dos cenários de conflito mais plausíveis hoje, a tecnologia está contribuindo para superar a época das campanhas separadas, naval, terrestre e aérea, e também para incrementar a eficiência militar integrada, resultante da combinação sinérgica das três forças, mesmo no campo operacional – combinação que requer estruturas organizacionais adequadas em material e doutrinas operacionais compatíveis (FLORES, 2002, p.39).

Esse cenário se associa ao revolucionário teatro constituído pelo espaço, com satélites provedores de comunicação, de controle do posicionamento (GPS) e das trajetórias dos mísseis, de inteligência primordiais a eficiência do emprego tempestivo ou até preventivo, além de instrumentos de guerra eletrônica.

Com o novo teatro de guerra os altos investimentos na dispendiosa e complexa tecnologia espacial se pautam pela preocupação de seu uso ou mesmo a negação do uso pelo adversário, devido à vulnerabilidade dos satélites. Isso acarreta a restrição de se obter tecnologia dos Estados Unidos, potência hegemônica em pesquisas aeroespaciais, ao querer controlar o desenvolvimento tecnológico em outros países.

Diante dos desafios do século XXI, “da ciberguerra, do espaço, das ameaças difusas e incertas que podem se valer da surpresa, com meios tecnologicamente modernos e armas dotadas de alta e cara tecnologia”, segundo Flores (2002, p.44), os cenários políticos estratégicos e a tecnologia que pesam hoje implicam numa revisão e nas ajustagens das influências doutrinárias das concepções tidas como clássicas, ou seja, da revisão da herança do passado, mesmo que mais recente.

---

<sup>25</sup> Um exemplo que pode ser citado é a Guerra das Malvinas, em 1982, conflito em que a Argentina foi prejudicada pela fragilidade institucional do comando unificado, devido a anacrônica tradição de autonomia entre as três forças. (Ver, na íntegra, outros exemplos de conflitos mais recentes pautados pela moderna tecnologia em Flores M.C., 2002, p. 39).

As mudanças que essas novas modalidades de guerra trazem em relação ao século passado são a formação de exércitos menores, mais profissionais, com mais poder tecnológico e mais oneroso. “[...] uma tendência ainda discreta nos países que dependem dos exércitos para o controle político interno” (FLORES, 2002, p.48).

Além da restrição no acesso à tecnologia, (o Brasil sofre com restrições orçamentárias para o preparo militar caro e abrangente, em detrimento de outras demandas nacionais), presencia-se a ausência de interesse político e social pela defesa nacional.

O quadro de profundas mudanças conjunturais vividas após no mundo pós Guerra Fria fez surgir a necessidade de revisão de certas concepções acerca do funcionamento e das estruturas dos Estados, incluindo a concepção de soberania nacional e, conseqüentemente, as concepções próprias das Forças Armadas. Uma vez que a evolução dos diferentes períodos de conflitos caminhou para o “Pós-Modernismo Militar” (PMM) e para a chamada “Revolução dos Assuntos Militares” (RAM), abriu-se um leque de assuntos que passaram a ser debatidos no meio acadêmico: as ameaças percebidas; a definição principal da missão das Forças Armadas; a estrutura das Forças Armadas; o perfil militar predominante, especificamente, o de comando; a postura da opinião pública em relação aos assuntos ligados à Defesa, incluindo-se a mídia; os quadros de recursos humanos tanto em relação à proporção de militares, civis e de gêneros.

Em relação à expressão Pós-Modernismo, Côtres (2001) a explica dentro de uma cronologia que envolve diferentes contextos de conflitos assim denominados: “Período Moderno” – antes da Guerra Fria, ocorrido entre 1900 a 1945; “Período Moderno Final” – Guerra Fria, entre 1945 a 1990 e, “Período Pós-Moderno” – pós Guerra Fria, a partir de 1990.

Sobre a ameaça percebida, ele explica que, durante todo o “Período Moderno”, a percepção de ameaça no mundo voltava-se à invasão inimiga do território. No caso brasileiro, como na maioria dos países semidesenvolvidos, durante quase todo o “Período Moderno Final” essa concepção de ameaça perdurou, com reflexos no período seguinte, como cita o autor:

Eventual holocausto nuclear afetaria o país por afetar todo o planeta e nem autoridades e nem o povo percebiam a guerra nuclear como ameaça dirigida ao país. Por outro lado, continuou persistindo a ameaça de invasão inimiga do território, com aumento da intensidade no período de 1969 a 1982. Além disso, havia a ameaça de conflito subnacional ou subestatal, de resto concretizada ao longo de vários anos sob a forma de guerrilhas rurais e urbanas, com ações terroristas de vários tipos. [...] O conjunto dessas circunstâncias fez com que as autoridades responsáveis por defesa nacional não estivessem preparadas para perceberem as diversas feições da nova ameaça de conflito subnacional ou subestatal no período Pós-moderno (CÔRTEZ, 2001, p.24).

Já para os países desenvolvidos a “ameaça percebida”, ao mesmo tempo que parece limitar-se a atentados terroristas, existe sob a alegação de que certos países semi- ou subdesenvolvidos em processo de iminente desestabilização, possam representar ameaça aos seus interesses.

Diante desse quadro, o autor explica que entre as três categorias de missão – Defesa, Dissuasão e Gerenciamento de crises estabelecidas e aplicadas pelos centros de poder, observa-se uma ampliação significativa da concepção tradicional da terceira categoria.

Essa ampliação da concepção tradicional do gerenciamento de crises vem justificar como válido, nobre e normal o processo de intervenção através do uso de força e/ou de recursos não militares (sanções diplomáticas, econômicas, financeiras ou comerciais) em nome da proteção aos direitos humanos, proteção ao meio ambiente, apoio aos direitos dos povos indígenas etc..

[...] assumindo uma ominosa feição ao programar engajamento preventivo, intervenção humanitária e emprego de força armada em operações de manutenção, construção e/ou imposição da paz. Nessa categoria se dá a conjugação de concepções pós-modernas de defesa com as ‘causas nobres’ e ‘novidades’ jurídicas e diplomáticas. Em outras palavras essa nova maneira de conceber o gerenciamento de crises traduz o empenho dos países tecnificados<sup>26</sup> em transformar o intervencionismo como forma normal e legítima de atuação internacional (CÔRTEZ, 2001, p. 25-26).

Ao lado das “novidades” jurídicas e diplomáticas são criadas, paralelamente, e promulgadas “novas ideias” que as validam, criando-se uma base para que, o direito do exercício do mais forte ganhe endosso universal, a priori sob aval das Nações Unidas. No entanto, na falta de endosso da ONU, a estratégia utilizada recorre à persuasão da opinião pública através do emprego intensivo dos meios de comunicação de massa em nome da comunidade internacional. Como exemplos dessas “novas ideias” encaixam-se as barreiras comerciais não tributárias, como o “selo verde”, a questão da soberania limitada, o dever de

---

<sup>26</sup> O autor adota a expressão “tecnificado” quando se refere aos países desenvolvidos ou industrializados.

ingerência, o direito de intervenção, a interferência humanitária e outras semelhantes (CÔRTEZ, 2001).

Sobre às conceituações doutrinárias voltadas a Defesa e Dissuasão, Côrtes (2001) ressalta que, embora adaptadas à realidade geoestratégica pós-1990, ainda, obedecem às concepções clássicas.

Quanto à definição da missão principal das forças armadas, em relação à ameaça percebida durante o “Período Moderno”, de 1900-1945, o autor ressalta que apesar de as forças armadas brasileiras oferecerem, na primeira metade da década de 40, apoio à aliança, concretizado pela declaração de guerra às potências do Eixo em 1942, posicionando-se no combate ao inimigo no Atlântico Sul e enviando soldados da Força Expedicionária Brasileira e do Primeiro Grupo de Caça para lutar na Itália, integrados ao Exército norte-americano. Após o encerramento do conflito, já no “Período Moderno Final”, entre 1945 a 1990, a missão principal voltou a ser a defesa do território pátrio (CORTÊS, 2001).

Em relação à estrutura da força dos países desenvolvidos, o “Período Pós-Moderno” marca a formação de pequenos efetivos profissionais, enquanto no Brasil perdura um quadro de grande efetivo que incorpora, a cada ano, e em todo o país, uma quantidade de recrutas acima das necessidades das forças armadas por meio do serviço militar obrigatório. Para Côrtes (2001), numa etapa de transição para a estrutura pós-moderna é imprescindível uma reformulação do mecanismo de serviço militar obrigatório, num processo que busque adaptar a concepção de força totalmente voluntária e que, considerando as peculiaridades, venha a atender às necessidades de cada força singular.

Sobre a conceituação do novo perfil militar da oficialidade brasileira, Côrtes (2001) considera que a mesma não pode estar desvinculada da evolução política e social do país. Para Oliveira, Ludwig e Souza Filho (2010), o ensino militar brasileiro, na atualidade, é uma expressão da modernidade no contexto da pós-modernidade. Ou seja, ele se mantém baseado em antigos pressupostos desvirtuando a preparação militar do papel que terá de desempenhar no contexto das “novas missões”, principalmente as vinculadas ao gerenciamento de crises. Sobre essa questão Grubisich (2013, p. 04) escreveu:

A formação dos profissionais militares não pode estar desvinculada das questões culturais e geopolíticas externas e internas, levando em consideração sua inserção tanto no cenário nacional quanto internacional; assim, as estratégias educacionais devem contemplar essas articulações entre as demandas da Defesa e os cenários de intervenção profissional militar.

Ao refletir acerca dessa problemática Godoy (2010), faz uma análise sobre o aspecto do aprimoramento das Forças Armadas em seu preparo e emprego. Em suma, a autora ao comparar a formação inicial da oficialidade das Forças Armadas nas três academias militares, Escola Naval, AMAN e AFA com as preconizações da PDN e da END aponta para o isolamento que existe nas decisões pedagógicas de cada Força:

Não observamos nos aspectos pedagógicos e nos programas curriculares das Escolas de formação de oficiais militares um propósito de encaminhar a implementação da nova ordem de segurança e defesa nacionais, mantendo-se o isolamento das decisões pedagógicas de cada Força e, em certa medida, reforçando uma crise de identidade do profissional militar, pois a formação recebida pelos jovens discentes militares é alicerçada na atividade da guerra, só que não se vincula o treinamento recebido nos quatro anos de formação da oficialidade para o emprego conjunto e objetivando efetivação do sistema de defesa nacional, em uma nação que convive numa realidade pacífica (parafrazeando um dos aspirantes da Escola Naval, fato “que é adorável”), com presente e futuro de difícil prevenção das possibilidades de conflitos e de crises. (Godoy, 2010, p.2)

Essa realidade vivida nas Forças Armadas reflete a posição política e econômica do Brasil, seja, pela remota possibilidade de ameaça externa em conflito convencional entre Estados, pela cultura de que o Brasil é um país pacífico e pelo distanciamento do meio civil nas questões de Defesa.

O artigo intitulado *O Poder Aeroespacial: Elemento Indispensável da Política de Defesa Nacional por Maria José Machado de Almeida*, em 2010, ressalta que a importância atribuída à atuação conjunta das forças terrestres, navais e aérea é explicada pela necessária rapidez, alcance em profundidade, pronta resposta, e precisão nos alvos, tanto para atingir a superioridade aérea, como ainda subsidiar o Exército e a Marinha na concretização de sua missão, aumentando, assim, a eficácia das ações de Defesa Nacional. Neste sentido, a obtenção de vantagens estratégicas e ganhos políticos devem ocorrer, por meio, da atuação do Poder Aeroespacial. A autora salienta que a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa preveem incrementos em todos os elementos que o integram, de modo que se consiga acompanhar as rápidas evoluções tecnológicas presentes nos novos e importantes conceitos de Defesa incorporados à Revolução nos Assuntos Militares (RAM).

A RAM é uma temática também abordada por Côrtes (2001) e em sua indagação ele explica as radicais alterações que o processo de informatização traz aos conceitos clássicos da Arte da Guerra. Ao se referir a informatização que cerca o Sistema de Comando, Controle, Comunicação e Inteligência (C3I), cita como exemplo as alterações de um dos conceitos clássicos sintetizado por Clausewitz com sua expressão “a névoa da guerra”<sup>27</sup>:

Atualmente a informatização de todo o espectro C3I praticamente dissipa por completo essa “névoa”. Ela faz com que se obtenha em tempo real e com exatidão quase absoluta as informações sobre as próprias forças e as do oponente, permite o instantâneo processamento das mesmas, assegura a pronta e clara transmissão de ordens e comunicações de coordenação e possibilita a rápida e continuada atualização de todos esses ciclos. Aliás, já se começa a utilizar, nesse patamar de altíssima tecnologia de informação para fins militares, a abreviatura C4IVR: Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento. A combinação de C4IVR com os sistemas de armas e munições “inteligentes” minimizou radicalmente as baixas de combate, além de reduzir o tempo de duração de conflitos armados em teatros de operações limitados. Consequentemente foram diminuídos na mesma proporção os óbices representados pelo envolvimento imediato da opinião pública, tanto interna (no país atacante) como internacional (CÔRTEZ, 2001, p.40).

Pode se dizer que a névoa da guerra não se dissipa na pós-modernidade, uma vez que ela se relaciona às novas vulnerabilidades ligadas ao risco de ataques informatizados, capazes de comprometer todo um sistema inteiramente dependente, tanto da própria informatização, como do amplo acesso a meios informatizados em todos os campos, inclusive no campo dos conflitos armados.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) explica detalhadamente o Sistema de Comando e Controle e sua importância para a Defesa Nacional. Para explicá-lo na íntegra seria necessário bem mais do que alguns parágrafos, porém, sumariamente pode se dizer que é que gera a possibilidade de obter vantagens estratégicas sobre o inimigo, uma vez que promove maior rapidez nas funções de observação, comunicação, decisão e ação contra prováveis ameaças.

A importância desses sistemas se fundamenta diante da revolução na informática, das amplas alterações na essência dos conflitos, da guerra assimétrica<sup>28</sup>,

<sup>27</sup> Expressão utilizada por Carl von Clausewitz no seu livro *Da Guerra* (1832), em que ele se refere à nuvem de incerteza que envolve um conflito antes mesmo de sua eclosão, pelas inúmeras possibilidades de ações e consequências.

<sup>28</sup> “A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando

sobretudo da guerra cibernética, da guerra reticular<sup>29</sup> e a ação bélica estratégica informatizada do Pós-Modernismo Militar requerem mudanças radicais em doutrina e estratégia.

Uma vez que a guerra avança da terra, do mar e do ar para um plano muito mais amplo, classificado pelo autor como “pentadimensional”, que abrange além dos três elementos, o espaço e a eletrônica, cuja combinação “daqueles avanços com esse requisito de mudança de estruturas e de normas de conduta constitui o cerne da Revolução em Assuntos Militares (RAM)” (CORTÊS, 2001, p. 41).

Nesse contexto de profundas alterações no comportamento internacional, torna-se urgente para os países subdesenvolvidos um eficaz processo de “pós-modernização” de suas forças armadas, uma vez que a Revolução em Assuntos Militares traz implicações especiais para os mesmos. “Já foi assinalado o perigo que para eles representa a conjugação feita pelos países tecnificados de certas conceituações doutrinárias suas com as chamadas ‘causas nobres’ e com as ‘novidades’ jurídicas e diplomáticas” (CORTÊS, 2001, p.40).

Com o aumento das ameaças, tanto em intensidade como em diversidade, defrontadas pelos países subdesenvolvidos, é necessário equacionar as providências de Defesa Nacional, por meio de uma definição mais exata dessas ameaças, na tentativa de impedir sua concretização. Entre outras razões isso é necessário para impedir que o bloco com mais poder possa induzir (ou impor) o “novo” para as forças armadas do mesmo, que redunde, na prática, em transformar o exército em polícia militar, a marinha, em guarda-costas e a aeronáutica, em polícia aérea.

Segundo essa diretriz, a “civilianização” das forças armadas facilitaria essa transformação *ad diminutio* e, ademais, retiraria da concepção de defesa nacional a ênfase castrense e eliminaria a possibilidade de emprego das forças armadas como componente de política externa, tanto do ponto de vista ativo como sob a forma de dissuasão (CORTÊS, 2001, p.40).

Nesse processo de pós-modernização das forças armadas é importante ainda, revitalizar os conceitos básicos de Segurança, Desenvolvimento e Soberania, no sentido de tornar possível uma concepção sistêmica para que a Defesa deles se ocupe. Assim como é essencial a implantação ou restabelecimento de indústria própria de material militar, de empenho continuado na pesquisa e desenvolvimento (P&D).

---

voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate. Os atos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica.” (BRASIL. Estado Maior da Armada. EMA305: Doutrina Básica da Marinha. Brasília. 2004).

<sup>29</sup> Formação de redes se enquadra no conceito acima descrito.

[...] Essa orientação, aliás, indica por si mesma uma função adicional da Defesa Nacional: coadjuvar a criação de riqueza e a cooperação integralista. Para ela deverão atuar coordenadamente as forças armadas, o serviço exterior e o setor empresarial. [...] Na realidade como esses países enfrentam problemas semelhantes para efetuarem a atualização de suas forças armadas, os programas que adotarem em Com base em todo esse contexto de pós-modernidade as Forças Armadas nos mais diversos países são pressionadas a promover alterações “em suas formas de organização e funcionamento bem como nos processos formativos de seus quadros.”conjunto para adotar a RAM às contingências próprias de sua Expressão Militar contribuíram significadamente para a integração em todas as outras Expressões do Poder Nacional (CORTÊS, 2001, p.41).

A pós-modernização requer, ainda, um entrosamento mais amplo e mais profundo entre militares e diplomatas, uma vez que não é possível cogitar sobre as operações combinadas sem a participação do serviço diplomático em todas as suas etapas, desde o planejamento até sua implementação.

A urgência em implementar a pós-modernização militar (e diplomática) requererá a aceleração da integração sul-americana. Na realidade, ambos os processos deverão se complementar e assim facilitar a soma do Poder Nacional de todos os participantes. O desempenho de papel ativo na globalização, ora em pleno andamento, exige elevado nível de Poder Nacional, o que, no caso dos países subdesenvolvidos, só poderá ser obtido através desses dois processos, conduzido de forma simbiótica (CORTÊS, 2001, p.44).

Os desafios do século XXI, “da ciberguerra” do espaço, das ameaças difusas e incertas que podem se valer da surpresa, com meios tecnologicamente modernos e armas dotadas de alta e cara tecnologia, fez crescer a necessidade de revisar e de ajustar a doutrina militar vigente até o contexto da Guerra Fria.

É possível associar, nessa conjuntura, a necessidade da revisão de muitas concepções acerca do funcionamento das nossas Forças Armadas e seus rumos.

### **1.5 A Evolução dos Assuntos de Defesa no Brasil e os Rumos do Ensino Superior Militar**

As Forças Armadas, que atuaram ativamente durante a Guerra Fria, como representantes legais da preservação da segurança nacional, com o fim da bipolaridade enfrentariam a indefinição de seu papel na sociedade e daí a chamada “Crise de Identidade”. Como relatam Oliveira, Brites e Munhoz (2012, p. 183):

Os questionamentos que decorriam desse novo panorama buscavam definir qual seria o novo papel das Forças Armadas. As respostas iam desde a extinção, passando por combate ao crime organizado (tráfico de drogas, contrabando de armas), pela realização de obras de infraestrutura, até uma reorganização – atendendo a um novo emprego estratégico. Porém, para que houvesse uma redefinição do papel militar seria necessário superar, ou contornar, os problemas históricos das relações entre civis e militares. A primeira resposta a esse problema começou a ser dada com a utilização de força militar na resolução de problemáticas internas. Essa nova fase, verificada no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) representou um ponto de inflexão na crise de identidade enfrentada pelos militares. Além disso, começou a estabelecer bases para a futura criação do Ministério da Defesa.

Andréa Benetti Carvalho de Oliveira em seu artigo intitulado *América do Sul na Política de Defesa Nacional*, apresentado em 2013 no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa de 2013 ao descrever o contexto da elaboração da Política de Defesa Nacional salienta que sua elaboração em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, representou um avanço para o país, uma vez que possibilitou formular, de maneira correta, a concepção brasileira de Defesa Nacional, ao definir, pela primeira vez, os objetivos nacionais na área de defesa, ao tentar aproximar civis da formulação de política nacional na área de defesa.

Assim, em 1999, já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso a criação de um Ministério de Defesa, reuniu em um só local todos os ramos militares. Após a sua consolidação, os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica foram convertidos em comandos militares reunidos no Ministério da Defesa, sob o comando de um civil nomeado pelo Presidente da República.

Embora tenha tido o mérito de lançar entre outros, a Política de Defesa Nacional (PND), de criar o Ministério da Defesa, de incentivar a integração das Forças Armadas à organicidade do governo, com a adoção de uma agenda militar específica, em destaque para a revitalização do Projeto SIVAM, Calha Norte e o submarino nuclear, o governo Fernando Henrique Cardoso “não atribuiu caráter determinante às Forças Armadas no papel internacional do país. Assim, o principal campo de atuação dos militares na política externa brasileira foi a participação em operações de paz” (OLIVEIRA, BRITES E MUNHOZ, 2012, p. 185-186).

Essa situação só iria se alterar a partir do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que em 2005, no seu primeiro governo, ele tenha aprovado a reformulação da PDN.

A reformulação caminhou no sentido de melhor adaptá-la à realidade nacional e à internacional, e também deixar mais precisos alguns dos objetivos não tão claros, delineados na PDN anterior. O caráter ostensivo e acessibilidade para a população nacional representou outro avanço da PND de 2005.

Em seu conteúdo atualiza a PDN de 1986 e traça ações e diretrizes de caráter militar frente às ameaças externas, visando a objetivos que contemplem as prioridades estratégicas da garantia da soberania nacional e do estado democrático de direito. A revisão a torna mais condizente com a realidade nacional.

Apesar de as duas versões dos documentos deixarem implícita a América do Sul nas premissas das orientações estratégicas da ação brasileira, o respeito às fronteiras nacionais e a necessidade de estreitamento de relações com os países vizinhos, na versão de 1996 a prioridade de contribuir para a paz mundial vinha antes da manutenção da paz regional, haja vista a existência de um clima harmonioso e de cooperação existente ao longo das fronteiras. Já nas diretrizes da Política de Defesa Nacional de 2005, a ideia da natureza difusa das atuais ameaças, provenientes de outros atores internacionais além dos estatais, e da crescente necessidade de investimento em atividades de inteligência são reforçadas, sobretudo para prevenir possíveis ações terroristas, destacando a prioridade estratégica das Amazônia Verde e Azul (OLIVEIRA, 2013).

Ressalta-se que na nova agenda de política externa do governo Lula, a América do Sul foi colocada como uma de suas prioridades. A ideia sobre a importância da integração sul-americana, seja em termos políticos, econômicos, de infraestrutura, de energia ou militares sobre os quais Lula discursava, ainda em seu primeiro mandato, seria aprofundada no seu segundo governo com a criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e do Conselho Sul-americano de Defesa (CSD), ambos em 2008.

A partir disso, alguns importantes eixos relacionados a essa temática foram estabelecidos: a publicação do “Cenários para o Exército Brasileiro em 2022” de 2005, a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e a elaboração do Livro Branco de Defesa (ainda em curso), bem como os projetos FX-2, SINAMOB e de produção de submarinos nucleares. Essas iniciativas são exemplos, não só de um destaque da importância do Ministério da Defesa na agenda de política externa brasileira (e também sul-americana), mas também de uma busca por maior articulação entre os setores civil e militar nacionais. Além disso, todos os projetos estão voltados, direta ou indiretamente, para o reaparelhamento e/ou modernização das Forças Armadas brasileiras, reforçando a maior relevância dada atualmente à questão (OLIVEIRA, BRITES E MUNHOZ, 2012, p. 185-186).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) aprovada em 2008 foi relevante na definição do papel do Ministério de Defesa e das Forças Armadas na política externa brasileira. Em sua essência o documento veio para reafirmar a necessidade de uma reformulação e modernização das Forças Armadas, com ênfase sobre o fortalecimento dos principais setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear.

Com o objetivo de nortear as ações do Estado brasileiro rumo a modernização e reaparelhamento de suas Forças Armadas a END foca em ações de médio e longo prazo em torno de três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, revisão da política de composição dos efetivos das Forças Armadas e reestruturação da indústria nacional de material de defesa.

Por considerar que a estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento, a END pretende estimular a participação da sociedade civil no debate sobre a defesa nacional, no sentido de alinhar as ações do setor com a estratégia de desenvolvimento nacional, especialmente no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas que aumentem a independência tecnológica e autonomia do país em relação ao exterior, tanto em atividades civis quanto em atividades militares.

A Estratégia de Defesa Nacional pauta-se em vinte e três diretrizes para a consecução de seus objetivos, destacando dentre elas a prioridade para a defesa da região amazônica, o estímulo à integração da América do Sul, o maior treinamento das Forças Armadas para um melhor desempenho em operações de manutenção da paz, organização e treinamento de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras, com manutenção do Serviço Militar Obrigatório.

Diferente dos anteriores, o documento Estratégia Nacional de Defesa é fruto de discussões e definições de um grupo interministerial criado pelo presidente Lula. Esse grupo formado, não apenas pelo Ministério da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos e Comandantes das três Forças como também contou com membros do Ministério da Fazenda, do Orçamento e Gestão, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, alguns representantes de civis, que dedicam seus estudos ao campo da Defesa.

Do mesmo modo que EDN, a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) ao longo de 2011 e 2012 também representou um avanço em relação aos documentos

de políticas nacionais de defesa. Como a EDN, sua elaboração envolveu um grupo de trabalho interministerial, especialistas civis e militares para, em conjunto com o Ministério da Defesa, discutir, levantar e definir os assuntos a serem incluídos no Livro. Esse fato, além de enriquecer a produção do LBDN, propiciou a aproximação da sociedade civil na discussão.

Em síntese, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é um documento de caráter público que permite o de livre acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazo, para viabilizar o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

O LBDN, em sua abrangência, descreve os dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os mais diversos tópicos como o cenário estratégico, a modernização das Forças Armadas, a racionalização e adaptação das estruturas de Defesa. Sua importância se atrela ao fato que, ao tornar público dados concretos em relação a orçamento e capacidades de equipamentos e efetivos, aproxima a sociedade civil aos temas de Defesa, “[...] além de deixar claro para ela e para a comunidade internacional, bem como de projeções para o futuro, quais são as intenções do governo brasileiro em relação à segurança do país” (OLIVEIRA, BRITES E MUNHOZ, 2012, p. 191).

Por ter como objeto de estudo a formação dos oficiais aviadores na Academia da Força Aérea o PEMAER oferece as perspectivas estratégicas relacionadas ao campo de ensino, mas pode trazer à baila uma explicação mais genérica às demais perspectivas contidas no documento.

Para orientar a Força Aérea Brasileira, especificamente, sobre sua missão constitucional, a de manter a soberania do espaço aéreo brasileiro com vistas a defesa da pátria, seguem definidos na Estratégia Nacional de Defesa quatro objetivos estratégicos assim expressos: prioridade da vigilância aérea, poder (aéreo) para assegurar o controle de ar no grau desejado, capacidade de mobilidade operacional conjunta e domínio de potencial aeroestratégico compatível. Tomando por base a missão e os objetivos da END, o Comando da Aeronáutica formulou o Planejamento Estratégico da Aeronáutica (PEMAER). O plano estratégico prevê a ação da Força Aérea Brasileira nos próximos 20 anos em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

É um documento que traz, de forma detalhada, como a Força Aérea prevê que estará no futuro e como fará para chegar lá. Faz um planejamento de curto, médio e longo prazo, em todos os níveis- estratégico, operacional e tático-, abordando os diversos projetos e sistemas, além das perspectivas estratégicas para todos os campos: finanças, ensino, ciência e tecnologia, logística, segurança e controle do espaço aéreo, preparo e emprego e pessoal.

Apesar de nos dias atuais existirem documentos como os anteriormente citados, que dão alguma proa às ações das Forças Armadas, a insistente indefinição do perfil profissional do oficial que se deseja formar nas academias militares é foco de constantes questionamentos por aqueles que se interessam pelos assuntos de Defesa. Foi possível compreender, nos tópicos anteriormente estudados, que a evolução dos conflitos e as transformações conjunturais passaram a exigir um novo tipo de combatente. Entretanto, o ensino superior militar na atualidade está defasado em relação ao contexto pós-moderno, por seu distanciamento com situações reais de conflito. Assim, a formação contemplada nessas academias não se refina com as demandas da contemporaneidade devido a falta de um projeto pedagógico mais delineado com as definições da Estratégia Nacional de Defesa, sobretudo, as operações combinadas e um intercâmbio entre o Ministério da Defesa e as três Forças para definição do perfil profissional dos oficiais para os novos tempos.

Nesse sentido, este estudo segue, nos capítulos posteriores, analisando não apenas a atual Política de Ensino da Academia da Força Aérea, como os currículos do Curso de Formação dos Oficiais Aviadores da Academia da Força Aérea Brasileira, desde 1974 a 2014, para, na sequência, conhecer a opinião dos egressos formados nessa Instituição de Ensino Superior Militar.

## **CAPÍTULO 2 - A ATUAL POLÍTICA DE FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS DA AFA**

O primeiro capítulo desta tese apresenta os debates acerca da criação da Aeronáutica no Brasil surgidos por influência dos feitos aeronáuticos de Santos Dumont e, mais adiante, avançando para o campo de batalha das nações mais desenvolvidas do início do século XX e impactando a mentalidade de civis e militares preocupados com a defesa nacional. Nessa evolução o eclodir da Primeira Guerra Mundial e seu desfecho fizeram aflorar no pensamento militar brasileiro a necessidade da criação de uma Força Aérea independente, numa época em que, tanto a Aviação Naval como a Aviação Militar do Exército não haviam ainda alcançado o pleno desenvolvimento, mais especificamente, nos anos 20, após a guerra.

A ideia da criação de uma nova força independente acalentada por muitos anos veio a se concretizar, de fato, na eclosão da Segunda Guerra Mundial, com a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941. A partir de então a Escola de Aviação Militar e a Escola de Aviação Naval foram extintas e a Escola de Aeronáutica passou a funcionar no Campo dos Afonsos até 1974, quando os cursos foram definitivamente transferidos para Pirassununga-SP.

Para tornar mais claros os processos educacionais e as atuais políticas de ensino vigentes na Aeronáutica seguem, neste texto, algumas explicações acerca da estrutura do Ensino da Aeronáutica, regida pelo Departamento de Ensino, o DEPENS. Aqui apresenta-se, também, um panorama geral da Academia, sua missão, seu organograma, a Divisão de Ensino (DE) e suas atribuições; o efetivo da AFA e seu corpo docente; a rotina na Instituição, questões sempre ilustradas. Segue-se, então, um estudo sobre a composição da estrutura curricular.

Por entender as peculiaridades do universo da AFA procurou-se melhor detalhá-lo, com a apresentação, resumida, das outras instituições escolares que se subordinam ao Departamento de Ensino da Aeronáutica – DEPENS, apesar do reconhecimento da importância de cada uma delas no âmbito do Comando da Aeronáutica OMAER.

### **2.1 Breve Histórico da Academia da Força Aérea**

A Academia da Força Aérea (AFA) foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.142, de 21 de março de 1941, com a denominação de Escola de Aeronáutica, funcionando, inicialmente, nas dependências da antiga Escola Militar no Campo dos Afonsos no estado do Rio de

Janeiro. No entanto, as desfavoráveis condições topográficas e meteorológicas daquela região, associadas ao pesado tráfego aéreo comercial do Rio de Janeiro, mais a ausência de campos de aviação auxiliares e de moradias nas proximidades da Escola foram fatores que exigiram o seu remanejamento, uma vez que comprometiam o desenvolvimento de uma Academia do Ar e a formação de oficiais.

Já em 1942, uma das providências tomadas foi a designação de uma Comissão para estudar as possibilidades da instalação da Escola de Aeronáutica no Estado de São Paulo e, assim, escolher um local mais apropriado para sediar a nova escola. Como resultado, o referido estudo demonstrou a unânime opinião de que a cidade de Pirassununga, localizada no interior do estado de São Paulo, era o lugar ideal para a construção da nova Escola, graças às excepcionais características topográficas da área.

Durante a II Guerra Mundial, iniciava-se a construção dos primeiros hangares da AFA. Em 1949 já havia um projeto revisado e uma comissão formada por oficiais, com a incumbência de submeter à aprovação do Ministro da Aeronáutica a proposta de atualização do projeto da Escola, além de providenciar e fiscalizar a construção. Embora necessário, os altos custos do empreendimento retardavam o início da construção e a mudança da nova escola.

Apenas em 1952, na administração do Brigadeiro Nero Moura, a construção da Escola de Aeronáutica, até então paralisada, recebeu novo impulso pelo decreto 31671, de 29 de outubro daquele ano, com a criação da Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica (LAVENÈRE, WANDERLEY, 1985).

Em 17 de julho de 1956, foi nomeada nova comissão para elaborar o projeto definitivo da Escola, que deveria atender a duas fases: - a mudança para Pirassununga-SP dos cadetes do último ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores e, posteriormente, mudança completa da Escola. Em 17 de outubro de 1960 foi inaugurado o destacamento precursor de Aeronáutica, marcando as primeiras iniciativas para a mudança da Escola. Inicialmente com poucas e precárias construções a Escola contava apenas com dois hangares e a pista antiga, no mesmo lugar da atual, gramada e de menores dimensões.

O ano de 1968 marcaria o início de uma nova era para a Academia com a chegada das aeronaves a jato T-37C. E no dia 9 de setembro, foi realizado o primeiro voo de

instrução de cadetes naquela aeronave. Em 10 de julho de 1969<sup>30</sup> a Escola de Aeronáutica passou a denominar-se Academia da Força Aérea e, em decorrência, o Destacamento passou a denominar-se Destacamento Precursor da Academia da Força Aérea. Em dezembro de 1972 ocorreu a primeira formatura na nova Academia e, em 1974, a Escola foi definitivamente transferida para as novas instalações em Pirassununga-SP (IZOLA, 1999).

## **2.2 A Missão e a Estrutura Hierárquica Educacional da Força Aérea Brasileira**

Como qualquer instituição pública, a Força Aérea Brasileira tem a missão orientada por um conjunto de leis e diretrizes que norteiam todas as suas atividades. Ao mesmo tempo que atende às prerrogativas da administração pública, o universo militar tem características muito distintas de outras instituições civis, tanto por seu conjunto interno de normas, regulamentos e regras, como pela simbologia e rituais militares.

Com base em sua missão e atribuições previstas na Constituição Federal, a FAB tem como tarefa formar recursos humanos adequados às suas necessidades e, para isso, o DEPENDS e as Escolas da Aeronáutica cuidam da formação de seus quadros de pessoal, numa estrutura que se organiza em três estágios fundamentais: de preparação, de formação e de pós-formação. A maioria dos aviadores inicia os estudos na Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica (EPCAR), sediada em Barbacena, Minas Gerais. A EPCAR, como uma Organização Militar de Ensino de 2º grau, tem como missão fornecer preparação moral, física e intelectual aos adolescentes que aspiram ao ingresso na Academia da Força Aérea para se tornarem pilotos militares da Força Aérea Brasileira.

O estágio de formação corresponde ao ensino superior que os oficiais de carreira da Força Aérea Brasileira receberão nos quatro anos na AFA, em um dos três quadros de formação: Curso de Formação de Oficiais Aviadores, de Oficiais Intendentes e de Infantaria. O ensino na AFA, objeto de estudo desta pesquisa será tratado mais minuciosamente nos capítulos seguintes.

No nível de pós-formação, cabe à Universidade da Força Aérea (UNIFA), localizada no Campo dos Afonsos – RJ, dar continuidade a formação do militar da Aeronáutica. De acordo com o descrito no site oficial da UNIFA, cabe a ela a função de “planejar, controlar, coordenar e orientar os cursos que visam o ensino de aperfeiçoamento e

---

<sup>30</sup> Alteração formalizada pelo Decreto-Lei nº 64.800 de 10/07/1969.

de altos estudos militares necessários a preparação para o exercício das funções de Oficiais-Superiores e de Oficiais-Generais, bem como os cursos de especialização que lhes são pertinentes”.<sup>31</sup>

A UNIFA acomoda, em seu campus, três escolas, entre elas o Centro Especializado da Aeronáutica (CIAER), com a missão principal de “capacitar militares e civis do COMAER para o desempenho de cargos e funções que requeiram habilidades e conhecimentos específicos, por meio dos cursos e estágios incorporados e outros que lhe forem determinados”.<sup>32</sup>

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR), também sediada no campus da UNIFA, tem como missão principal “aperfeiçoar oficiais subalternos e intermediários, visando ao desenvolvimento de competências específicas para o desempenho de funções administrativas, de assessoramento e operacionais, por meio do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (CAP) e outros cursos e estágios que lhe forem atribuídos”.<sup>33</sup>

Já a Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), tem por finalidade capacitar oficiais superiores para o preparo e o emprego do componente militar do Poder Aeroespacial, por meio de cursos e estágios de altos estudos militares e de outros que lhe forem destinados. Entre os cursos que atualmente funcionam na ECEMAR estão: Curso de Política e Estratégia (CPEA); Curso de Comando e Estado Maior (CCEM), Estágio de Atualização Doutrinária (EAD) e Estágio de Atualização à Política e Estratégia de Aeronáutica (EAPEA).

Dessa forma, ao longo da carreira, os oficiais da FAB estarão em contínuo processo de formação em suas diversas unidades de ensino, as quais estão diretamente subordinadas ao Departamento de Ensino (DEPENS), que como órgão de direção setorial do Comando da Aeronáutica tem a competência para lidar com todos os assuntos relativos ao ensino, desde a preparação até a pós-formação dos oficiais da FAB, de acordo com a estrutura piramidal apresentada a seguir:

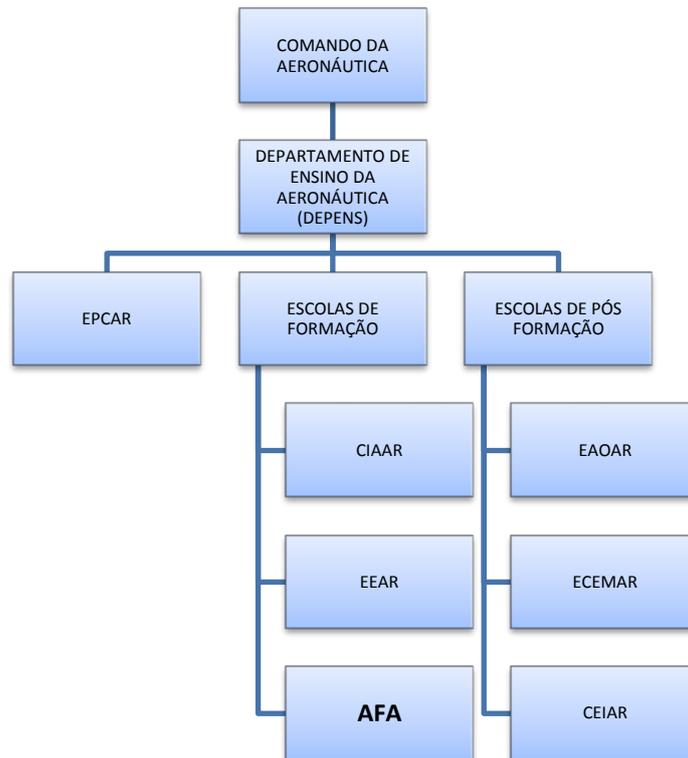
---

<sup>31</sup> Disponível na página oficial da UNIFA [www.unifa.aer.mil.br](http://www.unifa.aer.mil.br). Acesso em 04 de junho de 2013.

<sup>32</sup> Idem

<sup>33</sup> Idem

**Figura 1: Estrutura Do Ensino Da Aeronáutica**



**Fonte: Site Oficial da Força Aérea Brasileira. [www.fab.aer.mil.br](http://www.fab.aer.mil.br)**

Entre as escolas de formação apresentadas, na estrutura anterior, a AFA se destaca como a única instituição de ensino superior do COMAER, que forma os oficiais de carreira da Força Aérea Brasileira, enquanto as demais escolas se dedicam à formação e à militarização de civis que, depois de formados, passam a integrar o quadro de servidores da Aeronáutica por meio de concurso, ou de seleção.

Para melhor compreender a finalidades das diferentes escolas existentes no âmbito da Aeronáutica devem ser levadas em conta as diferentes categorias, ou postos, que compõem sua estrutura hierárquica assim dispostos: soldados, sargentos, suboficiais, oficiais temporários e especialistas, civis e oficiais de carreira.

De acordo com essa composição, os soldados ingressam por meio do alistamento militar obrigatório, em uma das unidades militares da Força Aérea, onde recebem treinamento para cumprir as obrigações militares previstas na legislação. No dia a dia, os soldados são alocados em diferentes setores da unidade, nos quais se dedicam a prestar serviços operacionais voltados à sua aptidão profissional, experiência, vocação, ou mesmo, às necessidades da Instituição. Após o cumprimento do período do serviço obrigatório é comum

que muitos desses jovens se engajem no quadro da FAB, podendo ali permanecer por um período de até 02 dois anos. Entretanto, é aberta ao soldado a possibilidade prosseguir na carreira militar da Aeronáutica, por meio de concurso interno. Executando os mais variados serviços, os soldados ficam subordinados a sargentos, suboficiais e oficiais.

Para ser sargento da Aeronáutica, o candidato precisa ser aprovado em um concurso público específico. Se aprovado, deve frequentar a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAER), em Guaratinguetá, interior de São Paulo. Trata-se de “uma instituição de ensino técnico que tem como missão formar e aperfeiçoar sargentos de carreira para a Força Aérea Brasileira”. Nessa escola são ministrados aos jovens entre 17 e 24 anos o Curso de Formação de Sargentos (CFS), para os que já concluíram ou estiverem concluindo o ensino médio; e o Estágio de Adaptação a Graduação de Sargentos (EAGS), para aqueles que já completaram o curso médio e técnico.

Após conclusão do Curso ou Estágio na EEAER, o militar é promovido a Terceiro-Sargento e incluído no Quadro de Suboficiais ou de Sargentos da Aeronáutica (QSS), na especialidade, cursada no estágio. Como militar da ativa, poderá ser designado a servir em qualquer localidade do Território Nacional, onde haja uma Organização Militar da Aeronáutica ou onde exista a necessidade do serviço. A classificação obtida durante o estágio é outro ponto que pesa sobre o destino desses militares. Cabe ressaltar, ainda, que o meio de promoção profissional para esses profissionais ocorre via concurso interno, de modo que podem ascender gradativamente na carreira, até o posto de oficial da Aeronáutica, que conta, ainda, com os Tafeiros, isto é, aqueles que se dedicam ao exercício de alimentação.

Para formar um quadro especializado e militarizado, composto de médicos, dentistas, fisioterapeutas, pedagogos e de outras especialidades necessárias à instituição, o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais, tem como missão o planejamento, a coordenação, o controle e execução dos planos e programas de ensino relativos à adaptação militar de pessoal para a Aeronáutica. Nesse sentido, oferece o Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE), Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT) e Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC). Quanto ao público que a referida Escola recebe, apesar de não ter frequentado a Academia, ao formar-se recebe a patente de Oficial, seja ele, temporário ou especialista.

Ainda, sobre a questão dos diferentes postos que compõem a escala hierárquica da Aeronáutica, é previsto um limite de tempo para o militar permanecer em cada posto, assim como um limite de idade para se manter em atividade.

Sobre a promoção dos oficiais de carreira, é relevante ressaltar que, até a patente de Coronel, a progressão hierárquica ocorre de maneira funcional, desde que o militar tenha frequentado os cursos previstos para ao referido posto e, a partir dessa posição, a questão da progressão se torna política. Nessas circunstâncias, dois fatos podem ocorrer: a ascensão ao generalato ou a passagem para a reserva<sup>34</sup>. A tabela 01, apresentada na sequência, resume essas informações:

**Tabela 1: Hierárquica da Aeronáutica**

<b>ESTRUTURA HIERÁRQUICA EM ORDEM CRESCENTE</b>		
<b>Postos</b>	<b>Tempo de Permanência</b>	<b>Idade Limite</b>
Soldados	Até 2 anos	
Sargentos/Taifeiros		
Suboficiais		
Alunos de Escola Preparatória de Cadetes do Ar	1 a 3 anos	
Cadetes – Alunos da Academia da Força Aérea	4 anos	
Aspirante	8 meses	
<b>Oficiais Subalternos</b>		
2° Tenente	1 a 2anos	48 anos
1° Tenente	3 a 4 anos	48 anos
Capitão	6 a 8 anos	48 anos
<b>Oficiais Superiores</b>		
Major	5 a 6 anos	52 anos
Tenente-Coronel	5 a 6 anos	56 anos
Coronel	5 a 9 anos	59 anos
<b>Oficiais Gerais</b>		
Brigadeiro		62 anos
Major Brigadeiro		64 anos
Tenente Brigadeiro		66 anos

**Fonte: Estatuto dos Militares – adaptado pela autora.**

Os limites de idade prevalecem para todos os postos, embora a tabela anterior identifique apenas o caso dos oficiais de carreira dos três quadros de formação da Aeronáutica, destacando os candidatos a oficiais para o quadro de aviação, que se inicia na EPCAR.

<sup>34</sup> O processo da reserva é previsto e pode ser verificado no Estatuto dos Militares, **Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980**, especificamente no Capítulo II, Art. 94 que versa sobre a reserva e os motivos da exclusão do serviço ativo, a saber: “I - transferência para a reserva remunerada; II - reforma; III - demissão; IV - perda de posto e patente; V - licenciamento; VI - anulação de incorporação; VII – desincorporação; VIII - a bem da disciplina; IX - deserção; X - falecimento; e XI – extravio”.

## 2.3 A Estrutura do Ensino na Academia da Força Aérea – O Ninho das Águias

**Figura 2: Foto Panorâmica da Divisão de Ensino**



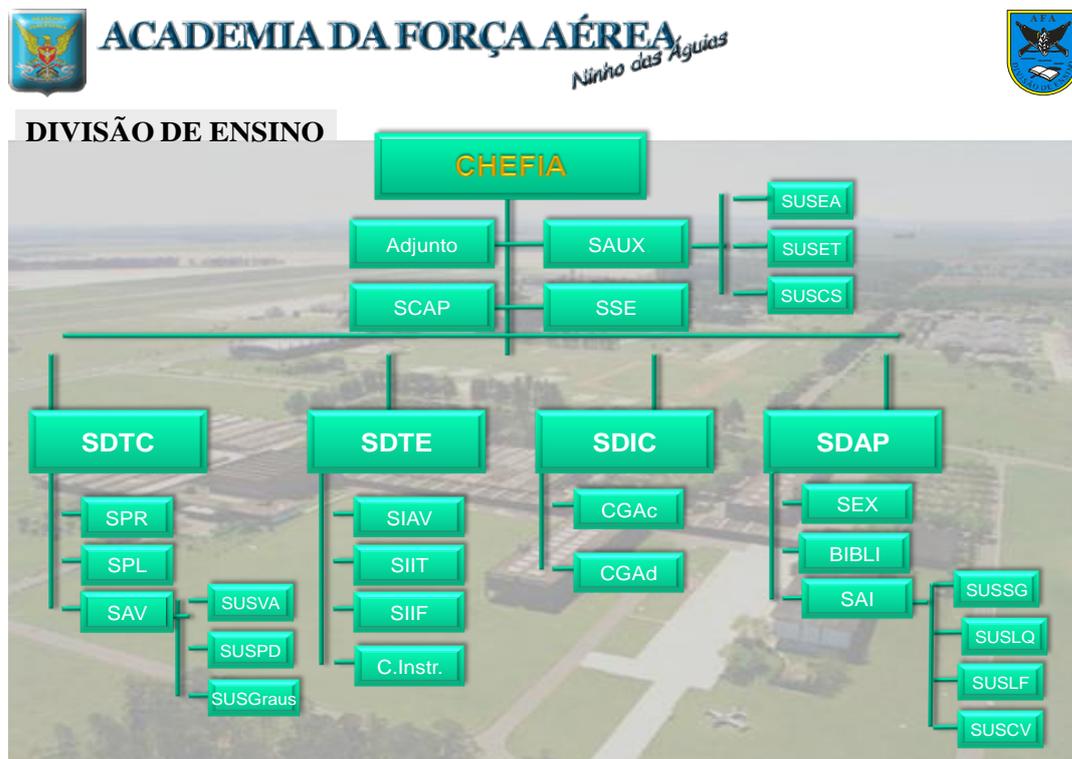
A foto aérea acima apresenta, parcialmente, o panorama das instalações existentes na AFA e para complementar as informações inseridas na imagem, o prédio ao lado esquerdo da DE abriga o Hotel de Trânsito dos Oficiais; um pouco mais acima, a sede do Ginásio de Esportes, estruturado com equipamentos de ginástica, quadra e piscina interna e externa, campo de futebol, quadras, pista de corrida e estruturas montadas ao ar livre para as diversas modalidades esportivas proporcionadas aos cadetes, nas instruções ligadas ao treinamento físico.

A Academia da Força Aérea – AFA, também conhecida como Ninho das Águias, criada pelo Decreto-Lei nº 3.142, de 21 de março de 1941, com a denominação de Escola de Aeronáutica. Sediada em Pirassununga, interior de São Paulo, desde 1971, destaca-se entre suas missões, a atividade- fim de formar pilotos militares para a Força Aérea do Brasil, como também para Forças Aéreas de outros países, mediante acordos internacionais de cooperação.

Como um estabelecimento de ensino de nível superior, integrante do sistema de formação e aperfeiçoamento de pessoal do Comando da Aeronáutica, a AFA é subordinada diretamente ao Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), e se empenha na formação de oficiais da ativa para os quadros de aviadores, intendentes e de infantaria da Força Aérea Brasileira (FAB) (ICA 37-351/2009).

Sob o Comando de um oficial general, cuja patente na Aeronáutica denomina-se “Brigadeiro do Ar”, atualmente existem cinco grandes áreas que compõem a organização da AFA: Divisão de Ensino (DE); Divisão de Instrução de Voo (DIV)<sup>35</sup>; Corpo de Cadetes (CCAer); Divisão Administrativa e Divisão de Suprimentos e Manutenção (DSM). Apesar do funcionamento de todos os setores da Academia estarem voltados para a missão institucional da AFA, a Divisão de Ensino (DE), o Corpo de Cadetes (CCAer) e a Divisão de Instrução de Voo (DIV) são os locais onde os cadetes passam a maior parte do tempo, enquanto frequentam os cursos na AFA, onde também coordenam os ensinamentos morais, científicos, militares e técnico-especializados. As atividades da Divisão de Ensino que conta com uma estrutura conforme representada na Figura 3:

**Figura 3: Organograma Da Academia Da Força Aérea**



**Fonte: Briefing apresentado aos cadetes do 1º ano em 2014.**<sup>36</sup>

Dedicada aos assuntos relativos à formação intelectual e profissional dos cadetes da Aeronáutica, a DE é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das atividades relacionadas ao ensino na AFA. Para cumprir sua missão, delega uma série de competências a suas subdivisões, como mostra o Quadro 01:

<sup>35</sup> A Portaria AFA nº 4-T/SRC-SDC de 03 de fevereiro de 2012, eleva a Subdivisão de Voo (até então subordinada a DE), à categoria de Divisão ficando a mesma diretamente subordinada ao Comando da AFA.

<sup>36</sup> Apresentação cedida pela chefia da Divisão de Ensino extraída da Portaria AFA 63/DE, de 22 de março de 2013.

**Quadro 1: Estrutura da Divisão de Ensino**

<b>DIVISÃO DE ENSINO (DE)</b>	
<b>Subdivisão Técnica</b>	<p>I- assessorar o Chefe da DE nas atividades de administração de ensino;            II- supervisionar o planejamento de ensino de acordo com a legislação em vigor (Currículo Mínimo e Plano de Unidades Didáticas);            III- coordenar as atividades de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;            IV- coordenar as atividades de planejamento de ensino com as de execução e avaliação; e            V- assessorar o Conselho de Desempenho Acadêmico nos assuntos ligados a planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.</p>
<b>Subdivisão de Instrução Técnico-Especializada</b>	<p>I- assessorar o Chefe da DE nos assuntos relacionados à instrução técnico-especializada;            II- coordenar as atividades de ensino-aprendizagem relacionadas com a instrução técnico-especializada;            III- propor a designação dos Chefes das Seções de Instrução e do Corpo de Instrutores ao Chefe da DE;            IV- propor as alterações dos Planos de Unidades Didáticas nas Seções de Instrução;            V- zelar pelo cumprimento das tarefas relacionadas às atividades previstas no Plano de Unidades Didáticas;            VI- assessorar o Chefe da DE na alocação de meios de transporte para o apoio dos instrutores não pertencentes ao efetivo da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga, nos deslocamentos entre a AFA e suas respectivas Organizações Militares (OM) de origem;            VII- propor cursos e estágios necessários ao desempenho das atribuições precípua do Corpo de Instrutores; e            VIII- assessorar o Chefe da DE, reunindo os dados referentes à instrução técnicoespecializada, quando da realização do Conselho de Desempenho Acadêmico.</p>
<b>Subdivisão de Instrução Científica<sup>37</sup></b>	<p>I- formar em nível superior no Curso de Bacharelado em Administração, com ênfase em Aeronáutica, os Cadetes da Aeronáutica que realizam os Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria na Academia da Força Aérea;            II- formar em nível superior de pós graduação e de extensão/atualização os militares do Comando da Aeronáutica;            III- realizar pesquisa, extensão e estimular as atividades inovadoras ou criadoras; e IV- manter intercâmbio cultural, educacional e técnico-científico com instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas, com o intuito de complementar o ensino.</p>

**Fonte: Portaria AFA nº 63/DE, de 22 de março de 2013. Adaptado pela autora.**

As atividades desempenhadas pelas diversas subdivisões que compõem a Divisão de Ensino da AFA, resumidamente apresentadas no quadro 01, estão todas voltadas para o processo de formação na Academia. Assim, para dar conta de todas essas atribuições, sejam elas administrativas, de ensino, de instrução, de treinamento, de assistência e de lazer, a DE visa a “propiciar o espaço físico adequado a instrução até a alimentação e os momentos de lazer a todo o efetivo.” (BAQUIM, 2009, p.39).

<sup>37</sup> Subdivisão criada pela Portaria AFA nº 63/DE, de 22 de março de 2013.

O Corpo de Cadetes da Academia (CCAer), outro setor que tem um contato mais efetivo com os cadetes, dedica-se, especificamente, à formação doutrinária e militar do cadete. Para desempenhar sua função atua sob o Comando de um Tenente Coronel Aviador e, como a DE, organiza-se em diversos setores, entre eles uma Seção de Doutrina, sob responsabilidade de uma pedagoga; os Comandos dos Esquadrões, geralmente chefiados por um Major Aviador e por outros oficiais que compõem sua ajudância, além de sargentos e soldados; e a Seção de Instrução Militar, responsável pela instrução militar e pelos alojamentos.

A Divisão de Instrução de Voo é outro ambiente com grande frequência por parte dos cadetes aviadores. Nessa Divisão incumbida de tratar dos assuntos relativos à atividade aérea, ao treinamento simulado e ao resgate de tripulações na área da AFA, os cadetes aviadores de 2º e 4º ano, mais especificamente no 2º e 1º Esquadrão de Instrução Aérea, recebem instruções aéreas e voam nos aviões Tucanos: T-25 (2º ano) e T-27 (4º ano).

Diante de sua missão e do porte dessa organização, a Academia tem à sua disposição, aproximadamente, 1.489 (um mil, quatrocentos e oitenta e nove) militares, alocados em seus diversos setores, sendo 287 (duzentos e oitenta e sete) oficiais; 159 (cento e cinquenta e nove) suboficiais; 414 (quatrocentos e quatorze) Graduados e, ainda, 629 (seiscentos e treze) soldados. Conta, também, com o quadro de servidores civis que abrange aproximadamente 127 (cento e vinte e sete) pessoas, 65 (sessenta e cinco) dos quais, professores e os demais se dedicam a outras atividades administrativas nos vários setores da instituição; mas, todos dedicados a formação dos 740 (setecentos e quarenta) cadetes que ali estudam.

**Tabela 2: Número de Cadetes Ativos na AFA**

Série/Quadro	Aviação	Intendência	Infantaria	Total
1º	129	25	10	164
2º	139	46	13	198
3º	113	44	25	182
4º	122	48	26	196
Total	503	163	74	740

**Fonte: Seção de Avaliação da AFA, levantamento em 10/06/2014.**

Quanto aos docentes, a maioria está sempre empenhada em se atualizar e se aperfeiçoar nas diferentes áreas em que atuam. De acordo com os dados de 2014, dos 65

docentes, 43 são doutores; 08 são doutorandos; 16 são mestres; 02 são mestrandos e 06 são especialistas<sup>38</sup> (AFA, 2014).

Uma das peculiaridades do processo de formação na AFA, que a diferencia das escolas civis em geral, é a diversidade de ambientes em que o cadete recebe instrução.

Nessa escola, a imagem tradicional que temos em mente como uma diretoria, uma secretaria, diversas salas de aula, bibliotecas, laboratórios, etc., não se enquadra. Apesar de dispor também desses ambientes, a instrução do cadete é organizada em mais de um ambiente, dependendo do tipo de atividade a executar. É dessa forma que tem-se desde aulas teóricas em salas de aula e práticas em laboratórios, até atividades de Campanha, que são exercícios realizados em uma área reservada, de acordo com o objetivo que se pretenda atingir, como a Sobrevivência no Mar, a Sobrevivência na Selva, dentre outros (BAQUIM,2009, p.39).

Nos diversos ambientes dedicados a formação dos oficiais, a arquitetura das instalações da AFA favorece a constante vigilância sobre os cadetes e “o fundamental é que ele se saiba vigiado dentro do funcionamento automático de poder” (BAQUIM, 2009, p.40).

Nesse sentido, o pátio estruturado em forma de paraboloides<sup>39</sup> permite a visualização dos cadetes, mesmo à distância. Sob os paraboloides os cadetes entram em forma, diariamente, para as mais diversas atividades do seu dia-a-dia. Os paraboloides ligam o Corpo de Cadetes ao Rancho, ao Cinema e à Divisão de Ensino da AFA e os deslocamentos diários e principais formaturas acontecem à sombra dos paraboloides.

Entre os mecanismos de controle, o fardamento e seus adereços também permitem a identificação do esquadrão e do Quadro de formação que cada cadete frequenta; assim como, as salas de aulas em estilo de auditório, com janelinhas de vidro nas portas, dispositivos que contribuem com a constante vigilância durante as aulas; também as paredes envidraçadas do rancho, da biblioteca e do cinema foram projetadas para melhor visualizar os cadetes.

Quanto à disposição nas salas de aula, cada cadete tem lugar próprio, por ordem de classificação decrescente: a última carteira da esquerda da sala de aula sempre é ocupada pelo cadete “melhor” classificado na turma e, assim, sucessivamente.

---

<sup>38</sup> Briefing realizado na AFA pelo Chefe da DE ao 1º Esquadrão em 14 de janeiro de 2014.

<sup>39</sup> Estrutura de concreto, sustentada por uma única coluna, onde hoje são afixadas as placas de bronze com o nome dos cadetes e das turmas que se formaram na Academia.

**Figura 4: Sala deAula da AFA**



O espaço do docente para a instrução não se limita às salas de aula. Quando a atividade exigir outros recursos didáticos, o cinema, o laboratório, e o auditório também poderão ser utilizados, desde que o docente ou o instrutor solicite, antecipadamente a reserva desses espaços ou recursos junto a Seção de Planejamento, que, entre outras atividades, também é responsável por esse controle.

As duas imagens a seguir mostram os cadetes realizando seus estudos, extra sala de aula. A figura à esquerda mostra os cadetes utilizando a biblioteca da AFA, que veio se atualizando nos últimos anos, colocando à disposição dos alunos computadores e serviço de internet para promover um ambiente mais propício à pesquisa. À direita da sala o cadete aviador recebe instrução no simulador de voo nas dependências da Sessão de Instrução de Voo.

**Figura 5: Ambientes de Estudo - Biblioteca/Simulador de Vôo**



Como a hierarquia reina no meio militar, até mesmo na hora de alimentação ela prevalece. Assim, o rancho é subdividido em rancho dos oficiais, dos cadetes, dos graduados e dos soldados.

Para que sejam fortalecidas as tradições militares, a AFA, em sua estrutura, é repleta de placas que expressam os valores, símbolos, aviões, tanques, bustos de figuras ilustres, tudo que lembre a singularidade dessa instituição de ensino.

**Figura 6: Simbologias**





Visando ao pleno funcionamento do imenso universo organizacional da AFA, há uma base normativa bem definida para nortear o trabalho em cada setor e de cada profissional, uma vez que a rotatividade é uma constante na vida militar. “Entretanto, a rotatividade constante atinge especialmente os oficiais aviadores que têm sido destinados para funções administrativas e burocráticas [...]” (BAQUIM, 2009, 49).

#### **2.4 Os Ciclos do Planejamento de Ensino da Academia da Força Aérea**

Os cursos e estágios, no âmbito da Aeronáutica, surgem em decorrência de necessidades verificadas em determinadas áreas ou atividades, por isso o trabalho desenvolvido na DE em torno do ensino na AFA extrapola os limites da Academia.

Na AFA, a DE, em suas ações, orienta-se pelas Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA 37-4), que versam sobre o Planejamento de Ensino no Comando da Aeronáutica (COMAER), previsto em quatro fases: *Análise do Contexto, Definição de Bases, Conteúdo Curricular, Desdobramento do Currículo, Avaliação e Validação Curricular*.

No caso dos Cursos de Formação de Oficiais na AFA, vinculados ao ingresso ou à progressão na carreira da Aeronáutica, a fase denominada *Análise do Contexto* é de responsabilidade do Comando Geral de Pessoal (COMGEP)<sup>40</sup>. Para desenvolver essa análise o COMGEP, estrategicamente, leva em conta três quesitos: as necessidades da Aeronáutica expressas em termos de qualificação a ser adquirida pelo instruendo ao final do curso; o perfil do aluno extraído pela definição de suas características, como gênero, faixa etária, experiências adquiridas, formação profissional e outras julgadas importantes; e, também, no

---

<sup>40</sup> Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), órgão responsável pela política de pessoal do Comando da Aeronáutica Virtual, atua desde a concepção e planejamento dessa política até a consecução dos seus objetivos.

Padrão de Desempenho por Especialidade (PDE)<sup>41</sup>, que se refere aos conhecimentos que devem ser desenvolvidos nos cursos e/ou estágios, ou, ainda, nas atribuições a serem exercidas pelo egresso no desempenho de suas funções após a conclusão do curso.

Decorrente da fase da *Análise do Contexto*, a fase seguinte, denominada *Definição de Bases*, será executada pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) que, como Órgão Setorial, se encarregará de traçar a filosofia, a finalidade e os objetivos gerais do curso. Ao descrever a filosofia do curso, o DEPENS faz uma abordagem sobre a razão de sua existência, sua função educacional, nível de ensino, concepção estrutural (áreas, metodologia, técnicas de ensino e avaliação), entre outros aspectos, definindo, ainda, a finalidade para a qual o curso foi criado, descrevendo, em linhas gerais, o que o curso deverá proporcionar ao aluno.

A terceira fase do Planejamento relaciona-se à determinação do *Conteúdo Curricular*, que engloba a elaboração dos Currículos Mínimos (CM) organizados em campos, áreas, disciplinas, objetivos específicos, carga horária, ementas que serão desenvolvidos nos cursos da AFA. Essa fase também será executada pelo DEPENS, embora em coordenação com a AFA e seus especialistas das diversas áreas. Com base nessas determinações e em função da natureza dos conteúdos programáticos, as diferentes disciplinas são distribuídas em três campos distintos: militar, técnico- especializado e geral.

As disciplinas que compõem o campo militar relacionam-se com conteúdos específicos voltados à formação do profissional militar, por exemplo, Ordem Unida, Atividade de Campanha, Regulamentos entre outras; o campo técnico-especializado é composto por disciplinas com conteúdos específicos voltados à formação técnica e especializada para os diferentes Quadros de Formação como, por exemplo, no caso da aviação, as disciplinas de Aerodinâmica, Voo no T-25, Navegação Aérea, entre outras ; no campo geral acomodam-se as disciplinas que proporcionam, além da cultura geral, o suporte científico para o estudo das disciplinas constantes do campo militar e técnico-especializado: Matemática, Filosofia, Química, História, Física, Sociologia, Cálculo etc.

---

<sup>41</sup> Trata-se de um embasamento para a confecção dos Currículos Mínimos dos cursos e um parâmetro para a avaliação de desempenho do militar. O Padrão de Desempenho de Especialidade para o QOAV, QOINT e QOINF, estão definidos simultaneamente no Manual do Ministério da Aeronáutica MCA 36-6, de 12 Abril de 2002, MCA 36-5, de 11 Maio de 1999 e MCA 36-4), de 02 outubro de 1998.

Ainda em relação à alocação das diversas disciplinas nos três campos, essas, seguem organizadas e classificadas dentro das diferentes áreas de ensino que compõem os Currículos da AFA, cujo conjunto de conteúdos programáticos didaticamente organizados deve estar voltado à consecução dos objetivos de ensino dos cursos, assim como ementas e carga horária devem prever a concretização dos objetivos específicos.

Para essa organização o Currículo Mínimo fixa as bases para a elaboração do Plano de Unidades Didáticas (PUD), documento preconizado na fase seguinte do ciclo de planejamento de ensino, que se refere ao *Desdobramento do Currículo*, executado pela AFA. Essa fase, caracterizada pela elaboração do Plano de Unidades Didáticas que compreende o desdobramento detalhado do conteúdo programático estabelecido nos currículos Mínimos, cabe aos professores.

Na elaboração do PUD o professor deve observar as recomendações metodológicas contidas no planejamento de ensino da AFA para se orientar quanto aos procedimentos de ensino adotados para obtenção de melhores resultados no final do processo ensino-aprendizagem. Na prática o professor deve definir as unidades e subunidades, nas quais serão distribuídos os conteúdos da ementa, determinando, tanto os objetivos específicos da disciplina, como os objetivos operacionalizados, ou seja, objetivos que se pretende atingir com o aluno no final de uma disciplina, unidade ou subunidade; os métodos e técnicas utilizados para a transmissão dos conteúdos; e também a carga horária necessária ao desenvolvimento das unidades e subunidades.

Orientada pelo Planejamento do Ensino da Aeronáutica, a AFA se empenha periodicamente na Avaliação de Currículos, atividade que assume especial importância por fornecer informações para atualização e aperfeiçoamento de todo o processo educacional, cuja execução e consubstanciação estão previstas no Plano de Avaliação (PAVL).

As etapas que constituem a avaliação curricular incluem, inicialmente, a coleta dos dados realizada por meio das avaliações efetuadas durante a execução do currículo e, posteriormente, a avaliação de desempenho de curso e a validação curricular, que se efetivam após o término do Curso. Extraídos os dados, aplicam-se procedimentos de análise lógica, estatística e pedagógica para constatar deficiências e localizar causas.

Assim, a avaliação curricular abre possibilidade de se processar uma revisão do currículo, tanto por iniciativa do DEPENS, em face de validação curricular, ou avaliação de desempenho pós-curso, como devido a inovações nos vários campos do conhecimento, que provoquem a obsolescência do currículo, ou mediante proposta de uma Organização de Ensino, como consequência de sua avaliação.

No contexto do Ensino no Comando da Aeronáutica adotam-se três procedimentos para a realização da revisão curricular.

**a) Avaliação do Ensino:** processo contínuo e sistemático, realizado durante o desenvolvimento de um curso/estágio, que promove o conhecimento da eficiência do planejamento de ensino, por meio de programa adotado, fornecendo subsídios para tomada de decisões acerca do Currículo Mínimo;

**b) Validação Curricular:** processo que verifica adequação de um currículo já desenvolvido, por meio do acompanhamento do desempenho dos egressos de cursos/estágios. Sua realização é normatizada em documento específico do COMAER;

**c) Avaliação de Desempenho Pós-Curso:** processo somente utilizado pelas Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS, cuja sistemática permite a identificação mais rápida de eventuais deficiências no curso.

Em relação aos Currículos da AFA está previsto que ao longo do curso sejam desenvolvidas as competências e habilidades necessárias para o exercício profissional dos futuros combatentes da Força Aérea Brasileira:

[...] é ao oficial que está atribuída esta missão, particularmente o Aviador que, como combatente, opera máquinas de sofisticada tecnologia. Os oficiais Intendentes e de Infantaria se destinam as funções administrativas, de apoio e infraestrutura, pesando sobre eles a responsabilidade da segurança interna e do apoio logístico à Organização Militar e suas ações (GUALAZZI, 1985, p.06).

Os procedimentos de Avaliação para os Cursos de Formação de Oficiais são detalhados no Manual do Comando da Aeronáutica<sup>42</sup> -( MCA 37-5) *Plano de Avaliação da*

---

<sup>42</sup> É a publicação de caráter diretivo, informativo ou didático, destinada a regular e a divulgar assuntos relacionados com a doutrina, o ensino, a instrução, a técnica, o emprego de unidades, de equipamentos e de armamentos, podendo, ainda, completar matéria já tratada em outras publicações oficiais. Os Manuais podem, também, ser usados para compilação de matérias, tais como: os glossários, os dicionários, as relações de abreviaturas, siglas e símbolos.

*Academia da Força Aérea.*<sup>43</sup> Detalhada nos documentos normativos ICA 37-6 *Elaboração do Plano de Avaliação* e 37-11/2011 *Avaliação do Ensino*, o procedimento sobrevém sobre cinco campos previstos, a saber:

**d) Avaliação da Instrução:** A avaliação da instrução ocorre durante todo o ano letivo, visando ao aperfeiçoamento constante do processo ensino-aprendizagem. Todos os envolvidos no referido processo participam da avaliação. Dessa forma, cabe aos discentes preencherem fichas de crítica e avaliação do docente a quem cabe o preenchimento do relatório final do curso, enquanto a ficha de observações e sugestões ao ensino poderá ser preenchida por qualquer elemento participante do processo ensino-aprendizagem.

**e) Avaliação do Docente:** A avaliação do corpo docente é um instrumento que visa a fornecer informações acerca da qualidade dos esforços do docente no direcionamento da aprendizagem dos cadetes. A finalidade da avaliação do docente é formativa, ou seja, visa o aperfeiçoamento de seu desempenho.

Tanto professores como instrutores são avaliados durante todo o período letivo por meio do levantamento de indicadores rotulados como diretos, ou seja, o processos de avaliação se dá por meio de observações efetuadas em sala de aula, laboratório ou atividade de campo; e indiretos, quando a avaliação ocorre por meio da análise das propostas de atualização de Plano de Unidade Didática (PUD), análise do planejamento pelo docente, análise dos itens de verificação de aprendizagem e as análises das verificações de aprendizagem como um todo.

Nesse processo de avaliação, alunos, coordenador geral, coordenadores de área e oficiais da Divisão de Ensino participam como avaliadores do corpo docente.

**f) Avaliação do Currículo:** Os currículos mínimos dos CFOAV, CFOINT e CFOINF são aprovados pelo DEPENS de acordo com o Plano Setorial de Ensino. Cabe à AFA, através da Subseção de Estudos da Seção de Planejamento da Divisão de Ensino, atualizar anualmente os Planos de Unidades Didáticas que detalham os Currículos Mínimos dos três cursos ministrados na Academia.

---

<sup>43</sup> Este documento tem a finalidade de estabelecer o Plano de Avaliação para os cursos de formação de oficiais ministrados na Academia da Força Aérea (AFA).

Além disso, para proceder a avaliação curricular é necessário cruzar todas as informações obtidas nos outros quatro campos da avaliação para que, a partir de informações parciais, possa se obter uma visão global do currículo desenvolvido pela organização.

Nesse sentido faz-se, atualmente, um trabalho, no final de um curso ou do ano letivo em que o setor de avaliação da AFA se empenha na coleta de dados acerca do trabalho desenvolvido pela organização, o que inclui o planejamento de ensino e sua implementação. A tarefa contempla a análise de questionários, análise das opiniões colhidas em entrevistas com docentes, discentes e componentes da Divisão de Ensino, como ainda considera a análise de todos os relatórios com a síntese das informações coletadas nos demais campos da avaliação, especialmente no de avaliação da instrução.

É nesse sentido que a avaliação do currículo se prende a todos os aspectos ligados ao planejamento desenvolvido pela AFA como: carga horária; adequação dos objetivos; perfil de relacionamento das disciplinas; adequação dos métodos, técnicas e recursos audiovisuais; adequação das ementas; sistemática de avaliação; apoio ao ensino e recursos materiais e humanos, entre outros.

Atendendo às determinações do ciclo de planejamento de ensino da Aeronáutica e da definida cadeia de comando, o relatório da síntese da avaliação curricular é remetido pelo Setor de Avaliação ao Setor de Planejamento da AFA, para que se possa proceder às modificações necessárias ao planejamento dos cursos. O relatório final da referida Avaliação, de que constam as opiniões dos discentes acerca do planejamento e desenvolvimento do curso, com o cruzamento de todas as informações coletadas nos demais campos, deverá ser encaminhado ao DEPENS para conhecimento e análise dos processos de ensino sob sua responsabilidade até o prazo de um mês após o encerramento do curso.

Esses trabalhos podem redundar em uma proposta de atualização curricular, que, coordenada pela Subseção de Estudos da Seção de Planejamento, conta, indiretamente, com a participação do corpo docente, do corpo discente e dos administradores do ensino da AFA.

**d) Avaliação dos Meios de Avaliação:** A avaliação estatística dos meios de avaliação é realizada com base em levantamento de dados, considerando-se os índices de facilidade dos itens das provas, ali chamadas de *Verificações de Aprendizagem (VA)*; índices

de diferenciação dos itens da VA, identificados nos resultados; eficiência global das VA na visão do docente.

A avaliação de conteúdo dos meios de avaliação é feita pela verificação da validade das questões formuladas em relação aos objetivos estabelecidos nos Planos de Unidades Didáticas.

A pesquisa de resultado da VA, a cargo da Subseção Pedagógica da Sessão de Avaliação (SAV), é composta pelos pareceres do corpo discente, do docente responsável pela disciplina, do coordenador da área de ensino e do Comandante do Esquadrão do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (CCAer), sobre os resultados alcançados.

**e) Avaliação do Corpo Discente:** A avaliação das disciplinas do Campo Geral, Técnico-Especializado, Militar e Administrativo tem finalidade diagnóstica, formativa e somatória. Ela ocorre continuamente durante o ano letivo por meio de testes de sondagem e verificações de aprendizagem (VA), que são realizadas através dos seguintes instrumentos: exercícios avaliatórios, provas parciais e exames.

**a) Exercícios Avaliatórios:** são exercícios pedagógicos de livre escolha e diretamente aplicados pelo docente para avaliação dos conteúdos trabalhados. Essa dinâmica dispensa agendamento prévio e deve ocorrer, no mínimo, um para cada prova parcial. No final do período caberá ao professor entregar à Seção de Avaliação a listagem com o grau correspondente à média aritmética dos exercícios avaliatórios realizados em sala para que se agreguem às notas das provas formais.

**b) Provas Parciais e os Exames:** trata-se das avaliações elaboradas pelos docentes, respeitando a metodologia da VA, já definida por eles mesmos, em seus respectivos PUDs, podendo variar nas formas: provas objetivas, mistas, abertas ou dissertativas. Fica a critério do docente a definição; porém, uma vez definido o estilo nos PUDs, não está previsto nas normas da AFA, alteração da forma da VA aleatoriamente, a menos que o docente solicite, no final de um curso, alterações e ajustes metodológicos em suas disciplinas para um próximo período.

**c) Avaliação do Domínio Afetivo (ADA):** abrange informações sobre as mudanças de comportamento ocorridas nos cadetes durante o processo ensino-aprendizagem no que concerne a interesse, atitudes e valores dos cadetes. O procedimento de é realizado

com finalidade formativa e somatória, abrangendo tanto a conduta em sala de aula como a conduta militar do aluno.

Mediante esse processo de avaliação, a classificação obtida ao longo do CFOs é um importante aspecto na vida dos cadetes, possibilitando a eles, além da escolha da unidade militar nas quais poderão servir após a vida na Academia, também lhes garantindo o posicionamento na cadeia hierárquica do Corpo de Cadetes.

A posição classificatória obtida através da média entre as notas obtidas nas disciplinas da DE reflete o desempenho acadêmico do cadete, enquanto o desempenho militar resulta da conduta do cadete, traduzindo a proximidade de seu perfil, ao que se espera do profissional militar. Esses dados servem de parâmetros ao Corpo de Cadetes, onde esse desempenho é avaliado por oficiais ali atuantes, auxiliados pelos cadetes da Cadeia de Comando do Corpo.

Observadas as atuais Políticas de Ensino na Academia, na sessão seguinte serão apresentadas algumas particularidades do Curso de Formação de Oficiais da AFA.

## **2.5 O Curso de Formação de Oficiais na AFA**

Atualmente muitos dos candidatos interessados a integrar o quadro de aviação da FAB, ingressam na EPCAR em Barbacena – MG, onde, no nível secundário, iniciaram os estudos dentro do universo militar. Esse ingresso, posteriormente, permite aos mais bem classificados a garantia de ingressar no Curso Superior Militar da Academia da Força Aérea Brasileira, especificamente no Quadro de Aviação.

Há, no entanto, a possibilidade de o candidato que não frequentou a EPCAR ingressar na AFA por meio de concurso vestibular, de âmbito nacional, como ocorre nos quadros de formação de Intendência e Infantaria.

Entre os requisitos para ingresso, o jovem que desejar ser cadete da Aeronáutica deverá atender, além de todas as condições legais exigidas, ou seja, de idade, escolaridade, também deve estar fisicamente apto, após avaliação médica e psicotécnica. Quando apto, ao longo de sua preparação para o oficialato será “objeto de contínuo e crescente apuro em sua formação” (site oficial da AFA. [www.afa.aer.mil.br/cadetes](http://www.afa.aer.mil.br/cadetes)).

Nessas condições, o aluno será engajado em um dos três cursos hoje oferecidos na Academia, ou seja, os cursos de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) e de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOInf), todos com duração de quatro anos, concomitantes com o Curso de Administração Aeronáutica, realizados em período integral, em regime de internato, com exigência de dedicação exclusiva do cadete.

O ano letivo será fixado em 210 (duzentos e dez) dias letivos. O dia letivo terá até 10 (dez) tempos de horas/aula, tendo cada tempo duração de 45 (quarenta e cinco) minutos.

A carga horária total do Curso é de 8.400 (oito mil e quatrocentos) tempos, sendo a carga horária real de 6.430 (seis mil, quatrocentos e trinta) tempos. A diferença entre a carga horária total e a carga horária real é de 1.970 (mil, novecentos e setenta) tempos, utilizados para as seguintes atividades: complementação da instrução; atividades administrativas e flexibilidade da programação.

Ao chegar à AFA os alunos são considerados estagiários, não ainda cadetes. A partir de então, devem cumprir uma série de procedimentos e recebem diversas orientações, como nome de guerra; número do armário; número do apartamento no alojamento, padronização de organização do quarto com arrumação de camas e armários, além de orientados quanto as diversas atitudes militares que devem seguir como, posição de sentido, posição de descansar e tratamento com os cadetes mais antigos e oficiais (TAKAHASHI, 2002).

A partir da chegada do aluno na AFA, nos 40 (quarenta) dias iniciais, denominados de Estágio de Instrução Básica Militar (EIBM), os futuros cadetes são pressionados física e psicologicamente para assimilarem rapidamente os valores e atitudes militares. Devem, então, observar e obedecer a uma série de regras e proibições especificadas pelos cadetes mais antigos<sup>44</sup>.

Durante o período do EIBM, todos os estagiários passarão pelas mesmas instruções. A igualdade entre eles é reforçada para que as diferenças provenientes de

---

<sup>44</sup> Cadete mais antigo se refere ao grau hierárquico existente entre eles, assim, o cadete do segundo ano é mais antigo do que o cadete do primeiro ano. Essa antiguidade ainda é determinada dentro da própria turma pela classificação do cadete.

experiências anteriores não atrapalhem o desenvolvimento do espírito de corpo tão enfatizado na vida militar. Ainda, nesse período, o futuro cadete aprende a reconhecer os comandos tradicionais do militarismo como: Sentido!; Descansar!; À vontade!; Apresentar Arma!; Direita (esquerda), volver!;.os toques de corneta e os movimentos correspondentes aos comandos que devem treinar à exaustão (TAKAHASHI, 2002, p.88).

Disposto em documentos mantidos em sua forma original e em manuais militares escritos, a transmissão dessas regras, rituais e regulamentos, no caso da Força Aérea, acontece na AFA, tanto por meio de instruções militares, como pelo convívio com os demais militares. O convívio em regime de internato favorece a transmissão de valores, crenças, atitudes, comportamentos próprios da vida militar no processo ininterrupto de formação de um grupo, instigando os ingressantes a agir e pensar como combatentes e a sentirem-se parte desse universo sustentado pelos pilares da disciplina e da hierarquia.

Assim esse exercício proporciona aos futuros cadetes a socialização e a assimilação da vasta cultura organizacional, visto tratar-se de uma instituição profundamente enraizada e influenciada por valores, tradições, ritos e simbolismos, que marcam acentuadamente a forma de ser, de estar e de fazer dentro da instituição. Sobre as especificidades da profissão, Castro (2004, p. 80) destaca que:

[...] se comparada a outras profissões, a militar representaria um caso limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (espírito de corpo), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.

Ressalta-se, ainda, que, ao findar esse período, os estagiários recebem suas platinas e são consagrados Cadetes da Força Aérea.

Ainda, em termos de socialização, no caso da FAB, há duas fases distintas durante o curso na Academia: a primeira denominada *Programa de Treinamento Militar* (PTM), dirigida aos cadetes do primeiro e do segundo ano. O treinamento inclui aulas de doutrina e instrução militar, quando os cadetes são constantemente observados e acompanhados por oficiais e por cadetes mais antigos, os quais avaliam a conduta e; a segunda fase, intitulada *Programa de Treinamento de Liderança* (PTL), é direcionada aos cadetes de terceiro e quarto anos, que recebem o preparo e assumem a liderança (TAKAHASHI, 2002, p.95).

Para a Instituição Militar, a cultura militar envolve o culto de diferentes rituais, fortes simbologias e tradições históricas que dão corpo a pressupostos básicos que orientam os militares na forma de perceber, pensar, sentir e agir em situações de guerra e de paz.

Através da transmissão da cultura militar, assimilam-se formas de organização e de trabalho e desenvolve-se uma forte noção do sentido do dever, da disciplina, da camaradagem e do espírito de sacrifício, em conjunto com outras competências, que só o treino militar consegue transmitir.

Assim, no período de formação do cadete, o ensino na AFA em seus três campos visa a dar aos cadetes um embasamento cultural para prosseguir na carreira, a transmissão dos procedimentos militares aos três quadros de formação e o conhecimento técnico necessário para sua atuação dentro dos respectivos quadros de formação escolhidos pelo cadete.

Em relação às metas das ações educativas e formativas da AFA, elas são definidas de acordo com as necessidades da FAB e das exigências funcionais e profissionais da carreira militar, considerando-se as exigências dos postos e funções dos oficiais. Assim, nas diversas disciplinas ministradas busca-se considerar as habilidades, conhecimentos, hábitos e valores exigidos dos oficiais que devem, ao longo da carreira, ser aprimorados.

Nesse processo, o curso é desenvolvido e se compõe de diversas áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Aeronáuticas, Ciências Militares, Engenharias e Linguística, Letras e Artes em seus grandes campos.

As diferentes disciplinas que compõem a Instrução do Campo Geral ou Científica têm por finalidade fornecer suportes teóricos e embasamento cultural, considerados necessários à formação do Oficial. Essas disciplinas são comuns aos três cursos da AFA.

A Instrução do Campo Técnico-Especializado é específica para cada Quadro e objetiva a oferecer uma formação técnica, teórica e prática, de maneira a se obter, no final do processo, um militar habilitado ao domínio e ao desempenho das diversas atividades inerentes ao Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica.

No caso da Aviação, os cadetes aviadores iniciam a instrução aérea no 1º semestre do 2ª ano, voando no T-25 "TUCANO". No 4ª ano, os cadetes realizam a sua instrução na aeronave T-27.

**Figura 7: Instrução De Voo No Esquadrão de Instrução Aérea (EIA)**



Nessas aeronaves, os cadetes desenvolvem as qualidades individuais de pilotos militares, dominando o avião em manobras de precisão, acrobacias, voos de formatura e por instrumentos. Dessa forma, preparam-se para empregá-lo em futuras operações de combate que ocorrerão após os quatro anos acadêmicos, fora do âmbito da Academia, por critério de escolha e classificação:

➤ **Aviação de Caça** – modalidade em que o combatente realizará as instruções específicas de Caça e receberá instruções em disciplinas de combate Ar-Ar e Ar-Terra, como: bombardeio, manobras de combate, interceptação aérea, apoio aéreo aproximado, interdição aérea, entre outras.

➤ **Aviação de Transporte** – o cadete realizará as instruções específicas do Transporte, em disciplinas de Transporte Aéreo, como: Transporte Aero-logístico, Transporte Aero-tático, Transporte de Tropas, entre outras instruções.

➤ **Aviação de Reconhecimento e Asas Rotativas** – modalidade em que receberá instruções em disciplinas de Transporte e Reconhecimento Aéreo, como: Transporte Aero-logístico, Transporte Aero-tático, Transporte de Tropas, Apoio Aéreo Aproximado entre outras. Independente da opção ou classificação, após esse período, se considerado apto, passará a integrar o quadro de Oficiais Aviadores, promovido a 2º Tenente-Aviador, quando

será encaminhado a um dos esquadrões ativos e poderá alcançar o posto máximo de Tenente-Brigadeiro-do-Ar.

A instrução técnica aplicada ao quadro da Intendência envolve estudos em laboratórios de administração e intendência, ambientes em que os cadetes se dedicam a aprendizagem da ciência e da tecnologia moderna da gestão econômico-financeira e dos serviços especializados de intendência, cujo objetivo é o de prepará-los para as tarefas de um combatente de superfície, integrado ao sistema logístico do Comando da Aeronáutica.

Na Infantaria, os cadetes estudam Métodos de Defesa e Segurança das Instalações Militares, Emprego de Defesa Antiaérea de Aeródromos e Sítios, Comando de Frações de Tropas e de Equipes Contra-Incêndio, Legislação Militar, Emprego de Armamento, Serviço Militar e Mobilização, entre outras. A instrução de paraquedismo é ministrada com o objetivo de capacitá-los ao desempenho de missões de ataque e resgate.

A Instrução do Campo Militar, também comum a todos os quadros, destina-se à formação do combatente, envolvendo treinamentos permanentes, sobretudo o constante doutrinação e controle dos valores éticos e morais exigidos pela vida militar, de acordo com os objetivos desse campo de instrução para:

- a) incorporar sentimentos de patriotismo, amor e dedicação à Força Aérea, entusiasmo pela Aeronáutica e pela profissão militar;
- b) possuir a consciência da importância dos princípios basilares da Instituição, hierarquia, disciplina e do papel do Oficial de Aviação, Intendência e Infantaria na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e Líder;
- c) incorporar e cultivar os princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares, pautando sua conduta por uma linha de correção de atitudes, tanto na vida civil como na vida militar;
- d) adquirir a capacidade de Comando e os conhecimentos da legislação militar que o habilite a participar dos serviços de escalas, cerimonial militar e atividades afins, além das funcionais, usualmente atribuídas aos primeiros postos da carreira;
- e) possuir um adequado preparo físico e a consciência da importância da sua manutenção para o cumprimento das funções inerentes à condição de militar, suas atribuições e responsabilidades constitucionais[...] (ICAs 36-66, 36-89 e 36-113 de 2009).

**Figura 8: Atividade de Campanha**



O Curso de Formação de Oficiais da Academia engloba, atualmente, no seu campo geral, diversas disciplinas voltadas à Administração. O objetivo das referidas disciplinas é o de preparar o futuro oficial para o uso das modernas ferramentas científicas para o aperfeiçoamento dos processos administrativos da Aeronáutica, em que se leva em conta a atuação do oficial em funções administrativas e burocráticas. De acordo com as ICAS 36-66, 36-89 e 36-113 de 2009, os objetivos do referido curso estão voltados para:

- f) desenvolver competências, habilidades e atitudes que atendam às funções operativas da Força Aérea, dando-se ênfase para o gerenciamento das funções táticas e estratégicas da Administração da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional;
- g) desenvolvimento em todas as áreas da Gestão Pública, valorizando o ser humano, a ética e a cidadania como princípios norteadores de suas atividades;
- h) proporcionar o desenvolvimento de uma visão holística, raciocínio crítico e conhecimento para avaliar o contexto geral da Administração, implementando soluções adequadas ao desenvolvimento da Instituição.

Considerando que essas disciplinas são partes integrantes do CFOs e não existem, portanto, de forma independente, a titulação de Bacharel em Administração Aeronáutica, somente será conferida com aproveitamento e com a conclusão do CFO.

Cabe aqui considerar que a inserção de tais disciplinas nos CFOs da AFA o que confere ao cadete a titulação de Bacharel em Administração com ênfase em Administração Pública, surgiu em 2004 quando se falava na implantação de um curso de Administração na Academia, assuntos que Demo (2004) abordou em sua dissertação de mestrado, fundamentada na política de ensino existente naquele contexto.

De fato, foi nessa realidade que os professores concursados em 2004 ingressaram na AFA e que a Faculdade de Administração Aeronáutica (FAAer) funcionou com base em seu regimento interno aprovado pela Portaria DEPENS nº 153/DE – 6, de 09 de agosto de 2004.<sup>45</sup> Assim, a observação nas portarias que alteraram o último regimento interno da AFA, aprovado em 2005, modificou o organograma da DE instituindo-se por meio de portaria AFA nº63/DE, de 22 de março de 2013, a Subdivisão de Instrução Científica (SDIC), em substituição à FAAer, e que passou a subordinar as coordenadorias já existentes.

A partir da inserção do curso de administração em 2004, os cadetes, ao se formar, passaram a receber as seguintes certificações ao término do curso:

**Quadro 2: Habilitações Conferidas aos Concluintes da AFA**

<b>Cursos</b>	<b>Quadro</b>	<b>Certificações</b>
CFOAV	QFOAV	Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com Habilitação em Aviação Militar e a de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública
CFOINT	QFOINT	Bacharel em Ciências da Logística, com Habilitação em Intendência da Aeronáutica e a de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública
CFOINF	QFOAV	Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e a de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública

**Fonte: ICA 36-66, 36-89 e 36-113 de 2009 – adaptado pela autora.**

Na data da formatura, o concluinte é declarado Aspirante-a-Oficial, por meio de Ato do Comandante da Aeronáutica.

<sup>45</sup> O conteúdo do regimento dispunha sobre a estrutura da FAAer, em referência ao funcionamento dos órgãos, direção, coordenadorias, atividades acadêmicas, regime escolar (ano letivo, processo seletivo, matrícula e transferência, avaliação), corpo docente e discente, entre outras disposições.

Além de todas as atividades previstas na rotina da Academia da Força Aérea os cadetes podem se dedicar a diferentes modalidades esportivas e participar de diversas atividades de lazer nos finais de semana em seus diversos clubes, os quais recebem a nomenclatura de acordo com a atividade que desenvolvem: Clube de Voo a Vela, Clube de Aerodelismo, Clube de Plastimodelismo, Clube de História Militar, Clube de Literatura, Clube de Informática, Clube de Tiro, Clube das Gerais e Centro de Tradições Gaúchas e Clube de Tradições Nordestinas. Essas atividades são dirigidas por eles próprios e supervisionadas por oficiais.

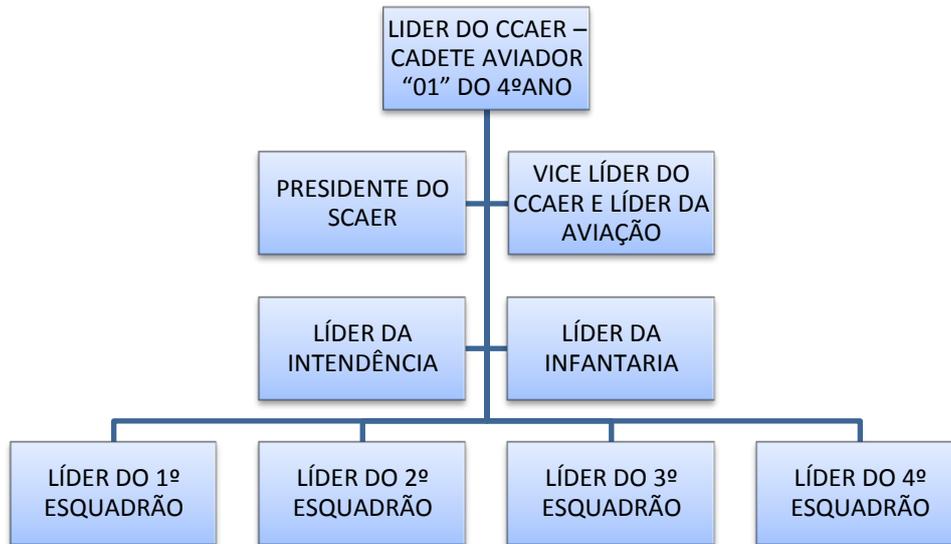
Em destaque, o Clube de Voo a Vela tem planadores de alta performance, como também dois rebocadores Ipanema. O referido Clube possibilita aos Cadetes o permanente contato com a atividade aérea, desenvolvendo o espírito de equipe, de companheirismo, de camaradagem e de confiança mútua.

Como já mencionado, a classificação nos cursos da Academia é o peso preponderante para sua vida profissional do cadete e, na Academia, enquanto cadetes, é ela que define a posição hierárquica dos mesmos na Cadeia de Liderança do Corpo de Cadetes.

Com o objetivo central de estabelecer um elo entre os cadetes e o Corpo de Cadetes da Academia essa Cadeia funciona como um órgão de assessoramento do Comando do Corpo. Em sua funcionalidade é considerada um hábil instrumento para o exercício de liderança, como ainda é a principal responsável pelo desenvolvimento e aplicação dos Programas de Treinamento Militar e de Liderança (MANUAL DO CADETE DA AERONÁUTICA, 2010).

De acordo com o Manual, entre as responsabilidades atribuídas aos elementos da referida Cadeia, destacam-se a execução dos Programas de Treinamento Militar e de Liderança, Estágio de Adaptação dos Cadetes, além do Programa de Formação de Valores, atividades supervisionadas pelos oficiais do CCAER para assegurar que a conduta dos demais cadetes seja orientada, corrigida constantemente e aplicada em conformidade com a doutrina normatizada pelo manual, conforme mostra a Figura 9.

**Figura 9: Estado-Maior da Cadeia de Liderança do Corpo de Cadetes da Aeronáutica**



**Fonte: Manual do Cadete da Aeronáutica 2010, p.18.**

Os critérios do posicionamento dos cadetes no organograma anterior, como já comentado, ressalta a importância da classificação para a vida do Cadete na Academia. O Plano de Avaliação da AFA determina que, para se tornar um líder do Corpo de Cadetes, o aviador precisa ser o primeiro colocado no final do 3º ano do CFOAV.

Da mesma forma, o posto de vice-líder do CCAER e/ou líder de aviação será ocupado pelo segundo colocado, no início da 4ª Série do CFOAV, regra equivalente às exigências do posto de líder de Intendência e de Infantaria.

Entre os requisitos exigidos para ocupar a posição de Presidente da Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica (SCAER), o cadete deve estar cursando o 4º ano e ser eleito pelos cadetes do CCAer, após aprovação do Comandante do Corpo de Cadetes.

Embora independa do curso ou de antiguidade, o posto de líder do Esquadrão será confiado àqueles que se destacarem, em desempenho global, ao longo dos anos, aplicando-se o mesmo critério aos líderes de Esquadrilhas.

Os líderes de Elemento são considerados peças fundamentais no processo de acompanhamento dos cadetes, uma vez que ele é quem estará mais próximo do cadete mais moderno. Para se tornar líder de Elemento do Segundo Esquadrão, o cadete precisa estar cursando o 4º Esquadrão, estar situado, no mínimo, na faixa “Normal” no conceito militar, e

ter sido indicado pelo comandante de seu Esquadrão. Exigência equivalente existe para o líder de Elemento do 1º Esquadrão, exceto em relação a ser aluno do 3º ano.

Com base nessa estrutura hierárquica, o Manual do Cadete da Aeronáutica confere a esses elementos a responsabilidade de fiscalização e de orientação aos demais membros inseridos na Cadeia de Comando. Essas instruções permitem que todos os procedimentos previstos sejam transmitidos e ensinados aos demais, em atendimento aos objetivos propostos no Programa de Treinamento Militar (PTM), no Programa de Treinamento de Liderança (PTL) e no Programa de Formação de Valores (PFV).

Cabe ainda ao Estado-Maior apresentar sugestões aos Comandos dos Esquadrões sobre ações corretivas, visando a reparar eventuais deslizes cometidos pelo cadete.

Outro posto, nessa hierarquia, ocupado pelos cadetes do 4º ano é a de líderes de esquadrão e de esquadrilha. A ocupação da referida posição independe de curso ou da antiguidade do cadete, de quem se exige, porém, que tenha um bom desempenho global, mérito acadêmico, tenha sido indicado por sua turma e pelo Estado-Maior de Cadetes. Caso seja aviador, ele não pode ter apresentado dificuldades na atividade aérea, devendo possuir higidez física adequada à função. Em ambos os casos, deve ainda, ter sido indicado pelo Comando de seu Esquadrão e ter seu nome aprovado pelo Comandante do Corpo de Cadetes.

Independente de exercer função de liderança, a progressão sistemática em cada fase busca desenvolver, no cadete, características consideradas essenciais ao oficial da FAB, entre elas a de líder. Cabe ressaltar que todos os cadetes são responsáveis por cumprir e fazer cumprir o que prevê o Manual.

Quanto à conduta, o cadete deve estar atento à sua postura, tanto no âmbito da AFA, como fora dela. Esses cuidados envolvem apresentação pessoal, maneira de pensar, agir e falar, devendo sempre melhorar a qualidade de liderança e, sempre que necessário, o cadete mais antigo deve treinar e corrigir os mais modernos, como também estimulá-los a desenvolver a habilidade para usar seu tempo e energia de maneira eficiente. Tendo por base o conjunto de responsabilidades e de procedimentos quanto à rotina prevista na AFA, sua não observância acarreta punições, que podem levar, até mesmo, ao desligamento do curso.

Considerando as normas e diretrizes que regem a vida na Academia, descreve-se, aqui, o dia-a-dia do local onde os cadetes residem, estudam, se alimentam, cuidam da saúde e encontram lazer para inteirar o leitor sobre a rotina na AFA.

## **2.6 A Rotina na Academia da Força Aérea**

Em todos os dias úteis, a rotina escolar na AFA começa logo na alvorada, exatamente às seis horas, quando os cadetes se dirigem ao rancho para a alimentação matinal. Exatamente às seis horas e cinquenta minutos, em formatura eles se deslocam para as respectivas salas de aulas na DE para enfrentar a primeira jornada acadêmica, que ocorre entre as sete e onze horas e vinte minutos.

É previsto, no caso dos aviadores do 2º e do 4º esquadrão, que eles se dirijam até os Esquadrões de Instrução Aérea (EIAs), caso estejam programadas atividades de voo. Assim, a “rotina do cadete aviador é comparecer, dia sim dia não, para receberem instrução aérea (no 2º e 4º ano), dividindo espaço com a DE, chegando a permanecer até 12 horas naquela dependência.” (BAQUIM, 2008, p.40).

Enquanto na DE, o período da manhã é preenchido com cinco aulas de quarenta e cinco minutos cada, quase sempre consecutivas, que se interrompem apenas por pequenos intervalos de cinco minutos entre elas e o horário do almoço. Durante os intervalos é permitido que o cadete se ausente da sala de aula para ir ao banheiro, tomar água ou, ainda, resolver problemas imediatos e rápidos, uma vez que devem respeitar criteriosamente o horário de reinício das aulas.

Ainda em relação aos intervalos, há, entre o terceiro e o quarto tempo, um intervalo maior, chamado por muitos de “Intervalão”, com duração de vinte minutos. Nesse espaço de tempo os cadetes podem usufruir dos serviços da cantina ali existente, resolver alguma pendência, procurar seus professores ou orientadores, ou resolver algum problema particular.

Concluída a rotina matinal na DE, os cadetes se deslocam em formatura para a parada diária que acontece em um pátio, em frente ao Corpo de Cadetes, às onze horas e trinta minutos. Depois da parada, os cadetes almoçam e, da mesma forma como de manhã, marcham até a DE para assistirem aulas no período que vai de 13h30min a 15h40min..

Nas salas de aula, a rotina também se diferencia bastante da rotina escolar do meio civil, começando com os três sinais que indicam o horário da instrução ou aula, assim dispostos: o primeiro toque indica que, cinco minutos antes do início a aula, os cadetes devem se dirigir para suas respectivas salas; o segundo indica que todos devem estar a postos para receber o professor e, o terceiro toque indica que a aula deve ser iniciada. Fica vedada a entrada atrasada do cadete, que pode sofrer punições caso isso aconteça.

Quanto ao professor, ele também deve atentar aos horários para evitar atrasos. Existe, na AFA, um ritual militar de apresentação no início de todas as aulas. Nesse procedimento, logo que o professor entra na sala de aula, o Cadete escalonado “Chefe de Turma”, se pronuncia: “Atenção Sala”, gesto que significa que todos devem se levantar e se manter em posição de “Sentido”, até que o “Chefe de Turma” se apresente e apresente a turma, anunciando ao professor se há falta ou não, e o professor peça que a turma fique à vontade. Somente depois desse ritual a aula é iniciada.

A programação de aulas é outro aspecto que o docente deve, criteriosamente, observar, considerando que as aulas são programadas semanalmente, de acordo com as atividades militares e técnico-especializadas, previstas na AFA. Assim, as mesmas nem sempre coincidem em dias e horários.

Tendo em vista essa inconstância, é necessário que o professor acompanhe sempre a pré-programação disponibilizada na rede interna da AFA uma semana antes de sua efetiva aprovação. Caso haja qualquer inconsistência, como “choque” de aulas, aulas escaladas nos dias de dispensa do professor, ou qualquer outro problema, o docente deve requisitar o remanejamento de aulas, ainda na fase da pré-programação, que fica disponível uma semana antes da efetiva programação que, se aprovada, raramente permite alterações.

Os professores também devem estar atentos à programação de suas provas ou exames que, como as aulas, são divulgadas na pré-programação, e cuja importância está atrelada ao prazo estipulado para sua entrega. Em respeito às normas, os docentes devem elaborar as avaliações e encaminhá-las ao setor de Avaliação, juntamente, com outros documentos exigidos pela Instituição, com um prazo mínimo de cinco dias úteis, para que a mesma possa ser apreciada e analisada em termos ortográficos, de clareza ou, ainda, em relação à metodologia. Quando necessário, existe tempo hábil para que o professor possa corrigi-la ou ajustá-la aos padrões previstos nas normas.

O rigor se aplica em relação a escala semanal de Fiscalização de Provas, quando se divulga, todas as semanas, uma lista contendo, datas, horários e os nomes dos docentes que deverão realizar a tarefa. Assim, os mesmos devem retirar os malotes de provas na Sessão de Avaliação e aplicá-la, observando cuidadosamente as normas que envolvem o trabalho, como o tempo de realização, de início e de término, as informações que devem ser passadas preliminarmente aos Cadetes, como a possibilidade, ou não, de uso de materiais extras, se vai haver consulta ou não, e outras.

Em relação à fiscalização, o professor deve ainda responsabilizar-se pela entrega da prova no prazo previsto para sua realização, diante dos cadetes, na ata de fiscalização, anotando qualquer tipo de ocorrência, inclusive faltas.

Na AFA, o controle sobre as faltas é executado tanto pelo discente, o “Chefe de Turma”, como pelo professor. Ao Chefe de Turma cabe relacionar, em papeletas de duas vias, todas as faltas e os respectivos motivos, colhendo a assinatura do professor e entregando-lhe uma das vias; deve, ainda, digitá-las em um espaço próprio da rede interna da Academia. Ao professor cabe, sequencialmente, confirmar ou não a informação disponibilizada pelo cadete.

A Atividade de Orientação, que envolve docentes e discentes da AFA relaciona-se à iniciação científica do cadete. Como para as aulas e as provas, existem tempos dispostos na programação semanal para aulas de Monografia. Esses tempos podem ser utilizados para reuniões de orientação, geralmente pré-agendadas e que ocorrem nas dependências da DE.

Além dessas atribuições, os professores estão sempre disponíveis, durante os intervalos na DE, para tirar qualquer dúvida que os cadetes tenham sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A retomada do expediente ocorre da mesma forma, em todos os dias úteis, às 15h30min., quando é previsto que os cadetes frequentem as aulas de Educação Física. Assim, no toque do sinal, eles entram em formatura, marcham para o CCAer e, em seguida, se encaminham até os locais apropriados para receber esse tipo de instrução, dependendo da modalidade.

Existe, ainda, uma série de eventos e solenidades em que cadetes, professores e todos os oficiais da AFA se envolvem de forma ativa, como “Espadim”, “Espadão”, entrega de medalhas, seminários, encontros pedagógicos entre outros eventos.

Nesta dinâmica a Academia da Força Aérea se diferencia das instituições escolares civis, tanto em termos administrativos e burocráticos próprios de uma Instituição Militar que inclui estatuto jurídico próprio, estatuto de pessoal que define a carreira, os direitos e restrições, a posturas e os comportamentos, como ainda, em relação as práticas escolares a começar pelo regime de internato, pela disciplina e hierarquia, pelos horários rígidos e pelo ensino e treinamentos em ambientes distintos, entre outras peculiaridades.

Os estudos já realizados na Academia valorizam o diferente contexto vivido no interior da Instituição, entretanto, não apontam problemas diretamente relacionados com o convívio dos cadetes, nem problemas de inter-relacionamento, de indisciplina, de estrutura, mas sim a preocupação se centra no processo de formação dos futuros oficiais. As diferentes abordagens giram em torno dos conhecimentos científicos, culturais, técnicos e militares que ali são trabalhados. Assim, por mais diferente que seja o enfoque os currículos dos Cursos de Formação de Oficiais tornam se objetos marcantes na análise dos autores da AFA.

Neste mesmo sentido caminha nossa abordagem, partimos das constantes alterações curriculares que aconteceram na AFA entre 1974 a 2014 com a intenção de identificar a relação das mudanças com o processo histórico brasileiro e, ao mesmo tempo, examinar seus reflexos na formação do oficial da Academia. Deste modo, dedicamos o terceiro capítulo da presente tese a um estudo sobre a evolução do currículo do Curso de Formação de Aviadores neste percurso temporal.

### **CAPÍTULO 3 - AS REFORMAS CURRICULARES DA AFA E A FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS (1974-2014)**

Para se compreender melhor a formação militar dos oficiais da Força Aérea Brasileira, assim como as reformas curriculares promovidas entre 1974 a 2014, a história política brasileira fornece subsídios para explicar as transformações ocorridas nas políticas educacionais.

Considerando as peculiaridades da instituição militar e toda a normatização que a rege, neste estudo foram contemplados, ainda, o exame de documentos oficiais da Força Aérea documental, como a Doutrina Militar, que norteia as ações da Força Aérea Brasileira – FAB, desde a criação, baseada em sua legislação de ensino - a Lei de Ensino da Aeronáutica, nº 12.464, de 04 de agosto de 2011, que dispõe sobre o ensino na Instituição; a Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 37-4, de 18 de março de 2010, que estabelece normas para a elaboração e revisão dos currículos mínimos dos cursos e estágios ministrados no âmbito do Comando da Aeronáutica, assim como o Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 36-7, de 1º de novembro de 2012, que dispõe sobre o perfil dos oficiais da Aeronáutica.

Com a intenção de explanar os diferentes cenários e as transformações ocorridas ao longo dos anos e que culminam na atual política de ensino da Instituição, é preciso apresentar um panorama da evolução do ensino militar no Brasil, com apresentação das alterações conjunturais que determinaram as modificações curriculares ocorridas na AFA, desde a sua transferência definitiva para Pirassununga –SP em 1974, até 2014.

#### **3.1 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira – 1974 a 1987**

Considerando os escritos de Sacristan (2000, p.20) que nos indicada que “os conteúdos curriculares não podem ser indiferentes ao contexto nos quais se configuram”, mas, sim, fruto da modelação da política e dos mecanismos administrativos vigentes em determinados tempos que revelam tanto hegemonia do Estado quanto às implicações de determinadas concepções de educação, buscamos analisar as alterações curriculares que aconteceram na AFA entre 1974 a 2014 em conjunto com as mudanças ocorridas na conjuntura nacional ao longo dos tempos.

A história da Força Aérea Brasileira, explanada no primeiro capítulo desta pesquisa, evidencia que o período de 1970, ponto de partida de nossas investigações,

coincidiu com o ingresso do mundo aeronáutico no domínio supersônico. Nesse contexto em que os supersônicos também são incorporados à Força Aérea Brasileira, a Academia estava se instalando permanentemente em Pirassununga-SP.

A inovação impunha novos conhecimentos, novos procedimentos e novas habilidades. Assim, o ensino na AFA que, até então, se orientava com base nos cursos básicos de engenharias das instituições civis, que oscilavam, ano a ano, provocando constantes alterações no currículo da Academia, que passou, a partir de 1974, a buscar suporte no curso de Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).<sup>46</sup> De acordo com o Histórico Curricular da AFA (2010, p.17), “mais justo e apropriado para as circunstâncias e acabando com as oscilações que havia decorrente das experiências particulares dos professores, entre outras.”<sup>47</sup> Assim, em 1974, quando os cursos já haviam sido definitivamente transferidos para Pirassununga-SP, as mudanças foram progressivamente implantadas, de modo que o novo currículo passava a valer àqueles cadetes que ingressavam no primeiro ano na AFA.

Em 1978, foi implantado na AFA o curso básico de Engenharia do Ministério da Educação e Cultura, a qual vigorou, sem grandes alterações, até 1987. A mudança trouxe o estabelecimento da equivalência dos cursos de formação dos oficiais da Aeronáutica com os cursos de formação do Ministério da Educação e Cultura – MEC<sup>48</sup>. Com isso, houve a inclusão de disciplinas da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, conforme Demo (2006, p. 56):

A partir de 1978, foi criado um Grupo de Trabalho para a reformulação do Currículo da Academia da Força Aérea, apresentando um Curso menos voltado para a área de Ciências Exatas, incluindo disciplinas da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Este trabalho visava, entre outros itens, à *“Introdução, na Formação Geral Profissional, de novas Disciplinas que atendessem mais especificamente ao processo administrativo-militar e ao Atendimento a requisitos legislativos atualizados no campo do Ensino Científico-Tecnológico-Administrativo do País.”*

A finalidade dessa alteração, a de assegurar aos cadetes desligados em voo a oportunidade de aproveitar as disciplinas no meio civil e encontrar novas possibilidades, também não deixava de apontar “a preocupação com a formação num sentido de uma atuação mais burocrática dos futuros oficiais. Apesar das alterações, os currículos dos cursos

<sup>46</sup> De acordo com o histórico Curricular da AFA, o intuito foi o de evitar constantes atualizações, cujos impactos das alterações curriculares refletiam a ponto de cada cadete de cada ano do curso de formação ser submetido a um curso totalmente diferente do de seus colegas de outros anos.

<sup>47</sup> O grupo que estudou e adaptou as ementas das disciplinas de Matemática procurou considerar as particularidades da Academia.

<sup>48</sup> Parecer MEC/CEF nº 326/8, em anexo.

continuam com uma grande carga horária de disciplinas da área de Ciências Exatas, principalmente para o CFOAv [...]”. (DEMO,2006, p.63).

A tabela 03 permite comparar as das duas situações, ou seja, o currículo baseado na Engenharia do ITA que vigorou entre 1974 a 1977 e, posteriormente o período de 1978 a 1983, com base no parecer do MEC.

**Tabela 3: Currículo do CFOAv – Evolução do Currículo de 1974 a 1987** <sup>49</sup>

<b>Campos</b>	<b>Áreas</b>	<b>CH. 1974 a 1977</b>	<b>CH. 1978 a 1982</b>	<b>CH 1983 a 1987</b>
Instrução Científica	Ciências Exatas	1.828	1.800	1.151
	Ciências Humanas	300	318	180
	Ciências Militares	183	-	-
	Ciências Sociais	40	168	120
	Ciências Sociais Aplicadas	45	106	106
	Linguística, Letras e Artes	260	200	266
	Multidisciplinar	-	61	-
<b>Subtotal</b>		<b>2.656</b>	<b>2.653</b>	<b>1.823</b>
Técnico- Especializado	Ciências Exatas	140	151	189
	Ciências Aeronáuticas	122	1.010	1.880
	Engenharias	67	123	104
	Linguística, Letras e Artes	-	79	80
	Ciências Sociais Aplicadas	-	-	34
<b>Subtotal</b>		<b>329</b>	<b>1.363</b>	<b>2.287</b>
Militar	Ciências da Saúde	406	657	840
	Ciências Militares	182	567	206
<b>Subtotal</b>		<b>588</b>	<b>1.224</b>	<b>1.046</b>
Atividades Complementares e Administrativas	Tempos destinados a orientação da vida do cadete na AFA.	-	360	1.517
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>360</b>	<b>1.517</b>
<b>Carga Horária Total</b>		<b>3.573</b>	<b>5.600</b>	<b>6.673</b>

**Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010. Adaptado pela autora.**

A afirmação de Demo (2006) sobre a preocupação com as atividades mais burocráticas e seu impacto no currículo após 1978 refere-se ao acréscimo de 207 tempos de

<sup>49</sup> Os referidos Currículos seguem nos anexos, discriminando, nas diversas áreas, as diversas disciplinas.

aulas envolvendo disciplinas da área das Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, como também a inserção de 360 tempos voltados às atividades complementares e administrativas nas quais os Cadetes se dedicam as reuniões com o Comandante; ao treinamento para o recebimento do *Espadim* que representa a condecoração do, até então, *Estagiário a Cadete da Aeronáutica*, ressalta-se que a referida solenidade ocorre no final do primeiro semestre do ano; ao *Aspirantado*, a solenidade de formatura que ocorre no final do CFOs; a *Interafa*, campeonato interno entre os Cadetes da AFA; a palestras e visitas, entre outras.

O período de 1983 a 1987, apresentado anteriormente na tabela 2 corrobora o quadro curricular descrito por Demo (2006) quando analisado o acréscimo de 1.157 tempos de aulas dedicados a tais atividades. Nota-se ainda, o achatamento que ocorreu na área das Ciências Exatas, mais precisamente, com um decréscimo de 611 horas aulas. Outra modificação é a elevação de quase 1.000 tempos de aulas disponibilizados para a formação técnico-especializadas neste período.

Em 1979, a Academia recebeu novas aeronaves, o Tucano-25 (T-25), destinado à instrução avançada, em substituição ao modelo T-37. A partir de 1985, com a chegada do novo avião, o T-27 destinado à formação avançada, o T-25 passou a ser empregado na formação primária e básica dos cadetes, como ocorre até os dias atuais.

Em 1982 o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica<sup>50</sup> foi transferido para a Academia, com formatura em 1984. A partir de então, a FAB passou a contar com três quadros de Oficiais formados pela AFA. Essa decisão é descrita por Demo (2006, p.24) “[...] em consequência de uma reformulação na estrutura do Quadro de Oficiais de Infantaria que, a partir de então, passaria a ter como atribuições mais encargos e de maior responsabilidade. Para isso, seria necessária uma reformulação na formação do Oficiais deste quadro, [...]”

Inicialmente o CFOINF tinha duração de quatro anos. Em 1986 foi reduzido para três anos e, em 1996, o curso voltou a ter quatro anos de duração.

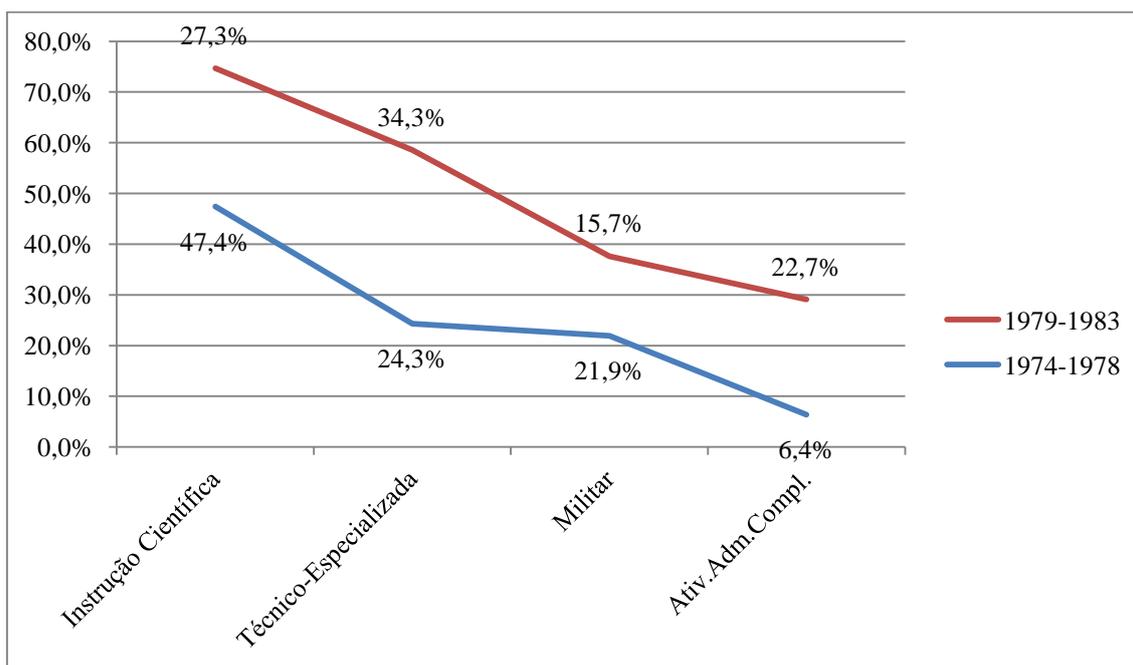
A figura 10, apresentado na sequência, revela por meio de uma análise vertical, ou seja, a representatividade da carga horária de cada campo em relação ao número total de

---

<sup>50</sup> Até 1982 o Curso de Infantaria de Aeronáutica era realizado em Curitiba – PR, na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (AEOEIG). Após 1983 passou a ser ministrado na AFA e a 1ª turma foi formada por cadetes desligados no voo nos anos de 1981 e 1982. (HISTÓRICO CURRICULAR DA AFA – de 1974 – 2010, p.7).

tempos do Curso em termos percentuais. O resultado expressa que as adaptações curriculares ocorridas entre 1983 a 1987 impactaram, de forma mais significativa nas disciplinas da área das Ciências Exatas, que sofreram uma redução de, aproximadamente, 13 pontos percentuais. Em sentido inverso houve um acréscimo de aproximadamente 10 pontos percentuais na área das Ciências Aeronáuticas.

**Figura 10: Gráfico Comparativo – Currículo da AFA – 1974 e 1983 - Aviação**



**Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010. Adaptado pela autora.**

Apesar das alterações, os currículos da AFA ainda mantinham uma alta carga horária das disciplinas de Ciências Exatas e sobre a importância de tais conhecimentos para a formação do Aviador, Demo (2006, p.72) esclarece que:

[...], é importante observar que, apesar desta nova diretriz, que desponta uma preocupação com a formação num sentido de uma atuação mais burocrática dos futuros Oficiais, os Currículos dos Cursos continuam com uma grande carga horária de Disciplinas da área de Ciências Exatas, visto que nunca deixou de valorizar os conhecimentos desta área, principalmente para o CFOAV que, como mencionamos anteriormente, deverá estar preparado para operar equipamentos de alta tecnologia que são desenvolvidos e estão em constante processo de atualização, no atual contexto mundial.

Para um melhor entendimento sobre a situação do Campo técnico-especializadas a tabela 4 expressa às adaptações que ocorrem em 1983:

**Tabela 4: Adaptações dos Currículos entre 1978 a 1983**

<b>Campo: Instrução Técnico-Especializada / Área: Ciências Aeronáuticas</b>	
<b>Situação</b>	<b>Tempos</b>
Disciplinas Excluídas	401
Disciplinas Incluídas	448
Acréscimo em Instrução de Voo	459

**Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010. – CFOAv - Campo da Instrução Técnico Especializadas - Adaptado pela autora.**

Considerando a afirmação de Sacristan, (2000, p.20), que “os conteúdos curriculares não podem ser indiferentes ao contexto nos quais se configuram”, as adaptações curriculares podem estar vinculadas às necessidades impostas pela chegada das novas aeronaves na Academia, em 1979: o Tucano-25 (T-25) e, em 1985, o recebimento do novo avião, o Tucano-27 (T-27).

Cabe ressaltar que essa interpretação baseou-se no fato de que o impacto não foi propriamente entre as disciplinas que se agregaram ao currículo ou que dele foram excluídas, mas, sim, o acréscimo de tempos destinados a Instrução de Voo, como se verifica na tabela 4 apresentada anteriormente.

Entre as disciplinas incluídas estão Topografia Militar; Teoria do Voo por Instrumentos; Organização e Emprego da Força Aérea; Instrução e Treinamento; Voo Simulado; Paraquedismo; Procedimento Social; Higiene e Primeiros Socorros; Medicina de Aviação; Metodologia da Instrução Militar; Sobrevivência no Mar; História do Poder Aeroespacial; Sobrevivência na Selva; Propulsão a Jato e Teoria Geral da Administração.

Entre as disciplinas excluídas estão Instrução de Voo, *Brifim* e *Debrifim* do T-37C<sup>51</sup>, *Link Trainer*, Emprego da Força Aérea e Instrução Técnica do Avião T-37C.

### **3.2 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira – 1988 a 2002**

Antes de comentar as mudanças ocorridas nos Currículos da AFA, a partir de 1988, cabe considerar a origem das alterações estratégicas que cercearam a evolução do pensamento militar brasileiro, a partir do final da última década da Guerra Fria. Entre os principais fatos podem-se citar a hipótese da Guerra Total no contexto da Guerra Fria, que fez com que conceito de Defesa nacional se expandisse no Brasil nos anos 1980. Diante dessa hipotética possibilidade, os militares se conscientizavam, cada vez mais, de que a tarefa de

<sup>51</sup> Aeronaves que foram substituídas a partir de 1979, com a chegada dos Tucanos-25 à Academia.

defender a soberania nacional cabia, particularmente, as Forças Armadas Brasileiras, de modo que a noção de Defesa Nacional se sobrepusesse à noção de Segurança Nacional.

Esses argumentos são reforçados pelo diplomata Eugênio Vargas Garcia, mais especificamente, em suas análises acerca da evolução do pensamento dos militares brasileiros no artigo intitulado *O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989)*, publicado em 1997 na Revista Brasileira de Política Internacional, o qual nos esclarece que “[...] a emergência de novo centro de poder político não poderia admitir a subordinação estratégica *ad infinitum* ao poder hegemônico. A luta nacionalista pela elevação do prestígio internacional do país, por conseguinte, teria de ser perseguida mediante a *autonomia do desenvolvimento*.” (GARCIA, 1997, p.30)

Diante da necessidade de dar novos rumos à questão política da defesa do país, o governo federal tomou a iniciativa, pela Constituição de 1988, de homologar a Política de Defesa Nacional – PDN. Esta iniciativa, visou entre outros fatores ao estabelecimento de uma única diretriz que conduzisse as ações das Forças Armadas em ambiente nacional e, sobretudo, internacional em busca de um objetivo comum e que, ainda, pudesse promover a participação da sociedade civil em seu processo de implantação.

No mesmo sentido, o Ministério da Aeronáutica procurou, desde 1985, adaptar sua Doutrina ao contexto nacional do fim do Regime Militar, desde 1985, e do fim das ameaças político-ideológicas inspiradas no conflito indireto da Guerra Fria. Foi quando revogou a Doutrina Aeroespacial de 1975, e publicou, no Diário Oficial da União, a nova DMA 1-1, em 18 de abril de 1990.

Temos, portanto, uma firme correlação entre os principais acontecimentos no direcionamento político-estratégico de ordem nacional interna e externa e as publicações das Doutrinas da FAB, mesmo que nelas não indiquem, necessariamente, grandes mudanças em suas determinações, mas acenam e dão suporte à reorganização da instituição, de acordo com as necessidades para corresponder ou acompanhar novas tendências de cunho político-ideológico (GODOY, 2006, p.18).

Para melhor analisar como se processou o desenvolvimento da concepção de defesa nacional no Brasil foi preciso considerar as já citadas mudanças conjunturais nacionais e internacionais dessa época, especificamente, nas complexidades surgidas no campo de batalha durante e após o desfecho da Guerra Fria; e também o curso do processo de

democratização brasileira, consumando a retirada dos militares do governo e sua volta aos quartéis, concomitantemente com a necessária redefinição do papel militar na sociedade.

A partir da década de 1990, os assuntos ligados a Instituição Militar ganharam pauta nas discussões acadêmicas, percebendo-se com o fim do regime militar no Brasil e o fim da Guerra Fria, um aumento gradativo do número de pesquisas e publicações nessa área, envolvendo uma diversificação nos assuntos menos voltados ao problema do envolvimento militar na política (MANCUSO, 2008).

O crescente interesse pelos assuntos relacionados à segurança e defesa diz respeito às perspectivas de ameaças à segurança global que o século XXI atravessa, com os desafios da atualidade, considerados mais complexos do que aqueles motivados pela disputa ideológica entre as duas superpotências durante a Guerra Fria.

No atual contexto problemas ligados ao narcotráfico e terrorismo assumiram grande peso, desde o início da década, e estão englobados no conceito de novas ameaças, principalmente após o ataque ao World Trade Center em setembro de 2001.

As ameaças inseridas nesse conceito apresentam caráter transnacional e irrestrito, como o tráfico de armas, de seres humanos (prostituição, tráfico de órgãos, turismo sexual), migrações internacionais, pressões internacionais de ordem ambiental, econômico-financeiras, doenças infectocontagiosas, lavagem de dinheiro, questões que, aliadas ao desenvolvimento tecnológico, vêm alterar consideravelmente o cenário da guerra moderna.

A Política de Defesa Nacional em vigor em a partir de 1996 significou um avanço para o país, uma vez que esse documento, além de expressar os objetivos de defesa, deliberar a postura estratégica e abalizar as diretrizes do Estado Brasileiro, dá orientações sobre o seu significado, elucidando como devem ser vistas e efetivadas a segurança e a defesa brasileira, em atendimento a suas premissas.

Apesar de a Política de Defesa Nacional não ter conseguido superar determinadas indefinições na consecução de suas diretrizes e no alcance de seus objetivos gerou, em contrapartida, a criação do Ministério da Defesa o qual se encarregou de formular corretamente a concepção brasileira de Defesa Nacional, tornando possível estabelecer uma única Doutrina Militar de Defesa Nacional para as três forças. O fato foi significativo para

que, em 06 de agosto de 1997, fosse publicada a Doutrina Militar da Aeronáutica DMA 1-1, que revogava a DMA 1-1 de 1990, como escreveu Oliveira (2004, p. 61):

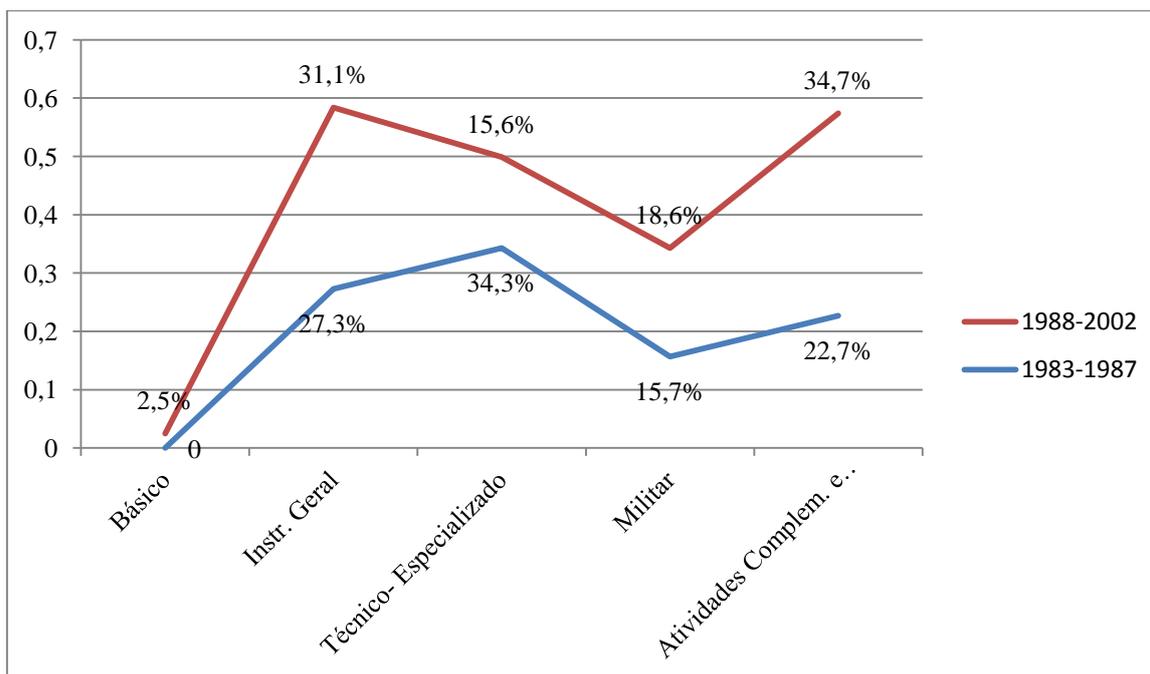
Com a Nova PDN, as Forças Armadas brasileiras tiveram, pela primeira vez, elementos documentais fundamentais para nortearem suas determinações de cunho doutrinário e institucional. Por isso, temos a publicação da DMA 1-1, em 06 de agosto de 1997, revogando a DMA 1-1 de 1990, apresentando um documento ostensivo direcionado a todo o efetivo da Força, trazendo todas as definições de Poder Aéreo, do Ministério da Aeronáutica, suas disposições e missões, amparadas pela Constituição de 1988.

Diante dessa realidade e em prosseguimento à pesquisa sobre a preparação dos recursos humanos na Academia da Força Aérea, o Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) criado em 1984<sup>52</sup>, em um estudo conjunto com o Estado Maior da Aeronáutica (EMAER), especificamente, sobre as o perfil profissional dos oficiais e sobre as necessidades da Aeronáutica Brasileira, estabeleceu, em 1988, os currículos mínimos das escolas a ele subordinadas. Nesse mesmo ano, o currículo mínimo foi implantado na Academia.

A partir dessa determinação ocorreu a inclusão de algumas disciplinas de administração consideradas importantes na formação do oficial da FAB, que, ao mesmo tempo que melhor atendesse às necessidades da Aeronáutica, fosse sensível aos desafios crescentes da modernização. De acordo com Demo (2006), tratava-se de um trabalho já iniciado em 1978, com valorização dos conhecimentos para uma atuação administrativa dos Oficiais da Força Aérea Brasileira. O fundamento da afirmação da autora tem base na Portaria do Comando Geral de Pessoal da Aeronáutica – COMGEP nº R-003/AS3, de 16/01/1978, que aprova o Currículo Mínimo da AFA e traz no parágrafo IV a seguinte texto: “Considerando a necessidade de ajustar o Currículo da AFA e adaptá-lo à nova Legislação Federal, que regulamente a formação de recursos humanos na área das ciências tecnológicas e na área de economia e administração, sem prejuízo da finalidade específica da formação do Oficial da Força Aérea.” Outro fato que chama a atenção em relação à alteração curricular desse período é que, além da diminuição das disciplinas da área das Ciências Exatas, houve queda também das disciplinas da área Técnico-Especializadas, fato que pode ser observado na figura 11 a seguir:

---

<sup>52</sup> Criado em 1984 o DEPENS passou a subordinar todas as escolas do Comando da Aeronáutica - COMAER, incumbindo-se do planejamento, gerenciamento e controle de todas as atividades de ensino que envolvem a formação e pós formação do pessoal. A partir de então, o DEPENS tem se dedicado a atender aos interesses da Aeronáutica Brasileira, juntamente com o Estado Maior da Aeronáutica – EMAER.

**Figura 11: Gráfico Comparativo – Currículo da AFA – 1987 e 2002 –Aviação**

Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010. Adaptado pela autora.

Apesar de as informações contidas na figura 11, não deixar claro o impacto causado na Área de Exatas, uma vez que a alteração curricular se deu pelo remanejamento entre disciplinas das Exatas com as disciplinas administrativas, em contrapartida é possível observar que o campo técnico-especializado perdeu espaço enquanto as atividades complementares e administrativas do curso subiram consideravelmente. Os reflexos das adaptações curriculares na Área das Ciências Exatas e inclusas no Campo Geral, seguem expressos na tabela 5 foi organizada para demonstrar a situação da referida área.

**Tabela 5: Adaptações dos Currículos entre 1988 a 2002**

Disciplinas Excluídas	Tempos	Incluídas	Tempos
Desenho Técnico	32	Antropologia	30
Resistência de Materiais	45	História Militar	52
Química/Química Aplicada	60	Metodologia da Instrução	20
Álgebra Linear	45	Metodologia Científica	45
Eletricidade	54	Economia Brasileira	52
Geometria Descritiva	47	Técnica de Instrução	50
		Administração Geral da Aeronáutica	30
		Adaptação e Cultura	15
		Adaptação a Idioma	125
		Português de Aviação Militar	35
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>Total</b>	<b>454</b>

Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010 – CFOAv - Instrução Científica. Adaptado pela autora.

As preconizações contidas na PDN e as diretrizes do DEPENS, que estabeleciam as alterações nos currículos da AFA, mostravam certa incoerência, uma vez que a PND destacava, em seu texto, a complexidade trazida pela guerra da modernidade, enquanto as resoluções em relação ao ensino da Aeronáutica levavam à retirada, tanto de tempos de instrução dos ensinamentos técnico-especializados do currículo do CFOAv, quanto de disciplinas da Área das Ciências Exatas, consideradas imprescindíveis para o aprendizado dos equipamentos de alta tecnologia que os alunos ali operam.

[...] observamos que as determinações da Doutrina vigente e da Lei de Ensino da Aeronáutica, que se comprometem a honrar as definições do papel constitucional da Força Aérea Brasileira e do emprego operacional descrito na atual Política de Defesa Nacional, não encontram condições objetivas para ser contempladas nos programas curriculares existentes na Academia da Força Aérea, encaminhando a formação acadêmica a um desempenho profissional burocrático, comprometendo tempos de aulas das disciplinas técnico-especializadas militares, o que concorre para uma contradição entre o que se define na Lei e o que se pratica na formação dos futuros oficiais (GODOY, 2008, p.01).

Entretanto, os impactos nos Currículos da AFA seriam sentidos a partir de 2004 com a implantação do Curso de Administração.

Apesar de não constar do Histórico Curricular da AFA, ocorreram diversas adaptações curriculares entre os anos de 1988 a 2002. Sobre essas adaptações, Oliveira (2004, p.163) explica que a AFA, “busca de maneira incansável a organização curricular adequada, mas não espera sedimentar os processos de formação estabelecidos” e, segundo sua opinião, a frequência de tantas mudanças curriculares impossibilita a verificação dos resultados, tanto os positivos, como os negativos, isto é, o que deveria o ser preservado e o que mereceria ser modificado. Nesse sentido, Demo (2008, p.62) corrobora as ideias de Oliveira (2004) assim relatando:

[...] conclui-se que há um considerável distanciamento da possibilidade de desenvolvimento do trabalho proposto para a validação dos Currículos da AFA, pois nunca houve tempo suficiente de um mesmo Currículo, para se poder desenvolver um projeto assim.

Nessas condições, a partir de 1996, repete-se a mesma situação do período anterior a 1974, “os oficiais aviadores, intendentos e de infantaria, formados pela Academia da Força Aérea Brasileira não possuem um currículo igual de turma para turma, pois, a cada ano, um ajuste é realizado, uma disciplina é inserida e outras são retiradas” (OLIVEIRA 2004, p.163).

Outra resolução do DEPENS sobre o meio de ingresso na Academia foi o de realizar, em 1993, o primeiro concurso específico para o quadro de Intendência e de Infantaria, uma vez que até 1982, o concurso era somente para a aviação e, caso desligado no voo e tivesse interesse, o cadete poderia ser aproveitado em um desses dois cursos.

Em 1996, a Academia passou a receber a primeira turma de cadetes femininas no curso de Intendência. Naquele ano, o Corpo de Cadetes da Aeronáutica era constituído por “534 cadetes, sendo 358 aviadores, 127 intendentess e 49 infantess[...] dentro da turma de intendência do 1º ano, elas constituíam aproximadamente 37% do total de cadetes intendentess” (TAKAHASHI, 2002, p.142).

Até 2002, as únicas mulheres que compunham o quadro oficial de carreira na Aeronáutica eram as formadas no curso de Intendência e, nesse mesmo ano, resolveu-se, através da Portaria 556-T/ GC3, de 30 de julho de 2002, incluir no quadro de aviação, cadetes do sexo feminino. As questões que envolvem, o acesso estendido às mulheres ao ensino militar, podem ser melhor entendidas se consideramos as palavras de Baquim (2009, p.38)

[...] estender o acesso ao ensino militar a grupos tradicionalmente alijados desse sistema como (mulheres, negros e homossexuais, por exemplo) envolve questões relacionadas ao próprio processo de reestruturação produtiva, que veio acompanhado de alterações políticas e econômicas e desembocou na grande massa de trabalhadores que ocupa uma vaga no “exército industrial de reserva”. Também é fato que, a partir da própria Revolução Industrial, as mulheres passaram a compor esse exército, inchando suas bases e pressionando os diversos setores econômicos e sociais, na tentativa de compartilhar um espaço de trabalho antes destinados apenas aos homens.

### **3.3 A Formação Militar dos Oficiais da Força Aérea Brasileira a partir de 2004**

Em 2004 ocorreria a mudança mais drástica nos currículos com a implantação do curso de administração, concomitante aos cursos de formação de oficiais aviadores, intendentess e de infantaria.

O plano do DEPENS, que dispõe sobre a Implantação do Curso de Administração Pública do Sistema Nacional de Ensino (SNE) na Academia da Força Aérea – PCA 37-3, foi aprovado pela Portaria DEPENS nº 235 /DE-1, de 18 dezembro de 2003, entrando em vigor na data de sua publicação, em 02 de junho de 2004.

De acordo com esse documento a finalidade do Plano do DEPENS era a de estabelecer as ações concernentes à implantação de um Curso de Administração Pública na

Academia da Força Aérea (AFA), mediante a criação e o credenciamento, junto ao MEC, de uma Instituição de Ensino Superior (IES), a denominada Faculdade de Administração da Aeronáutica (FAAer) que, na estrutura da AFA, seria criada no nível de Subdivisão, subordinada à Divisão de Ensino.

O Plano setorial contemplava, em seu texto, todas as necessidades de preparação para a implantação do referido Curso na AFA, consistindo, desde o cadastramento daquela Organização de Ensino como Entidade Mantenedora da FAAer, no credenciamento da referida IES, bem como nas necessidades de obras, serviços de infraestrutura, compra de material e contratação de pessoal na AFA para receber a aprovação do MEC e, conseqüentemente, a autorização para funcionamento do referido curso.

Nesse planejamento considerou-se que a infraestrutura relativa às instalações físicas a serem utilizadas pela IES já existia naquela Organização Militar, com supostas modificações a serem propostas pela AFA. Em relação ao pessoal necessário ao funcionamento da IES definiram-se duas categorias de servidores: os Militares que já atuam nos diversos setores da Divisão de Ensino da AFA e os Civis que, na sua maioria, já trabalhavam como professores, além daqueles que viriam a ser contratados para completar o quadro de docentes da IES.

Além dessas providências, o plano de metas previa, ainda, uma série de ações necessárias à implantação da Faculdade de Administração da Aeronáutica (FAAer), na estrutura da AFA. Em termos burocráticos buscou-se formular o Regimento Interno da FAAer, determinando sua subordinação à Divisão de Ensino, assim como o cadastramento da AFA como entidade mantenedora, o credenciamento da FAAer junto ao MEC e autorização para funcionamento do curso de administração pública na AFA.

Em relação à parte estrutural, era necessário adequar as instalações da AFA. Nesse sentido a reforma englobou a recuperação da cobertura e reforma/adequação do ambiente da Divisão de Ensino, incluindo as salas de aula, corredores, laboratórios, biblioteca, instalações para os docentes, instalações para o Quadro Dirigente da FAAer e área de convivência para os cadetes.

Em atendimento às necessidades de pessoal, foram executadas ações que atendessem a todos os aspectos relacionados às necessidades de pessoal da AFA, seja militar

ou civil, o que envolvia a contratação, capacitação, movimentação, replanejamento de efetivo, custeio etc.. Com essa ação foram abertas novas vagas para o corpo docente civil, inclusão, no Plano de Missão de Ensino da Aeronáutica (PLAMENS) de 2004, de cursos de especialização para 45 professores da AFA, inclusão no PLAMENS 2005 de cursos de mestrado para 10 professores e estudos para a criação de um plano, nos moldes do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), para fazer face a despesas, no Brasil, com congressos e outros eventos acadêmicos/universitários.

Ainda em termos estruturais, foram empreendidas outras ações para dotar a divisão de ensino da AFA de oficiais instrutores dos quadros de intendência e infantaria, dotar o esquadrão de instrução aérea de um médico e de um psicólogo exclusivos, dotar a AFA de oficiais instrutores de voo, em número suficiente para atender à instrução aérea, dotar a AFA de pessoal de manutenção em número suficiente para atender à disponibilidade de aviões necessários à instrução aérea e dotar a divisão de ensino da AFA de pessoal de apoio, suficiente para atender às necessidades surgidas com a criação da Faculdade de Administração da aeronáutica.

Para prover a AFA com recursos materiais e prestação de serviços necessários, a meta incluía a obtenção dos recursos e a aquisição de livros, equipamentos e outros materiais e serviços necessários ao funcionamento do curso, bem como os itens referentes ao suporte logístico para apoiar as modificações implementadas na Instrução de Voo: previsão/obtenção dos recursos necessários para a aquisição de material vinculado ao funcionamento do curso de Administração Pública; aplicação dos recursos obtidos para aquisição de material e para execução dos serviços necessários à implantação do referido curso; ações referentes ao suporte logístico para apoiar as modificações realizadas na instrução de voo.

Em relação à meta que previa a modificações no ensino na AFA, ela envolveu modificações curriculares nos CFOAv, CFOInt e CFOInf, até então vigentes, o que incluía alterações no planejamento dos três cursos, na programação e nas respectivas grades curriculares. A reforma do Ensino incluiu, ainda, alterações nos padrões de desempenho de especialidade do egresso dos Cursos de Formação de Oficiais dos três Quadros e alterações no exame de admissão para os cursos da AFA.

Todas as mudanças foram formalizadas e, mediante a Portaria DEPENS nº 153/de-6, de 09 de agosto de 2004, a Faculdade de Administração da Aeronáutica (FAAER) teve o seu Regimento Interno aprovado pelo DEPENS, de acordo com o item 4.3.3 da ICA 19-1, aprovada pela Portaria 612/GC3, de 4 de junho de 2004, entrando em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 20 de janeiro de 2004<sup>53</sup>.

Com vistas a atender os critérios mínimos estabelecidos pelo MEC para o Curso de Graduação em Administração Pública, e considerando as especificidades dos Cursos de Formação ali já existentes, a AFA propôs ao DEPENS a nova Grade Curricular, com a expressa finalidade de

[...] oferecer ao cadete da Aeronáutica, ao concluir o curso da AFA, além da formação militar e técnico-especializada de seu quadro, condições de ser declarado bacharel em Administração Pública, procurou-se adequar os currículos dos Cursos da Academia ao de bacharelado em Administração Pública. Esta adequação irá proporcionar uma formação que lhe permitirá participar da Administração da Aeronáutica, baseando-se nos princípios dessa moderna Ciência e nas ferramentas usadas pelo administrador, incluindo a capacidade de utilizar os recursos oferecidos pela Informática. (PORTARIA DEPENS Nº 235 /DE-1, DE 18 DEZEMBRO DE 2003 – PCA 37-3).

Ressaltamos que nosso ingresso na Instituição, na Área de Contabilidade e Finanças, aconteceu quando a Academia da Força Aérea (AFA) tornou pública a realização de Concurso Público destinado à contratação de professores, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Foram abertas 28 vagas para atender aos requisitos do novo curso implantado: Filosofia 01, Sociologia 01, Administração Geral 06, Comunicação e Expressão 01, Sistema de Informação 02, Economia 02, Contabilidade e Finanças 06, Recursos humanos 02, Marketing 04 e Administração de Materiais e da Produção 03.

Apesar de aprovados nesse concurso, os professores só puderam tomar posse de seus respectivos cargos em janeiro de 2005, uma vez que as restrições do ano político de 2004 impediam o procedimento. Assim, quando chegamos para assumir a função, no meio das profundas alterações que ali se passavam, nem a infraestrutura estava preparada para receber os novos professores nem o clima institucional favorecia a acomodação daquele novo grupo.

---

<sup>53</sup> Publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 150, de 11 de agosto de 2004.

A sensação era de que existiam dois corpos docentes naquela época: a referência para os que chegaram era que pertenciam ao grupo “dos novos”. Com as reformas estruturais nas dependências da DE em pleno andamento, os professores que já atuavam na DE, anteriormente ao concurso instalavam-se em uma estrutura improvisada e com as limitações de espaço. O novo grupo se foi acomodado nas dependências da biblioteca por um bom período.

Depois de certo tempo de adaptação, sondagem e estudos, tornou-se possível compreender e até mesmo explicar o sentido daquele clima agitado de 2005, das frequentes reuniões para discussão do novo currículo já sedimentado, com desfecho quase sempre de calorosas discussões entre professores e os coordenadores do Curso. Nas salas de aulas, a sensação era de rejeição pelos cadetes aos conteúdos vinculados ao Curso de Administração pelos cadetes naquele clima, fortemente, abalado pelo conjunto de mudanças. “[...] no nosso entendimento a difícil definição do perfil do egresso da AFA conduziu a esse ‘descompasso’ na formação do Aviador, gerando uma pequena adesão por parte dos cadetes e de vários oficiais a essa orientação da FAB.” (BAQUIM, 2006, p.90).

Os estudos de Oliveira (2004), Demo (2006) e Baquim (2008) expõem claramente que a inclusão do Curso de Administração causou forte impacto na formação dos cadetes da AFA, pelo inchaço da carga curricular que a mesma demandava. Assim, de acordo com a padronização do Departamento de Ensino da Aeronáutica, o Campo Geral acomodaria as disciplinas da graduação em Administração, em atendimento e em busca da aprovação do MEC, com um mínimo de 3000 horas.

Em relação ao acúmulo de disciplinas trazidas com a inclusão do Curso de Administração Oliveira (2004) relatou:

Houve um aumento significativo de disciplinas em todas as séries para atender ao currículo de Administração. Para seu intento, foram cortadas aulas de algumas disciplinas da área de Ciências Físicas, além da diminuição em Treinamento Físico, Atividades de Campanha, Orientações Doutrinárias e nas Atividades Complementares e Administrativas. Algumas disciplinas foram suprimidas, como Link Trainer, Inteligência, Aerodinâmica e Guerra Eletrônica, podendo aparecer, em outras disciplinas do mesmo campo ou área de conhecimento, parte dos conteúdos que eram ministrados por essas matérias (p.166 e 167).

Apesar de várias disciplinas serem retiradas dos currículos, “a maior parte das disciplinas, então existentes, não puderam ser retiradas das Grades, pois todas são julgadas como essenciais à formação adequada do Oficial da Aeronáutica.” (DEMO, 2006, p.75)

As alterações curriculares provocaram o agravamento das dificuldades no Curso de Formação de Oficiais Aviadores por já possuir a maior carga horária de disciplinas técnico-especializadas, além do que os conhecimentos nas áreas de Física e Exatas deveriam, preponderantemente, compor o currículo, como relatado por Demo (2006, p.87) “[...] principalmente em virtude da principal atividade desse curso que possui, também, a carga horária mais extensa: a Instrução de voo. [...] É considerada a atividade de importância central na AFA, e, por isso intocável. Ela foi mantida quase que integralmente como era no antigo Curso.”

Outro fato que agravou a situação naquele momento foi uma determinação do Comando da Aeronáutica sobre a fluência em dois idiomas estrangeiros que os cadetes deveriam ter ao concluir o curso na Academia. O fato provocou a elevação da carga horária nas disciplinas de Língua Inglesa e Língua Espanhola, inchando ainda mais a grade curricular.

No caso do Curso de Formação de Oficiais Intendentes, Demo (2006) relatou que o Campo de Formação Militar foi o mais afetado, uma vez que, a falta de tempo trazida com a nova grade acarretou a perda de carga horária, a supressão de duas importantes disciplinas extracurriculares - “Sobrevivência no mar” e “Sobrevivência na selva” - e de outras atividades comuns aos três quadros de formação. Os outros campos de formação não foram tão abalados, pois, tanto o Campo de Formação Geral, quanto o Campo de Formação Técnico-Especializada já eram compostos por disciplinas da área de Administração.

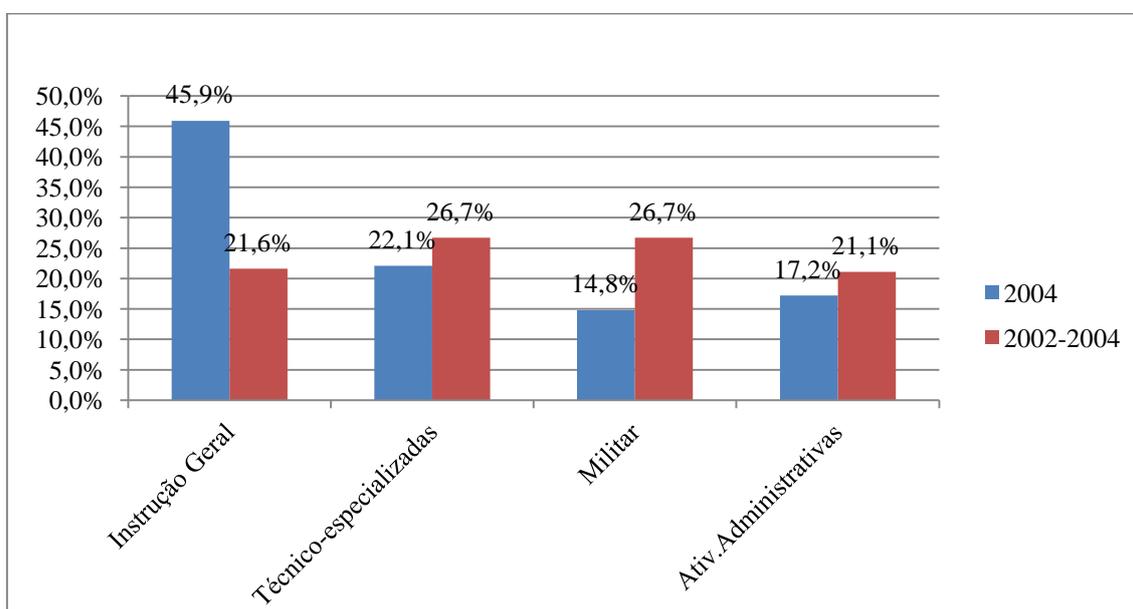
[...] ou seja: o Curso de Administração não apresenta contradição, neste caso, com o campo de atuação dos Oficiais deste quadro, [...] várias Disciplinas foram aproveitadas do antigo Curso, sem alterar muito a carga horária total, como por exemplo: Contabilidade, Economia, Direito, Matemática Financeira, Finanças Públicas, etc.” No **Campo Técnico-Especializado**, as Disciplinas continuaram a ser basicamente as mesmas do antigo Curso, sofrendo apenas algumas diferenças em suas cargas horárias. [...] o Campo Militar foi o mais prejudicado: “[...] este foi o campo que mais sofreu perdas em suas cargas horárias e no suprimento de Disciplinas, Além disso, existiam no antigo Curso, duas importantes atividades, que aconteciam para os três cursos, apesar de não serem Disciplinas curriculares, mas deixaram de ocorrer em virtude da falta de tempo, a partir da implantação do novo Curso.” (DEMO, 2006, p.77 a 83)

Essa situação não é a mesma que aconteceu em relação ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria, que sentiu um maior acréscimo em sua carga horária, primeiro por possuir um menor número de disciplinas da Área Administrativa que pudessem ser aproveitadas do Curso anterior, depois pelo fato de haver maior número de tempos dedicados

às disciplinas do Campo Técnico-Especializado próprio da Infantaria. Entretanto, o Quadro que sentiu mais fortemente esse impacto foi a Aviação.

Assim, além do aumento da carga horária em virtude da alocação das disciplinas da Área Administrativas, houve uma redução do tempo destinado ao treinamento físico, preservando-se as disciplinas consideradas importantes aos conhecimentos necessários para a instrução de voo. A figura 12 demonstra como os diversos campos oscilaram com a implantação do Curso de Administração e as alterações curriculares dela provenientes.

**Figura 12: Gráfico Comparativo – Currículos da AFA -2002 e 2004 – Aviação**



Fonte: Histórico Curricular da AFA – de 1974 a 2010. Adaptado pela autora.

Essa situação não se manteve e, ano a ano após 2005, o Ensino na AFA vem passando por uma série de adaptações curriculares para refinar o processo.

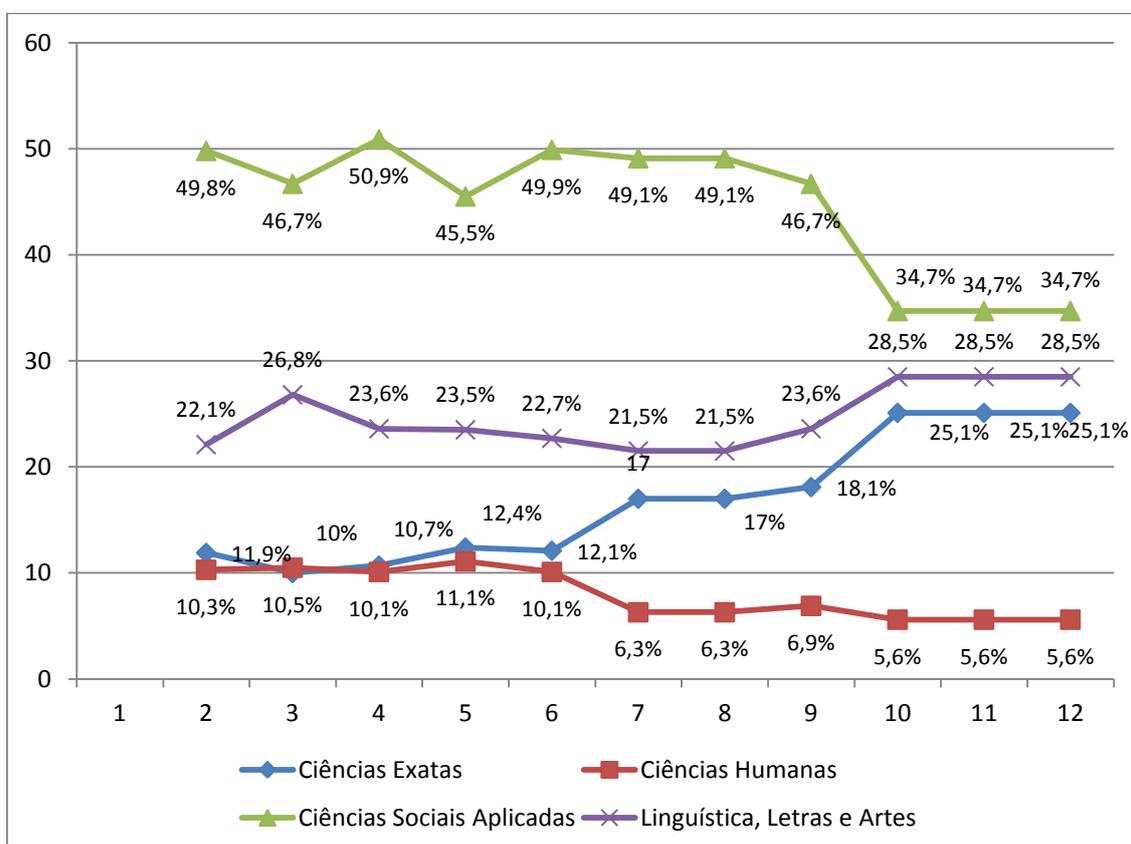
Na evolução desses acontecimentos, a partir de 2012 ocorreram diminuições de carga horária em diversas disciplinas do Campo Geral; várias disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas foram excluídas ou sofreram adaptações em seus conteúdos e tempos; as Ciências Humanas também passaram por esse processo de revisão, adaptando-se às novas necessidades curriculares e cedendo espaço para as disciplinas das Ciências Exatas, consideradas imprescindíveis à formação do aviador.

No caso das disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas, que detinham 49,8% da carga horária do Campo Geral em 2004, passaram, em 2014, a ocupar 34,7% desse campo.

Já as disciplinas das Ciências Humanas que em 2004 representavam 10,3% dos tempos do Campo Geral, passaram a ocupar 5,6%.

Ainda no Campo Geral, as oscilações nas disciplinas da área de Linguística, Letras e Artes envolveram tanto ajustes entre os tempos dedicados às disciplinas existentes, como ainda provocaram um acréscimo, na carga horária, 6,4% nesse período de tempo. A figura 13 mostra as alterações ocorridas entre as Ciências que compõem o Campo Geral e que haviam sobrecarregado o currículo do Curso de Formação de Aviadores na AFA, desde a implantação do Curso de Administração na Academia.

**Figura 13: Gráfico da Variação da Carga Horária do Campo Geral 2004 a 2014 – CFOAv**



**Fonte: Informações extraídas dos Currículos dos Cursos de Formação de Oficiais da AFA. Seção de Planejamento – DE. Adaptado.**

Os dados apresentado na figura 13 refletem, em percentuais, as alterações da carga horária em disciplinas das diversas ciências que compõem o Campo Geral desse currículo, a partir de 2012.

Para se ter uma idéia da proporção numérica de tais alterações, uma análise dos números do Campo Geral, iniciado em 2004 com uma carga horária de 3893 tempos, mostra

redução paulatina, chegando, à carga horária de 2296 tempos, o que indica uma redução de 1597 tempos no total.

Um fato importante gerado pelas adaptações ocorridas foi a disponibilização de tempos para o treinamento físico dos cadetes e outras atividades que sofreram redução de carga horária ou mesmo que haviam sido eliminadas no momento da inserção do Curso de Administração na AFA.

É, possível, ainda, comparar, na tabela 6 os números que remetem a cada campo, demonstrando-se um acréscimo de 355 tempos entre os anos de 2004 e 2014 para as disciplinas do Campo Técnico-Especializado, composto por diversas disciplinas das denominadas Ciências Exatas e da Terra – Meteorologia e Química Aplicada à Aviação; Ciências da Saúde - Medicina Aeroespacial; Engenharias – Aerodinâmica e Propulsão; Linguística Letras e Artes - Inglês Técnico de Aviação e as Ciências Aeronáuticas: - Apronto de Aproximação T-25, Apronto de Formatura T-25 e T-27, Apronto de Manobras e Acrobacias T-25 e T-27, Apronto de Navegação T-25 e T-27, Apronto de Pré-Solo T-25 e T-27, Apronto de Vôo Noturno T-27, Apronto de Voo por Instrumentos T-27, Instrução de Vôo No T-25 e T-27, Instrução no Simulador T-27, Instrução Técnica da Aeronave T-25 e T-27, Navegação Aérea, Tráfego Aéreo.

**Tabela 6: Evolução da Estrutura Curricular da AFA de 2004 a 2014**

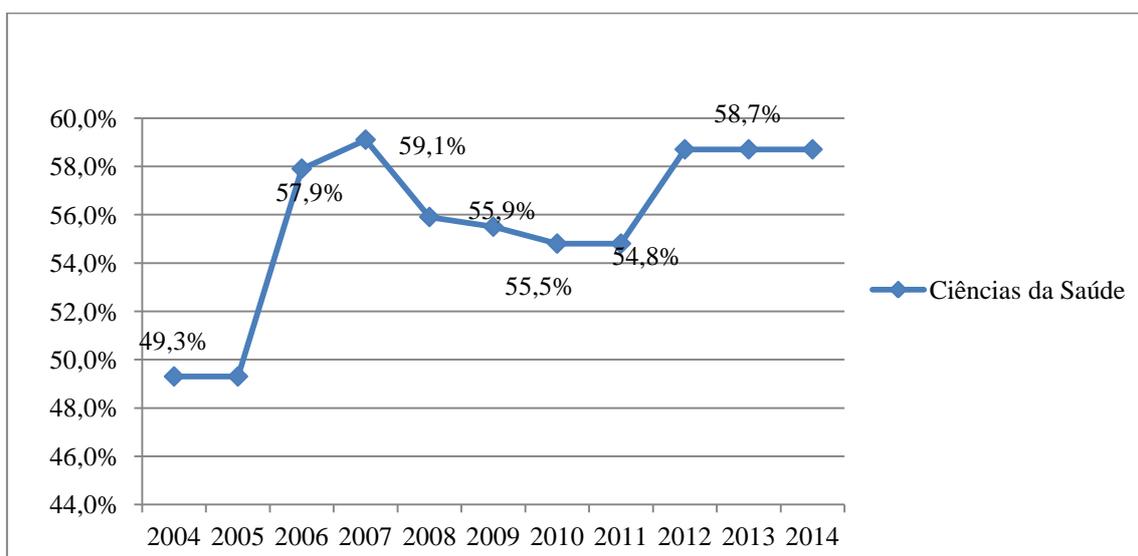
	C.H. por Período	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CAMPOS	C.Geral	3893	3813	3555	3231	3165	3260	3260	2962	2296	2296	2296
	Tec.Espec.	1878	1874	2032	2052	1762	1925	1925	2245	2373	2373	2373
	Militar	1252	1252	1746	1791	1975	1932	2360	2260	2105	2105	2105

**Fonte: Informações extraídas dos Currículos dos CFOAv da AFA, disponibilizados pela Seção de Planejamento – DE. Adaptado.**

A análise da tabela 6 permite verificar que, nesse intervalo de tempo, houve uma recuperação de carga horária correspondente a 853 tempos para o Campo Militar, especificamente na Área das Ciências da Saúde, distribuídos entre os quatro anos de formação ao Treinamento Físico do cadete. Cabe ressaltar que as outras áreas desse campo, as Ciências Militares sofreram pouco impacto em suas cargas horárias, compondo-se pelas seguintes disciplinas: Armamento e Tiro; Atividade de Campanha; Chefia Militar; Conduta Militar e

Civil; Doutrina Militar; Ética Militar; História Militar; Instrução de Salto de Emergência; Instrução de Sobrevivência no Mar e na Selva; Legislação Militar; Ordem Unida e Profissão Militar. A figura 14 mostra, no Campo Militar, a evolução das Ciências da Saúde entre os anos de 2004 a 2014.

**Figura 14: Gráfico do Campo Militar - Ciências da Saúde - 2004 a 2014 - CFOAv**



Esse histórico de constantes alterações curriculares retrata a realidade vivida na AFA em 2014. Pode-se notar um equacionamento entre as disciplinas do campo geral, técnico-especializado e militar. As alterações curriculares ocorridas a partir de 2012 podem trazer reflexos positivos na formação do futuro aviador da AFA, entretanto, mesmo com o acréscimo de disciplinas na área de Exatas há que ser consideradas, as alterações políticas brasileiras ocorridas após 2008 e a realidade da guerra pós-moderna quanto a definição do perfil do aviador desses novos tempos.

Assim, chegamos ao derradeiro capítulo desta tese e serão conhecidas as perspectivas dos egressos sobre sua formação na AFA.

## **CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO MILITAR DOS OFICIAIS SUBALTERNOS DA AFA NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS**

Em capítulos anteriores foi comentado que as atuais Políticas de Ensino da AFA são orientadas pelo Planejamento de Ensino do Comando da Aeronáutica (COMAER). Com base nessa metodologia a AFA e as demais Organizações de Ensino, no âmbito desse Comando, guiam-se pelos seus ciclos para a elaboração e revisão de Currículos Mínimos dos cursos e estágios. Esse processo envolve o desenvolvimento de um trabalho conjunto do COMGEP, do DEPENS e, da AFA para atender as necessidades da Aeronáutica em relação à formação de seus recursos humanos.

Considerando a importância da atividade de avaliação no contexto educacional, no desenvolvimento do processo, a Seção de Avaliação da Divisão de Ensino da AFA, amparada na Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA-37-11/2011), que preconiza a Avaliação do Ensino, atua avaliando os cursos.

A realização do trabalho executado pela DE abrange a coleta e análise de dados que culmina com a elaboração de dois relatórios: o de Avaliação do Currículo na AFA e o de Desempenho Pós-Curso da AFA. A utilização desse instrumento de validação curricular permite à Instituição, verificar a adequação dos conteúdos curriculares trabalhados na Academia para a prática profissional dos egressos e, ao mesmo tempo, subsidia não apenas a revisão curricular, mas o processo educativo como um todo.

Em sua funcionalidade a Instituição busca avaliar o curso em sua totalidade, por meio da aplicação de três diferentes questionários, um dos quais aplicado aos cadetes de 4º ano, visando a coletar a opinião dos formandos sobre o currículo da AFA. O questionamento inclui tanto o planejamento como o desenvolvimento dos cursos nos mais variados aspectos, inclusive a infraestrutura da organização. Os demais questionários foram elaborados e aplicados à chefia imediata dos egressos (aspirantes a oficial) e aos dos comandantes de diversas unidades da FAB para as quais os egressos foram designados. A finalidade desses dois diferentes instrumentos é a de verificar o aproveitamento dos Cursos da AFA nas atividades diárias dos egressos (aspirantes a oficial), com a expectativa de avaliar o desempenho pós-curso, que envolve a coleta de informações sobre a capacidade de comunicação e expressão; conhecimento e noções básicas de direito e administração;

relacionamento interpessoal com superiores e subordinados; aproveitamento nas sessões de tiro e condicionamento físico; desempenho funcional e requisitos específicos<sup>54</sup>.

Assim, a AFA busca cumprir rigorosamente os procedimentos de Avaliação Curricular previstos no Planejamento de Ensino da Aeronáutica, relatando ao DEPENS a análise realizada pela Divisão de Ensino da Academia, de acordo com o previsto na ICA 37-11/2011.

Com base nesse processo e com o foco no objetivo de investigar a formação militar na AFA, é importante conhecer a opinião dos egressos da Academia, que hoje se enquadram na posição de oficiais subalternos em suas relativas patentes de “1º Tenente Aviador”, na hierarquia da Aeronáutica, primeiro por considerar que os egressos, no caso os tenentes, podem fazer uma avaliação mais consistente do curso, especialmente porque já têm maturidade e conseguem ter uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado; além disso são capazes de verificar pragmaticamente a contribuição do curso para a sua atuação profissional.

Em 2009, período que antecede esta pesquisa já havíamos realizado um trabalho com cadetes aviadores do quarto ano. Os resultados da atividade geraram uma base de dados acerca do perfil social, econômico e cultural, englobando ainda a opinião dos mesmos sobre a formação recebida na AFA. Assim, entendemos a oportunidade de considerá-los nessa fase pesquisa, uma vez que os entrevistados em 2014 são oriundos da turma de 2009.

Foram usadas, então, três fontes de dados para coletar informações sobre o perfil do aluno e a Ensino na AFA: questionários aplicados aos formandos em 2009; entrevistas com os tenentes da turma de 2009 e o Relatório de Avaliação Pós-Curso, elaborado pela AFA, e que expressa a opinião de oficiais que atuam como chefes imediatos dos tenentes aviadores e dos comandantes das diversas unidades da Força Aérea, que receberam os aspirantes formados pela Academia.

Em relação ao instrumento utilizado na pesquisa realizada em 2009, foi adotado como referência um instrumento utilizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de

---

<sup>54</sup> Cabe ressaltar que esses questionários foram elaborados por oficiais temporários que atuam como pedagogos e pelos oficiais da chefia da DE, em 2008 e vêm sendo utilizado desde então.

Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, na 1ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior<sup>55</sup>. Esse instrumento de pesquisa foi adaptado à realidade da Academia para fornecer os dados necessários ao delineamento do perfil dos cadetes da AFA para caracterizar a situação socioeconômica e cultural e as expectativas profissionais dos concluintes da AFA em 2009.

A partir do referencial acima descrito, foram definidos, no plano amostral, apenas os Cadetes Aviadores do 4º Ano; com a utilização, na coleta de dados, de um questionário com 26 questões, que abrangeram três objetivos principais: 1º) conhecer os dados socioeconômicos dos cadetes; 2º) conhecer a avaliação dos mesmos sobre os seus estudos na AFA e 3º) conhecer os interesses e planos deles para o futuro.

Os três objetivos direcionaram os diversos questionamentos voltados ao cadete e sua família; ao cadete e ao trabalho, os estudos e, ainda, seus valores a respeito de alguns temas.

A realização da se deu por meio de entrevistas a 15 (quinze) oficiais formados em 2009, realizadas nas dependências da Academia, no primeiro semestre de 2014, quando se estabeleceu contato com alguns os ex-alunos para localizar aqueles já entrevistados em 2009.

O resultado do primeiro contato na AFA para localizar os oficiais formados em 2009 começava a frustrar a expectativa inicial, uma vez que atuavam na AFA apenas três tenentes aviadores da referida turma. Entretanto, ao longo do semestre, foi possível contatar mais 12 oficiais dessa turma que passavam por Pirassununga em missões específicas e que se prontificaram a contribuir com esta pesquisa.

Inicialmente foram estruturadas algumas questões, considerando-se os objetivos gerais do Curso de Formação de Oficiais Aviadores que seguem estabelecidos na Instrução do Comando da Aeronáutica ICA-37-11, para verificação do grau de validade das questões aplicadas.

---

<sup>55</sup> Trabalho iniciado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE em 1994. Disponível em: [www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br). Acesso em jun/2009.

Ainda em relação à formulação dessas questões, procurou-se considerar a vida cotidiana dos oficiais, uma vez que os mesmos, depois de formados, não se limitam a exercer apenas atividades específicas do quadro de formação, mas dedicam-se, também, a uma série de atividades administrativas, nas diversas unidades militares da Força Aérea Brasileira.

Com base nas experiências do dia-a-dia desses oficiais, procurou-se conhecer a opinião dos mesmos sobre seu cotidiano e a preparação profissional recebida na AFA, para avaliar se dificuldades e outras informações relacionadas à formação e à vida prática do dia-a-dia são compatíveis com as expectativas deles.

Neste capítulo estão, ainda, descritos alguns resultados contidos em um Relatório de Avaliação de Desempenho Pós-Curso da AFA, Esse documento é fruto de uma pesquisa realizada pela Sessão de Avaliação da DE, em que se destaca tanto a opinião dos chefes imediatos dos aspirantes a oficiais aviadores, egressos da Academia, como a opinião de comandantes das diversas unidades da FAB, para as quais eles foram designados. Apesar de o referido relatório não apresentar os dados levantados sobre a mesma turma que ora entrevistamos, há diversos pontos em comum na formação profissional dos egressos.

Em relação ao tratamento dos dados, foram transcritos os depoimentos, mantendo-se o anonimato dos entrevistados, tendo sido adotado um critério de numeração para cada respondente, obedecendo-se à ordem da realização das entrevistas, como por exemplo: *Tenente 01, 02...15*.

#### **4.1 O Perfil Socioeconômico e Cultural dos Formandos da AFA em 2009**

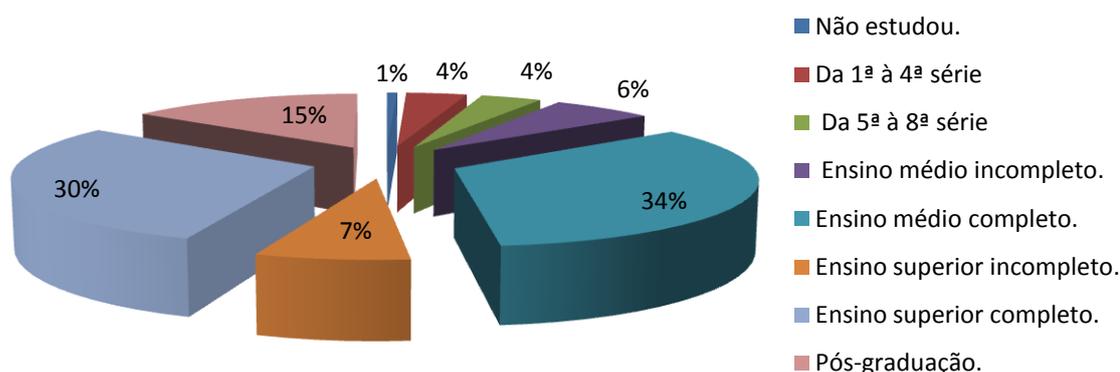
Nesta fase da pesquisa buscou-se fazer referência ao perfil do cadete aviador da Força Aérea Brasileira, mostrar como ele escolheu o curso; fazer uma breve análise do seu desempenho nas matérias da área geral, da militar e da técnico-especializada; uma breve avaliação dos motivos que levaram a tal desempenho, já que se trata de matérias essenciais a sua formação.

Os dados expressos a seguir resultam dos questionários aplicados em dezembro de 2009, entregues a todos os cadetes aviadores do 4º (quarto) Esquadrão, composto por 114 (cento e quatorze) sujeitos. Desse universo, 78 (setenta e oito) entregaram os questionários, regularmente, preenchidos. Os dados foram estruturados no Excel, e para facilitar a análise, os resultados serão apresentados em forma de gráficos e tabelas.

Os dados explicitam a predominância de cadetes do sexo masculino, isto é, 97% de homens e apenas 3% de mulheres. Isso ocorre atualmente em virtude do recente ingresso das mulheres na Força Aérea, mais especificamente no quadro de aviação.

Em relação à procedência familiar desses cadetes, em relação à escolaridade dos pais, apesar de os dados demonstrarem que a maioria, representada por 45% dos pais, concluíram o ensino superior e desses, 15% realizaram curso de pós-graduação; a segunda opção mais assinalada demonstrou que 41% dos pais que concluíram o ensino médio não conseguiram dar continuidade aos estudos, como mostra a figura 15.

**Figura 15: Gráfico da Escolaridade dos Pais dos Cadetes Aviadores**



Ainda em termos de estrutura familiar, buscou-se conhecer as experiências profissionais dos pais dos cadetes da AFA, a partir de informações sobre o ramo de atuação dos mesmos no mundo do trabalho. Os dados revelaram que 50% dos pais e 34% das mães atuam como funcionários (as) públicos (as) (federais, estaduais ou municipais).

Dos 50% de pais que atuam como funcionários públicos, 30% são militares e, desses, 17% ocupam posto de comando; os demais atuam em outros ramos da administração pública, e nessas funções, 5% deles, ocupam funções de direção. Quanto às mães dos cadetes que atuam no setor público, 13% delas têm cargos com função de comando ou direção.

A segunda opção mais assinalada, refere-se a 14% das mães, que atuam no comércio, em bancos, em empresas de transporte ou em outros serviços do setor privado. No caso de pais, 35%, trabalham em indústrias e desses, 14% exercem cargos gerenciais.

Quanto aos que sempre trabalharam como profissionais liberais, professores ou técnicos de nível superior, somados, representam 19% dos pais.

De acordo com a análise dos dados, 29% das mães se dedicam ao serviço do lar, embora 12% delas contribuam com a renda doméstica por meio de trabalhos temporários ou informais. Esses dados estão apresentados na tabela 7.

**Tabela 7: Atuação Profissional dos Pais dos Cadetes**

FUNÇÕES:	Com Função de		Sem Função de	
	Comando/Direção		Comando/Direção	
CARGOS	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Aposentado			1%	3%
Desempregado				16%
Autônomo			14%	15%
Temporário/Informal/Sem Carteira Assinada				12%
Militar	17%		13%	
Funcionário Público	5%	14%	15%	20%
Setor Privado	14%	5%	21%	14%

Foi possível verificar que a posição ocupada pelos pais dos cadetes no mercado de trabalho reforça a importância do grau de escolaridade deles e os dados permitem essa conclusão, quando analisado que, dos pais atuantes no setor público, 30% possuem grau superior ou pós-graduação e, dos 23% que exercem funções de direção ou postos de comando, 14% possuem esse nível acadêmico, enquanto dos outros 27% de servidores sem essas funções ou postos, 16% também têm essa formação.

Ainda em relação aos dados familiares, uma das questões tratou a respeito da renda familiar dos cadetes que variou da seguinte forma:

Dos 78 cadetes da AFA que responderam essa questão, 41% das famílias têm uma renda familiar acima de dez salários mínimos; a renda da família de 31% dos entrevistados corresponde a 05 a 10 salários mínimos; já para 25% dos respondentes a renda

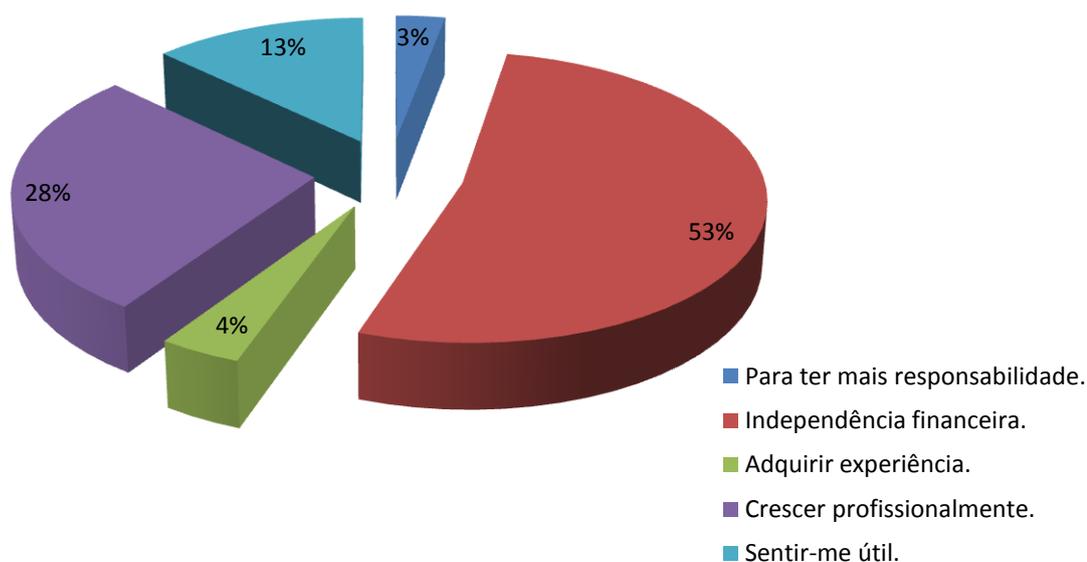
familiar varia entre 2 a 5 salários mínimos e apenas 3% dos entrevistados assinalaram a alternativa de 1 a 2 salários mínimos. Esses dados seguem estruturados na tabela 8.

**Tabela 8: Renda Familiar dos Cadetes da AFA**

Renda	Frequência
De 1 a 2 salários mínimos	3%
De 2 a 5 salários mínimos	26%
De 5 a 10 salários mínimos	31%
Mais de 10 salários mínimos	41%

Em relação à importância do trabalho na vida do cadete ficou demonstrado na figura 16 que a independência financeira é considerado o principal aspecto para 53% dos entrevistados; em segundo lugar, 28% dos cadetes consideram que o mais importante de se ter um trabalho é crescer profissionalmente; 12% dos sujeitos pesquisados entendem que a importância do trabalho em suas vidas relaciona-se ao fato de sentirem-se úteis; enquanto para 4% da população pesquisada o fato de adquirir experiência é o que justifica a importância do trabalho, seguido de apenas 3% que consideram o trabalho importante para ter mais responsabilidade.

**Figura 16: Gráfico sobre a importância do Trabalho para o Cadete da AFA**

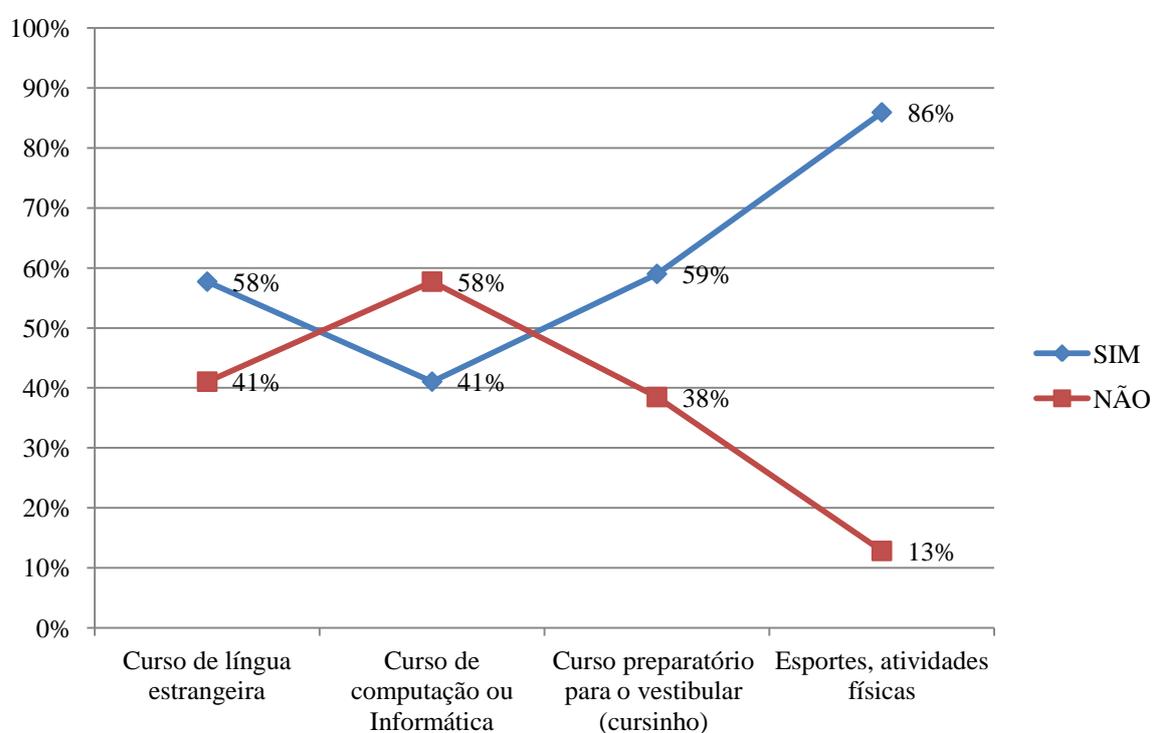


Outra questão abordada foi a procedência escolar antes da chegada à AFA. Dos 78 cadetes pesquisados, 62% cursaram a Escola de Preparação de Cadetes da Aeronáutica,

EPCAR, ficando o restante distribuído da seguinte forma: 15% estudaram somente em escolas particulares, 13% estudaram somente em escolas públicas, e 10% estudaram, em parte do tempo, em escolas públicas e, em outros momentos, em instituições particulares de ensino.

Ainda sobre os estudos, a figura 17 mostra que 58% dos cadetes já haviam frequentado cursos de língua estrangeira; 49% já haviam cursado computação ou Informática; 59% fizeram curso preparatório para o vestibular; 86% participavam de cursos relacionados a alguma modalidade esportiva.

**Figura 17: Gráfico dos Cursos Realizados pelos Cadetes antes da AFA**



Também foi perguntado aos cadetes sobre seus hábitos de leitura e verificou-se na tabela 9 que, dos 78 respondentes, 17% leem jornais com frequência, 54% leem às vezes e 29% nunca leem jornais; já em relação ao hábito de leitura de revistas de informação geral (Veja, Isto é, Época e outras), notou-se que 6% leem com frequência, 62% às vezes leem e 32% nunca leem; as revistas de quadrinhos e humor, 56% leem com frequência, 39% às vezes leem e apenas 5% nunca leem; as revistas de divulgação científica é de interesse frequente de 40% dos cadetes pesquisados, outros 46% leem às vezes, enquanto 14% nunca buscaram esse tipo de leitura; os livros de ficção é de interesse frequente para 31% dos cadetes pesquisados; 62% às vezes se interessam por este tipo de leitura e os outros 8% nunca leem esse tipo de livros.

**Tabela 9: Hábito de Leitura dos Cadetes**

Hábitos de Leitura	Com Frequência	Às Vezes	Nunca
Jornais	29%	54%	17%
Revistas de Informação	32%	62%	6%
Revistas de Humor e Quadrinhos	6%	38%	56%
Revistas de Divulgação Científica	14%	46%	40%
Livros de Ficção	9%	62%	31%

Para conhecer a opinião dos cadetes sobre o processo de ensino e aprendizagem na AFA, foram elencados alguns aspectos a esse respeito, como o conhecimento que os professores têm das matérias e a maneira de transmiti-lo; a dedicação dos professores para preparar aulas e para atendê-los; as iniciativas da escola para realizar viagens de estudos, estudos do meio ambiente; o ensino de língua estrangeira; o interesse dos alunos; trabalho em grupo; práticas de esporte e a organização dos horários de aulas.

Diante desses aspectos foi solicitado que os assinalassem as alternativas, de acordo com sua respectiva avaliação. Entre as opções havia os conceitos: Insuficiente a Regular, Regular a Bom e Bom a Excelente. Outras categorias avaliadas pelos cadetes abrangeram aspectos relativos à infraestrutura da Academia, da DE como: biblioteca, as condições das salas de aula; as condições dos laboratórios; acesso a computadores e outros recursos de Informática. Quanto a aspectos relacionados à estrutura da AFA, tem-se: a direção da escola, a atenção e o respeito dos envolvidos no processo para com os cadetes. As respostas a essa questão podem ser observadas na Tabela 10.

**Tabela 10: Avaliação dos Cadetes sobre o Ensino na AFA**

GRAUS	Insuficiente a Regular – %	Regular a Bom %	Bom a Excelente %
<b>AVALIAÇÃO DO ENSINO NA AFA</b>			
Ensino e Aprendizagem	25%	50%	25%
Infraestrutura	19%	55%	26%
Estrutura	2%	57%	41%

Os dados da tabela 10 mostram que os cadetes avaliaram a maioria dos aspectos relacionados ao ensino na AFA da seguinte forma: quando questionados sobre os aspectos envolvendo o processo de ensino e aprendizagem, 50% o julgaram de regular a bom; já 25% dos respondentes consideraram esse aspecto de bom a excelente e os outros 25% assinalaram

a opção insuficiente a regular. Na distribuição de frequência em relação à infraestrutura, para 26% dos sujeitos o quesito está entre bom a excelente; 55% a avaliaram como regular a bom e a avaliação dos outros 19% é que esse quesito vai de insuficiente a regular; sobre a estrutura, 57% avaliaram como de regular a bom, enquanto 41% julgaram como bom a excelente e apenas 2% da população a avaliou como insuficiente a regular.

Foi solicitado, ainda, aos cadetes que avaliassem outros pontos em relação à escola: liberdade de expressão; se a escola leva em conta as opiniões deles, o que demonstrou que, para 43% dos sujeitos isso ocorre de forma insuficiente a regular; enquanto 49% avaliam o quesito como regular a bom e apenas 8% julgaram esse aspecto bom a excelente.

Em relação ao respeito aos alunos, 60% o consideraram de regular a bom, enquanto 39% dos o avaliaram como bom a excelente; quanto à amizade e o respeito entre os mesmos, 60% dos cadetes o veem de modo regular a bom; e 36% assinalaram o clima como bom a excelente; sobre a solução de conflitos entre os cadetes, 68% entendem que a escola administra de modo regular a bom; para 13% o modo como a escola organiza esse tipo de problema é bom a excelente e já 19% o classificaram como insuficiente a regular.

Sobre a discussão de temas da atualidade durante as aulas, 54% avaliaram-na de regular a bom; 23% assinalaram a alternativa bom a excelente e outros 23 de insuficiente a regular; quanto aos conteúdos aplicados estarem relacionados ao cotidiano, o item é entendido por 65% dos sujeitos como bom a regular; para 26% não é suficiente e apenas 9% sentem-se satisfeitos e classificaram o item como bom a excelente.

Em relação ao sistema de avaliação, 63% entendem que é regular a bom, 14% classificaram-no como bom a excelente e 23% acreditam que a capacidade de a escola avaliar o conhecimento adquirido é insuficiente a regular.

Desta forma, é possível verificar que, apesar de a maioria dos cadetes encararem os pontos descritos como regular a bom, a segunda alternativa mais assinalada para essa questão correspondeu a insuficiente a regular, conforme informações da tabela 11.

**Tabela 11: Avaliação da AFA pelos Cadetes**

<b>ITENS AVALIADOS</b>	<b>GRAUS</b>	<b>Insuficiente a Regular %</b>	<b>Regular a Bom %</b>	<b>Bom a Excelente %</b>
Liberdade de expressão das ideias		43%	49%	8%
Respeito aos alunos e às alunas		1%	60%	39%
Amizade e respeito entre alunos(as) e servidores(as)		4%	60%	36%
A escola leva em conta suas opiniões		43%	49%	8%
Nas aulas são discutidos problemas da atualidade		23%	54%	23%
Alimentação		10%	58%	32%
A escola se organiza para apoiar a resolução de problemas de relacionamento entre alunos.		19%	68%	13%
Capacidade de a escola relacionar os conteúdos das matérias com o cotidiano.		26%	65%	9%
Capacidade de a escola avaliar seu conhecimento, o que você aprendeu		23%	63%	14%

Foram pesquisados outros grupos de interesse dos cadetes, como participação em atividades do grêmio estudantil; sindicato ou associação profissional; igreja ou grupo religioso; partido político; ONG ou movimento social; clube recreativo ou associação esportiva. A análise dos dados demonstrou que 59% dos cadetes pesquisados participam de clube recreativo ou associação esportiva; 33% participam de grupos religiosos; 19%, de grêmio estudantil; outros 3% participam de ONGs ou grupos de movimento social e apenas 1% participa de grupos como sindicatos ou associação profissional e, ainda, de partido político.

Geralmente, os cadetes da AFA participam de diversos clubes na Academia, entre eles o clube de voo a vela, onde voam em planadores; clube desportivo aos atletas; clube religioso com cultos, missas, reuniões; clubes de estudos como o de guerra eletrônica, geopolítica, história e outros. Além dessas, muitos estão envolvidos em atividades na Sociedade mostrados Cadetes da Aeronáutica – SCAer, incumbida de promover facilidades aos cadetes como, transporte para o final de semana, passeios, além de ações sociais no meio civil.

Ainda em relação aos interesses do futuro oficial e seu envolvimento com questões diversas, procurou-se identificar o grau de interesse dos mesmos por alguns assuntos, como questões da política interna - a política nacional, o papel dos políticos brasileiros tanto na esfera nacional como na esfera regional, ou seja, a política municipal; questões da política internacional - a política dos outros países, relações internacionais; questões da Economia Nacional - economia nacional, a questão da inflação; e questões sociais, culturais e ambientais- o meio ambiente, poluição etc...; a desigualdade, a pobreza, o desemprego, a miséria; o acesso aos serviços públicos de saúde e educação; sobre artes, teatro, cinema e a questão das drogas e suas consequências. A tabela 12, a seguir, mostra como os dados foram distribuídos de acordo com as respostas coletadas e estruturadas.

**Tabela 12: Assuntos que Interessam aos Cadetes da AFA**

<b>GRAUS</b>	<b>Muito %</b>	<b>Pouco %</b>	<b>Nada %</b>
<b>INTERESSE DOS CADETES</b>			
Política Interna	25%	55%	20%
Política Internacional	29%	62%	9%
Economia Nacional	51%	42%	6%
Questões Sociais, Culturais e Ambientais	36%	54%	10%

Foi possível observar que os quesitos relacionados à economia nacional são os que despertam maior de interesse entre os cadetes, com o maior número de marcações, 51% das respostas; entre os entrevistados, 42% têm pouco interesse pelo assunto e apenas 6% não se interessam pela temática. De acordo com a tabela anterior, em segundo lugar, a área de interesse dos cadetes corresponde às questões sociais, culturais e ambientais, com 36% das opções assinaladas; para 54% dos pesquisados há, então, pouco interesse pelo assunto e os outros 10% não se interessam por essas questões. Em relação às questões envolvendo as políticas internacionais, o resultado revelou que 29% dos respondentes se interessam muito pelo assunto; 62% se interessam um pouco e 9% não têm interesse algum por essas questões. A política nacional é um assunto de muito interesse para 25% dos entrevistados; enquanto 55% dos sujeitos têm pouco interesse por essas questões e um número bastante expressivo, 20% dos cadetes pesquisados, assinalaram a opção: nenhum interesse pelo tema.

As informações coletadas permitiram analisar que entre os diversos assuntos abordados, as questões de ordem econômica foram as que mais despertaram o interesse dos

cadetes, seguidas das questões sociais, culturais e ambientais que envolvem uma série de aspectos como desigualdade social no Brasil; pobreza, favelas, crianças de rua; a Aids e as doenças sexualmente transmissíveis; as drogas e a violência; o racismo e a discriminação étnico-racial, de gênero, etária, religiosa; a precariedade dos serviços públicos de saúde e educação e o meio ambiente) e depois aquelas ligadas às relações internacionais, relacionadas às atuais ameaças, o que pode ser verificado na Tabela 13, abaixo.

**Tabela 13: Questões que Interessam aos Cadetes da AFA**

<b>PRINCIPAS FOCOS DE INTERESSE DOS CADETES</b>	<b>1º Lugar - %</b>	<b>2ª Lugar - %</b>
As questões de ordem econômica - principalmente a situação econômica do país	57%	43%
As questões de ordem social, cultural e ambiental	50%	50%
As questões de ordem internacional – principalmente as atuais ameaças	38%	62%

Ainda em relação aos estudos, buscou-se conhecer como o ensino na AFA contribuiu para a vida pessoal do futuro oficial e para isso foi-lhes solicitado que assinalassem as três principais contribuições obtidas em sua formação na Academia.

O resultado apontou que, em primeiro lugar, com 25% das marcações, os cadetes consideram que o estudo promoveu conquistas no que se refere à cultura geral, ampliando horizontes; para 20% dos sujeitos pesquisados a maior contribuição dos estudos foi a oportunidade de ajudar a sociedade através da profissão; para 19% dos respondentes a maior contribuição dos estudos para a vida pessoal foi a obtenção de um certificado de conclusão de curso, ou um diploma; enquanto para 12% é a condição de melhorar de posição em um emprego, além das muitas amizades conquistadas e conhecimento de pessoas de várias procedências e diferentes maneiras de ver o mundo; 8% consideraram que o estudo contribuiu para obtenção de um emprego melhor e apenas 3% assinalaram que a grande contribuição dos estudos na AFA foi o fato de atender à expectativa dos pais.

Pode-se inferir que as maiorias dos cadetes consideram que os estudos contribuíram para sua formação pessoal, promovendo mais cultura geral, oportunidade de ajudar a sociedade e, ainda, obter um certificado ou diploma. Os dados coletados foram tabulados e estruturados, conforme Tabela 14.

**Tabela 14: Contribuição do Ensino na AFA para a Vida Pessoal do Cadete**

<b>Contribuições do Ensino</b>	<b>%</b>
Obtenção de um certificado de conclusão de curso /ou de um diploma	19%
Formação básica necessária para obter um emprego melhor	8%
Condições de melhorar a posição profissional	12%
Obtenção de cultura geral / ampliação de minha formação pessoal	25%
Fazer muitos(as) amigos(as) / conhecer várias pessoas	12%
Atender à expectativa de meus pais sobre meus estudos	3%
Ajudar minha Sociedade	20%

Quanto à escolha pelo militarismo, foi perguntado aos cadetes, o que e quem contribuiu com a decisão de escolher essa profissão. A tabela 15 expressa o resultado demonstrando que 91 % dos cadetes entrevistados se identificam com a profissão militar e que os pais foram os maiores incentivadores para a escolha profissional; em segundo lugar está o fator marketing institucional, seguido do círculo de amigos e da escola, que também contribuiu; enquanto o estímulo financeiro e a garantia de emprego foram os fatores que menos pesaram na escolha.

**Tabela 15: Influências na Escolha pela Carreira**

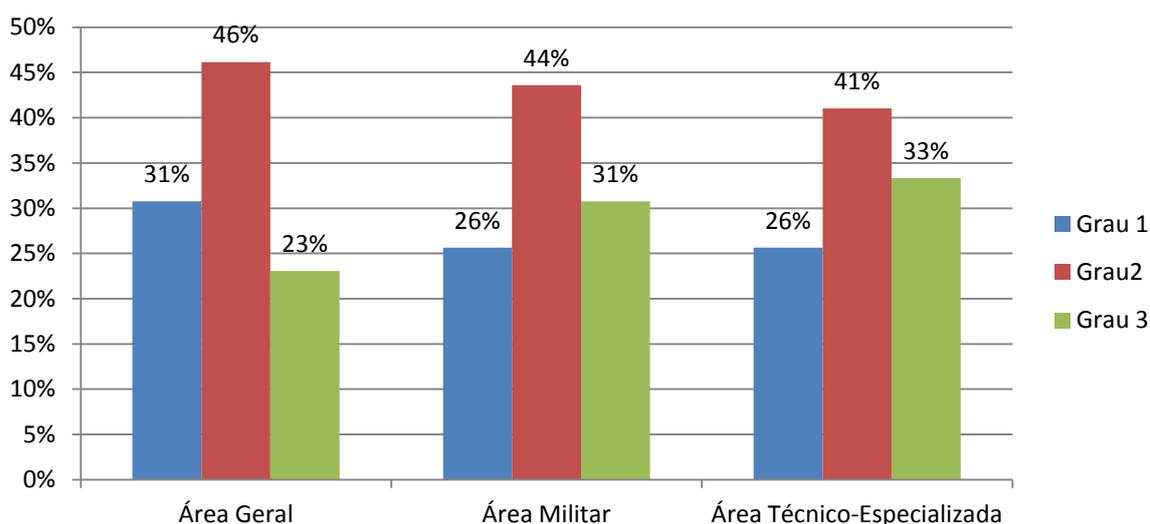
<b>GRAUS</b>	<b>Ajudou muito</b>	<b>Ajudou pouco</b>	<b>Não ajudou</b>
<b>INFLUÊNCIAS</b>			
Meus pais	55%	35%	10%
A escola	19%	29%	51%
Meus(Minhas) amigos(as)	19%	46%	35%
Informações gerais, revistas, jornais, TV	21%	46%	33%
Estímulo financeiro	10%	50%	40%
Facilidade de obter emprego	13%	44%	44%

Os cadetes foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas ao longo do curso na AFA, com a solicitação para que assinalassem as opções (1), (2) e (3), que correspondiam ao grau de dificuldade encontrado: grau 1 – muito difícil; grau 2 – difícil; grau 3 – menos difícil.

Os dados revelaram que 31% dos entrevistados responderam sentir muita dificuldade na área geral, a que atribuíram grau 1; nas outras áreas, 26% revelaram o mesmo sentimento; o mesmo ocorreu quando 46% dos cadetes pesquisados assinalaram o grau 2 para área geral, enquanto, 44% e 41% marcaram essa opção para a área militar e técnico-especializada, respectivamente.

Já em relação às áreas em que sentiu menor dificuldade, a técnico-especializada foi a selecionada por 33% dos respondentes; 31% tiveram menos dificuldade nas disciplinas militares e 23%, na área geral. Dessa forma, em termos das dificuldades encontradas pelos cadetes ao longo do curso na AFA, os resultados revelaram que a maioria considerou as disciplinas da área geral as mais problemáticas, como se pode ver na figura 18.

**Figura 18: Gráfico sobre as Áreas de Maior Dificuldade**



Foram elencados alguns pontos como a falta de tempo, a motivação pelos conteúdos ministrados, a didática do professor, as disciplinas curriculares, entre outros, para conhecer a opinião dos cadetes sobre quais seriam os principais motivos de complicação para seu desenvolvimento acadêmico. A pesquisa revelou que 76% dos sujeitos acreditam que a falta de tempo é um dos principais motivos; para 54% dos respondentes há falta de motivação; 44% atribuem os problemas à didática do professor; e a relação que 41% da população pesquisada estabeleceu foi a falta de vínculo de algumas disciplinas com a profissão; para 38% dos pesquisados, foi a falta de interesse pelos assuntos abordados; já a dificuldade de adaptação foi considerada por 38% dos cadetes como um obstáculo ao seu desenvolvimento acadêmico. Por fim, 17% do público investigado acreditam que as dificuldades estão

vinculadas à estrutura física (falta de computadores, equipamentos, internet, entre outros). Os dados contidos na figura 19 explicitam as informações.

É possível verificar que, na opinião dos cadetes, o fator tempo é a variável que causou maior dificuldade no aprendizado, seguido pela falta de motivação; da didática aplicada; da falta de vínculo que algumas disciplinas representam para o exercício da profissão; assuntos que não despertam interesse e, por último, a estrutura física da Academia.

Os resultados apresentados anteriormente forneceram, de maneira geral, o perfil socioeconômico e cultural do público que seria entrevistado em 2014, na AFA, ou seja, os oficiais aviadores formados em 2009. Porém, os tenentes, do quadro de oficiais subalternos se encontram espalhados nas mais diversas Organizações Militares da FAB no Brasil. Assim, por questões de logística, tempo e recursos financeiros, o estudo ficará limitado a entrevistas com os oficiais dessa turma, que atuam na Academia, ou se encontram em missões na AFA.

Como opção metodológica os dados a seguir foram tratados de forma global, o que significa que o anonimato do entrevistado foi preservado.

Ainda em relação à metodologia, procurou-se a descrição dos resultados das entrevistas, com resgate do conjunto normativo, Leis, Diretrizes, Instruções, que orientam o funcionamento do processo educacional na AFA.

Sem a menor intenção de esgotar o assunto serão destacados entre os aspectos introduzidos no Ensino da AFA, os objetivos gerais do Curso de Formação de Aviadores da Academia da Força Aérea e a vida rotineira nesse estabelecimento escolar, com apresentação dos resultados contidos no Relatório de Avaliação do Desempenho Pós-Curso feito pela AFA e aplicados aos chefes imediatos dos aspirantes a oficiais da FAB, paralelamente à opinião de 15 aviadores formados em 2009, entrevistados para confirmar as hipóteses levantadas.

#### **4.2 Resultados da Avaliação de Desempenho Pós-Curso da AFA versus Resultados Obtidos com as Entrevistas aos Egressos**

Já foi visto, em capítulos anteriores, que a hierarquia e a disciplina são os dois pilares que sustentam as Organizações Militares. Sobre essas duas bases o artigo 14 do Estatuto dos Militares define criteriosamente os diversos círculos hierárquicos que compõem a estrutura piramidal das Forças Armadas Brasileiras.

A configuração de diferentes categorias na Força, que se constituem por pessoas de um mesmo posto ou graduação, forma “círculos” em graus hierárquicos também diferenciados, como, por exemplo podem-se citar as seguintes categorias, em escala crescente: a dos soldados e graduados; dos cadetes, dos aspirantes, dos oficiais subalternos, dos oficiais superiores e dos oficiais gerais. Desta forma, todos os membros da corporação estão incluídos em uma ou em outra categoria. O Estatuto preconiza que até nível de oficiais superiores, no caso dos oficiais de carreira, a ascensão hierárquica do militar acontece automaticamente, em consequência da progressão funcional intermitente à continuidade dos estudos militares, tornando-se política para o grau de generalato. Já em relação aos soldados e graduados, a mudança de posto e de categoria se conquista, a priori, por meio de concurso interno e, a posteriori, pela progressão funcional, pois ambas permitem aos militares a possibilidade de se tornarem suboficiais ou até mesmo oficiais da Força Aérea.

Na estrutura hierárquica, a posição ocupada pelos militares passa a indicar que a autoridade e a responsabilidade crescem juntamente com o grau hierárquico. Assim, é perceptível que a formação desses círculos hierárquicos diferenciados em postos, funções, autoridade e responsabilidade, principalmente quando se analisa o caso dos cadetes durante os quatro anos na AFA, nota-se o desenvolvimento da identidade militar do grupo, do espírito de corpo e de importantes conceitos militares vinculados à honra, coragem e lealdade.

Para melhor compreensão da categoria eleita para a investigação desta pesquisa convém explicitar, inicialmente, o significado dos termos “aspirante” e “subordinados” que constam da hierarquia da Força Aérea, com o objetivo de defini-lo no contexto da caserna.

No mesmo sentido são apresentadas junto com as prerrogativas que cercam a profissão militar em início de carreira alguns resultados dos questionamentos feitos aos tenentes entrevistados. Para não correr o risco de fugir do objetivo central desta pesquisa é preciso considerar os aspectos relativos a formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira, especialmente, os objetivos estabelecidos no atual Currículo dos Cursos da AFA.

Tão logo formado, o cadete da AFA é promovido ao posto de “Aspirante” da Força Aérea Brasileira. Pode-se dizer que, recém-saídos da Academia, todos os concluintes, durante 08 (oito) meses, permanecem em regime de pós-curso. Designados a servirem nas mais diversas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica no Brasil, eles aspiram à promoção para o quadro de Oficiais Subalternos desse Comando, no caso, 2º tenente.

Na acepção popular o termo subalterno pode ser entendido como “algo que está sob as ordens de um superior”. Essa ideia está totalmente alinhada com o sentido aplicado na estrutura da Força Aérea, quando regulamentam os cargos e funções que cabem ao oficial subalterno, “Tenentes” para chefiar seções ou subseções, entretanto sob o comando de um capitão, ou sob o comando de um oficial superior no comando da unidade (quartel); daí ser considerado subalterno, ou seja, sob ordens de um superior.

Sobre o grau de subordinação o Estatuto dos Militares dispõe que “a subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada das Forças Armadas.”

Ainda como aspirantes, os ex-formandos da Academia passam a assumir novos deveres e responsabilidades e, de acordo com o Estatuto dos Militares, essas obrigações devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico do cargo e definido em legislação ou regulamentação específica.

Imersos em uma multiplicidade de áreas funcionais, os Aspirantes agora encaram um cotidiano que exige o cumprimento diário de formalidades rígidas e de constante respeito pela autoridade e disciplina.

Em relação às tarefas que o Aviador deve cumprir, elas extrapolam as muitas horas de voo que o mesmo enfrenta no início de carreira para se especializar em um determinado tipo de pilotagem e de aeronave, ou seja, de caça, de transporte ou aeronaves de asas rotativas, (helicópteros).

Como os Intendentes e os Infantes, os pilotos da Força Aérea Brasileira, nos primeiros anos de carreira, passam a desempenhar uma série de atividades que abrangem, especificamente, as áreas administrativas, de logística, de instrução e de treinamento operacional e técnico, aplicando, na prática, os ensinamentos recebidos na AFA, enquanto cadetes. Com tais funções o Aviador passa a exercitar, logo no início da carreira, as atividades que irá exercer ao longo dela, mesmo porque com a escassez de recursos humanos, próprio da Administração Pública, e, muitas vezes, ainda como tenente, ele assume funções ligadas a outros postos bastante superiores ao seu. Há outros que ainda assumem funções até de outros quadros, como confirma o depoimento de um Capitão-Aviador na AFA: “[...] nossas

atividades estão previstas no Regimento Interno da Unidade em que servimos, mas, eu já vi, inclusive, um Tenente Aviador exercendo funções de Intendência [...]”.

Cabe ressaltar que as funções inerentes ao cargo de Tenente estão ligadas ao Regimento Interno pela diversidade de ambientes em que o Oficial da Força Aérea irá desenvolver suas atividades, ou seja, a variedade de estabelecimentos construídos e estruturados para os mais diversos serviços da Força, entre eles as bases aéreas, de saúde, de ensino e treinamento.

Com base na rotina do ex-formando da Academia e para atender ao que preconiza a ICA-11/2011 sobre o processo de Avaliação Curricular, a Divisão de Ensino buscou verificar o aproveitamento dos Cursos da AFA e o alinhamento de seus respectivos Currículos no que se refere à rotina de trabalho dos aspirantes a oficial.

Com esse objetivo, foi elaborado na DE um questionário direcionado, especificamente, aos chefes imediatos dos referidos concludentes e encaminhados, via ofício, a diversas unidades da FAB, para as quais os aspirantes foram designados.

Com a finalidade de coletar a opinião dos referidos chefes sobre o desempenho pós-cursos dos ex-formandos na vida prática do trabalho, o instrumento de pesquisa foi estruturado para contemplar os seguintes aspectos acerca da formação dos cadetes, especialmente, do currículo: capacidade de comunicação e expressão, conhecimento das noções básicas do direito, conhecimento das noções básicas de administração, relacionamento interpessoal com superiores e subordinados, liderança, idiomas, aproveitamento nas sessões de tiro e condicionamento físico, padrão de desempenho, desempenho funcional e requisitos específicos.

Com base nessas abordagens as questões foram elaboradas de forma semiabertas, o que possibilitou ao público pesquisado, opinar sobre os aspectos positivos da formação e do currículo, apontar maiores dificuldades que as chefias puderam sentir em relação ao desempenho do egresso, como ainda, de registrar suas sugestões de aprimoramento na formação do futuro oficial na AFA.

É nesse contexto que o presente relatório desenvolveu-se, buscando avaliar os aspirantes formados na AFA não somente para verificar o desempenho e os resultados pós- formação, mas também para, a partir dos dados obtidos, rever, reorganizar e aperfeiçoar o processo educativo como um todo (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PÓS-CURSO DA AFA, 2012, p. 2).

A avaliação feita pelas chefias imediatas dos aspirantes, e sua posterior análise, subsidiou a AFA na elaboração do Relatório de Avaliação Pós-Curso, o qual, posteriormente, foi encaminhado ao DEPENS, com a finalidade de informá-lo sobre os resultados da referida avaliação que ora se descreve, concomitantemente aos resultados oriundos da pesquisa realizada junto aos Tenentes Aviadores da Força Aérea Brasileira.

É possível observar o atrelamento entre os itens avaliados pela AFA e o delineamento do Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA), traçado no Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 36-7/2012, como exposto no quadro 3.

Para avaliar a capacidade de comunicação dos concludentes foram considerados dois pontos: clareza e correção e aulas/exposições. Segundo o resultado apresentado no Relatório de Validação Curricular, apesar de o desempenho apurado ter apontado o quesito como adequado, a média atingida foi inferior ao desejado.

**Quadro 3: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira**

ÍTEM AVALIADO	COMPETÊNCIAS
Capacidade de comunicação e expressão	1-expressar-se, oralmente e por escrito, na Língua Portuguesa, de modo correto, claro e conciso; 2-identificar, interpretar, confeccionar e transmitir, dentro de sua área de atuação, as mensagens operacionais referentes ao setor de trabalho, de acordo com as normas vigentes; 3-ministrar instruções e palestras, empregando as técnicas de ensino e meios tecnológicos preconizados pelo COMAER; 4-utilizar as técnicas básicas de comunicação social de acordo com as prescrições do CECOMSAER

**Fonte: MCA-36-7/2012. Adaptado pela autora.**

Para aprimorar a formação do futuro oficial da FAB nesse aspecto, as chefias dos aspirantes sugeriram que a AFA deve encontrar meios para melhorar a produção dos textos produzidos pelos concludentes e dar ênfase a formação intelectual no que concerne à pesquisa, para se ter um militar com maior capacidade de criação e inovação. Outra definição em relação ao perfil profissional do oficial da Aeronáutica é que o mesmo, ao concluir o curso, tenha desenvolvido competências, conforme transcrição no quadro 4.

**Quadro 4: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira**

ITENS AVALIADOS	COMPETÊNCIAS
Conhecimento das noções básicas do Direito	1-conhecer a legislação pertinente às suas atividades ou funções e aplicá-las dentro da estrutura do COMAER; 2-conhecer os documentos e procedimentos aplicados à esfera administrativa de Polícia Judiciária Militar, quanto a: Inquérito Policial Militar (IPM), Auto de Prisão em Flagrante (APF), Sindicância e outros; 3- conhecer a destinação constitucional das Forças Armadas e aplicar os fundamentos básicos do Direito, nas áreas Constitucional, Administrativo, Penal Militar, Direitos Humanos e Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA);

**Fonte: MCA-36-7/2012. Adaptado pela autora.**

O resultado em relação aos conhecimentos de Direito, revelou que o desempenho do aspirante foi considerado abaixo do normal, não ao que se refere ao cumprimento de regulamentos, mas na condução de sindicâncias e processos disciplinares.

A sugestão apresentada pelas chefias para aprimorar esses conhecimentos é que as disciplinas de Administração devem focar mais nas atividades técnico-especializadas voltadas para segurança e defesa das instalações da FAB.

Considerando a opinião de um dos egressos, o currículo da AFA deveria “dar mais atenção a história política e militar do Brasil e da América Latina, com estudo de países vizinhos e mais estudo em direito constitucional” (Tenente 03).

Devido as diversidades de tarefas burocráticas que o egresso da Academia executa é previsto no perfil profissional dos oficiais que eles, após formados, tenham desenvolvido uma série de competências que seguem descritas na quadro 5.

**Quadro 5: Perfil Profissional dos Oficiais da Força Aérea Brasileira**

ITEM AVALIADO	COMPETÊNCIAS
<p><b>Conhecimento das noções básicas de administração</b></p>	<p>1-desempenhar as funções de Chefia, utilizando técnicas que garantam maior eficiência aos processos administrativos, condizentes com a legislação em vigor;</p> <p>2-confeccionar documentos oficiais dentro dos padrões definidos em publicações do Governo Federal e do COMAER;</p> <p>3-gerenciar, à luz dos princípios da Administração Pública, os recursos humanos, materiais e orçamentários, postos à sua disposição, de acordo com o nível de sua função;</p> <p>4-empregar, em nível de usuário, os recursos da TI para a utilização de softwares, tais como: editores de texto, planilhas de cálculo, programas de apresentação, banco de dados e sistemas corporativos do COMAER;</p> <p>5-participar de Comissões nas esferas administrativa e operacional do COMAER.</p>

**Fonte: MCA-36-7/2012. Adaptado pela autora.**

De acordo com o Relatório de Avaliação Pós-Curso da AFA, o desempenho dos aspirantes foi considerado positivo em quase todos os aspectos analisados sobre os conhecimentos das noções básicas de administração, especificamente, na utilização de ferramentas para equacionar problemas; na economia de meios e de pessoal para condução das tarefas e na gestão de material e de recursos sob sua responsabilidade.

Para a chefia o Aspirante a Oficial Aviador se destaca pela iniciativa e pelo ótimo desempenho nas tarefas e na condução dos serviços da Seção. Nesse sentido o mesmo desenvolveu um bom trabalho, demonstrando, além da eficiência, responsabilidade e comprometimento, um bom preparo teórico nos assuntos de administração.

Porém, as chefias apontaram a existência de certos óbices, que dificultam a rotina diária administrativa do avaliado.

Na avaliação feita sobre o desempenho profissional dos Aviadores, a falta de conhecimento do funcionamento das unidades e dos setores da FAB é um fator que dificulta o equacionamento de problemas rotineiros, o que engloba a falta de conhecimento das seções de Unidades Aéreas, trâmite de documentos e aquisição de material; a falta de conhecimento dos sistemas computacionais amplamente utilizados nos processos administrativos da Aeronáutica- SIGADAER, SILOMS E HERCULES-, tanto quanto na programação de planilhas.

Os obstáculos coincidem, em muitos pontos, com a opinião formulada pelos tenentes pesquisados, cujos depoimentos revelam que as maiores dificuldades encontradas sempre se concentraram no desconhecimento funcional das unidades, dos setores e dos sistemas utilizados rotineiramente na FAB:

As maiores dificuldades que eu enfrentei depois de formado foi por não conhecer os sistemas que a FAB possui, o tramite dos documentos e as formalísticas, o desconhecimento para saber lidar com a administração militar, processos de intendência (Tenente 03).

Tive grandes dificuldades para lidar com legislações e situações práticas que não foram aprendidas na AFA. Não tinha conhecimento sobre os trâmites de documentos da FAB, principalmente os de SIGADAER (Tenente 08).

A falta de conhecimento prático da Força Aérea, sendo necessário, praticamente, aprender tudo novamente depois de formado, pois, a realidade encontrada foi bem diferente da realidade que nos foi passada. A realidade nas unidades é muito diferente, pois, temos que aprender sobre tudo (Tenente 12).

Depois que os tenentes se manifestaram acerca das maiores dificuldades profissionais enfrentadas, foi aberto espaço para que eles pudessem opinar sobre os aspectos que dificultaram o seu desempenho na rotina de trabalho. A maioria relatou que a rotina nos esquadrões deveria ser melhor explicada na AFA e que se depararam com uma realidade ainda não conhecida.

Para aprimorar os processos, a chefia dos aspirantes sugeriu, especificamente, que a formação na AFA deve enfatizar as tarefas administrativas, como confecções de partes, ofícios e demais documentos, bem como ambientação do militar com os sistemas computacionais utilizados pela FAB e que, durante esse período, sejam trabalhadas questões práticas de gerenciamento de recursos humanos; assim deve também ser incentivada a organização da vida profissional para o gerenciamento das diversas atividades que o militar precisa realizar, o que também se confirmou na opinião dos egressos, transcritas a seguir:

- Os conteúdos deveriam ser apresentados para o Cadete de modo mais prático e com maior relação com a realidade principalmente as matérias técnico-especializadas (Tenente 04).

- É preciso mais preparo administrativo militar. Creio que deva ser dado mais enfoque nas disciplinas que o cadete usará depois de formado, diminuindo o enfoque administrativo e inserir nos conteúdos os sistemas utilizados na FAB (Tenente 13).

O desempenho dos aspirantes quanto ao relacionamento interpessoal deles com seus superiores e subordinados foi considerado, acima do normal. Para a análise dessa questão, os pontos levantados foram os seguintes: assessoramento à chefia, com presteza e

fundamentação legal; participação de trabalho de equipe e desenvolvimento de um ambiente salutar de trabalho.

Esse aspecto se relaciona com uma das competências essenciais que o formando deve ter desenvolvido no final do curso. Segundo o PPOA, o concludente deve estar capacitado a “cultivar os princípios éticos, os valores e deveres militares, pautando sua conduta por uma linha de correção de atitudes, tanto na vida civil, quanto na vida militar.” Ao desenvolver essa competência, espera-se que os mesmos sejam ponderados, consensuais, justos e capazes de motivar seus subordinados, que possuam espírito de equipe, de camaradagem, de tolerância, de sociabilidade e de respeito à disciplina e à hierarquia.

Apesar do resultado favorável desse aspecto, a chefia dos egressos pôde identificar determinados comportamentos que dificultam o relacionamento interpessoal no dia-a-dia do trabalho. No caso dos aspirantes aviadores, há deficiência na área disciplinar em relação ao trato com oficiais mais antigos e instrutores de voo, associada à falta de pontualidade militar em serviços, voos e reuniões. Para a chefia, são problemas que merecem atenção e que atrapalham a rotina. A falta de zelo no que se refere à postura militar e julgamento são problemas que atrapalham o inter-relacionamento nesse meio.

De acordo com o relatado a chefia sugeriu que, na AFA, deva se intensificar a parte militar, principalmente no trato com graduados. A respectiva sugestão da chefia se familiariza com as dificuldades enfrentadas pelos egressos segundo relatos dos mesmos:

- Um grande problema é saber entender e se conformar com nossos graduados, o diferente tipo de formação o que gera muitas vezes certo atrito e desconforto (Tenente 07).
- Eu acredito que as dificuldades que enfrentei no dia-a-dia é lidar com graduados, considero que isto esteja atrelado a vivência muito fechada no mundo dos cadetes, enquanto vivemos na AFA (Tenente 14).
- Minha maior dificuldade foi a de aprender a lidar com subordinados não tão disciplinados. A meu ver, a formação dos subordinados, a falta de comprometimento de muitos na administração pública militar e a falta de ética na administração pública militar são os maiores problemas que a gente enfrenta (Tenente 01).

Sobre a questão da liderança, que envolveu o reconhecimento da autoridade e a capacidade de argumentação, o resultado também foi considerado muito bom, mas, em relação à condução de tropa, o resultado ficou abaixo do normal.

Na opinião dos oficiais que concederam entrevistas, as dificuldades para liderar estão atreladas, tanto à falta de conhecimento dos diversos setores, como ao desconhecimento das muitas ferramentas que poderiam ser utilizadas na FAB para equacionar problemas que os mesmos enfrentam no dia-a-dia depois de formados, como confirmam os depoimentos a seguir:

- Nos formamos sabendo chefiar e liderar. O problema é que não conhecemos nem superficialmente os setores em que trabalharemos quando nos formamos. A experiência vem com a vivência em outros esquadrões (Tenente 02).

- A falta de participação dos cadetes na rotina comum da academia, um exemplo é a falta de contato dos cadetes mesmo no último ano com graduados e soldados essa falta reflete na falta de experiência de liderança do oficial com seus auxiliares, quando oficial (Tenente 04).

Considerando a opinião dos oficiais entrevistados, estão transcritas a seguir algumas respostas a respeito do que poderia ser melhorado na AFA, acerca dos exercícios práticos de chefia e liderança:

- Na minha opinião deveriam melhorar a apresentação das rotinas na FAB e os conteúdos poderiam ser mais relacionados com situações que o oficial encontrará em sua vida depois de formado (Tenente 05).

- Ao meu ver deveria ser oferecido mais orientações quanto a importância da boa formação militar, mais exercícios de campanha, como por exemplo, no EXEC 3, além de melhores exemplos de líderes (Tenente 06).

- Pra mim, todos do 4º ano deveriam ser líderes, não só os cadetes selecionados para tal tarefa durante o ano e mais interessante do que exercícios práticos, seria dar para mais cadetes, funções de mais responsabilidade no CCAer. Alguns desempenham funções muito importantes em clubes e outras áreas, enquanto que, alguns cadetes passam pela AFA sem terem feito nada (Tenente 09).

- Eu acho que deveria ser promovido uma maior experiência no contato com sargentos e soldados pra gente aprender a cobrar (Tenente 10).

- Como a formação de liderança nos cadetes é fortemente baseada no exemplo, entendemos, que esse exemplo, nem sempre é o ideal. Com isso se cria diferentes tipos de líderes. Pra mim, a formação poderia ser mais padronizada (Tenente 11).

As competências que compõem o perfil profissional dos Oficiais da Aeronáutica em relação à liderança e que foram considerados nas pesquisas, estão apresentadas na quadro 6.

**Quadro 6: Perfil Profissional Dos Oficiais Da Força Aérea Brasileira**

ITEM AVALIADO	COMPETÊNCIAS SEGUNDO O PPOA
<b>Liderança</b>	1-cultivar a liderança, a responsabilidade, o patriotismo, o espírito de equipe e a melhoria contínua; 2- identificar situações-problema, analisar alternativas, traçar planos de ação e implementar ou assessorar a sua chefia, de acordo com o seu nível funcional, assessorando no processo de decisão; 3-comandar grupamento ou fração de tropa em formaturas, manobras e exercícios militares; 4- conduzir o serviço de Oficial-de-Dia ou os serviços de escala que lhe competirem; 5- cumprir e fazer cumprir, ao que lhe for pertinente, leis, decretos, medidas provisórias, avisos, portarias, regulamentos e demais normas em vigor.

**Fonte: MCA-36-7/2012. Adaptado pela autora.**

No que tange ao preparo físico do oficial da Aeronáutica, está previsto no já citado MCA 36-7/2012, que o concludente esteja capacitado “a adquirir e manter a higidez física e a estrutura corporal antropométrica compatíveis para o cumprimento das atividades e funções militares, no mínimo dentro dos parâmetros avaliados regularmente nos testes de aptidão e condicionamento físico.”

Nesse sentido, a análise geral feita sobre o preparo físico do aspirante, especificamente sobre a condição física e aproveitamento no teste físico, mostrou que o desempenho dos mesmos foi considerado muito bom. Apesar do resultado, o sobrepeso do aspirante de infantaria foi destacado como um óbice.

O padrão de desempenho dos aspirantes foi considerado ótimo, de acordo com os resultados. A avaliação foi realizada pelos Comandantes das diversas Organizações Militares para as quais os Aspirantes a Oficial foram designados.

O Manual do Comando da Aeronáutica – MMA-36-6 esclarece os itens considerados na avaliação em relação ao aspecto “Padrão de Desempenho”.

O referido Manual do COMAER tem por finalidade estabelecer o Padrão de Desempenho de Especialidade – (PDE)<sup>56</sup> para o Quadro de Oficiais da Aeronáutica, servindo de base para orientar os diversos procedimentos relativos ao recrutamento, seleção, formação,

<sup>56</sup> O PDE é um subprograma do Programa de Modernização da Administração de Pessoal – (PMAP).

atualização, aperfeiçoamento, classificação, avaliação de desempenho e aplicação dos Recursos Humanos no Comando da Aeronáutica.

O documento define, no PDE, as atribuições funcionais mínimas para os integrantes do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, englobando uma série de atividades militares, intelectuais e técnico-especializadas da carreira, como também detalha os conhecimentos mínimos requeridos para o desempenho das atribuições.

Entre as múltiplas funções, especificamente, dos Oficiais Subalternos estão listadas 48 (quarenta e oito) atribuições<sup>57</sup>, resumidamente, descritas: exercer cargos compatíveis com o quadro e o posto, executando, planejando, coordenando, controlando e fiscalizando, no seu nível de competência, as atividades administrativas, logísticas e operacionais; chefiando e orientando o pessoal sob sua responsabilidade e zelando pelo material e recursos sob sua guarda. Cabe ressaltar que as tarefas e obrigações imputadas a determinado quadro ou especialidade seguem de acordo com o posto/graduação do militar, nas diversas Organizações do Comando da Aeronáutica, onde as especialidades poderão ser empregadas.

No desempenho das múltiplas atividades que decorrem das suas funções, é previsto que os oficiais da Força Aérea devem possuir estabilidade psicológica, resistência, elevado nível de autonomia, motivação e dinamismo, grande sentido de responsabilidade e capacidade de decidir e reagir prontamente perante situações bastante adversas.

Quanto a flexibilidade e equilíbrio emocional, a avaliação do desempenho funcional dos concludentes foi considerada acima do normal. Em relação aos quesitos iniciativa, modelo para comandados, capacidade de planejamento e medidas legais, o conceito foi normal. Já sobre a identificação de preceitos jurídicos vigentes, na análise geral, o desempenho dos aspirantes ficou abaixo do normal.

O resultado acerca do aproveitamento em relação ao currículo mostrou que o desempenho do aspirante está satisfatório e que a sua formação acadêmica está adequada.

Considerando, ainda, a questão do desempenho dos aspirantes a oficial, os tenentes foram questionados sobre suas expectativas na FAB. É possível perceber pelos

---

<sup>57</sup> As atribuições seguem nos anexos *Padrão de Desempenho por Especialidade- PDE*.

relatos deles um elevado nível de comprometimento com a Instituição, quando manifestam o desejo de melhorar e de crescer profissionalmente para, assim, poder contribuir com a formação do cadete da AFA. Sobre essas expectativas, seguem alguns depoimentos:

Eu desejo continuar aprendendo cada vez mais e crescendo profissionalmente, espero alcançar o maior nível possível de operacionalidade, como também, espero contribuir na formação de novos oficiais e cumprir minha elevação operacional como piloto de caça (Tenente 04).

Quero realizar bem minhas funções durante o meu tempo de serviço, me tornar um excelente profissional na carreira (Tenente 15).

O que eu almejo é trazer melhoria para a instituição através de decisões bem acertadas, me aperfeiçoar cada vez mais na aviação e aprender cada vez mais (Tenente 06).

Tornar-me o melhor instrutor possível para ajudar na formação de oficiais, considero que a Força vai evoluir e ter mais comunicação entre as unidades para facilitar a rotina (Tenente 12).

Atualmente poder melhorar a formação do cadete (Tenente 02).

Além das atribuições estabelecidas ao oficial subalterno, o PDE também especifica 63 (sessenta e três) itens<sup>58</sup> de que se compõem os conhecimentos necessários ao militar para o desempenho das atribuições inerentes ao seu Quadro ou Especialidade, e inclui toda a instrução, informação e capacitação indispensáveis.

Para finalizar as entrevistas foi perguntado se os mesmos sentem-se preparados, em termos de formação, para enfrentar os novos desafios de uma Força Aérea Moderna diante das novas ameaças. As respostas coincidem, em muitos pontos, principalmente com a falta de experiências reais transmitidas durante o processo de formação e a responsabilidade individual de aprimorar seus conhecimentos depois da formatura. Eis alguns depoimentos:

Acho que estamos todos preparados visto que a AFA sempre busca a atualização, e quanto a área mais crítica, que seria o voo, a AFA tem a excelência nesse quesito. Para os demais assuntos, saímos com uma carga boa nas costas, sendo que o **aprimoramento vem com a vivência do dia-a-dia** (Tenente 03).

Acredito que a formação esteja muito boa, pois, **o específico necessário para a aviação será ensinado a frente, nos cursos de especialização e elevação operacional, que são tão ou mais difíceis que alguns Cursos da AFA** (Tenente 07).

---

<sup>58</sup> Idem

Penso que a AFA dá todas as ferramentas para que possamos estar preparados para isso. Acho que **é de interesse de cada um adquirir e aprimorar esse conhecimento** (Tenente 09).

Sim. Em relação a formação sinto-me preparado. **O novo aprendizado vem da busca e da pesquisa individual.** Agora, tenho a consciência que os equipamentos da AFA estão defasados (Tenente 01).

Prepara bem a parte psicomotora, porém, **em termos de tecnologias táticas modernas, somos muito atrasados.** Também, considero atrasada a atitude de muitos ao reproduzir comportamentos simplesmente porque sempre foi assim (Tenente 06).

Considero um pouco **desatualizada, pois, atualmente são passadas poucas experiências reais para o cadete, o que acaba por deixar o mesmo despreparado para lidar com situações que estarão sob sua responsabilidade quando oficial.** E acredito que, para a Força Aérea ser considerada preparada para as novas ameaças, é necessário que os seus oficiais estejam sabendo da mesma em todas as áreas (Tenente 04).

O material produzido ao longo da pesquisa permitirá mostrar, na próxima sessão deste trabalho, mais precisamente, nas considerações finais, o alcance dos objetivos propostos.

## CONCLUSÃO

É possível verificar pela história da Força Aérea Brasileira que ela se encontra numa trilha de desafios. Como as demais Instituições das Forças Armadas, Marinha e Exército, o seu desenvolvimento caminhou em sintonia com o contexto político e econômico, de forma que se pode entender como a Instituição foi instigada a adaptar-se às necessidades de cada momento histórico.

As leituras feitas para esta pesquisa permitiu observar que, com a falta de vontade política do governo e de apoio econômico, partiu da iniciativa privada os primeiros movimentos em relação à Aeronáutica brasileira, como, ainda, os primeiros pilotos se prepararam por iniciativa particular na Europa. Nesse contexto o primeiro Aero-Club do Brasil foi fundado com a meta principal de criar uma escola de aviação no país e dotar Exército e Marinha com os aparelhos de aviação.

Foi sob pressão da imprensa para a criação de uma escola de aviação militar que as primeiras tentativas frustradas por parte do Estado se realizaram. E somente em 1916, na realidade da primeira Guerra Mundial, foi possível a organização de um núcleo Militar de Aviação no Brasil, com a criação da Escola de Aviação Naval no Rio de Janeiro, na Ilha das Enxadas, enquanto no contexto da Primeira Guerra Mundial usavam-se aeronaves em atividades militares. Em 1919, é a vez de o Exército Brasileiro criar, no Campo dos Afonsos, também no Rio de Janeiro, sua Escola de Aviação Militar. Ambas as Escolas funcionaram plenamente até o momento da criação do Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira e da criação da Escola de Aeronáutica em 1941.

A criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, da Força Aérea Brasileira e da Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea se deveu às necessidades trazidas pela inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Juntamente com as imposições do segmento militar, cuja necessidade era a de organizar as primeiras Unidades Aéreas de Combate para participar das operações de guerra, em destaque, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o novo Ministério também assumiu outros compromissos que envolviam uma série de atividades voltadas ao desenvolvimento e integração nacional.

Após a definição da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a concepção de segurança nacional, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

justificava o papel das Forças Armadas de combater o comunismo. A partir do desfecho da guerra, as Forças Armadas passaram a enfrentar uma série de desafios em decorrência das novas configurações políticas que se estabeleceram.

A improbabilidade de uma guerra generalizada, tanto quanto a prevenção de riscos para as instituições democráticas que se consolidaram com o fim do regime autoritário, fazia esgotar-se o papel da DSN. Assim, as Forças Armadas brasileiras, sem uma definição específica de seu papel institucional e sem uma política de Defesa, passaram a enfrentar momentos de incerteza e a viver uma crise de identidade.

As transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, a partir do fim da Guerra Fria alteraram as conjunturas externa e interna e o rumo das Forças Armadas, uma vez que se modificou o modo de pensar sobre os processos que envolvem a guerra e a paz. Nessa nova realidade da guerra pós-moderna, as Forças Armadas foram compelidas a alterar a sua maneira de atuar e de se relacionar com outras instituições estatais e sociais.

Na tentativa de aprofundar sobre os reflexos do complexo sistema político e econômico no interior da Instituição, ou seja, nos cursos e no público desta pesquisa, exigiu a ampliação do conhecimento de vários componentes materiais e sociais que a constituem. Então, o foco direcionou-se às políticas educacionais da AFA, às alterações curriculares, desde 1974 até 2014, como ainda, ao egresso da Academia.

Ao mesmo tempo em que surgiram muitos desafios para aprimorar nossos conhecimentos acerca da formação do militar na AFA, por meio da leitura foi possível entender que não é tarefa simples analisar e cruzar as informações obtidas a partir de um conjunto de elementos que interagem entre si e que influenciam suas ações. A análise desses elementos mostra o surgimento de vários problemas, entre os quais o contexto, o trabalho, dificuldades concernentes ao conhecimento do egresso, sua trajetória, as perspectivas e aspirações, entre outras questões.

A partir daí foram feitos esforços para a compreensão do embasamento das modificações curriculares que conduziram a formação do aviador na AFA no espaço de tempo de investigação desta pesquisa.

Viu-se, também, que a formação no início, ainda no Campo dos Afonsos, já havia sofrido várias mudanças devido ao curso ser muito voltado à formação do oficial

combatente, que estava sendo preparado para Guerra. Porém, com o término da mesma já não havia mais essa necessidade. Então já se pode notar a grande influência do contexto histórico na composição dos currículos.

Olhando-se para o currículo do CFOAV, já em Pirassununga, o currículo foi sofrendo transformações tendo sempre por base as ciências exatas. No início dos anos 80, o currículo científico foi equiparado ao curso básico de Engenharia. Em 1988 o enfoque foi modificado para as ciências humanas. Em 2004 foi implantado o Curso de Administração, com um significativo acréscimo da carga horária, de 5.901 para 7.691 tempos ou horas aulas.

Assim, os objetivos traçados no curso implantado em 2004 demonstram que a concepção gradativa de arraigar a formação de profissionais capacitados para as atividades administrativas do oficialato se consumou tornando-se princípios norteadores no processo de formação na AFA. Nesse sentido a inclusão das disciplinas de Administração está afinada com as atividades burocráticas que os Oficiais da FAB assumirão quando formados.

Ainda em relação às demais alterações curriculares, nos anos subsequentes, pôde-se constatar uma movimentação no sentido de equacionar problemas relacionados à pesada carga horária estabelecida em 2004, os excessos de disciplinas que comprometiam tempos de voo e de treinamento físico e a redução de disciplinas de exatas, principalmente, a partir de 2010.

Uma conclusão que se pode retirar para este trabalho é que os currículos tenderam a serem preenchidos de maneira equilibrada, se forem observados os dados curriculares a partir de 2012, com a readequação para manter a harmonia entre as disciplinas burocráticas/humanísticas e as técnico-especializadas, além daquelas de formação propriamente militar, cuja relevância dispensa comentários.

Os estudos comprovam que o problema das inúmeras alterações curriculares que foram se sucedendo sem a oportunidade para uma adequada avaliação, tende a comprometer a formação do Oficial da Força Aérea que, antes de tudo, deve ser um profissional preparado e engajado na missão da defesa brasileira.

De posse desses dados preliminares, procurou-se entrevistá-los, em 2014, acreditando-se que os egressos, hoje na condição de tenentes aviadores, por terem experiência e conhecimento um pouco maior da realidade da FAB tivessem condições para comentar suas

experiências cotidianas e opinar sobre a formação militar recebida na AFA. Porém, por se encontrarem espalhados pelas diversas unidades da FAB no Brasil, a realização das entrevistas limitou-se a apenas 15 (quinze) aviadores, dos quais três atuam na Academia e os demais foram pinçados quando passavam pela AFA a caminho de suas missões.

Assim, para superar a dificuldade, buscou-se, por meio das informações dadas pelos tenentes, considerar a opinião das chefias imediatas dos concludentes da AFA, nas diversas unidades militares da FAB espalhadas pelo Brasil, para as quais, os mesmos, foram designados. Cabe salientar que essas informações estão contidas em um Relatório de Avaliação Pós- Curso, realizada pela DE, instrumento que foi possível acessar graças à autorização da chefia da Divisão de Ensino.

Quanto à opinião do contingente investigado na pesquisa, é possível afirmar que os egressos consideram a formação adequada para os cargos e funções por eles exercidos no dia-a-dia de trabalho, de forma que o currículo atende, perfeitamente, mesmo quando se trata de rotinas administrativas. A validação curricular comprova o fato quando se leva em consideração a avaliação feita pela chefia imediata dos egressos investigados, que tem como base os conteúdos trabalhados na Academia e a rotina diária dos concludentes.

Entretanto, a pesquisa foi realizada com base no perfil profissional existente na Academia e, com base nele, o currículo se valida. Porém, a análise do contexto atual permite a compreensão dos desafios da nova realidade da guerra pós-moderna; as discussões centradas nos argumentos de que o Ensino Superior Militar é uma expressão da modernidade e está relacionado à desatualização da preparação militar para os novos tempos.

Enfim, os resultados apresentados nesta pesquisa ora concluída, mostram a grande dificuldade da Força Aérea Brasileira para formular um currículo abrangente e completo, que seria ideal para o Oficial Aviador, tendo em vista as diferentes áreas de atuação desse Oficial. Porém, é de extrema importância que a Academia da Força Aérea se preocupe sempre, e, cada vez mais, com a formação intelectual dos seus oficiais, pois é sua missão formar oficiais aviadores capazes de liderar uma Força Aérea moderna e operacional.

Com relação a elaboração da Política de Defesa Nacional, em 1996, pode se afirmar que esse documento representou um instrumento político necessário ao avanço da subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Também surgiram mudanças nas bases

conceituais em que se assentava a preparação militar. O modo como a criação do Ministério da Defesa, em 1999, reforçou o controle civil sobre as forças armadas representou a tentativa de reintegrar os militares ao processo democrático e à institucionalização do novo papel buscado para as Forças Armadas no cenário político brasileiro. Entretanto, só mais recentemente, nos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff é que o Ministério da Defesa conseguiu fortalecer sua participação na discussão sobre política externa.

Os avanços nesse sentido se mostram na reformulação da PND, em 2005, na elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e na elaboração e divulgação do Livro Branco de Defesa em 2012; e, no caso da Aeronáutica, a elaboração do Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica em 2010.

Entretanto, ao examinar a realidade expressa em tais documentos e as discussões levantadas pelos autores, em especial, Godoy (2010), nos fortaleceu a compreensão sobre a falta de refinamento desses documentos com a realidade do Ensino nesta Academia, tanto como a urgência de um repensar sobre a preparação de nossos oficiais condizente com os novos desafios da guerra pós-moderna.

A problemática levantada é que, enquanto, o aprimoramento do preparo e emprego das Forças Armadas preconizado na END reforça a permanente prontidão, ação e integração das forças conjuntas em hipótese de emprego, a interoperabilidade nas operações conjuntas entre outras capacidades; na realidade das Academias Militares permanece o isolamento decisório de cada Força sobre suas questões pedagógicas, inexistindo o treinamento para o emprego conjunto durante os anos de formação dos oficiais.

Com base nessas evidências é possível afirmar que essa situação é determinada sistematicamente pela posição política e econômica do Brasil, seja, pela remota possibilidade de ameaça externa em conflito convencional entre Estados, pela cultura de que o Brasil é um país pacífico, como ainda, pelo distanciamento do meio civil em questões de Defesa. Assim, a gerada crise de identidade militar estabelecida nas Forças Armadas brasileiras.

Para lidar com as incertezas desses novos tempos, preparar para o futuro e para atender às atuais necessidades nacionais, os Cursos de Formação de Oficiais na Academia da Força Aérea existem com o objetivo de preparar os recursos humanos da FAB. Entretanto, concordamos com a posição da autora, supra citada, que é necessário a integração entre,

Ministério da Defesa com Departamentos de Ensino, Estados-Maiores de cada Força Singular e de especialistas em ensino superior para definição de conteúdos, treinamento e filosofia dos cursos de formação de oficiais militares para conduzir a nação brasileira a um preparo real na promoção de defesa por meio de suas Forças Armadas.

Compreendemos que seria uma forma de deixar que decisões isoladas sobre os currículos da Academia da Força Aérea e seus objetivos se nortegassem e se ajustassem apenas pela ocupação do oficial após a formatura, ou seja aos cargos e funções previstos para cada quadro específico.

É nesse sentido que, a adequação do currículo aos cargos burocráticos que os egressos vão desempenhar depois de formados tem gerado uma série de questionamentos, principalmente, porque privilegia a formação administrativa, destituindo desse profissional uma formação técnico-especializada e militar condizente com a atual realidade da guerra pós-moderna.

Todas essas indagações foram consideradas na pesquisa levando-nos a certas conclusões sobre a defasagem do ensino nas academias militares e, ainda, a indefinição do perfil do militar que se pretende formar para os novos desafios, uma vez que o existente assemelha-se aos exigidos pelo mercado de trabalho.

A compreensão da evolução dos conflitos e as transformações conjunturais mostrou-nos a exigência de um novo tipo de combatente e nos fez visualizar que o ensino superior militar na atualidade está defasado em relação ao contexto pós-moderno, tanto, por seu distanciamento com situações reais de conflito, como, pela falta de um projeto pedagógico mais delineado com as definições da Estratégia Nacional de Defesa, sobretudo, as operações combinadas e o necessário entrosamento entre o Ministério da Defesa com as três Forças para definição do perfil profissional dos oficiais para os novos tempos.

Voltando-se à hipótese levantada inicialmente, quando examinamos as alterações no currículo da AFA, fica evidente que as modificações eram feitas de acordo com relatos, sem embasamento concreto; e as disciplinas eram inseridas de acordo com as necessidades percebidas. Hoje em dia, por mais que existam documentos como a END e a PND que norteiam às ações das Forças Armadas, de modo que se conhecem as especialidades e habilidades que devem ser trabalhadas na formação do futuro oficial, a ausência de

integração pedagógica entre as Forças persiste e a insistente indefinição do perfil profissional do oficial que se deseja formar nas academias militares.

Para concluir essas reflexões, espera-se que as análises apresentadas neste trabalho tragam uma contribuição aos estudos e definições da formação do Oficial Aviador, bem como permitam uma aproximação entre os meios acadêmicos interessados nessa temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.M.J.. **Elemento Indispensável da Política de Defesa Nacional**. Anais do III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Defesa. p. 368-381. Jul.2010. Disponível em: [https://www.unifa.aer.mil.br/posgrad/docs/anais\\_iii\\_seminario\\_2010.pdf](https://www.unifa.aer.mil.br/posgrad/docs/anais_iii_seminario_2010.pdf). Acesso em 07 de outubro de 2014.

ANTUNES, R.A. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ARTURI, C.S. **O Debate Teórico Sobre Mudança de Regime Político: o caso brasileiro**. Revista de Sociologia e Política nº 17: 11-31, 2001.

BAQUIM, C.A. **O Sonho Feminino de Ícaro”A educação das pioneiras da aviação militar brasileira na Academia da Força Aérea**, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2008.

BOURDIEU, P.. **Método científico e hierarquia social dos objetos**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) Escritos de educação. (Pierre Bourdieu). 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 33-38.

BOURDIEU, P.. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. 2ª ed. Tradução: Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-155.

BRASIL. **Decreto-Lei número 200/ 1967**. Brasília, 1967.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes de Ação do governo Fernando Collor de Mello**. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2 ed. Brasília-DF, 2008. Disponível em: [www.defesa.gov.br/portal/defesa/estrategia\\_defesa\\_nacional.pdf](http://www.defesa.gov.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional.pdf) . Acesso em: 12/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/DEFES](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES). Acesso em: 12/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Política de Defesa Nacional**. Brasília-DF, 2005. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03). Acesso em: 12/06/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. DCA 1-1 aprovada pela Portaria nº 476/GC3, de 28 de abril de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica - MCA 36-6 de 12 de abril de 2002. **Padrão de Desempenho de Especialidade para o Quadro de Oficiais Aviadores**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília** – DF, 2012 Disponível em: [www.livrobranco.defesa.gov.br/](http://www.livrobranco.defesa.gov.br/). Acesso em 12/06/2014.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. **Metodologia para o Planejamento de Ensino na Aeronáutica**. Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 37-4/2010.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 36-66, 36-89 e 36-113 de 2009.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. PEMAER: **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, 2010-2031**. Disponível em: [www.fab.mil.br/docs/pemar.pdf](http://www.fab.mil.br/docs/pemar.pdf). Acesso em 30 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confecção, Controle e Numeração de Publicações = ICA 5-1. Rio de Janeiro, RJ, 27 out. 2000. 62p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Programa de modernização da Administração de pessoal = MMA 35-1. Brasília, DF, 22 abr. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Plano Setorial de Ensino = DMA 37-9. Brasília, DF, 23 jan. 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério do Exército. **Estatuto dos Militares**. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

BUFFA, E. **A questão das fontes de investigação em História da Educação**. Série Estudos, Campo Grande, n. 12, p. 79-86.

CASTRO, C. A Socialização Profissional dos Militares Brasileiros: Notas Sobre Uma Investigação Antropológica na Caserna. **Etnografia**, Vol.VIII, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CLAUZEWITZ, C.V. **Da Guerra**. Prefácio de Anatole Rapaport. Tradução Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1979.

COELHO, E.C. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CÔRTEZ, M. H. C. **A Defesa Nacional Diante do Pós-Modernismo Militar**. Revista da Escola Superior de Guerra, 2001, ano XVIII, nº 40. (p.18 a 47)

DEMO, M.A.O. **A Formação de Oficiais e as Políticas Educacionais da Academia da Força Aérea Brasileira**, 2006. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2006.

DOMINGOS, M. Defesa e Segurança como área do conhecimento científico. **Revista Tendências Mundiais**. vol. 2, nº 3, Fortaleza jul./dez. 2006, p.136 a 149.

DOUHET, G. **O Domínio do Ar**. Belo Horizonte. Editora Atatiaia, 1988.

FIGUEIREDO, E. de L. **O Estado e os Militares: Notas sobre a Literatura**. NPGP. Rio de Janeiro 1985.

FIGUEIREDO, E. de L. Globalização, Neoliberalismo e Estratégia do Poder: Os jogos não Estão Feitos. In Santos, Teotônio (org.) **Hegemonia e Contra-hegemonia: Globalização, Dimensões e Alternativas**, RJ: Ed. Puc/São Paulo. Edições Loyola, 2004.

FLORES, M.C. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo. É Realizações Ltda, São Paulo, 2002.

FORJAZ, M.C.S. As Origens da EMBRAER. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, p. 281 a 298.

GODOY, T. R. P. **Doutrina versus Realidade: a difícil formação da Liderança Militar da Força Aérea Brasileira para sua destinação na Defesa Nacional**. In: Maria Celina d Araujo; Samuel Alves Soares; Suzeley Kalil Mathias (orgs.). (Org.). Defesa, Segurança Nacional e Forças Armadas. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Formação dos Oficiais das FA no Brasil: urgente coordenação dos fundamentos e conteúdos pelo MD**. In: II Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar, 2010, Resende-RJ.

\_\_\_\_\_. **A Compreensão do Perfil Profissional Militar da Força Aérea Brasileira a partir da análise de suas Doutrinas Aeroespaciais de Emprego (Anos 1970 A 2006)**. 30º Encontro Anual da ANPOCS, out de 2006. Disponível: [www.portal.ampocs.org/](http://www.portal.ampocs.org/) portal. Acesso em 10 de outubro de 2013.

GARCIA, E.V. **O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.40, nº 1 – Brasília, 1997.

GRUBISICH, T.M. **O Projeto Pedagógico no Âmbito do Ensino Superior Militar**. VIII Encontro Ibero-americano de Educação. Araraquara. 2013.

GUALAZZI, I.L. **O Oficial Subalterno da Força Aérea Brasileira: Uma Contribuição ao Estudo do Seu Perfil**, 1985. Dissertação ( Mestrado em Educação – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba – Piracicaba, 1985.

HOBBSAWAM, E. A Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991. **A Era de Ouro**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 223 a 363.

HOBSBAWM, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, S.P. **O Soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Tradução por José Lívio Dantas. RJ: Biblioteca do Exército 1996.

INCAER - Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1991.

\_\_\_\_\_. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte, Itatiaia/Incaer, 2005.

IZOLA, D. T.. **Ninho das Águias–Academia da Força Aérea**. São Paulo: Núcleo de estudos e Projetos – Lenda Pesquisa Educativa. 1999.

KUMAR, K. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: **Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LAVENÈRE WANDERLEY, N.F. **História da Força Aérea Brasileira**, 2ª Edição, Ministério da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 1975.

LEINER, P.C. **Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1997.

LINZ J.; STEPAN, A. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência da Europa e da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

LUCENA, L.C. **Um Breve Histórico do Instituto Militar de Engenharia (Real Academia de Artilharia, Fortificações, e Desenho)**, 2005. Disponível <http://www.ime.eb.br/arquivos/Noticia/historicoIM>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

MANCUSO, A.P. **A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural**. Revista Eletrônica História em Reflexão: História, Produção Intelectual e Cultura Material.vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008. Disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br>, acesso em 10 de junho de 2011.

MATHIAS, na obra **Distensão no Brasil: O projeto Militar (1973-1979)**. Campinas, Papyrus, 2000.

McCANN, F.D. **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Tradução Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MITCHELL W. **Winged Defense: The Development and Possibilities of Modern Air Power (1925)**; reprint, New York: Dover Publications, Inc., 1988.

MOTTA, J.E.M. **Emprego Estratégico do Poder Aéreo**. INCAER, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, A.B.C. **América do Sul na Política de Defesa Nacional: estudo comparative das políticas de 1996 e 2005**. Encontro Nacional de Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2013. Disponível em: [www.academia.edu](http://www.academia.edu). Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, E. R. de; SOARES, S. A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria C. (orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, pp.98-124.

OLIVEIRA, G.Z., BRITES, P.V.P. E MINHOZ, A. **O Papel do Ministério de Defesa na Política Externa Brasileira para a América do Sul**. Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais. 2012. Disponível em: [www.ufrgs.br/sebreei/2012](http://www.ufrgs.br/sebreei/2012). Acesso em 10/12/2014.

OLIVEIRA, M. A.; LUDWIG A. C. W.; SOUZA FILHO O. M. **Ensino Superior Militar no limiar do século XXI: a questão da modernidade e da pós-modernidade**. In: II Encontro Pedagógico de Ensino Superior Militar, 2010, Resende RJ.

OLIVEIRA, T.R.P de G.T. **Ensino de História Militar: Uma análise centrada na concepção do ensino de história na formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira**, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Estudo da Guerra e a Formação da Liderança Militar Brasileira (1996-2004)**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2004.

PAES, M.H.S. **Em Nome da Segurança Nacional: do golpe de 64 ao início da abertura**. São Paulo: Atual, 1995

PARRA Filho, D. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 1998.

SADER, E. **A Transição no Brasil: da ditadura à democracia. A transição realmente existente**. São Paulo: Atual, 1990.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**, 3ª ed, Porto Alegre. ArtMed, 2000.

SANTOS DUMONT, A. **O Que eu vi, o Que nós Veremos**. Brasília, Fundação Rondon, 1986.

SANTOS, M. **Evolução do Poder Aéreo**. Belo Horizonte. Itatiaia, 1989.

SANTOS, M.H.C. **A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: O Caso Do Brasil**. RBCS Vol. 19 n°. 54 fevereiro/2004. Disponível em [www.scielo.br/pdf/rbssoc/v19n54](http://www.scielo.br/pdf/rbssoc/v19n54). Acesso em 07 de dezembro de 2013.

SEPULVEDA, A.M. **O Papel da Escola Superior de Guerra na Projeção do Campo Militar sobre o Campo Educacional**. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SIQUEIRA, M. B. **Defesa Nacional, Teorias de Guerra e Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira** (2008), disponível em [http: www.abed-defesa.org](http://www.abed-defesa.org). Acesso em 18 de novembro de 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil de Castelo e Tancredo, 194-1985. Geisel rumo à Abertura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, N.W. **História Militar do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

STEPAN, A. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TAKAHASHI, E.E. **Homens e Mulheres em Campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**, 2002 – Tese (Doutorado Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TREVISAN, L. **O Pensamento Militar Brasileiro**. EbooksBrasil.Orgs. Disponível em: [www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html](http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html).

TRENCHARD, H. **Três Mensagens (1946)**. In **Idéias em Destaque**, Incaer, nº 2, agosto, Rio de Janeiro, 1989.

VILLARES, D. H. **Santos Dumont “O Pai da Aviação”**. São Paulo. Cia Melhoramentos.1973.

ZAVERUCHA, J. **Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

**ANEXOS A/B/C/D**



## **Anexo A: Questionário Aplicado aos Cadetes em 2009**

### **Procedimentos para o Preenchimento do Questionário**

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o **anonimato** do colaborador é respeitado.

A devolução deste questionário é necessária e indispensável para o sucesso da pesquisa sobre Avaliação do Desempenho dos Cadetes!

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo ao perfil do Cadete e como o mesmo percebe o processo de ensino e aprendizagem, de modo, a aferir o grau de satisfação com a organização e de motivação sobre as atividades que desenvolve.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível à sua organização apostar numa melhoria contínua dos serviços que presta.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião e sincera.

**Informações:** As perguntas deste Questionário têm três objetivos principais: conhecer os dados socioeconômicos e profissionais seus e de sua família, conhecer a sua avaliação sobre os seus estudos na AFA e conhecer algumas de suas opiniões sobre assuntos gerais. Portanto, leia com atenção todas as informações

**Profa. Paulina Montejano Zibordi**

### **1. Gênero?**

- (A) Feminino                      (B) Masculino.

### **2. Até quando seu pai estudou?**

- (A) Não estudou.  
(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).  
(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).  
(D) Ensino médio (2º grau) incompleto.  
(E) Ensino médio (2º grau) completo.  
(F) Ensino superior incompleto.  
(G) Ensino superior completo.  
(H) Pós-graduação.

### **3. Até quando sua mãe estudou?**

- (A) Não estudou.  
(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).  
(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).  
(D) Ensino médio (2º grau) incompleto.  
(E) Ensino médio (2º grau) completo.  
(F) Ensino superior incompleto.  
(G) Ensino superior completo.  
(H) Pós-graduação.

**4. Em que seu pai trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?**

- (A) Na agricultura, no campo, em fazenda ou na pesca.
- (B) Na indústria,
- (C) No comércio, banco, transporte ou outros serviços.
- (D) Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.
- (E) Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior.
- (F) Trabalhador do setor informal (sem carteira assinada).
- (G) Trabalha em casa em serviços (costura, cozinha, aulas particulares etc).
- (H) No lar.

**5. Qual a posição de seu pai neste trabalho, na maior parte do tempo?**

- (A) Gerente, administrador ou diretor de empresa privada.
- (B) Funcionário público (federal, estadual, municipal), com funções de direção.
- (C) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), com posto de comando.
- (D) Empregado no setor privado, com carteira assinada.
- (E) Funcionário público (federal, estadual ou municipal), sem função de direção.
- (F) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), sem posto de comando.
- (G) Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.
- (H) Trabalho por conta própria.
- (I) Desempregado.
- (J) Aposentado.
- (K) Outra situação.

**6. Em que sua mãe trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?**

- (A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
- (B) Na indústria.
- (C) No comércio, banco, transporte ou outros serviços.
- (D) Como trabalhadora doméstica.
- (E) Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
- (F) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- (G) No lar.
- (H) Trabalha em casa em serviços (comida, costura, aulas,particulares etc.).
- (I) Não trabalha.

**7. Qual a posição de sua mãe neste trabalho, na maior parte do tempo?**

- (A) Gerente, administradora ou diretora de empresa privada.
- (B) Funcionária pública (federal, estadual, municipal), com funções de direção.
- (C) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), com posto de comando.
- (D) Empregada no setor privado, com carteira assinada.
- (E) Funcionária pública (federal, estadual ou municipal), sem função de direção.
- (F) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), sem posto de comando.
- (G) Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.
- (H) Trabalho por conta própria.
- (I) Desempregada.

- (J) Aposentada.  
(K) Outra situação.

**8. Somando, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?**

(Considere a renda de todos que moram com sua família.)

- (A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 415,00 inclusive).  
(B) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 415,00 até R\$ 830,00 inclusive).  
(C) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 830,00 até R\$ 2.075,00 inclusive).  
(D) De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.075,00 até R\$ 4.150,00 inclusive).  
(E) Mais de 10 salários mínimos

**9. Dos itens abaixo, qual é para você o motivo mais importante para se ter um trabalho?**

(Atenção, escolha apenas *uma* opção.)

- (A) Para ter mais responsabilidade.  
(B) Independência financeira.  
(C) Adquirir experiência.  
(D) Crescer profissionalmente.  
(E) Sentir-me útil.  
(F) Para fazer amigos, conhecer pessoas.  
(G) Não acho importante ter um trabalho.

**10. Você considera que seus conhecimentos adquiridos na AFA:**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Foram adequados ao que o mercado de trabalho solicita	(A)	(B)
Tiveram relação com a profissão que você escolheu / que você exerce	(A)	(B)
Foram bem desenvolvidos, com aulas práticas, laboratórios, etc.?	(A)	(B)
Proporcionaram cultura e conhecimento?	(A)	(B)

**11. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio (2º grau)?**

- (A) Somente em escola pública.  
(B) Maior parte em escola pública.  
(C) Somente em escola particular.  
(D) Maior parte em escola particular.  
(E) EPCAR.

**12. Assinale, no quadro abaixo, a(s) atividade(s) ou o(s) curso(s) que você realizou antes da AFA.**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Curso de língua estrangeira	(A)	(B)
Curso de computação ou Informática	(A)	(B)
Curso preparatório para o vestibular (cursinho)	(A)	(B)
Esportes, atividades físicas	(A)	(B)
Outros	(A)	(B)

**13. Além dos livros utilizados na escola, com qual frequência você lê:**

	<b>Com frequência</b>	<b>Às Vezes</b>	<b>Nunca</b>
Jornais	(A)	(B)	(C)
Revistas de informação geral (Veja, Isto é, Época etc.)	(A)	(B)	(C)
Revistas de humor / quadrinhos	(A)	(B)	(C)
Revistas de divulgação científica (Ciência Hoje, Galileu etc.)	(A)	(B)	(C)
Romances, livros de ficção	(A)	(B)	(C)

**14. Faça uma avaliação do ensino na AFA**

	<b>Insuficiente a Regular</b>	<b>Regular a Bom</b>	<b>Bom a Excelente</b>
O conhecimento que os(as) professores(as) têm das matérias e a maneira de transmiti-lo.	(A)	(B)	(C)
A dedicação dos(as) professores(as) para preparar aulas e atender aos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)
As iniciativas da escola para realizar viagens de estudos, estudos do meio ambiente	(A)	(B)	(C)
A biblioteca da escola	(A)	(B)	(C)
As condições das salas de aula	(A)	(B)	(C)
As condições dos laboratórios	(A)	(B)	(C)
Acesso a computadores e outros recursos de Informática	(A)	(B)	(C)
O ensino de língua estrangeira	(A)	(B)	(C)
O interesse dos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)
Trabalho de grupo	(A)	(B)	(C)
Práticas de esporte	(A)	(B)	(C)
A atenção e o respeito dos(as) servidores(as)	(A)	(B)	(C)
A direção da escola	(A)	(B)	(C)
A organização dos horários de aulas	(A)	(B)	(C)

**15. Pensando nos conhecimentos adquiridos no ensino, como você considera o seu preparo para conseguir exercer alguma atividade?**

- (A) Eu me considero preparado(a) para inicializar minhas atividades.
- (B) Apesar de ter frequentado uma boa escola, eu me considero despreparado(a), pois não aprendi o suficiente.
- (C) Eu me considero despreparado(a) devido à baixa qualidade do ensino de minha escola, que não me preparou o suficiente.
- (D) Não sei.

**16. O que você pensa sobre os(as) professores(as) e instrutores da sua escola quanto aos seguintes aspectos?**

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Têm autoridade, firmeza.	(A)	(B)
São distantes, têm pouco envolvimento.	(A)	(B)
Têm respeito.	(A)	(B)
São indiferentes, ignoram sua existência.	(A)	(B)
São preocupados(as) e dedicados(as).	(A)	(B)
São autoritários(as), rígidos(as), abusam do poder.	(A)	(B)

**17. Qual é sua avaliação sobre sua escola quanto aos seguintes aspectos?**

	<b>Insuficiente a Regular</b>	<b>Regular a Bom</b>	<b>Bom a Excelente</b>
Liberdade de expressar suas ideias	(A)	(B)	(C)
Respeito aos alunos e às alunas	(A)	(B)	(C)
Amizade e respeito entre alunos(as) e servidores(as)	(A)	(B)	(C)
A escola leva em conta suas opiniões	(A)	(B)	(C)
Nas aulas são discutidos problemas da atualidade	(A)	(B)	(C)
Alimentação	(A)	(B)	(C)
A escola se organiza para apoiar a resolução de problemas de relacionamento entre alunos(as).	(A)	(B)	(C)
Capacidade de a escola relacionar os conteúdos das matérias com o cotidiano.	(A)	(B)	(C)
Capacidade de a escola avaliar seu conhecimento, o que você aprendeu	(A)	(B)	(C)

**18. Que nota você daria para a formação que você obteve na AFA?**

(Atenção: 0 é a pior nota e 10 é a melhor nota.)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Não sei
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)

**19. Você participa de algum dos grupos abaixo?**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Grêmio Estudantil	(A)	(B)
Sindicato ou Associação Profissional	(A)	(B)
Igreja ou grupo religioso	(A)	(B)
Partido político	(A)	(B)
ONG ou movimento social	(A)	(B)
Clube recreativo ou associação esportiva	(A)	(B)

**20.O quanto você se interessa pelos assuntos abaixo?**

	Muito	Pouco	Não me interesse
A política nacional, o papel dos(as) deputados(as) e senadores(as), o Presidente da República etc...	(A)	(B)	(C)
A política dos outros países.	(A)	(B)	(C)
Economia nacional, a questão da inflação.	(A)	(B)	(C)
A política da sua cidade, o(a) prefeito(a), os(as) vereadores(as).	(A)	(B)	(C)
Questões sobre o meio ambiente, poluição, etc...	(A)	(B)	(C)
Questões sociais como a desigualdade, a pobreza, o desemprego, a miséria	(A)	(B)	(C)
Questões sobre artes, teatro, cinema	(A)	(B)	(C)
A questão das drogas e suas consequências	(A)	(B)	(C)
Questões sociais como acesso aos serviços públicos de saúde e educação	(A)	(B)	(C)

**21.E sobre os pontos abaixo, qual, nesse momento, preocupa você em 1º lugar? E em 2º lugar?**

(Atenção: indique apenas **um** para o 1º lugar, e **um** para o 2º lugar.)

	1º	2º
O meio ambiente	(A)	(B)
A Aids e as doenças sexualmente transmissíveis	(A)	(B)
O racismo e a discriminação étnico-racial	(A)	(B)
A discriminação de gênero	(A)	(B)
As atuais ameaças	(A)	(B)
A discriminação etária	(A)	(B)
A discriminação religiosa e os conflitos religiosos	(A)	(B)
A desigualdade social no Brasil	(A)	(B)
A pobreza, as favelas, os(as) meninos(as) de rua	(A)	(B)
As drogas e a violência	(A)	(B)
A situação econômica do país	(A)	(B)
A precariedade dos serviços públicos de saúde e educação	(A)	(B)

**22.Agora, pensando na contribuição do ensino para a sua vida pessoal, quais são, dos itens listados abaixo, as três principais contribuições que você obteve ao realizar o ensino na AFA?**

(Atenção: indique apenas as **três** principais alternativas escolhidas.)

	1ª	2ª	3ª
Obtenção de um certificado de conclusão de curso /ou de um diploma	(A)	(B)	(C)
Formação básica necessária para obter um emprego melhor	(A)	(B)	(C)
Condições de melhorar minha posição no emprego atual	(A)	(B)	(C)
Obtenção de cultura geral / ampliação de minha formação pessoal	(A)	(B)	(C)
Fazer muitos(as) amigos(as) / conhecer várias pessoas	(A)	(B)	(C)
Atender à expectativa de meus pais sobre meus estudos	(A)	(B)	(C)
Ajudar minha Sociedade	(A)	(B)	(C)

**23. O que ajudou você a tomar essa decisão sobre sua profissão?**

	<b>Ajudou muito</b>	<b>Ajudou pouco</b>	<b>Não ajudou</b>
Meus pais	(A)	(B)	(C)
A escola	(A)	(B)	(C)
Meus(Minhas) amigos(as)	(A)	(B)	(C)
Informações gerais, revistas, jornais, TV	(A)	(B)	(C)
Estímulo financeiro	(A)	(B)	(C)
Facilidade de obter emprego	(A)	(B)	(C)
Eu me identifico com essa profissão	(A)	(B)	(C)

**24. Pontue as Áreas que causaram maior dificuldade em seu desempenho acadêmico:**

(Atenção: 1 é a pior nota e 3 é a melhor nota.) 1=(A), 2=(B) e 3=(C)

<b>Disciplinas da Área Geral</b>	<b>Disciplinas Militares</b>	<b>Disciplinas Técnico-Especializadas</b>
(A) (B) (C)	(A) (B) (C)	(A) (B) (C)

**25. Das três Áreas, em qual(ais) disciplina(as) você sentiu maior dificuldade?**

---



---



---

**26. Ao que atribui tais dificuldades:**

<b>Motivos</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Falta de Motivação	(A)	(B)
Falta de Interesse	(A)	(B)
Dificuldade de Adaptação	(A)	(B)
Falta de Tempo	(A)	(B)
Didática do Professor	(A)	(B)
Falta de Vínculo da Disciplina com a Profissão	(A)	(B)
Estrutura Física (computadores, equipamentos...)	(A)	(B)

**OBRIGADA**

**AFA  
DEZEMBRO/2009**

## **Anexo B: Roteiro da Entrevista aos Egressos do Quadro de Aviação -2014**

### **(1) Dados de cadastro**

- a. Idade
- b. Gênero
- c. Função:
- d. Tempo de AFA:
- e. Experiência profissional relacionado as funções de comando ou chefia:

### **Formação Geral :**

2. O Sr.considera que a AFA conferiu-lhe as competências necessárias para o seu desempenho como oficial da Força Aérea?

3.Como analisa na prática a formação de nossos oficiais em relação as Unidades Curriculares da Área Científica e nas unidades curriculares Militar e Técnico-especializadas?

4. Considera que estão perfeitamente adequadas?

5. Em sua opinião o que poderia ser mudado em relação ao Currículo da AFA:

6. Qual é sua avaliação sobre as competências necessárias para o seu desempenho como oficial da Força Aérea, tendo em conta os seguintes aspectos:

- a. Formação técnica e científica
- b. Formação Militar
- c. Formação Física
- d. Vivência na AFA
- e. Desempenho de cargos/funções na AFA
- f. Exemplos de elementos da AFA

7. Como você avalia cada um dos itens abaixo, levando-se em conta a contribuição dos mesmos para a sua formação em liderança militar:

- a. Aulas de Formação do Campo Geral
- b. Aulas de Formação Técnico-especializado
- c. Aulas de Formação Militar
- d. Exercícios de Campanha
- e. Vivência na AFA
- f. Desempenho de cargos/funções na AFA
- g. Exemplos de outros líderes da AFA

8. Na prática, como você avalia o exercício prático de chefia e liderança em relação a:

- a. Liderar um grupo na persecução de uma tarefa.
- b. Acompanhar o grupo e observar o desempenho dos outros alunos enquanto líder.
- c. O acompanhamento efetuado pelo oficial instrutor no decorrer do exercício.

9. No dia-a-dia, qual é seu julgamento quanto aos conhecimentos apreendidos na AFA no desempenho das funções de líder:

10. Em sua opinião o que poderia ser mudado em relação aos exercícios práticos de chefia e liderança havendo margem de melhoria:

11. Pensando na contribuição do ensino para a sua vida pessoal cite as principais contribuições que você obteve ao realizar o ensino na AFA:

12. Quais foram às maiores dificuldades profissionais que você encontrou depois de formado?

13. Ao que você atribui tais dificuldades?

14. Quais são suas expectativas profissionais como um oficial da Força Aérea.

15. Em relação aos novos desafios de uma Força Aérea moderna e das novas ameaças existentes, como você sente a sua formação ?

## Anexo C: Quadro Resumo – Atribuições dos Oficiais Subalternos

### ATRIBUIÇÕES AOS 1º E 2º TENENTES/ CAPITÃES

<p>01-Planejar e realizar missões aéreas como piloto ou como tripulante orgânico, de acordo com sua qualificação operacional;</p> <p>02- Atuar como Chefe ou como Adjunto do Chefe de Seção ou de Subseção, em Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antigüidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>03- Desempenhar todas as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhe forem afetas;</p> <p>04- Alcançar e manter o preparo físico, dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>05- Gerir e prestar contas de Suprimento de Fundos;</p> <p>06- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Descarga de Materiais, de Espólio e de Arrolamentos;</p> <p>07- Ministar instruções, aulas expositivas e brifins sobre assuntos para os quais possua a devida qualificação, dentro das técnicas preconizadas;</p> <p>08- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>09- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>10- Redigir documentos oficiais que digam respeito às suas atividades;</p> <p>11- Participar de grupos de trabalho e comissões internas;</p> <p>12- Participar de Conselhos Permanentes de Justiça e de Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>13- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos da OM;</p> <p>14- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;</p> <p>15- Representar a Organização em eventos externos;</p> <p>16- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como por escrito, de modo correto, claro e conciso;</p> <p>17- Comunicarem-se no idioma Inglês, nas linguagens coloquial e instrumental (técnico-especializada);</p> <p>18- Aplicar, na atividade funcional, os conhecimentos de Direito Penal e Direito Administrativo;</p> <p>19- Aplicar os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;</p> <p>20- Empregar os recursos da Informática em nível de usuário;</p> <p>21- Utilizar os conhecimentos básicos da Química, da Física, da Eletricidade e da Eletrônica, aplicados à Aviação por um piloto militar;</p>	<p>22- Aplicar os procedimentos recomendados pela Medicina Aeroespacial;</p> <p>23- Transmitir e receber mensagens-rádio típicas de Tráfego Aéreo, sobretudo as relativas à Proteção ao Vôo;</p> <p>24- Utilizar e fazer a conservação de armamento individual existente na Organização;</p> <p>25- Agir de acordo com as normas de segurança e de prevenção de acidentes aeronáuticos e do trabalho;</p> <p>26- Aplicar as habilidades de um combatente individual e, quando necessário, os procedimentos e as técnicas de sobrevivência na selva e no mar;</p> <p>27- Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e demais normas vigentes;</p> <p>28- Comandar tropa ou fração de tropa em solenidades e formaturas, ou delas participar como integrante;</p> <p>29- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;</p> <p>30- Tratar dos assuntos oficiais com zelo e grau de sigilo requeridos;</p> <p>31- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas de ética e regras sociais;</p> <p>32- Demonstrar e difundir sentimentos de patriotismo, entusiasmo pela profissão, dedicação, amor e respeito à Pátria e à Força Aérea;</p> <p>33- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como chefe e como líder;</p> <p>34- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;</p> <p>35- Gerenciar o emprego dos recursos humanos, materiais e orçamentários postos à sua disposição;</p> <p>36- Assessorar o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de qualificação;</p> <p>37- Assessorar no emprego das técnicas recomendadas para a utilização da Guerra Eletrônica;</p> <p>38- Realizar as comunicações previstas, no Idioma Inglês, com os Órgãos de Tráfego Aéreo;</p> <p>39- Realizar Sindicâncias, IPM e Auto de Prisão em Flagrante, em conformidade com a legislação vigente;</p> <p>40- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados;</p> <p>41- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Geral e Setorial interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica.</p>
---	--

FONTE: MCA-36-6/2012.

**Anexo D: Quadro Resumo – Conhecimentos Necessários aos Oficiais Subalternos**

**CONHECIMENTOS - 1º E 2º TENENTES/ CAPITÃES – POR CAMPOS E ÁREAS**

<b>Geral</b>	<p><b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>            01-Conhecer a evolução do pensamento filosófico, em especial os preceitos da ética e moral;            02- Saber interpretar os fenômenos da liderança, do comportamento, da personalidade e das relações interpessoais, à luz da Psicologia Social;            03- Saber interpretar os fenômenos sociais sob os conhecimentos da Sociologia;            04- Conhecer os principais problemas brasileiros nos campos econômico, político e social;            05- Conhecer a evolução histórica do Poder Militar, com ênfase no Poder Aeroespacial;;</p> <p><b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -</b>            01- Conhecer os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica; 02- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal, material e orçamentário;            03- Conhecer as teorias micro e macro-econômicas;            04- Possuir conhecimento básico de Ciências Econômicas;            05- Possuir conhecimento básico de Ciências Contábeis;            06- Conhecer as bases do Direito e suas ramificações</p> <p><b>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>            01-Compreender os princípios básicos da Física Geral, da Eletricidade, da Eletrônica e da Química;            02- Compreender os princípios da Mecânica dos Fluidos e principais aplicações;            03- Conhecer, à luz da Mecânica, problemas relacionados à fadiga de materiais usados em estruturas de aeronaves; 04- Conhecer os tipos, o emprego e o funcionamento dos motores aeronáuticos;            05- Possuir conhecimento básico de Informática que lhe permita utilizar editores de texto, planilhas de cálculo, e gerenciadores de bancos de dados;</p> <p><b>LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES</b>            01- Ter conhecimento da Língua Inglesa, nas linguagens coloquial e técnico-especializada;</p>
<b>Técnico-especializado</b>	<p><b>CIÊNCIAS AERONÁUTICA</b>            01- Possuir conhecimento técnico (teórico e prático) para a pilotagem militar;            02- Compreender o mecanismo de funcionamento dos vários sistemas de aeronaves;            03- Conhecer as técnicas de planejamento e de execução de missões aéreas isoladas e em formação, locais e em rota, segundo as regras de vôo visual e por instrumentos;            04- Conhecer as normas de Segurança de vôo e sua influência na prevenção de incidentes e de acidentes aeronáuticos;´</p> <p><b>CIÊNCIAS EXATAS/DA TERRA/ENGENHARIAS</b>            01- Possuir conhecimentos básicos da Química, da Física, da Eletricidade e da Eletrônica, aplicados à Aviação por um piloto militar;            02- Saber interpretar os conceitos fundamentais dos parâmetros utilizados na meteorologia aeronáutica;            03- Compreender os conceitos gerais de Aerodinâmica, sobretudo os relacionados à qualidade do vôo.</p>

**CIÊNCIAS MILITARES**

- 01- Conhecer as técnicas de sobrevivência no mar e na selva;
- 02- Conhecer as diversas formas de acampamentos;
- 03- Conhecer técnicas de camuflagem;
- 04- Conhecer os procedimentos e as técnicas de tiro;
- 05- Saber manejar as armas portáteis em uso na FAB;
- 06- Conhecer as regras de segurança no manuseio de armamentos, munições e explosivos;
- 07- Conhecer as técnicas de orientação no terreno;
- 08- Conhecer os procedimentos gerais aplicados ao prisioneiro de guerra;
- 09- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;
- 10- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;
- 11- Conhecer a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira;
- 12- Saber identificar os elementos constitutivos do Poder Aeroespacial;
- 13- Compreender o emprego das Forças Armadas, em especial da Força Aérea Brasileira, de acordo com os preceitos constitucionais vigentes;
- 14- Conhecer as regras de boa conduta;
- 15- Possuir capacidade de Comando e os conhecimentos da legislação militar para os serviços de escala, cerimonial militar e atividades afins, além das funcionais, usualmente atribuídas aos primeiros postos da carreira;
- 16- Conhecer as técnicas básicas de expressão oral, de aulas expositivas e de briefings;
- 17- Conhecer as técnicas básicas de emprego da Guerra Eletrônica;
- 18- Compreender as regras de Tráfego Aéreo Internacional;
- 19- Conhecer as normas de segurança e prevenção de acidentes aeronáuticos e do trabalho;
- 20- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar;
- 21- Conhecer as normas previstas para as atividades de Inteligência, Contra-Inteligência e Segurança Orgânica adotadas no Comando da Aeronáutica;
- 22- Saber distinguir os tipos de correspondências administrativas e publicações oficiais;
- 23- Possuir capacidade de comunicação oral e escrita, com todos os escalões da hierarquia militar e com o público externo;
- 24- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infra- estrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil; do Sistema de Proteção ao Vôo e do Sistema de Segurança de Vôo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;
- 25- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e Líder;
- 26- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares;
- 27- Conhecer a Constituição Brasileira;
- 28- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e sua legislação específica;
- 29- Conhecer o Estatuto dos Militares;
- 30- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas;
- 31- Conhecer o Código Penal Militar;
- 32- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;
- 33- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;
- 34- Conhecer as técnicas e a formalística para a apuração de transgressões ou crimes militares, tais como: Sindicância, IPM, Auto de Prisão em Flagrante, Processos de Insubmissão e de Deserção, Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina;
- 35- Conhecer as normas do cerimonial militar;
- 36- Identificar a estrutura organizacional dos Comandos da Marinha e do Exército.

**CIÊNCIAS DA SAÚDE**

- 01- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;
- 02- Compreender os efeitos do vôo sobre o organismo.

**ANEXOS: Currículos de 1974 a 2014 – Curso de Formação de Oficiais Aviadores**

### Anexo F: Currículos: Cursos de Formação de Oficiais Aviadores AFA -1974 a 2014

CFOAV - Turma 1974(1º/2º 3º /4º ANO)				
Campo	Disciplinas		C.H.	
Instrução Científica	Exatas	Desenho Técnico	154	
		Física 1	200	
		Física 2	210	
		Física 3	105	
		Matemática 1	64	
		Matemática 2	64	
		Matemática 3	64	
		Matemática 4	64	
		Química 1	80	
		Química 2	80	
		Álgebra Linear 1	45	
		Álgebra Linear 2	120	
		Cálculo 1	75	
		Cálculo 2	75	
		Cálculo 3	75	
		Introdução as Ciências dos Computadores	45	
		Estatística	80	
		Mecânica 1	75	
		Eletrônica	33	
		Pesquisa Operacional	60	
	Cálculo Numérico	60		
	<b>Total das Ciências Exatas</b>	<b>1828</b>		
	Instrução Geral	160		
	Programa de Treinamento Funcional	23		
	Direito 3	85		
	Economia	125		
	Inglês	140		
	Instituições de Direito 1	45		
	Introdução a Administração	45		
	Língua Portuguesa 1	30		
	Língua Portuguesa 2	60		
	Língua Portuguesa 3	30		
	Psicologia Social	45		
Estudos dos Problemas Brasileiros	40			
<b>Subtotal</b>	<b>828</b>			
<b>Total da Instrução Científica</b>	<b>2656</b>			
Instr. Técnico Especial.	Exatas	Aerodinâmica	30	
		Resistência de Materiais	50	
		Termodinâmica	60	
		<b>Total da Ciências Exatas</b>	<b>140</b>	
	Instrução de Vôo no Avião T-23	19		
	Instrução Técnica do Avião T-23	8		
	Procedimento Social 1	28		
	Instrução de Vôo no Avião T-37	67		
	Link Trainer	37		
	Propulsão a Jato	30		
<b>Subtotal</b>	<b>189</b>			
<b>Total da Instr. Técnico Especializada</b>	<b>329</b>			
Instr. Militar	Armamento e Tiro	121		
	Educação Física Militar	371		
	Higiene Militar e Socorros de Urgência	35		
	Organização Militar	21		
	Balística	40		
<b>Total da Instrução Militar</b>	<b>588</b>			
			<b>RESUMO</b>	
			Instrução Científica	2656
			Instrução Técnico Especial.	329
			Instrução Militar	588
			<b>Carga Horária Total</b>	<b>3573</b>
			<b>Total das Ciências Exatas</b>	
			Instrução Científica	1828
			Instrução Técnico Especial.	140
			<b>Carga Horária Total</b>	<b>1968</b>

<b>CFOAV - Turma 1978(1º/2º 3º /4º ANO)</b>					
	<b>Disciplinas</b>	<b>C.H.</b>			
<b>Exatas</b>	Desenho Técnico	63	<b>Instrução Militar</b>	Hinos Militares	5
	Física 1	87		Legislação Militar 1	42
	Física 2	87		Tática de Infantaria 1	30
	Física Geral 3	94		Higiene e Prim.Socorro	15
	Física Geral 4	87		Legislação Militar 2	23
	Matemática 5	63		Paraquedismo	24
	Matemática 6	78		Tática de Infantaria 2	30
	Matemática 7	63		Endoutrinamento Militar	24
	Matemática 8	68		Maneabilidade	8
	Química 1	83		Regulamentos Militares	29
	Química Geral 1	96		Sobrevivência	35
	Química Geral 2	82		Medicina da Aviação	12
	Álgebra Linear	63		Fuga e Evasão	30
	Cálculo 1	104		Armamento e Tiro	31
	Cálculo 2	104		Educação Física Militar	630
	Cálculo 3	53		Ordem Unida	166
	Introdução as Ciências dos Computadores	56		Informações Militares	5
	Cálculo Vetorial e Geometria Analítica	83		Sobrevivência na Selva	57
	Cálculo Numérico e Proces.de Dados	83		Normas de Segurança	8
	Mecânica Geral	90		Procedimento Social	20
	Mecânica	66		<b>Total da Instrução Militar</b>	<b>1224</b>
	Eletricidade	84			
	Descritiva	63			
	<b>Total das Ciências Exatas</b>	<b>1800</b>			
	Instrução Geral				
	Direito 1	77			
	Direito 2	60			
	Estudos Sociais	108			
	Inglês	81			
	Filosofia	99			
	Administração	106			
	Língua Portuguesa 1	119			
	Metodologia Científica	61			
	Psicologia	82			
	Estudos dos Problemas Brasileiros	60			
	<b>Subtotal</b>	<b>853</b>			
<b>Exatas</b>	<b>Total da Instrução Científica</b>	<b>2653</b>		<b>RESUMO</b>	
	Aerodinâmica	39		Instrução Científica	2653
	Eletrônica 1	62		Instrução Técnico Especial.	1363
	Eletrônica 2	50		Instrução Militar	1224
	<b>Total da Ciências Exatas</b>	<b>151</b>		Ativ.Complementares	220
	Instrução de Vôo, Brifim e Debrifim T-23	189	227	Ativ.Administrativas	140
	Instrução Técnica do Avião T-23	38		<b>Carga Horária Total</b>	<b>5600</b>
	Navegação Aérea	76			
	Instrução de Vôo, Brifim e Debrifim T-37C	280	340		
	Link Trainer	33		<b>Total das Ciências Exatas</b>	
	Emprego da Força Aérea	28		Instrução Científica	1800
	Inglês Técnico	79		Instrução Técnico Especial.	151
	Instrução de Vôo, Brifim e Debrifim T-25	236	296		
	Instrução Técnica do Avião T-25	60		<b>Carga Horária Total</b>	<b>1951</b>
	Instrução Técnica do Avião T-37C	60			
	Instrumentos de Vôo	15			
	Metereologia	49			
	Tráfego Aéreo e Comunicações	28			
	Propulsão a Jato	41			
		<b>Subtotal</b>	<b>1212</b>		
		<b>Total da Instr. Técnico Especializada</b>	<b>1363</b>		

Campo	Disciplinas		C.H.			
Instrução Científica	Exatas	Desenho Técnico	32	Instrução Militar	Hinos Militares	8
		Física 1, 2 e 3	210		Legislação Militar 1 e 2	38
		Estatística e Probabilidade	54		Tática de Infantaria 1 e 2	23
		Processamento de Dados	54		Doutrina Militar	4
		Fenômenos de Transportes	45		Armamento e Tiro 1 e 2	37
		Resistência de Materiais	45		Educação Física Militar	840
		Eletrônica 1	45		Ordem Unida 1, 2, 3 e 4	92
		Química	60		Informações Militares	4
		Química Aplicada	45			
		Álgebra Linear	45			
		Cálculo 1, 2 e 3	225			
		Cálculo Vetorial e Geometria Analítica	70			
		Cálculo Numérico	60			
		Mecânica	60			
		Eletricidade	54			
		Geometria Descritiva	47			
	<b>Total das Ciências Exatas</b>		<b>1151</b>			
		Teoria Econômica 1	54			
		Direito 1 e 2	120			
		Sociologia	32			
		Inglês 1, 2 e 3	101			
		Filosofia	30			
		Administração de Pessoal	30			
	Língua Portuguesa 1, 2 e 3	165				
	Organização e Métodos	30				
	Psicologia	30				
	Estudos dos Problemas Brasileiros	34				
	Teoria Geral da Administração	46				
<b>Subtotal</b>		<b>672</b>				
Instr. Técnico Especial.	Exatas	<b>Total da Instrução Científica</b>	<b>1823</b>		<b>RESUMO</b>	
		Aerodinâmica 1 e 2	61		Instrução Científica	1823
		Eletrônica 2	59		Instrução Técnico Especial.	2287
		Teoria do Motor	24		Instrução Militar	1046
		Termodinâmica	45		Ativ. Complementares	150
	<b>Total da Ciências Exatas</b>		<b>189</b>		Ativ. Administrativas	1367
		Instrução de Vôo no Avião T-23	654	700		
		Instrução Técnica do Avião T-23	46		<b>Carga Horária Total</b>	<b>6673</b>
		Navegação Aérea 1 e 2	95			
		Topografia Militar	22			
		Teoria do Vôo por Instrumentos	13		<b>Total das Ciências Exatas</b>	
		Organização e Emprego da Força Aérea	28		Instrução Científica	1151
		Inglês de Aviação Militar 1 e 2	80		Instrução Técnico Especial.	189
		Instrução de Vôo no Avião T-25	585	622		
		Instrução Técnica do Avião T-25	37		<b>Carga Horária Total</b>	<b>1340</b>
		Instrução e Treinamento Vôo Simulado	44			
		Instrumentos de Vôo 1 e 2	26			
		Metereologia 1, 2 e 3	72			
		Tráfego Aéreo 1 e 2	55			
		Paraquedismo	45			
		Procedimento Social 1 e 2	18			
		Higiene e Primeiros Socorros	20			
		Medicina de Aviação 1 e 2	47			
		Metodologia da Instrução Militar	23			
		Sobrevivência no Mar	30			
		História do Poder Aeroespacial	40			
		Sobrevivência na Selva	52			
		Propulsão a Jato	32			
		Teoria Geral da Administração 2	34			
	<b>Subtotal</b>		<b>2098</b>			
	<b>Total da Instr. Técnico Especializada</b>		<b>2287</b>			

CFOAV - Turma 1983 (1º/2º 3º /4º ANO)							
Campo	Disciplinas		C.H.				
Básico	Adaptação a Cultura		15				
	Adaptação ao Idioma		125				
	Português de Aviação Militar		35				
Instrução Científica	Exatas	Física	74	Instrução Militar	Aeronáutica	18	
		Estatística e Probabilidade	53		Legislação Militar 1, 2 e 3	104	
		Processamento de Dados	34		Tática de Infantaria 2	13	
		Fenômenos de Transportes	72		Doutrina Militar	4	
		Computação	50		Sobrevivência no Mar	18	
		Eletrônica 1	36		Educ. Física Militar 1, 2,3,4	798	
		Cálculo Diferencial e Integral	251		Ordem Unida 1, 2, 3 e 4	73	
		Cálculo Matricial	50		Informações Militares	6	
		Lógica Matemática	21		Armamento e Tiro 1, 2,3 e 4	41	
		Mecânica	63		Conduta Social Militar	21	
	<b>Total das Ciências Exatas</b>	<b>704</b>	Educação Cívico Militar	25			
	Teoria Econômica 1 e 2	98	Forças Armadas e Auxil.	18			
	Direito 1 e 2	112	Higiene e Prim.Socorros	15			
	Teoria Geral da Administração 1 e 2	96	Sobrevivência na Selva	56			
	Inglês 1, 2 e 3	204	Paraquedismo	40			
	Filosofia	54	Profissão Militar	8			
	Administração de Pessoal	30	Exercício em Campanha	48			
	Química Básica	45	Segurança	20			
	Antropologia	30					
	História Militar	52	<b>Total da Instr. Militar</b>	<b>1326</b>			
	Metodologia da Instrução	20					
	Metodologia Científica	45					
	Sociologia	34					
	Economia Brasileira	52					
	Língua Portuguesa 1, 2,3 e 4	210					
	Organização e Métodos	28					
	Psicologia	93					
	Estudos dos Problemas Brasileiros	54					
	Técnica de Instrução	50					
	Administração Geral da Aeronáutica	30					
	<b>Subtotal</b>	<b>1337</b>					
	Instr. Técnico Especial.	Exatas	<b>Total da Instrução Científica</b>	<b>2216</b>	50	<b>RESUMO</b>	
			Aerodinâmica 1 e 2	58		Instrução Científica	2216
Eletrônica 2			52		Instrução Técnico Especial.	1115	
Teoria do Motor			24		Instrução Militar	1326	
<b>Total da Ciências Exatas</b>		<b>134</b>		Ativ.Complementares	58		
Instrução de Vôo no Avião T-27		161		Ativ.Administrativas	2417		
Instrução Técnica do Avião T-27		86					
Navegação Aérea 1 e 2		82		<b>Carga Horária Total</b>	<b>7132</b>		
Doutrina de Segurança de Vôo		22					
Inglês para Aviadores		80		<b>Total das Ciências Exatas</b>			
Instrução de Vôo no Avião T-25		78		Instrução Científica	704		
Instrução Técnica do Avião T-25		38		Instrução Técnico Especial.	134		
Instrução e Treinamento Vôo Simulado		225					
Instrumentos de Vôo 1 e 2		13		<b>Carga Horária Total</b>	<b>838</b>		
Meteorologia Aeronáutica 1 e 2		77					
Tráfego Aéreo 1 e 2		68					
Procedimento Social 2A		9					
Medicina de Aviação 1 e 2		42					
<b>Subtotal</b>		<b>981</b>					
<b>Total da Instr. Técnico Especializada</b>		<b>1115</b>					

CFOAV TURMA 2002 (1º /2º/ 3º/4º ANO )			
Campo	Áreas		C.H.
Geral	Ciências Exatas	Cálculo 1 e 2	136
		Física Básica	56
		Geometria Analítica	52
		Informática	58
		Probabilidade e Estatística	52
		<b>Total das Ciências Exatas</b>	<b>354</b>
		Ciências Humanas	Administração de RH
	Didática		24
	Lógica		23
	Organização, Sistemas e Métodos		32
	Psicologia		45
	Sociologia		32
	<b>Total das Ciências Humanas</b>		<b>188</b>
	Ciências Militares	História Militar 1 e 2	70
		<b>Total das Ciências Militares</b>	<b>70</b>
	Ciências Sociais Aplic.	<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	
		Direito Geral	41
		Economia	35
		Teorias Administrativas	44
	<b>Total das Ciências Sociais Aplicadas</b>	<b>120</b>	
	Engenharia e Tecnologia	Eletricidade	66
		Eletrônica	35
		Fenômenos de Transporte	31
		Mecânica	33
	<b>Total Engenharia e Tecnologia</b>	<b>165</b>	
	Linguística, Letras e Artes	Ingles de Aviação	128
		Língua Inglesa 1 e 2	172
Língua Portuguesa 1, 2, 3, 4		196	
<b>Total Linguística, Letras e Artes</b>		<b>496</b>	
<b>Total do Campo Geral</b>		<b>1393</b>	

RESUMO	
Geral	1393
Instrução Técnico Especial.	1966
Instrução Militar	1717
Ativ.Administrativas	1359
<b>Carga Horária Total</b>	<b>6435</b>

<b>Total das Ciências Exatas</b>	
Geral	354
Instrução Técnico Especial.	73
<b>Carga Horária Total</b>	<b>427</b>

Campo	Áreas		C.H.	
Técnico-Especializado	Ciências Aeronáutica	Aerodinâmica 1 e 2	86	
		Eletrônica de Aviação	33	
		Vôo T-25	576	
		Vôo T-27	576	
		Navegação Aérea 1, 2 e 3	146	
		Link Trainer	24	
		Apronto Aproximação T-25	7	
		Apronto Formatura T-25	7	
		Apronto Formatura T-27	8	
		Apronto Instrumentos T-27	7	
		ITA T-25	45	
		ITA T-27	59	
		Apronto Man.Acrob. T-25	7	
		Apronto Man.Acrob. T-27	7	
		Tráfego Aéreo 1 e 2	90	
		Apronto Navegação T-25	7	
		Apronto Navegação T-27	7	
		Apronto Noturno T-27	7	
		Apronto Pré-Solo T-25	7	
		Apronto Pré-Solo T-27	8	
	Instrução de Simulador	44		
	<b>Total das Ciências Aeronáuticas</b>	<b>1758</b>		
	Ciên. Exatas e da Terra	Meteorologia 1 e 2	73	
		<b>Total das Ciências Exatas e da Terra</b>	<b>73</b>	
	Ciências da Saúde	Medicina Aeroespacial	43	
		<b>Total das Ciências da Saúde</b>	<b>43</b>	
	Ciências Militares	Guerra Eletrônica	48	
		<b>Total das Ciências Militares</b>	<b>48</b>	
	Engenharia Aeroespacial	Propulsão	44	
		<b>Total da Engenharia Aeroespacial</b>	<b>44</b>	
	<b>Total do Técnico-Especializado</b>			<b>1966</b>
	Militar	Ciências da Saúde	Primeiros Socorros	23
			Treinamento Físico para Av.1, 2, 3 e 4	980
<b>Total das Ciências da Saúde</b>			<b>1003</b>	
Ciências Militares		Armamento e Munição 1, 2, 3 e 4	84	
		Atividade de Campanha 1, 2, 3 e 4	160	
		Instrução de Salto de Emergência	40	
		Inteligência 1 e 2	16	
		Legislação Militar 1 e 2	116	
		Ordem Unida 1, 2, 3 e 4	85	
		Orientações Doutrinárias 1, 2, 3 e 4	144	
		Processo Judiciário Militar	48	
		<b>Total das Ciências Militares</b>	<b>693</b>	
Engenharia e Tecnologia		Segurança no Trabalho	21	
	<b>Total Engenharia e Tecnologia</b>	<b>21</b>		
<b>Total do Campo Militar</b>			<b>1717</b>	

TURMA 2004 A 2008 –CFOAV

2004 2005 2006 2007 2008

Geral	Ciências Exatas	Tecnologia da Informação	40	40	40	80	60
		Física Básica	22	22	22	22	22
		Matemática Aplicada	80	80	80	80	80
		Matemática Financeira	40	40	40	40	40
		Pesquisa Operacional	40	40	40	40	40
		Sistema de Informação 1 e 2	160	80	80	60	60
		Estatística Aplicada	80	80	80	80	80
	<b>Total das Ciências Exatas</b>	<b>462</b>	<b>382</b>	<b>382</b>	<b>402</b>	<b>382</b>	
	Ciências Humanas	Gestão de Recursos Humanos	80	80	80	80	80
		Gestão de Pessoas	40	40	40		
		Ética e Cidadania	40	40	40	40	
		Filosofia	40	40	40	40	40
		Psicologia Aplicada	80	80	40	80	80
		Lógica Matemática	40	40	40	40	40
		Sociologia Geral e Aplicada	40	40	40	40	40
		Sociologia da Sociedade Brasileira	40	40	40	40	40
	<b>Total das Ciências Humanas</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>360</b>	<b>360</b>	<b>320</b>	
	Ciências Militares	História Militar 1 e 2	68	68		76	
		<b>Total das Ciências Militares</b>	<b>68</b>	<b>68</b>		<b>76</b>	
	Ciências Sociais Aplicadas	Direito 1, 2, 3 e 4	160	160	150	120	130
		Economia	80	80	80	40	40
		Economia Brasileira	40	40	40	40	40
		Auditoria	40	40	40	40	40
		Contabilidade Básica	80	80	80	80	80
		Controladoria	80	40	40	40	40
		Cultura e Mudança Organizacional	40	40			
		Estágio 1, 2, 3 e 4	300	300	380	120	220
		Filosofia da Administração	40	40	40	40	
		Finanças Públicas	40	40	40	40	40
		Gestão da Produção	80	80	80	80	80
		Gestão de Material e Patrimônio	80	80	80	80	80
		Gestão da Qualidade	80	40			
		Gestão Financeira	40	80	80	80	80
		Gestão Logística	40	40			
		Marketing 1 e 2	160	160	120	80	80
		Metodologia Científica	40	40	40	40	40
		Monografia	80	80	120	120	120
		Orçamento e Contabilidade Pública	80	40	40	40	40
		Pesquisa Científica	40	40			
		Planejamento Estratégico	40	40	40	40	40
		Processo Decisório	40	40	40	40	40
		Responsabilidade Social e Ambiental	40	40	40	40	40
Teorias da Administração		80	80	80	80	80	
Tópicos de Administração 1		80		120	120	120	
Tópicos de Administração de Adm.Pública		40	40	40	40	40	
Introdução a Administração						40	
Regulamento de Adm.de Aeronáutica					30	30	
<b>Total das Ciências Sociais Aplicadas</b>		<b>1940</b>	<b>1780</b>	<b>1810</b>	<b>1470</b>	<b>1580</b>	
Engenharia e Tecnologia		Eleticidade	46	46	46	46	46
	Eletrônica Aplicada	51	51	51	51	51	
	Fenômenos de Transporte	30	30	30	30	30	
	Mecânica	36	36	36	36	36	
<b>Total Engenharia e Tecnologia</b>	<b>163</b>	<b>163</b>	<b>163</b>	<b>163</b>	<b>163</b>		
Linguística, Letras e Artes	Inglês Técnico		60	60	60	60	
	Língua Espanhola 1, 2, 3 e 4	396	448	312	280	280	
	Língua Inglesa 1, 2, 3 e 4	304	352	308	300	300	
	Língua Portuguesa 2				40	80	
	Comunicação e Expressão 1, 2, 3, 4	160	160	160	80		
<b>Total Linguística, Letras e Artes</b>	<b>860</b>	<b>1020</b>	<b>840</b>	<b>760</b>	<b>720</b>		
<b>Total do Campo Geral</b>	<b>3893</b>	<b>3813</b>	<b>3555</b>	<b>3231</b>	<b>3165</b>		

Técnico-Especializado	Ciências Aeronáutica	Aerodinâmica 1 e 2	82	82	92	92	92
		Emergência T-25	5	5			
		Instrução de Vôo T-27	754	754	800	800	800
		Navegação Aérea 1, 2 e 3	119	119	119	119	119
		Instrução de Vôo T-25	477	477	522	600	300
		Apronto Formatura T-25	7	7	7	7	7
		Apronto Formatura T-27	7	7	7	7	7
		Apronto Instrumentos T-27	6	6	6	7	7
		ITA T-25	44	40	44	44	54
		ITA T-27	58	58	45	44	44
		Apronto Man.Acrob. T-25	6	6	6	6	6
		Apronto Man.Acrob. T-27	6	6	6	7	7
		Tráfego Aéreo 1 e 2	88	88	88	88	88
		Apronto Navegação T-25	6	6	6	6	6
		Apronto Navegação T-27	6	6	6	6	6
		Apronto Noturno T-27	6	6	6	6	6
		Apronto Pré-Solo T-25	6	6	6	14	14
		Apronto Pré-Solo T-27	7	7	8	9	9
		História Militar 1 e 2			68		
		Instrução de Simulador T-27	44	44	40	40	40
	<b>Total das Ciências Aeronáuticas</b>	<b>1734</b>	<b>1730</b>	<b>1882</b>	<b>1902</b>	<b>1612</b>	
	Ciên. Exatas e da Terra	Meteorologia 1 e 2	70	70	70	70	70
		<b>Total das Ciências Exatas e da Terra</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>70</b>
	Ciências da Saúde	Medicina Aeroespacial	42	42	48	48	48
		<b>Total das Ciências da Saúde</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>48</b>
	Engenharia Aeroespacial	Propulsão	32	32	32	32	32
		<b>Total da Engenharia Aeroespacial</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
<b>Total do Campo Técnico-Especializado</b>			<b>1878</b>	<b>1874</b>	<b>2032</b>	<b>2052</b>	<b>1762</b>
Militar	Ciências da Saúde	Primeiros Socorros	17	17	17	17	14
		Treinamento Físico para Av.1, 2, 3 e 4	600	600	994	1041	1091
		<b>Total das Ciências da Saúde</b>	<b>617</b>	<b>617</b>	<b>1011</b>	<b>1058</b>	<b>1105</b>
	Ciências Militares	Armamento e Munição 1, 2, 3 e 4	104	104	102	101	91
		Atividade de Campanha 1, 2, 3 e 4	108	108	200	200	200
		Instrução de Salto de Emergência	45	45	50	50	50
		Sobrevivência na Selva	70	70	70	70	70
		Legislação Militar 1 e 2	109	109	91	91	115
		Ordem Unida 1, 2, 3 e 4	85	85	74	75	98
		Orientações Doutrinárias 1, 2, 3 e 4	64	64	64	96	110
		Sobrevivência no Mar	50	50	60	50	60
		Chefia e Liderança			6		
		Conduta			4		
		Ética Militar			3		
		Fundamentos Básicos da Profissão Militar			4		
		Princípios da Doutrina Militar			7		
		História Militar 1 e 2					76
		<b>Total das Ciências Militares</b>	<b>635</b>	<b>635</b>	<b>735</b>	<b>733</b>	<b>870</b>
		<b>Total do Campo Militar</b>			<b>1252</b>	<b>1252</b>	<b>1746</b>

CFOAV TURMA 2009 (1º ANO TURMA 2009/2º ANO TURMA 2009 3º ANO TURMA 2009/4º ANO TURMA 2009)							
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL	
GERAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ELETRICIDADE	ELE1	40	6	46	
		ELETRÔNICA APLICADA À AVIAÇÃO	ELTA	45	6	51	
		ESTATÍSTICA APLICADA	ESAP	71	9	80	
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	26	4	30	
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	18	4	22	
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	36	4	40	
		MATEMÁTICA APLICADA 1	MAP1	36	4	40	
		MATEMÁTICA APLICADA 2	MAP2	36	4	40	
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40	
		MECÂNICA	MECA	40	6	46	
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	54	6	60	
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	54	6	60	
	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	FILO	36	4	40	
		PSICOLOGIA 1	PS11	41	4	45	
		PSICOLOGIA 2	PSI2	36	4	40	
		SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	SOCB	36	4	40	
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	SOCIOLOGIA GERAL E APLICADA	SOGA	36	4	40	
		AUDITORIA	AUDI	36	4	40	
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	74	6	80	
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40	
		DIREITO 1 (DIREITO GERAL)	DIR1	36	4	40	
		DIREITO 2 (DIREITO ADMINISTRATIVO)	DIR2	36	4	40	
		DIREITO 3 (DIREITO PENAL)	DIR3	16	4	20	
		DIREITO 4 (DIREITO PENAL MILITAR/CODIGO PENAL MILITAR)	DIR4	26	4	30	
		ECONOMIA	ECON	36	4	40	
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40	
		ESTÁGIO 1	EST1	120	0	120	
		ESTÁGIO 2 (EPAV)	EST2	165	0	165	
		ESTÁGIO 3 (EPAV)	EST3	90*	0	90*	
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	36	4	40	
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	74	6	80	
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	59	6	65	
		INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	ITAD	36	4	40	
		MARKETING 1	MAK1	36	4	40	
		MARKETING 2	MAK2	36	4	40	
		MONOGRAFIA 1	MON1	60	0	60	
		MONOGRAFIA 2	MON2	60	0	60	
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	36	4	40	
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	36	4	40	
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	36	4	40	
		REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE AERONÁUTICA (RADA)	RADA	26	4	30	
		RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	RESA	34	6	40	
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	74	6	80	
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	120	0	120	
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOAP	36	4	40	
		ENGENHARIAS	GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	GMPA	74	6	80
			GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	GOPR	74	6	80
			PESQUISA OPERACIONAL	PEOP	36	4	40
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	LÍNGUA ESPANHOLA 1	LES1	74	6	80	
		LÍNGUA ESPANHOLA 2	LES2	74	6	80	
		LÍNGUA ESPANHOLA 3	LES3	54	6	60	
		LÍNGUA ESPANHOLA 4	LES4	54	6	60	
		LÍNGUA INGLESA 1	LIN1	74	6	80	
		LÍNGUA INGLESA 2	LIN2	74	6	80	
		LÍNGUA INGLESA 3	LIN3	54	6	60	
		LÍNGUA INGLESA 4	LIN4	74	6	80	
	MULTIDISCIPLINAR	LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	36	4	40	
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	36	4	40	
		METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40	
		SUBTOTAL			2911	259	3170

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL	
TÉCNICO-ESPECIALIZADO	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	APRONGO DE APROXIMAÇÃO T-25	APX5	1	4	5	
		APRONGO DE FORMATURA T-25	AFR5	3	4	7	
		APRONGO DE FORMAURA T-27	AFR7	3	4	7	
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-25	AMA5	2	4	6	
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-27	AMA7	3	4	7	
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO T-25	ANV5	2	4	6	
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO T-27	ANV7	2	4	6	
		APRONGO DE PRÉ-SOLO T-25	APS5	10	4	14	
		APRONGO DE PRÉ-SOLO T-27	APS7	5	4	9	
		APRONGO DE VÔO NOTURNO T-27	ANT7	2	4	6	
		APRONGO DE VÔO POR INSTRUMENTOS T-27	AIN7	3	4	7	
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-25	VOO5	300	0	300	
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-27	VOO7	800	0	800	
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR T-27	SIMU	40	0	40	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-25	ITA5	50	4	54	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-27	ITA7	40	4	44	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	20	4	24	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	40	6	46	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53	
		TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50	
	TRÁFEGO AÉREO 2	TAE2	40	4	44		
	C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	26	4	30	
		METEOROLOGIA 2	MET2	34	6	40	
	C. DA SAÚDE	QUÍMICA APLICADA À AVIAÇÃO	QAPA	36	4	40	
		MEDICINA AEROESPACIAL	MEAE	44	4	48	
	ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	40	6	46	
		AERODINÂMICA 2	AED2	40	6	46	
		PROPULSÃO	PROP	28	4	32	
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO DE AVIAÇÃO	INGT	54	6	60	
		SUBTOTAL		1761	116	1877	
	CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS		CH	AVL	TOTAL
	MILITAR	CIÊNCIAS DA SAÚDE	PRIMEIROS SOCORROS	PSCA	12	4	16
			TREINAMENTO FÍSICO 1	TF1	356	10	366
TREINAMENTO FÍSICO 2			TF2	249	10	259	
TREINAMENTO FÍSICO 3			TF3	361	10	371	
TREINAMENTO FÍSICO 4			TF4	44	10	54	
CIÊNCIAS MILITARES		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	AMT2	12	0	12	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	AMT3	20	0	20	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	AMT4	20	0	20	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	AC1A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	AC2A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 3	AC3A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 4	AC4A	50	0	50	
		CHEFIA E LIDERANÇA	CHLI	25	0	25	
		CONDUTA MILITAR E CIVIL	COND	22	0	22	
		DOCTRINA MILITAR	DOUT	33	0	33	
		ÉTICA MILITAR	ETMI	18	0	18	
		HISTÓRIA MILITAR 1	HM1	34	4	38	
		HISTÓRIA MILITAR 2	HM2	34	4	38	
		INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	ISEA	50	0	50	
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	ISSE	60	10	70	
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	ISMA	50	10	60	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 1	LM1	26	4	30	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 2	LM2	18	4	22	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 3	LM3	18	4	22	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 4	LM4	12	4	16	
		ORDEM UNIDA 1	OUN1	64	0	64	
		ORDEM UNIDA 2	OUN2	12	0	12	
		ORDEM UNIDA 3	OUN3	12	0	12	
		ORDEM UNIDA 4	OUN4	10	0	10	
		PROFISSÃO MILITAR	PRMI	12	0	12	
			SUBTOTAL		1834	88	1922
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ADMINISTRATIVAS	À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE		80	0	80		
ASPIRANTADO	ASPI		40	0	40		
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO	EADA		37	0	37		
AULA INAUGURAL	AUIN		24	0	24		
BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL		2	0	2		
CEM DIAS			10	0	10		
ESPADIM	ESPA		40	0	40		
FLEXIBILIDADE	FLEX		791	0	791		
INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP		40	0	40		
INTERAFA	IAFA		160	0	160		
PALESTRAS E VISITAS	PAVI		140	0	140		
SIMPÓSIO DAS AVIAÇÕES	SIMP		30	0	30		
SIPAA	SIPA		37	0	37		
TREINAMENTO	TREI		140	0	140		
	SUBTOTAL			1631	0	1631	
TOTAIS			CAMPO GERAL				3170
		CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO				1877	
		CAMPO MILITAR				1922	
		ATIVIDADES COMPL. E ADMINISTRATIVAS				1631	

CFOAV - Turma 2010 (1º/2º/3º/4º ANO)						
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
GERAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ELETRICIDADE	ELET	40	6	46
		ELETRÔNICA APLICADA À AVIAÇÃO	ELTA	45	6	51
		ESTATÍSTICA APLICADA	ESAP	71	9	80
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	26	4	30
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	18	4	22
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	36	4	40
		MATEMÁTICA APLICADA 1	MAP1	36	4	40
		MATEMÁTICA APLICADA 2	MAP2	36	4	40
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40
		MECÂNICA	MECA	40	6	46
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	54	6	60
	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	54	6	60	
	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	FILO	36	4	40
		PSICOLOGIA 1	PSI1	41	4	45
		PSICOLOGIA 2	PSI2	36	4	40
		SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	SOCB	36	4	40
		SOCIOLOGIA GERAL E APLICADA	SOGA	36	4	40
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	AUDITORIA	AUDI	36	4	40
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	74	6	80
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40
		DIREITO ADMINISTRATIVO	DADM	36	4	40
		DIREITO GERAL	DGEL	36	4	40
		DIREITO PENAL	DPEL	16	4	20
		DIREITO PENAL MILITAR / CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DPMI	26	4	30
		ECONOMIA	ECON	36	4	40
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40
		ESTÁGIO 1	EST1	120	0	120
		ESTÁGIO 2 (EPAV)	EST2	100	0	100
		ESTÁGIO 3 (EPAV)	EST3	90*	90*	90*
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	36	4	40
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	74	6	80
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	56	9	65
		INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	ITAD	36	4	40
		MARKETING 1	MAK1	36	4	40
		MARKETING 2	MAK2	36	4	40
		MONOGRAFIA 1	MON1	60	0	60
		MONOGRAFIA 2	MON2	60	0	60
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	36	4	40
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	36	4	40
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	36	4	40
		REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE AERONAUTICA (RADA)	RADA	26	4	30
		RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	RESA	34	6	40
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	74	6	80
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	120*	0	120*
	TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TOAP	36	4	40	
	ENGENHARIAS	GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	GMPA	74	6	80
		GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	GOPR	74	6	80
		PESQUISA OPERACIONAL	PEOP	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA	LESP	256	24	280
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	LÍNGUA INGLESA	LING	276	24	300
		LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	36	4	40
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	36	4	40
	MULTIDISCIPLINA	METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40
	SUBTOTAL			2723	254	2985

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL	
TÉCNICO-ESPECIALIZADO	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	APRONTAMENTO DE APROXIMAÇÃO T-25	APX5	1	4	5	
		APRONTAMENTO DE FORMATURA T-25	AFR5	3	4	7	
		APRONTAMENTO DE FORMAUURA T-27	AFR7	3	4	7	
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-25	AMA5	2	4	6	
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-27	AMA7	3	4	7	
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO T-25	ANV5	2	4	6	
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO T-27	ANV7	2	4	6	
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO T-25	APS5	10	4	14	
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO T-27	APS7	5	4	9	
		APRONTAMENTO DE VÔO NOTURNO T-27	ANT7	2	4	6	
		APRONTAMENTO DE VÔO POR INSTRUMENTOS T-27	AIN7	3	4	7	
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-25	VOO5	300	0	300	
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-27	VOO7	800	0	800	
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR T-27	SIMU	40	0	40	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-25	ITA5	50	4	54	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-27	ITA7	40	4	44	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	20	4	24	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	40	6	46	
	NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53		
	TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50		
	TRÁFEGO AÉREO 2	TAE2	40	4	44		
	C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	26	4	30	
		METEOROLOGIA 2	MET2	34	6	40	
		QUÍMICA APLICADA À AVIAÇÃO	QAPA	36	4	40	
	C. DA SAÚDE	MEDICINA AEROESPACIAL	MEAE	44	4	48	
	ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	40	6	46	
		AERODINÂMICA 2	AED2	40	6	46	
		PROPULSÃO	PROP	28	4	32	
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO DE AVIAÇÃO	INGT	54	6	60	
		SUBTOTAL		1761	116	1877	
	CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
	MILITAR	CIÊNCIAS DA SAÚDE	<b>PRIMEIROS SOCORROS</b>	<b>PSCA</b>			<b>0</b>
			<b>TREINAMENTO FÍSICO 1</b>	<b>TF11</b>	<b>380</b>	<b>10</b>	<b>390</b>
<b>TREINAMENTO FÍSICO 2</b>			<b>TF12</b>	<b>336</b>	<b>10</b>	<b>346</b>	
<b>TREINAMENTO FÍSICO 3</b>			<b>TF13</b>	<b>370</b>	<b>10</b>	<b>380</b>	
<b>TREINAMENTO FÍSICO 4</b>			<b>TF14</b>	<b>172</b>	<b>10</b>	<b>182</b>	
CIÊNCIAS MILITARES		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	AMT2	12	0	12	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	AMT3	20	0	20	
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	AMT4	20	0	20	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	AC1A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	AC2A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 3	AC3A	50	0	50	
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 4	AC4A	50	0	50	
		<b>ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO 1</b>	<b>EAD1</b>	<b>250</b>		<b>250</b>	
		ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR	EPMI	20	0	20	
		HISTÓRIA MILITAR 1	HMI1	34	4	38	
		HISTÓRIA MILITAR 2	HMI2	34	4	38	
		INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	ISEA	50	0	50	
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	ISSE	70	0	70	
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	ISMA	50	10	60	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 1	LMI1	26	4	30	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 2	LMI2	18	4	22	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 3	LMI3	18	4	22	
		LEGISLAÇÃO MILITAR 4	LMI4	12	4	16	
		ORDEM UNIDA 1 (64t totais - 40t EAD)	<b>OUN1</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
		ORDEM UNIDA 2	OUN2	12	0	12	
		ORDEM UNIDA 3	OUN3	12	0	12	
		ORDEM UNIDA 4	OUN4	10	0	10	
		<b>ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 1</b>	<b>OD1A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
		<b>ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 2</b>	<b>OD2A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
		<b>ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 3</b>	<b>OD3A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
		<b>ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 4</b>	<b>OD4A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
			SUBTOTAL		2296	74	2370

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ADMINISTRATIVAS	À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
	À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE	80	0	80
	ASPIRANTADO	ASPI	40	0	40
	<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO</b>	<b>EADA</b>	0	0	0
	AULA INAUGURAL	AUIN	24	0	24
	BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL	0	0	0
	CEM DIAS		10	0	10
	ESPADIM	ESPA	40	0	40
	FLEXIBILIDADE	FLEX	524	0	524
	INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP	40	0	40
	INTERAFA	IAFA	160	0	160
	PALESTRAS E VISITAS	PAVI	80	0	80
	SIMPÓSIO DAS AVIAÇÕES	SIMP	5		5
	SIPAA	SIPA	45	0	45
	TREINAMENTO	TREI	140	0	140
	SUBTOTAL		1248	0	1248
TOTAIS		CAMPO GERAL			2985
			CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO		1877
			CAMPO MILITAR		2370
			ATIVIDADES COMPL. E ADMINISTRATIVAS		1248
		TOTAL			8480

CFOAV - Turma 2011 (1º ANO TURMA 2011/2º ANO TURMA 2011/3º ANO TURMA 2011/4º ANO TURMA 2011)						
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
		ELETRICIDADE	ELET	40	6	46
		ELETRÔNICA APLICADA À AVIAÇÃO	ELTA	45	6	51
		ESTATÍSTICA APLICADA	ESAP	71	9	80
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	26	4	30
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	18	4	22
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	36	4	40
		MATEMÁTICA APLICADA 1	MAP1	36	4	40
		MATEMÁTICA APLICADA 2	MAP2	36	4	40
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40
		MECÂNICA	MECA	40	6	46
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	44	6	50
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	44	6	50
		FILOSOFIA	FILO	36	4	40
		PSICOLOGIA 1	PSI1	41	4	45
		PSICOLOGIA 2	PSI2	36	4	40
		SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	SOCB	36	4	40
		SOCIOLOGIA GERAL E APLICADA	SOGA	36	4	40
		AUDITORIA	AUDI	26	4	30
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	74	6	80
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40
		DIREITO ADMINISTRATIVO	DADM	36	4	40
		DIREITO GERAL	DGEL	36	4	40
		DIREITO PENAL	DPEL	16*	4*	20*
		DIREITO PENAL MILITAR / CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DPMI	26*	4*	30*
		DIREITO PENAL MILITAR E MILITAR	DPMI	40	6	46
		ECONOMIA	ECON	26	4	30
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40
		ESTÁGIO 1	EST1	20	0	20
		ESTÁGIO 2 (EPAV)	EST2	120*	0	120*
		ESTÁGIO 3 (EPAV)	EST3	90*	90*	90*
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	26	4	30
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	46	4	50
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	36	4	40
		INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	ITAD	36	4	40
		MARKETING 1	MAK1	31	4	35
		MARKETING 2	MAK2	31	4	35
		MONOGRAFIA 1	MON1	60	0	60
		MONOGRAFIA 2	MON2	60	0	60
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	30	4	34
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	30	4	34
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	30	4	34
		REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE AERONAUTICA (RADA)	RADA	26*	48	30*
		RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	RESA	34*	6*	40*
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	74	6	80
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	120	0	120
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ( POLÍT. PÚBLICAS )	TOAP	30	4	34
		GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	GMPA	46	4	50
		GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	GOPR	46	4	50
		PESQUISA OPERACIONAL	PEOP	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA	LESP	256	24	280
		LÍNGUA INGLESA	LING	276	24	300
		LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	36	4	40
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	36	4	40
		METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40
		SUBTOTAL		2393	287	2632

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
		APRONTAMENTO DE APROXIMAÇÃO T-25	APX5	1	4	5
		APRONTAMENTO DE FORMATURA T-25	AFR5	3	4	7
		APRONTAMENTO DE FORMATURA T-27	AFR7	3	4	7
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-25	AMA5	2	4	6
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS T-27	AMA7	3	4	7
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO T-25	ANV5	2	4	6
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO T-27	ANV7	2	4	6
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO T-25	APS5	10	4	14
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO T-27	APS7	5	4	9
		APRONTAMENTO DE VÔO NOTURNO T-27	ANT7	2	4	6
		APRONTAMENTO DE VÔO POR INSTRUMENTOS T-27	AIN7	3	4	7
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-25	VOO5	620	0	620
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-27	VOO7	800	0	800
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR T-27	SIMU	40	0	40
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-25	ITA5	50	4	54
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE T-27	ITA7	40	4	44
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	20	4	24
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	40	6	46
		NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53
		TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50
		TRÁFEGO AÉREO 2	TAE2	40	4	44
	C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	26	4	30
		METEOROLOGIA 2	MET2	34	6	40
		QUÍMICA APLICADA À AVIAÇÃO	QAPA	36	4	40
	C. DA SAÚDE	MEDICINA AEROESPACIAL	MEAE	44	4	48
	ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	40	6	46
		AERODINÂMICA 2	AED2	40	6	46
		PROPULSAO	PROP	28	4	32
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO DE AVIAÇÃO	INGT	54	6	60
		SUBTOTAL		2081	116	2197
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS		CH	AVL	TOTAL
MILITAR	CIÊNCIAS DA SAÚDE	<b>PRIMEIROS SOCORROS</b>	<b>PSCA</b>			<b>0</b>
		TREINAMENTO FÍSICO 1	TFI1	380	10	390
		TREINAMENTO FÍSICO 2	TFI2	276	10	286
		TREINAMENTO FÍSICO 3	TFI3	370	10	380
		TREINAMENTO FÍSICO 4	TFI4	172	10	182
	CIÊNCIAS MILITARES	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	AMT2	12	0	12
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	AMT3	20	0	20
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	AMT4	20	0	20
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	AC1A	50	0	50
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	AC2A			
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 3	AC3A	50	0	50
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 4	AC4A	50	0	50
		<b>ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO 1</b>	<b>EAD1</b>	<b>250</b>		<b>250</b>
		ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR	EPMI	20	0	20
		HISTÓRIA MILITAR 1	HMI1	34	4	38
		HISTÓRIA MILITAR 2	HMI2	34	4	38
		INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	ISEA	50	0	50
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	ISSE	70	0	70
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	ISMA	50	10	60
		LEGISLAÇÃO MILITAR 1	LMI1	26	4	30
		LEGISLAÇÃO MILITAR 2	LMI2	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 3	LMI3	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 4	LMI4	12	4	16
		ORDEM UNIDA 1 ( 64t totais - 40t EAD)	<b>OUN1</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
		ORDEM UNIDA 2	OUN2	12	0	12
		ORDEM UNIDA 3	OUN3	12	0	12
		ORDEM UNIDA 4	OUN4	10	0	10
	<b>ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 1</b>	<b>OD1A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
	<b>ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 2</b>	<b>OD2A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
	<b>ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 3</b>	<b>OD3A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
	<b>ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 4</b>	<b>OD4A</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	
		SUBTOTAL			2186	74

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ADMINISTRATIVAS	À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
	À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE	80	0	80
	ASPIRANTADO	ASPI	40	0	40
	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO	EADA	0	0	0
	AULA INAUGURAL	AUIN	24	0	24
	BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL	0	0	0
	CEM DIAS		10	0	10
	ESPADIM	ESPA	40	0	40
	FLEXIBILIDADE	FLEX	897	0	897
	INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP	40	0	40
	INTERAFA	IAFA	160	0	160
	PALESTRAS E VISITAS	PAVI	80	0	80
	SIMPÓSIO DAS AVIAÇÕES	SIMP	5		5
	SIPAA	SIPA	45	0	45
	TREINAMENTO	TREI	140	0	140
	SUBTOTAL		1621	0	1621
TOTALS	CAMPO GERAL				2632
	CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO				2197
	CAMPO MILITAR				2260
	ATIVIDADES COMPL. E ADMINISTRATIVAS				1621
	TOTAL				8710

CFOAV - Turma 2012(1º ANO TURMA 2012/2º ANO TURMA 2012/3º ANO TURMA 2012/4º ANO TURMA 2012)						
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
GERAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ELETRICIDADE	ELET	40	6	46
		ELETRÔNICA APLICADA	ELAP	45	6	51
		ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	ESPR	42	6	48
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	30	4	34
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	30	4	34
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	30	4	34
		CALCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 1	CAL1	46	6	52
		CALCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 2	CAL2	46	6	52
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40
		MECÂNICA	MECA	40	6	46
		QUÍMICA	QUIM	36	4	40
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	44	6	50
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	44	6	50
		CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	FILO	20	4
	PSICOLOGIA		PSIA	31	4	35
	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		PSIO	32	4	36
	SOCIOLOGIA GERAL E BRASILEIRA		SGBR	30	4	34
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	AUDITORIA	AUDI	26	4	30
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	40	4	44
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40
		DIREITO GERAL	DGEL	48	4	52
		DIREITO PENAL E MILITAR	DPMI	40	6	46
		ECONOMIA	ECON	26	4	30
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40
		ESTÁGIO 1	EST1	20	0	20
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	26	4	30
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	46	4	50
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	36	4	40
		INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	ITAD	30	4	34
		MARKETING	MAKT	31	4	35
		MARKETING E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	MKCI	31	4	35
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	30	4	34
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	30	4	34
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	30	4	34
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	30	4	34
		POLÍTICAS PÚBLICAS	POLP	30	4	34
	ENGENHARIAS	LOGÍSTICA E GESTÃO DE SUPRIMENTO	LOGS	46	4	50
		GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	GOPR	46	4	50
		PESQUISA OPERACIONAL	PEOP	36	4	40
	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LÍNGUA ESPANHOLA 1	LES1	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA 2	LES2	54	6	60
		LÍNGUA ESPANHOLA 3	LES3	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA 4	LES4	36	4	40
		LÍNGUA INGLESA 1	LIN1	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 2	LIN2	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 3	LIN3	54	6	60
		LÍNGUA INGLESA 4	LIN4	54	6	60
		LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	34	6	40
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	34	6	40
	MULTIDISCIPLINAR	COMUNICAÇÃO ORAL	COMO	14	0	14
		METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40
		MONOGRAFIA	MONO	60	0	60
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	100	0	100
	SUBTOTAL		2066	230	2296	

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL	
TÉCNICO ESPECIALIZADO	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	APRONGO DE APROXIMAÇÃO Instrução Primária	APX5	1*	4*	5*	
		APRONGO DE FORMATURA Instrução Primária	AFR5	3	4	7	
		APRONGO DE FORMAURA Instrução Básica	AFR7	3	4	7	
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS Instrução Primária	AMA5	2	4	6	
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS Instrução Básica	AMA7	3	4	7	
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO Instrução Primária	ANV5	2	4	6	
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO Instrução Básica	ANV7	2	4	6	
		APRONGO DE PRÉ-SOLO Instrução Primária	APS5	10	4	14	
		APRONGO DE PRÉ-SOLO Instrução Básica	APS7	5	4	9	
		APRONGO DE VÔO NOTURNO Instrução Básica	ANT7	2	4	6	
		APRONGO DE VÔO POR INSTRUMENTOS Instrução Básica	AIN7	3	4	7	
		ESTÁGIO 2 (EPAV)	EPAV 2	90*	0	90*	
		INSTRUÇÃO DE VÔO Instrução Primária	VOO5	600	0	600	
		INSTRUÇÃO DE VÔO Instrução Básica	VOO7	800	0	800	
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR Instrução Básica	SIMU	40	0	40	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE Instrução Primária	ITA5	30	4	34	
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE Instrução Básica	ITA7	40	4	44	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	26	6	32	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	50	6	56	
		NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53	
		SEGURANÇA DE VOO 1	SEV1	12	4	16	
		SEGURANÇA DE VOO 2	SEV2	10	4	14	
		SEGURANÇA DE VOO 3	SEV3	11	4	15	
		SEGURANÇA DE VOO 4	SEV4	11	4	15	
		TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50	
		TRÁFEGO AÉREO 2	TAE2	40	4	44	
		VOO MOTIVACIONAL	VOMT	2*	0	2*	
		GUERRA ELETRÔNICA	GUEL	11	4	15	
		C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	30	4	34
			METEOROLOGIA 2	MET2	46	4	50
		C. DA SAÚDE	MEDICINA AEROSPAIAL	MEAE	44	4	48
		ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	50	6	56
			AERODINÂMICA 2	AED2	50	6	56
	CONHECIMENTOS BÁSICOS EM AERONÁUTICA		CBAE	10	4	14	
	PROPULSÃO	PROP	28	4	32		
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO	INGT	36	4	40	
		SUBTOTAL		2103	130	2233	
	MILITAR	CIÊNCIAS DA SAÚDE	PRIMEIROS SOCORROS	PRSC	12	4	16
			TREINAMENTO FÍSICO 1	TF1	340	10	350
			TREINAMENTO FÍSICO 2	TFI2	270	10	280
			TREINAMENTO FÍSICO 3	TFI3	340	10	350
			TREINAMENTO FÍSICO 4	TFI4	230	10	240
		CIÊNCIAS MILITARES	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2			AMT2	12	0	12	
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3			AMT3	20	0	20	
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4			AMT4	20	0	20	
ATIVIDADE DE CAMPANHA 1			AC1A	60	0	60	
ATIVIDADE DE CAMPANHA 2			AC2A	50	0	50	
ATIVIDADE DE CAMPANHA 3			AC3A	70	0	70	
ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR			EPMI	20	0	20	
HISTÓRIA MILITAR 1			HMI1	34	4	38	
HISTÓRIA MILITAR 2			HMI2	34	4	38	
INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA			ISEA	50	0	50	
INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA			ISSE	70	0	70	
INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR			ISMA	50	10	60	
LEGISLAÇÃO MILITAR 1			LM1	26	4	30	
LEGISLAÇÃO MILITAR 2			LM2	18	4	22	
LEGISLAÇÃO MILITAR 3			LM3	18	4	22	
LEGISLAÇÃO MILITAR 4			LM4	12	4	16	
ORDEM UNIDA 1 ( 78t totais - 54t EAM)			OUN1	24	0	24	
ORDEM UNIDA 2			OUN2	24	0	24	
ORDEM UNIDA 3			OUN3	18	0	18	
ORDEM UNIDA 4			OUN4	24	0	24	
ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 1 ( 19T no EAM )			OD1A	25	0	25	
ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 2			OD2A	32	0	32	
ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 3			OD3A	34	0	34	
ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 4(29)+ 11Torganização militar			OD4A	40	0	40	
			SUBTOTAL		2027	78	2105

		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
ATIVIDADES		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE	80	0	80
ADMINISTRATIVAS		ASPIRANTADO	ASPI	40	0	40
		AULA INAUGURAL	AUIN	24	0	24
		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO	EADA	0	0	0
		BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL	2	0	2
		CEM DIAS		10	0	10
		ESPADIM	ESPA	40	0	40
		FLEXIBILIDADE	FLEX	770	0	770
		INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP	40	0	40
		TREINAMENTO	TREI	170	0	170
		ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO MILITAR	EAM	250		248
ATIVIDADES		INTERAFA	IAFA	200	0	200
COMPLEMENTARES		NAVAMAER	NAVA	200	0	200
		PALESTRAS E VISITAS	PAVI	80	0	80
		SUBTOTAL		1966	0	1964
						2296
						2233
						2105
						1964
						8598

CFOAV - Turma 2013(1º ANO TURMA 2013/2º ANO TURMA 2013/3º ANO TURMA 2013/4º ANO TURMA 2013)						
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
GERAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ELETRICIDADE	ELET	40	6	46
		ELETRÔNICA APLICADA	ELAP	45	6	51
		ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	ESPR	42	6	48
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	30	4	34
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	30	4	34
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	30	4	34
		CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 1	CAL1	46	6	52
		CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 2	CAL2	46	6	52
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40
		MECÂNICA	MECA	40	6	46
		QUÍMICA	QUIM	36	4	40
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	44	6	50
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	44	6	50
		CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	FILO	20	4
	PSICOLOGIA		PSIA	31	4	35
	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		PSOR	32	4	36
	SOCIOLOGIA GERAL E BRASILEIRA		SGBR	30	4	34
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	AUDITORIA	AUDI	26	4	30
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	40	4	44
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40
		DIREITO GERAL	DGEL	48	4	52
		DIREITO PENAL E MILITAR	DPMI	40	6	46
		ECONOMIA	ECON	26	4	30
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40
		ESTÁGIO 1	EST1	20	0	20
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	26	4	30
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	46	4	50
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	36	4	40
		INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	ITAD	30	4	34
		MARKETING	MAKT	31	4	35
		MARKETING E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	MKCI	31	4	35
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	30	4	34
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	30	4	34
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	30	4	34
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	30	4	34
	POLÍTICAS PÚBLICAS	POLP	30	4	34	
	ENGENHARIAS	LOGÍSTICA E GESTÃO DE SUPRIMENTO	LOGS	46	4	50
		GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	GOPR	46	4	50
		PESQUISA OPERACIONAL	PEOP	36	4	40
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	LÍNGUA ESPANHOLA 1	LES1	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA 2	LES2	54	6	60
		LÍNGUA ESPANHOLA 3	LES3	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA 4	LES4	36	4	40
		LÍNGUA INGLESA 1	LIN1	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 2	LIN2	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 3	LIN3	54	6	60
		LÍNGUA INGLESA 4	LIN4	54	6	60
		LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	34	6	40
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	34	6	40
	MULTIDISCIPLINAR	COMUNICAÇÃO ORAL	COMU	14	0	14
		METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40
		MONOGRAFIA	MONO	60	0	60
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	100	0	100
	SUBTOTAL			2066	230	2296

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
		APRONGO DE FORMATURA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	AFR5	3	4	7
		APRONGO DE FORMATURA INSTRUÇÃO BÁSICA	AFR7	3	4	7
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	AMA5	2	4	6
		APRONGO DE MANOBRAS E ACROBACIAS INSTRUÇÃO BÁSICA	AMA7	3	4	7
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	ANV5	2	4	6
		APRONGO DE NAVEGAÇÃO INSTRUÇÃO BÁSICA	ANV7	2	4	6
		APRONGO DE PRÉ-SOLO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	APS5	10	4	14
		APRONGO DE PRÉ-SOLO INSTRUÇÃO BÁSICA	APS7	5	4	9
		APRONGO DE VÔO NOTURNO INSTRUÇÃO BÁSICA	ANT7	2	4	6
		APRONGO DE VÔO POR INSTRUMENTOS INSTRUÇÃO BÁSICA	AIN7	3	4	7
		ESTÁGIO 3 (EPAV)	EPAV3	90*	0	90*
		GUERRA ELETRÔNICA	GUER	11	4	15
		INSTRUÇÃO DE VÔO NO T-25 (VOO MOTIVACIONAL)	VOOM	2*	0	2*
		INSTRUÇÃO DE VÔO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	VOO5	600	0	600
		INSTRUÇÃO DE VÔO INSTRUÇÃO BÁSICA	VOO7	800	0	800
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR T-27	SIMU	40	0	40
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	ITA5	30	4	34
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE INSTRUÇÃO BÁSICA	ITA7	40	4	44
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	26	6	32
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	50	6	56
		NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53
		SEGURANÇA DE VOO 1	SEV1	12	4	16
		SEGURANÇA DE VOO 2	SEV2	10	4	14
		SEGURANÇA DE VOO 3	SEV3	11	4	15
		SEGURANÇA DE VOO 4	SEV4	11	4	15
		TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50
		TRÁFEGO AÉREO	TAE2	40	4	44
	C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	30	4	34
		METEOROLOGIA 2	MET2	46	4	50
	C. DA SAÚDE	MEDICINA AEROESPACIAL	MEAE	44	4	48
	ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	50	6	56
		AERODINÂMICA 2	AED2	50	6	56
		CONHECIMENTOS BÁSICOS EM AERONÁUTICA	CBAE	10	4	14
		PROPULSÃO	PROP	28	4	32
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO	INGT	36	4	40
		SUBTOTAL		2103	130	2233
		PRIMEIROS SOCORROS	PRSC	12	4	16
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	TREINAMENTO FÍSICO 1	TF1	340	10	350
		TREINAMENTO FÍSICO 2	TF2	270	10	280
		TREINAMENTO FÍSICO 3	TF3	340	10	350
		TREINAMENTO FÍSICO 4	TF4	230	10	240
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	AMT2	12	0	12
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	AMT3	20	0	20
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	AMT4	20	0	20
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	AC1A	60	0	60
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	AC2A	50	0	50
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 3	AC3A	70	0	70
		ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR	EPMI	20	0	20
		HISTÓRIA MILITAR 1	HMI1	34	4	38
		HISTÓRIA MILITAR 2	HMI2	34	4	38
		INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	ISEA	50	0	50
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	ISSE	70	0	70
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	ISMA	50	10	60
		LEGISLAÇÃO MILITAR 1	LMI1	26	4	30
		LEGISLAÇÃO MILITAR 2	LMI2	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 3	LMI3	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 4	LMI4	12	4	16
		ORDEM UNIDA 1 ( 78t totais - 54t EAM)	OUN1	24	0	24
		ORDEM UNIDA 2	OUN2	24	0	24
		ORDEM UNIDA 3	OUN3	18	0	18
		ORDEM UNIDA 4	OUN4	24	0	24
		ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 1 ( 19T no EAM )	OD1A	25	0	25
		ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 2	OD2A	32	0	32
		ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 3	OD3A	34	0	34
		ORIENTAÇÕES DOUTRINÁRIAS 4(29)+ 11TOrganização militar	OD4A	40	0	40
		SUBTOTAL		2027	78	2105

		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE	80	0	80
ATIVIDADES		ASPIRANTADO	ASPI	40	0	40
ADMINISTRATIVAS		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO	EADA	0	0	0
		AULA INAUGURAL	AUIN	24	0	24
		BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL	2	0	2
		CEM DIAS		10	0	10
		ESPADIM	ESPA	40	0	40
		FLEXIBILIDADE	FLEX	970	0	970
		INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP	40	0	40
		TREINAMENTO	TREI	170	0	170
		<b>ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO MILITAR</b>	<b>EAM</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>250</b>
		INTERAFA	IAFA	200	0	200
		NAVAMAER	NAVA	200	0	200
ATIVIDADES		PALESTRAS E VISITAS	PAVI	80	0	80
		SUBTOTAL		2166	0	2166
TOTALS		CAMPO GERAL				2296
		CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO				2233
		CAMPO MILITAR				2105
		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2166

CFOAV - Turma 2014(1º ANO TURMA 2014/2º ANO TURMA 2014/3º ANO TURMA 2014/4º ANO TURMA 2014)						
CAMPO	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
GERAL	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ELETRICIDADE	ELET	40	6	46
		ELETRÔNICA APLICADA	ELAP	45	6	51
		ESTADÍSTICA E PROBABILIDADE	ESPR	42	6	48
		FENÔMENOS DE TRANSPORTE	FETR	30	4	34
		FÍSICA BÁSICA	FIBA	30	4	34
		LÓGICA MATEMÁTICA	LOMA	30	4	34
		CALCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 1	CAL1	46	6	52
		CALCULO DIFERENCIAL INTEGRAL 2	CAL2	46	6	52
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	MAFI	34	6	40
		MECÂNICA	MECA	40	6	46
		QUÍMICA	QUIM	36	4	40
		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	SINF	44	6	50
		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	TCIF	44	6	50
	CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	FILO	20	4	24
		PSICOLOGIA	PSIA	31	4	35
		PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	PSOR	32	4	36
		SOCIOLOGIA GERAL E BRASILEIRA	SGBR	30	4	34
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	AUDITORIA	AUDI	26	4	30
		CONTABILIDADE BÁSICA	CONB	40	4	44
		CONTROLADORIA	CONT	36	4	40
		DIREITO GERAL	DGEL	48	4	52
		DIREITO PENAL E MILITAR	DPMI	40	6	46
		ECONOMIA	ECON	26	4	30
		ECONOMIA BRASILEIRA	ECBR	36	4	40
		ESTÁGIO 1	EST1	20	0	20
		FINANÇAS PÚBLICAS	FIPU	26	4	30
		GESTÃO DE PESSOAS	GEPE	46	4	50
		GESTÃO FINANCEIRA	GEFI	36	4	40
		INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	ITAD	30	4	34
		MARKETING	MAKT	31	4	35
		MARKETING E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	MKCI	31	4	35
		ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	ORCP	30	4	34
		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PLES	30	4	34
		PROCESSO DECISÓRIO	PRDE	30	4	34
		TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	TEAD	30	4	34
		POLÍTICAS PÚBLICAS	POLP	30	4	34
		ENGENHARIAS	LOGÍSTICA E GESTÃO DE SUPRIMENTO	LOGS	46	4
	GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS		GOPR	46	4	50
	PESQUISA OPERACIONAL		PEOP	36	4	40
	LÍNGUA ESPANHOLA 1		LES1	36	4	40
	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	LÍNGUA ESPANHOLA 2	LES2	54	6	60
		LÍNGUA ESPANHOLA 3	LES3	36	4	40
		LÍNGUA ESPANHOLA 4	LES4	36	4	40
		LÍNGUA INGLESA 1	LIN1	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 2	LIN2	74	6	80
		LÍNGUA INGLESA 3	LIN3	54	6	60
		LÍNGUA INGLESA 4	LIN4	54	6	60
		LÍNGUA PORTUGUESA 1	LP1A	34	6	40
		LÍNGUA PORTUGUESA 2	LP2A	34	6	40
		COMUNICAÇÃO ORAL	COMU	14	0	14
	MULTIDISCIPLINAR	METODOLOGIA CIENTÍFICA	MECI	36	4	40
		MONOGRAFIA	MONO	60	0	60
		TÓPICOS DE ADMINISTRAÇÃO 1 (VIAGEM EXTERIOR)	TEA1	100	0	100
	SUBTOTAL			2066	230	2296

	ÁREA	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH	AVL	TOTAL
		APRONTAMENTO DE FORMATURA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	AFR5	3	4	7
		APRONTAMENTO DE FORMATURA INSTRUÇÃO BÁSICA	AFR7	3	4	7
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	AMA5	2	4	6
		APRONTAMENTO DE MANOBRAS E ACROBACIAS INSTRUÇÃO BÁSICA	AMA7	3	4	7
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	ANV5	2	4	6
		APRONTAMENTO DE NAVEGAÇÃO INSTRUÇÃO BÁSICA	ANV7	2	4	6
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	APS5	10	4	14
		APRONTAMENTO DE PRÉ-SOLO INSTRUÇÃO BÁSICA	APS7	5	4	9
		APRONTAMENTO DE VOO NOTURNO INSTRUÇÃO BÁSICA	ANT7	2	4	6
		APRONTAMENTO DE VOO POR INSTRUMENTOS INSTRUÇÃO BÁSICA	AIN7	3	4	7
		ESTÁGIO 3 (EPAV)	EPAV3	90*	0	90*
		GUERRA ELETRÔNICA	GUER	11	4	15
		INSTRUÇÃO DE VOO NO T-25 (VOO MOTIVACIONAL)	VOOM	2*	0	2*
		INSTRUÇÃO DE VOO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	VOO5	600	0	600
		INSTRUÇÃO DE VOO INSTRUÇÃO BÁSICA	VOO7	800	0	800
		INSTRUÇÃO NO SIMULADOR INSTRUÇÃO BÁSICA	SIMU	40	0	40
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	ITA5	30	4	34
		INSTRUÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE INSTRUÇÃO BÁSICA	ITA7	40	4	44
		NAVEGAÇÃO AÉREA 1	NAV1	26	6	32
		NAVEGAÇÃO AÉREA 2	NAV2	50	6	56
		NAVEGAÇÃO AÉREA 3	NAV3	47	6	53
		SEGURANÇA DE VOO 1	SEV1	12	4	16
		SEGURANÇA DE VOO 2	SEV2	10	4	14
		SEGURANÇA DE VOO 3	SEV3	11	4	15
		SEGURANÇA DE VOO 4	SEV4	11	4	15
		TRÁFEGO AÉREO 1	TAE1	46	4	50
		TRÁFEGO AÉREO 2	TAE2	40	4	44
	C. EXATAS E DA TERRA	METEOROLOGIA 1	MET1	30	4	34
		METEOROLOGIA 2	MET2	46	4	50
	C. DA SAÚDE	MEDICINA AEROSPAÇIAL	MEAE	44	4	48
	ENGENHARIAS	AERODINÂMICA 1	AED1	50	6	56
		AERODINÂMICA 2	AED2	50	6	56
		CONHECIMENTOS BÁSICOS EM AERONÁUTICA	CBAE	10	4	14
		PROPULSÃO	PROP	28	4	32
	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	INGLÊS TÉCNICO	INGT	36	4	40
		SUBTOTAL		2103	130	2233
		PRIMEIROS SOCORROS	PRSC	12	4	16
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	TREINAMENTO FÍSICO 1	TFI1	340	10	350
		TREINAMENTO FÍSICO 2	TFI2	270	10	280
		TREINAMENTO FÍSICO 3	TFI3	340	10	350
		TREINAMENTO FÍSICO 4	TFI4	230	10	240
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	AMT1	50	0	50
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	AMT2	12	0	12
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	AMT3	20	0	20
		ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	AMT4	20	0	20
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	AC1A	60	0	60
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	AC2A	50	0	50
		ATIVIDADE DE CAMPANHA 3	AC3A	70	0	70
		ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR	EPMI	20	0	20
		HISTÓRIA MILITAR 1	HMI1	34	4	38
		HISTÓRIA MILITAR 2	HMI2	34	4	38
		INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	ISEA	50	0	50
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	ISSE	70	0	70
		INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	ISMA	50	10	60
		LEGISLAÇÃO MILITAR 1	LMI1	26	4	30
		LEGISLAÇÃO MILITAR 2	LMI2	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 3	LMI3	18	4	22
		LEGISLAÇÃO MILITAR 4	LMI4	12	4	16
		ORDEM UNIDA 1 ( 78t totais - 54t EAM)	OUN1	24	0	24
		ORDEM UNIDA 2	OUN2	24	0	24
		ORDEM UNIDA 3	OUN3	18	0	18
		ORDEM UNIDA 4	OUN4	24	0	24
		ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 1 ( 19T no EAM )	OD1A	25	0	25
		ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 2	OD2A	32	0	32
		ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 3	OD3A	34	0	34
		ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS 4 (29t)+ 11T ORGANIZAÇÃO MILITAR	OD4A	40	0	40
		SUBTOTAL		2027	78	2105
MILITAR						

		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	DC	60	0	60
		À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQUADRÃO	DE	80	0	80
ATIVIDADES		ASPIRANTADO	ASPI	40	0	40
ADMINISTRATIVAS		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO	EADA	0	0	0
		AULA INAUGURAL	AUIN	24	0	24
		BRIFIM DA AVALIAÇÃO	BAVL	2	0	2
		CEM DIAS	CEM	10	0	10
		ESPADIM	ESPA	40	0	40
		FLEXIBILIDADE	FLEX	970	0	970
		INSPEÇÃO DE SAÚDE	INSP	40	0	40
		TREINAMENTO	TREI	170	0	170
ATIVIDADES		ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO MILITAR	EAM	250	0	250
COMPLEMENTARES		INTERAFA	IAFA	200	0	200
		NAVAMAER	NAVA	200	0	200
		PALESTRAS E VISITAS	PAVI	80	0	80
		SUBTOTAL		2166	0	2166
TOTALS		CAMPO GERAL				2296
		CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO				2233
		CAMPO MILITAR				2105
		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2166

**Anexo G: Publicações**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ENSINO**

ICA 37-351

**PROGRAMA DE ATIVIDADES ESCOLARES  
DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA PARA O ANO DE  
2009**

2009

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



**ENSINO**

ICA 37-351

**PROGRAMA DE ATIVIDADES ESCOLARES  
DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA PARA O ANO DE  
2009**

2009



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA DEPENS Nº 75/DE-6, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009.

Aprova o “Programa de Atividades Escolares da Academia da Força Aérea para o ano de 2009”, ICA 37-351.

**O DIRETOR-GERAL DE ENSINO DA AERONÁUTICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II e artigo 15, inciso V, do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve,

Art.1º Aprovar o “Programa de Atividades Escolares da Academia da Força Aérea para o ano de 2009”, ICA 37-351.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO  
Diretor-Geral de Ensino

(Publicado no BCA nº 030, de 13 de fevereiro de 2009)

ICA 37-351/2009

## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	7
<b>1.1 FINALIDADE</b> .....	7
<b>1.2 MISSÃO DA AFA</b> .....	7
<b>1.3 COMPETÊNCIA</b> .....	7
<b>1.4 ÂMBITO</b> .....	7
<b>1.5 CONCEITUAÇÕES</b> .....	7
<b>2 ORIENTAÇÕES DO COMANDANTE DA AFA</b> .....	8
<b>3 METAS PARA 2009</b> .....	10
<b>4 ENSINO</b> .....	12
<b>4.1 CURSOS</b> .....	12
<b>4.2 QUALIFICAÇÃO CONFERIDA</b> .....	14
<b>4.3 ROTINA DA AFA</b> .....	15
<b>5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> .....	16
<b>5.1 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA</b> .....	16
<b>5.1.1 LISTAGEM, EM ORDEM DE PRIORIDADE, DAS MISSÕES PREVISTAS ENVOLVENDO AJUDA-DE-CUSTO</b> .....	16
<b>5.1.1 LISTAGEM, EM ORDEM DE PRIORIDADE, DAS MISSÕES PREVISTAS ENVOLVENDO DIÁRIAS</b> .....	17
<b>5.2 PREVISÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO</b> .....	19
<b>6 CALENDÁRIO GERAL DE EVENTOS</b> .....	20
<b>7 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34
<b>Anexo A – Fatores de Planejamento</b> .....	35
<b>Anexo B – Esforço Aéreo para 2009</b> .....	36
<b>Anexo C – Plano de Missões Próprias para 2009</b> .....	37

**ICA 37-351/2009****1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****1.1 FINALIDADE**

A presente instrução tem por finalidade divulgar as orientações do Comandante da Academia da Força Aérea, com base nas Orientações do Diretor-Geral de Ensino contidas no Programa de Trabalho Anual do Departamento de Ensino da Aeronáutica para o ano de 2009, além de estabelecer as atividades e tarefas que cabem à AFA para o ano de 2009.

**1.2 MISSÃO DA AFA**

Formar os oficiais de carreira da Aeronáutica dos Quadros de Oficiais Aviadores (CFOAv), Intendentes (CFOInt) e de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf), desenvolvendo, aperfeiçoando e avaliando em cada cadete os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, obtendo-se, como produto final deste processo, oficiais capazes e eficientes, em condições de se tomarem verdadeiros líderes de uma moderna Força Aérea.

**1.3 COMPETÊNCIA**

A competência para aprovação do presente Programa é do Diretor-Geral de Ensino.

**1.4 ÂMBITO**

O presente Programa de Atividades aplica-se à AFA.

**1.5 CONCEITUAÇÕES**

Os termos e as expressões empregadas nesta publicação têm seu significado consagrado no vernáculo, no MD 33-M-02 “Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas da Aeronáutica”, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica” e no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica”.

## 2 ORIENTAÇÕES DO COMANDANTE DA AFA

Ainda no alvorecer de 2009, a Academia já se prepara para receber mais 234 jovens, a fim de transformá-los em futuros líderes de nossa Força Aérea.

Em meio a um torvelinho de acontecimentos políticos e econômicos, que poderiam afetar, em maior ou menor grau, a capacidade de cumprirmos esta nobre e complexa missão, a nossa Organização não pode se dar ao luxo de adotar uma postura contemplativa frente aos possíveis obstáculos. Com energias renovadas, após um breve período de recesso escolar, e a prazerosa certeza de uma missão cumprida, com excelência, no ano passado, nosso efetivo volta sua atenção para novas e antigas tarefas, que concluiremos com o já conhecido “**Padrão AFA**” de desempenho.

Seguindo orientações do nosso Diretor-Geral, expressas no PTA do DEPENS para 2009, nossa Administração deverá, além de manter a **produtividade** e a **qualidade** priorizadas em 2008, envidar esforços para otimizar a **agilidade** e o **controle** nos planejamentos e ações, neste ano que se inicia.

Obviamente que, para bem realizarmos as nossas diuturnas tarefas, é fundamental o estabelecimento de um **bom ambiente de trabalho**. A prática rotineira da educação (civil e militar), da cortesia, da cordialidade, da cooperação e da solidariedade são os alicerces para o atingimento deste objetivo. Agindo desta forma, renderemos mais, com menos sofrimento.

A **permanente comunicação** entre os diversos setores da Academia é fator importante para o sucesso da Administração. Deverão ser estimulados o diálogo, a atitude pró-ativa e o consenso. É fundamental a ampla divulgação ao efetivo dos assuntos e determinações emanadas nas Reuniões de Comando realizadas semanalmente.

A **persistência nas ações** que conduzam ao cumprimento das tarefas também é bastante relevante para o objetivo final. Não devemos desistir frente a alguns obstáculos. As metas estabelecidas no item 3 deste Programa terão as prioridades de nossa gestão em 2009. A missão tem que ser cumprida e merece ser bem cumprida.

A preocupação com a imagem da Força Aérea a ser transmitida nos contatos iniciais com os candidatos civis e alunos oriundos de Barbacena, recém-chegados na Academia, deverá ser constante, baseada na **organização**, no **respeito** e no **profissionalismo**. As atividades diárias destinadas à adaptação dos novos cadetes deverão privilegiar o espírito de corpo e a camaradagem, sendo inaceitável o trote.

No campo do aprimoramento profissional, deverá ser criteriosamente analisada a real necessidade de cursos e estágios, não sendo permitido que os interesses pessoais se sobreponham aos da Organização.

Com relação às atividades extracurriculares, não deverão ser implementadas novas ações que não estejam ligadas ao currículo e que venham a impactar no tempo livre do cadete. A criação de qualquer nova atividade deverá ser submetida à apreciação do Comandante da Academia, com as justificativas pertinentes.

Deveremos dedicar especial atenção à segurança de vôo e do trabalho, atividades que visam preservar os nossos recursos humanos e materiais. Deverão ser compatibilizadas as horas alocadas às aeronaves administrativas com o número de pilotos no QT, de modo a se obter um treinamento mínimo para cada um dos tripulantes. A distribuição equitativa das horas de vôo nos QT, ao longo do ano, será um dos objetivos da Administração.

Com relação ao PLAMOV, caberá aos chefes uma análise criteriosa quanto às implicações funcionais decorrentes da aprovação das solicitações de movimentações, inclusive aquelas por interesse particular. Os interesses da Organização deverão ser preservados, em detrimento daqueles pessoais.

Deveremos, ainda, manter uma rígida segurança das instalações e do pessoal, na área sob a nossa jurisdição, buscando sempre conservar o patrimônio territorial, as instalações e os equipamentos que compõem o acervo da Organização.

Cabe ressaltar a fiel observância aos **sete valores** que deveremos cultivar, já listados em minha Diretriz de Comando 01/2008, para a garantia de um trabalho profícuo, de um ambiente agradável e, conseqüentemente, de um pleno êxito no cumprimento de nossa missão, quais sejam: lealdade, honestidade de propósitos, coragem moral, integridade, idealismo, espírito de corpo e patriotismo.

Por fim, reafirmo que todas as nossas ações terão que estar voltadas para a nossa nobre missão: a formação dos nossos futuros oficiais. O Corpo de Cadetes da Aeronáutica deverá ter todas as atenções e prioridades necessárias ao atendimento de suas necessidades. Em contrapartida, a Administração não transigirá com falhas, de quaisquer espécies, que venham a ser cometidas pelos cadetes, principalmente aquelas que agridam, direta ou indiretamente, o Código de Honra do Cadete da Aeronáutica. Nestes casos, a complacência nunca é uma boa juíza e a Força Aérea privilegia a qualidade, e não a quantidade, dos seus recursos humanos.

Um feliz e profícuo ano a todos, sejamos felizes e que o Grande Arquiteto do Universo ilumine e abençoe os nossos caminhos.

**3 METAS PARA 2009**

1ª Meta: adotar ações de controle que contemplem todas as áreas, tendo em vista a limitação de recursos financeiros destinados à gestão da OM

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da Divisão Administrativa.

Prazo: Permanente.

2ª Meta: buscar e manter a disponibilidade diária do T-25 e T-27 em dezesseis aeronaves, a fim de permitir o cumprimento do Programa de Instrução Aérea dentro do período previsto.

Coordenador: Comandante da AFA

Gerente: Chefe da Divisão de Suprimento e Manutenção

Prazo: Permanente

3ª Meta: cumprir as instruções aérea e terrestre previstas para os Cadetes no ano de 2009, de acordo com o Plano de Ensino.

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da Divisão de Ensino.

Prazo: 18 de dezembro de 2009.

4ª Meta: priorizar as atividades de Segurança de Voo, buscando o índice de zero acidentes e a preservação dos recursos humanos e materiais.

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da SIPAA.

Prazo: Permanente.

5ª Meta: separar as redes de energia elétrica das vilas residenciais.

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da Divisão Administrativa.

Prazo: 31 de dezembro de 2009.

6ª Meta: contratar projeto executivo e iniciar a construção do novo prédio de Comando.

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da Divisão Administrativa.

Prazo: 31 de dezembro de 2009.

7ª Meta: concluir a reavaliação da atual combinação do voo com o ensino acadêmico.

Coordenador: Chefe da Divisão de Ensino.

Gerente: Chefe da Subdivisão de Instrução de Voo.

Prazo: 30 de junho de 2009.

ICA 37-351/2009

11

8ª Meta: concluir a regulamentação do TAPMIL.

Coordenador: Chefe da Subdivisão de Instrução de Voo.

Gerente: Chefe da Seção de Teste de Aptidão para Pilotagem Militar.

Prazo: 31 de março de 2009.

9ª Meta: manter uma estreita coordenação com a EPCAR com relação ao ensino de inglês e espanhol.

Coordenador: Chefe da Divisão de Ensino.

Gerente: Chefe da SDTC da DE.

Prazo: Permanente.

10ª Meta: concluir o projeto da contratação (TTC) de instrutores de voo e simulador para a AFA.

Coordenador: Comandante da AFA.

Gerente: Chefe da Subdivisão de Instrução de Voo.

Prazo: 31 de março de 2009.

#### 4 ENSINO

##### 4.1 CURSOS

###### 4.1.1 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES (CFOAV)

- a) Início: 26 de janeiro de 2009 (4º ano em 19 de janeiro).
- b) Término: 11 de dezembro de 2009.
- c) Objetivo: proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os habilitem a:
  - desempenhar as atividades de caráter militar e de preparação física, atribuídas ao Oficial Aviador;
  - cultivar as manifestações do valor militar, observando os preceitos da ética militar e o cumprimento dos deveres militares;
  - valorizar o espírito combatente e o entusiasmo pela sua condição de Oficial Aviador da FAB;
  - desempenhar os cargos e funções próprias dos primeiros postos da carreira, apoiado em um embasamento cultural compatível com a formação de nível superior;
  - planejar e executar missões de voo, limitadas à pilotagem básica nos aviões em que voarem durante o curso, ou em outros, mediante adaptação;
  - desempenhar funções específicas do Quadro de Oficiais Aviadores, que exijam aplicação de conhecimentos técnico-especializados; e
  - aplicar as técnicas, os princípios e os conhecimentos preconizados pela ciência da Administração, com prioridade para o campo público, a fim de permitir sua graduação como Bacharel em Administração Pública.
- d) Currículo Mínimo: ICA 37-113/2004.

###### 4.1.2 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES (CFOINT)

- a) Início: 26 de janeiro de 2009.
- b) Término: 11 de dezembro de 2009.
- c) Objetivo: proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os habilitem a:
  - desempenhar as atividades de caráter militar geral, normalmente atribuídas a um Oficial de Intendência da Aeronáutica;
  - desempenhar os cargos e funções próprias dos primeiros postos da carreira, apoiado em um embasamento cultural compatível com uma formação de nível superior;
  - agir, dentro e fora da vida militar, cultivando as manifestações do valor militar, observando os preceitos da ética militar e o cumprimento dos deveres militares;
  - desempenhar os cargos e funções até o posto de Capitão Intendente, apoiado em um adequado conhecimento técnico-especializado;
  - demonstrar orgulho e entusiasmo pela sua condição de Oficial do Quadro de Intendência; e

- aplicar as técnicas, os princípios e os conhecimentos preconizados pela ciência da Administração, com prioridade para o campo público, a fim de permitir sua graduação como Bacharel em Administração Pública.
- d) Currículo Mínimo: 37-89/2002

#### 4.1.3 CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA (CFOINF)

- a) Início: 26 de janeiro de 2009.
- b) Término: 11 de dezembro de 2009.
- c) Objetivo: proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os habilitem a:
  - desempenhar as atividades de caráter militar geral, normalmente atribuídas a um Oficial de Infantaria da Aeronáutica, nos primeiros postos da carreira;
  - exercer os cargos e funções próprias dos primeiros postos da carreira, apoiado em um embasamento cultural compatível com uma formação de nível superior;
  - agir, dentro e fora da vida militar, cultivando as manifestações do valor militar, observando os preceitos da ética militar e o cumprimento dos deveres militares;
  - desempenhar funções específicas do seu Quadro que exijam aplicação de conhecimentos e habilidades técnico-especializadas;
  - aplicar os conhecimentos adquiridos por meio da instrução militar ministrada durante o CFOINF;
  - demonstrar orgulho e entusiasmo pela sua condição de Oficial de Infantaria da FAB;e
  - aplicar as técnicas, os princípios e os conhecimentos preconizados pela ciência da Administração, com prioridade para o campo público, a fim de permitir sua graduação como Bacharel em Administração Pública.
- d) Currículo Mínimo: ICA 37-66/2002

#### 4.1.4 CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS (CFSD)

- a) 1ª Turma:
  - Início: 1º de março de 2009.
  - Término: 04 de julho de 2009.
- b) 2ª Turma:
  - Início: 1º de agosto de 2009.
  - Término: 07 de dezembro de 2009.
- c) Objetivo: proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os capacitem a:
  - demonstrar os sentimentos de amor e dedicação a Força Aérea e à Pátria;
  - demonstrar entusiasmo pelas atividades da Aeronáutica, pela vida militar e por sua condição de Soldados;
  - participar de solenidades, serviços e atividades afins, inerentes à vida militar;

- valorizar o conhecimento da legislação militar, como norteador de condutas e atividades;
- identificar os procedimentos mais comuns de segurança das instalações e contra-incêndio, bem como de higiene e primeiros socorros;
- participar de exercícios de campanha e de utilização de armamentos; e
- desempenhar atividades previstas para o subgrupamento a que se destinam.

d) Currículo Mínimo: IMA 37-73/1996

#### **4.1.5 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE SOLDADOS (CESD)**

- a) Início: 02 de outubro de 2009
- b) Término: 16 de novembro de 2009.
- c) Objetivo: o Curso de Especialização de Soldados (CESD) tem por objetivo a formação técnico-especializada que atenda às necessidades da Força Aérea Brasileira.
- d) Currículos Mínimos:
- ICA 37-206/2004 – Estrutura e Pintura;
  - ICA 37-202/2004 – Eletrônica;
  - ICA 37-197/2004 – Equipamento de Vôo;
  - ICA 37-203/2004 – Mecânica de Aeronaves;
  - ICA 37-211/2004 – Material Bélico;
  - ICA 37-209/2004 – Suprimento;
  - ICA 37-213/2004 – Administração;
  - ICA 37-212/2004 – Enfermagem;
  - ICA 37-207/2004 – Eletricidade;
  - ICA 37-194/2004 – Eletromecânica;
  - ICA 37-214/2004 – Guarda e Segurança;
  - ICA 37-210/2004 – Música; e
  - ICA 37-200/2004 – Auxiliar Odontológico.

#### **4.2 QUALIFICAÇÃO CONFERIDA**

**4.2.1** O Curso de Formação de Oficiais Aviadores confere a seus concluintes a Graduação de Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar;

**4.2.2** O Curso de Formação de Oficiais Intendentes confere a seus concluintes a Graduação de Bacharel em Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica;

**4.2.3** O Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica confere a seus concluintes a Graduação de Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria de Aeronáutica.

**4.2.4** O Curso de Formação de Soldados confere a seus concluintes a qualificação de Soldados de 2ª Classe da Aeronáutica.

**4.2.5** O Curso de Especialização de Soldados confere a seus concluintes a qualificação de Soldados de 1ª Classe da Aeronáutica.

### 4.3 ROTINA DA AFA

#### 4.3.1 HORÁRIO ADMINISTRATIVO

- Vôo: das 7h até às 16:45h;
- 1º expediente: das 8h às 12h;
- Almoço: das 12h às 13h 30 min; e
- 2º expediente: das 13:30h às 16:30h.

#### 4.3.2 FORMATURAS

Formaturas	Frequência
Cadetes (Parada Diária)	Todos os dias úteis, às 11:30 h
Efetivo (Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga)	Uma formatura mensal com data ASD
Educação física para os Cadetes	Todos os dias úteis, às 15:30 h
Educação física para o efetivo	Todas as terças e quintas-feiras

#### 4.3.3 ROTINA ESCOLAR

PERÍODO	ATIVIDADE	HORÁRIO
MANHÃ	Alvorada	6 h
	Café da manhã	6 h – 6 h 50 min
	1º tempo de aula	7 h – 7 h 45 min
	2º tempo de aula	7 h 50 min – 8 h 35 min
	3º tempo de aula	8 h 40 min – 9 h 25 min
	4º tempo de aula	9 h 45 min – 10 h 30 min
	5º tempo de aula	10 h 35 min – 11h 20 min
	Parada Diária	11 h 30 min
TARDE	Almoço	12 h – 12 h 50 min
	6º tempo de aula	13 h – 13h 45 min
	7º tempo de aula	13h 50 min – 14 h 35 min
	8º tempo de aula	14h 45 min – 15 h 30 min
	9º tempo de aula	15 h 50 min – 16h 35 min
	10º tempo de aula	16h 35 min – 17h 20 min
NOITE	Arriação da Bandeira	17 h 30 min
	Jantar	18 h 45 min– 19:30 min
	Revista do Pernoite	19h 30 min
	Ceia	21 h – 21h 30 min
	Silêncio	22 h

**5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA****5.1 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.1 LISTAGEM, EM ORDEM DE PRIORIDADE, DAS MISSÕES PREVISTAS ENVOLVENDO AJUDA-DE-CUSTO**

<b>Prior</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Custo (R\$)</b>	<b>Nº pessoas</b>
1	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAP	63.880,00	8
1	Curso de Tática em Natal para Oficiais recém-chegados	78.000,00	6
2	Deslocamento para a NAVAMAER	123.000,00	13
2	Exercícios, Estágios e Treinamentos militares para o CCAER	173.000,00	28
2	Microfilmagem e digitação dos arquivos de alterações no SEGECAE-RJ	16.494,12	2
3	Curso de Segurança de Vôo	52.000,00	4
3	Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Fator Humano	13.000,00	1
3	Curso de Preparação de Instrutores - CPI	286.346,75	21
3	Curso de Preparação de Instrutores para Graduados	86.809,36	12
3	Curso de Atualização de Suprimentista	15.839,36	2
3	Curso de Especialização em Logística	31.995,00	2
3	Curso de Inspetor de Suprimento	15.839,36	2
4	Curso de Mecânica Geral da Aeronave C-95	21.209,94	3
4	Curso de Mecânica Geral da Aeronave H-50	23.941,20	2
4	Estágio de Intendência Operacional	14.500,00	1
4	Curso Geral de Suprimento e Manutenção - CGSM	33.179,80	2
4	Curso Básico de Cinotecnia	18.000,00	2
5	Curso de Técnicas Aeroterrestres	19.000,00	2
5	Curso de Linux Shell Sript, Linux Samba e Linux LDAP	26.000,00	3
5	Curso J2EE (Java server pages, enterprise java beans e java web services)	16.000,00	2
5	Curso de Negociação de Contratos e Acordos	53.203,00	3
5	Curso de Identificação e Delineamento de Material - CIDMAT	21.000,00	1
5	Oficiais para o acompanhamento das atividades curriculares do Curso de Formação de Oficiais Intendentes	18.000,00	2

ICA 37-351/2009

17

Prior	Descrição da Meta	Custo (R\$)	Nº pessoas
5	Oficial para o cumprimento do Plano Curricular dos Cursos de Formação de Oficiais da AFA	12.000,00	1
5	Curso de Administração Hospitalar	14.500,00	1
5	Curso de Administração de Recursos Humanos	73.500,00	5
5	Curso de Administração de Recursos Humanos para Graduados	37.400,00	6
6	Curso Conf/Ger de Infra-estrutura Rede Win Server 2003 + Linux LPI + UML	6.440,00	1
6	Curso de Corrosão – Nível 2	11.579,04	2
6	Curso de Hardware fundamentos, Service and supporting e troubleshooting	5.000,00	1
6	Curso de Identificação e Delineamento de Material - CIDMAT	21.448,00	2
7	Curso de Língua Espanhola - CLE	39.000,00	3
7	Curso de Língua Inglesa	46.000,00	3
7	Curso de Resgate e Emergências Médicas	38.133,32	3
7	Curso de Operação GLO	11.070,52	1
7	Curso de Policiamento em Eventos	14.761,20	2
7	Introdução à Programação Orientada a Objeto, Java Programmer – Mód I e II	8.000,00	1
8	Atualização Profissional para Especialistas na área de Farmácia e Bioquímica	13.000,00	1
8	Atualização Profissional para Especialistas na área de Medicina	19.000,00	1
8	Atualização Profissional para Especialistas na área de Odontologia	13.000,00	1
<b>TOTAL</b>		<b>1.604.069,97</b>	

**5.1.2 LISTAGEM, EM ORDEM DE PRIORIDADE, DAS MISSÕES PREVISTAS ENVOLVENDO DIÁRIAS**

Prior	Descrição da Meta	Custo (R\$)	Nº pessoas
1	Viagens de Instrução NV 4 e 5 (Instrutores e Cadetes) do 1º EIA	75.000,00	224
1	Viagens de Instrução (Instrutores e Cadetes) do 2º EIA	52.684,65	408

Prior	Descrição da Meta	Custo (R\$)	Nº pessoas
1	Estágio Fisiológico do 3º Esquadrão (parte prática – 1ª/2ª/3ª turmas)	1.298,85	3
1	Deslocamento dos representantes da AFA para os locais de prova do concurso	13.903,10	12
1	Instrução de Simulador para QT do C-95	3.233,96	30
2	Pacientes e acompanhantes - SDS	65.000,00	607
2	Reunião de Operadores de Material Bélico - ROPMB	1.043,00	4
2	Reunião de Operadores de Material SSS - PAMA-LS	468,00	2
2	Curso de Comunicação Social - CCS	1.546,25	1
2	Curso de Capacitação em Economia e Finanças	11.501,23	9
2	Comissão de Fiscalização do Exame de Seleção	1496,83	2
2	Curso de Administração de Patrimônio	1.960,80	2
2	Curso de Linux Firewall e ferramentas de segurança	900,00	1
2	Curso de Prevenção de Acidentes – Fator Material	1.762,70	1
2	Curso de Prevenção de Acidentes – Nível Técnico Manutenção	1.469,21	1
3	Treinamentos das equipes do CCAer	22.375,50	130
3	Estágio Pára-quedas e Kits de Sobrevivência	2.294,24	2
3	Reciclagem sobre equipamentos de SSS - PAMA-LS	700,00	2
3	Curso de Comunicação Social para Graduados	615,50	1
3	Curso de SIAFI	1.500,00	2
3	Curso de SIASG	3.000,00	2
3	Curso de SILOMS	1.700,00	1
3	Curso de Administração em ambientes Windows Server 2003	1.400,00	2
3	Curso de Atualização Técnica em Contra-Incêndio e Salvamento - CATCIS	1.200,00	5
3	Curso de Aeronave C-95 – Sistema Elétrico	598,56	1
3	Curso de Aeronave C-95 - Hélice	1.197,12	2
3	Curso de Aeronave C-95 - Estrutura	598,56	1
3	Curso de Aeronave C-95 – Sistema Hidráulico	598,56	1
3	Curso de Atualização de Material Bélico	2.441,56	1

ICA 37-351/2009

19

Prior	Descrição da Meta	Custo (R\$)	Nº pessoas
3	Curso de Atualização Técnica de Equipamento SSS	2.568,10	2
3	Curso de HSI Motor PT-6A	2.394,24	2
3	Curso de Mecânica em microtrator (PAYS)	859,20	1
3	Curso de Motor PT-6A - Geral	2.394,24	2
3	Curso de Operador de Empilhadeira	1.197,12	2
3	Curso de Padronização de Agente de Combustível	1.316,69	2
3	Viagens de treinamento dos Instrutores de Voo do 1º e 2º EIA	23.000,00	124
3	Curso de TAI	3.123,00	2
3	Estágio de Corrosão para Graduados	761,82	2
3	Estágio de Manutenção de Manetes - aeronave -T-27	1.197,12	2
3	Estágio de Pintura de Aeronaves	1.197,12	2
3	Estágio de Soldagem TIG	598,56	1
3	Estágio de Velas e Magnetos	598,56	1
3	Comissão de Seleção das Forças Armadas (5 cidades)	8.000,00	15
3	Deslocamento do 1º EIA	13.000,00	24
3	Deslocamento do 2º EIA	11.067,00	24
3	Missões Administrativas e de Ensino para militares e civis (Cmdo, DA, e DE)	85.958,38	700
<b>TOTAL</b>		<b>432.719,33</b>	

## 5.2 PREVISÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO

AÇÃO 2000 – PREVISÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO				
MÉDIA HISTÓRICA [2006/2007/2008]				
Material Permanente [4490.52]	Despesas Correntes [3390.39-30]	Diárias Militar [3390.15]	Diárias Civil [3390.14]	Ajuda-de-Custo [3390.17]
186.259,00	5.129.731,67	407.805,33	24.914,00	1.599.697,61

## 6 CALENDÁRIO GERAL DE EVENTOS

JANEIRO			
ÁREA	DATA	EVENTO/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
ENS.	14	Concentração Final dos candidatos civis.	Subdivisão de Exame de Admissão
	19	Chegada do 4º Ano.	CCAer
	26	Chegada do 1º, 2º e 3º Anos – Início do Ano Letivo/Início do EAD.	CCAer
ADM.	1ª Quinzena	Divulgar o PTA do DEPENS aos integrantes das OE, evidenciando sua relação com o PAE e destacando os prazos previstos.	Chefe da DA
		Enviar a SEFA cópia do Relatório de Gestão previsto no Manual Eletrônico de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, aprovado pela Portaria SEFA 008, 15 FEV 2007.	ACI
	05	Remeter ao DEPENS, através de planilha padronizada pela DE-5, dados estatísticos de alunos matriculados nos cursos: oficiais, suboficiais, sargentos e civis, por Quadro, Posto/Especialidade, série, curso, sexo, número de estrangeiros, número adidos e número de matriculados por liminar [DE-5].	SDP
	14	Prestação de Contas.	ACI
	2ª quinzena	Enviar ao DEPENS as solicitações concernentes à Proposta Orçamentária do Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica para 2010, detalhando por Elemento de Despesa (ED) com as respectivas justificativas [DE-4].	SDI
	27	Solenidade Militar de Passagem de Comando do CCAER.	CCAer
	30	Dar entrada no DEPENS dos relatórios semestrais do SIPAER [DPAA].	SIPAA
OUTROS	1º	Feriado – Confraternização Universal.	
	12	Passagem de Comando do DTCEA-YS.	DTCEA-YS
	20	Aniversário de Criação do Ministério da Aeronáutica.	-

<b>FEVEREIRO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	09	CFOAv – Início de voo de T-27.	SDIV
	13	Aula Inaugural.	Chefe da DE
	20	Fim do Estágio de Adaptação (EAD).	CCAer
	26-27	Instrução teórica de Sobrevivência no Mar – 3º Ano	SIM - CCAer
<b>ADM.</b>	05	Passagem da Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga - FAYS.	FAYS
	09	Dar entrada no DEPENS as indicações para a Medalha “Mérito Santos-Dumont”. (Portaria nº 106/SCC, 20 FEV 1998). Obs: o número de indicações deverá tomar como base, o número do ano anterior [DE-5].	SDP
	11	Dar entrada no DEPENS a situação dos aeronavegantes em relação ao “Estágio de Adaptação Fisiológica para Aeronavegantes” [DPAA].	SDIV
	13	Passagem da Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga - PAYS (1/2 expediente de pagamento).	PAYS
	2ª quintzena	Preencher no SIPLORC a Proposta Orçamentária do Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica para 2010, detalhando por Elemento de Despesa (ED), em acordo com as Instruções da ICA 170-2, 27 DEZ 2007 [DE-4].	SDI
	16	Prestação de Contas.	ACI
<b>OUTROS</b>	23 a 25	Feriado – Carnaval.	-

<b>MARÇO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	02	Início do Curso de Formação de Soldados (CFSD) 1ª/2008	BINFA
	02	CFOAv – Início de vôo de T-25 (1ª turma)	SDIV
	06	Apresentação ao Estandarte - 1º Ano (1/2 expediente de pagamento).	CCAer
	13	Apresentação à Bandeira - 1º Ano	CCAer
	20	Juramento à Bandeira - 1º Ano	CCAer
	23 a 28	Instrução de Salto de Emergência - 1º Ano (1ª turma)	SIM - CCAer
	07 a 15	Instrução de Sobrevivência no Mar- 3º Ano	SIM - CCAer
	30 mar. a 04 abr.	Instrução de Salto de Emergência - 1º Ano (2ª turma)	SIM - CCAer
<b>ADM.</b>	ASD	Visita Técnica do DEPENS	Todos os setores
	16	Prestação de Contas.	ACI
	27	Solenidade Militar alusiva ao Aniversário da AFA e Dia do Especialista.	Chefe da DA
	27	Dar entrada no DEPENS a atualização do documento "Memória de Cursos das OE".	DE
<b>OUTROS</b>	08	Dia Internacional da Mulher. (Formatura no dia 09)	CCAer
	25	Aniversário da AFA e Dia do Especialista.	DA/BINFA

<b>ABRIL</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	30 mar. a 04	Instrução de Salto de Emergência - 1º ano (2ª turma).	SIM - CCAer
	25 a 30	Torneio INTERAFA.	CCAer
<b>ADM.</b>	03	Formatura Mensal (1/2 expediente de pagamento).	Chefe da DA
	05	Remeter ao DEPENS, através de planilha padronizada pela DE-5, dados estatísticos de alunos matriculados nos cursos: oficiais, suboficiais, sargentos e civis, por Quadro, Posto/Especialidade, série, curso, sexo, número de estrangeiros, número adidos e número de matriculados por liminar.	SDP
	15	Prestação de Contas.	ACI
	24	Publicação do Edital para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2010 (EA-CFOAV/CFOINT/CFOINF 2010 [DE-2]).	DE
<b>OUTROS</b>	09	Feriado – Quinta-Feira Santa.	-
	10	Feriado – Paixão de Cristo.	-
	12	Páscoa.	-
	20	Recesso Escolar – Dia não-letivo.	-
	21	Feriado – Tiradentes.	-
	22	Dia da Aviação de Caça.	-

<b>MAIO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	04-08	Exercício de Campanha 1 - 1º Ano.	SIM - CAAer
	11-12	Instrução Teórica de Sobrevivência na Selva – 4º Ano.	SIM - CAAer
	18-30	Instrução de Sobrevivência na Selva - 4º Ano (3 turmas).	SIM - CAAer
<b>ADM.</b>	04	Remeter ao DEPENS as indicações para a Medalha “Ordem do Mérito Aeronáutico”. (Portaria nº 587/SC, 15 SET 2000). Obs: o número de indicações deverá tomar, como base, o número do ano anterior [DE-5].	SDP
	08	Formatura Mensal alusiva ao Dia da Vitória (1/2 expediente de pagamento).	Chefe da DA
	08	Dar entrada no DEPENS a previsão anual de Ração Operacional (ICA 145-5, 26 OUT 2005) [DE-4].	SIM - CCAer
	14	Prestação de Contas.	ACI
		Formatura alusiva ao Aniversário do EDA.	EDA
15	Formatura alusiva ao Aniversário da PAYS	PAYS	
<b>OUTROS</b>	30	Plano de Férias da AFA.	SDP
	1º	Feriado Nacional – Dia do Trabalho.	-
	10	Dia das Mães.	-
	21	Dia do Instrutor de Vôo da AFA.	SDIV
	22	Aniversário do DTCEA-YS.	DTCEA - YS
Dia da Aviação de Patrulha.		-	

<b>JUNHO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	04	CFOAv - Fim do Voo de T-25 (1ª turma).	SDIV
	22-26	Exercício de Campanha 2 - 2º Ano.	SIM - CCAer
	ASD	16ª Reunião de Ensino – Exames de Admissão e de Seleção no Sistema de Ensino da Aeronáutica.	Chefe da DE
<b>ADM.</b>	05	Formatura Mensal (1/2 expediente de pagamento).	Chefe da DA
		Solenidade Militar alusiva ao Aniversário da FAYS.	FAYS
		Dar entrada no DEPENS a proposta de Esforço Aéreo 2010 para o PMP (IMA 55-54, de 19 NOV 1991) [DE-4].	Chefes da DA e DE
	16	Prestação de Contas.	ACI
<b>OUTROS</b>	04	Aniversário da FAYS.	FAYS
	10	Criação do Ministério da Defesa.	-
	11	Feriado Nacional – Corpus Christi.	-
	12	Recesso Escolar – Dia não-letivo.	-
		Dia do Correio Aéreo Nacional.	-
	24	Dia da Aviação de Ligação e Observação e Dia da Aviação de Reconhecimento.	-
	26	Dia da Aviação de Busca e Salvamento.	-

<b>JULHO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	13 a 17	Recesso Escolar (1/2 expediente na AFA)	Chefe da DA
	27	CFOAv - Início do Vôo de T-25 (2ª turma).	SDIV
<b>ADM.</b>	04	Formatura da 1ª Turma do CFSD.	BINFA
	05	Remeter ao DEPENS, através de planilha padronizada pela DE-5, dados estatísticos de alunos matriculados nos cursos: oficiais, suboficiais, sargentos e civis, por Quadro, Posto/Especialidade, série, curso, sexo, número de estrangeiros, número adidos e número de matriculados por liminar [DE-5].	SDP
	10	Solenidade de Entrega do Espadim.	Comando/DA/ CCAer
	16	Prestação de Contas.	ACI
	20	Solenidade Militar alusiva ao aniversário de Santos Dumont (entrega OMSD).	Chefe da DA
	30	Propor ao DEPENS a Tabela de Lotação de Aeronaves (TLA), para o ano de 2010, justificando o acréscimo ou decréscimo no quantitativo de aeronaves (ICA 55-66, 23 JUN 2008) [DE-4].	CMDO/DSM
		Dar entrada no DEPENS a proposta do Programa Anual de Atividades Aéreas para o ano de 2010 (ICA 55-66, 23 JUN 2008) [DE-4].	SDIV
	31	Dar entrada no DEPENS os relatórios semestrais do SIPAER [DPAA].	SIPAA
Dar entrada no DEPENS a Programação de Atividades de Ensino a serem desenvolvidas pela SEFA nas OE (Conferências, Palestras, Bancas Examinadoras, Estágios, Aulas, etc) para o ano 2010 [DE-1].		Chefe da DE	
<b>OUTROS</b>	13	Feriado Estadual em São Paulo.	-
	20	Expediente festivo – Aniversário de Santos-Dumont.	Chefe da DA

ICA 37-351/2009

27

<b>AGOSTO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	03	Curso de Formação de Soldados 2ª/2008.	BINFA
	29	NAVAMAER – Início.	CCAer
<b>ADM.</b>	02	Domingo Aéreo.	DA
	03	Dar entrada no DEPENS a necessidade de concurso público para o provimento de cargos de servidores civis, de acordo com os parâmetros estabelecidos nos anexos I e III da Portaria MPOG nº 45, 24 ABR 2003 e os art. 5º e 6º da Portaria MPOG nº 450, 06 NOV 2002 [DE-5].	DE
	14	Prestação de Contas.	ACI
	15	Dar entrada no DEPENS dos Pedidos de Cooperação de Instrução/Ensino (PCI/PCE), referente ao ano de 2010 [DE-1].	DE
	21	Solenidade Militar alusiva ao Dia da Intendência da Aeronáutica.	DA
31	Dar entrada no DEPENS Relatório complementar ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), informando as necessidades não dispostas no mesmo [ATI].	SINF	
<b>OUTROS</b>	06	Feriado Municipal – Aniversário de Pirassununga.	-
	07	Recesso Escolar – Dia não-letivo, referente ao Dia dos Pais.	-
	09	Dia dos Pais.	-
	23	Dia da Intendência da Aeronáutica.	-

<b>SETEMBRO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	04	NAVAMAER – Término.	CCAer
	16 a 20	Viagem de Estágio – 3º Ano (1ª turma).	DE
	18	Início da Viagem Internacional de Estudos – 4º Ano.	CMDO/CCAer
	23 a 27	Viagem de Estágio – 3º Ano (2ª turma).	DE
<b>ADM.</b>	ASD	Visita Técnica do DEPENS.	Todos os setores
	07	Desfile do Dia da Independência.	CCAer/BINFA
	11	Atividades alusivas aos 100 Dias.	CCAer
	16	Prestação de Contas.	ACI
	28	Dar entrada no DEPENS as informações necessárias para a atualização da TCA 37-3, relativas ao ano 2010, e as datas de início e término dos cursos de sua responsabilidade, para 2011, que exijam Exames de Admissão/Seleção para o ingresso [DE-1].	DE
	30	Remeter ao DEPENS, em mídia, os subsídios para elaboração do PTA DEPENS 2010 (calendário escolar e administrativo, metas, etc.) [DE-6].	DA
<b>OUTROS</b>	01	Dia do Profissional de Educação Física.	-
	07	Dia da Independência	-
	20	Nascimento do Marechal Eduardo Gomes.	-

OUTUBRO			
ÁREA	DATA	EVENTO/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
ENS.	02	Início do Curso de Especialização de Soldados (CESD).	BINFA
	05-09	Exercício de Campanha 3 – 3º Ano.	SIM - CCAer
	06	Término da Viagem Internacional de Estudos – 4º Ano.	CMDO/CCAer
	28	CFOAv – Fim do Vôo de T-25 (2ª turma).	SDIV
ADM.	05	Remeter ao DEPENS, através de planilha padronizada pela DE-5, dados estatísticos de alunos matriculados nos cursos: oficiais, suboficiais, sargentos e civis, por Quadro, Posto/Especialidade, série, curso, sexo, número de estrangeiros, número adidos e número de matriculados por liminar [DE-5].	SDP
	09	Publicação do Edital para o Exame de Seleção aos Cursos de Formação de Oficiais Intendentes e de Infantaria do ano de 2010 (ES- CFOINT/CFOINF 2010) [DE-2].	DE
	13-16	6º Congresso Acadêmico de Defesa Nacional (CADN) na AFA.	DE
	15	Prestação de Contas.	ACI
	19	Remeter ao DEPENS as indicações para a Medalha “Bartolomeu de Gusmão” (Decreto 4.208, 23 ABR 2002 e Portaria 1360/SC, 30 DEZ 2004). Obs: o número de indicações deverá tomar, como base, o número do ano anterior [DE-5].	SDP
	23	Solenidade do Dia do Aviador.	DA
	26	Dar entrada no DEPENS a proposta de indicação dos Patronos e dos Paraninfos do CFOAV, CFOINT e CFOINF. (Aviso 001/GM3/001, 04 FEV 1992 [DE-5].	CMDO/CCAer
30	Dar entrada no DEPENS a proposta do Plano Plurianual de Obras para 2010, em mídia eletrônica (modelo planilha na ICA 86-1, 19 JUL 2005) [DE-4].	DA	

<b>OUTUBRO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ADM.</b>	31	Dar entrada no DEPENS as declarações de acumulação de cargos dos docentes e as atas de reunião da COPEMA (Art. 2º da Portaria DEPENS nº 069/DE-5, 15 JUL 1991) [DE-5].	DE
		Dar entrada no DEPENS as fichas QM-1 e QM-2 dos docentes pertencentes ao Quadro do Magistério da Aeronáutica (ICA 37-96, 08 FEV 2001) [DE-5].	DE
<b>OUTROS</b>	12	Feriado Nacional – Nossa Senhora Aparecida.	-
	15	Dia do Professor.	-
	17	Dia da Indústria Aeronáutica Brasileira.	-
	18	Dia do Médico.	-
	20	Dia Mundial do Controlador de Tráfego Aéreo.	-
	23	Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira.	-
	28	Dia do Funcionário Público.	-

ICA 37-351/2009

31

<b>NOVEMBRO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	20	CFOAv – Fim do Vôo de T-27.	SDIV
	23-27	Exercício de Campanha 4 – 4º ano.	SIM - CCAer
<b>ADM.</b>	06	Formatura Mensal.	DA
	1ª quinzena	Distribuição do PTA DEPENS 2010.	DEPENS
	16	Prestação de Contas.	ACI
		Formatura do CESD.	BINFA
	19	Solenidade Militar alusiva ao Dia da Bandeira.	BINFA
	20	Remeter ao DEPENS a relação, impressa, de concluintes do CFOAV, CFOINT e CFOINF, em ordem de classificação, com um disquete/CD contendo arquivo eletrônico dos anexos impressos [DE-5].	DE
	23	Prêmio 1º Colocado – Portaria 1229/MD, 20 SET 2006 e 467/GC3, 27 JUN 2008 : Dar entrada no DEPENS os nomes dos 1º Colocados no CFOAV/CFOINT e CFOINF [DE-5].	DE
<b>OUTROS</b>	02	Feriado Nacional – Finados.	-
	15	Proclamação da República.	-
	19	Dia da Bandeira Nacional.	-

<b>DEZEMBRO</b>			
<b>ÁREA</b>	<b>DATA</b>	<b>EVENTO/ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>ENS.</b>	18	Fim do Ano Letivo.	DE
<b>ADM.</b>	1ª sem.	Simpósio da I FAE.	DE
	ASD	JEA – CFOAv/CFOInt/CFOInf – 2010.	DE
	07	Dar entrada no DEPENS os resultados do TACF realizados doo alunos/estagiários dos diferentes cursos [DE-1].	CCAer
	11	Solenidade do Aspirantado.	DA
	1ª quinzena	Dar entrada no DEPENS, para aprovação, em média, os PAE 2010 próprios ou das OE subordinadas [DE-6].	DA
	17	Prestação de Contas.	ACI
<b>OUTROS</b>	02	Dia do Serviço de Saúde da Aeronáutica.	-
	11	Dia da Infantaria.	-
	25	Natal.	-

**7 DISPOSIÇÕES FINAIS**

O Comandante da Academia da Força Aérea expedirá Portaria revogando o Programa de Atividades Escolares da AFA para 2008.

As situações não previstas neste Programa de Trabalho serão submetidas à apreciação do Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **Programa de Trabalho Anual do DEPENS para 2009**: ICA 19-77. Rio de Janeiro, 2008. 50 p.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Glossário da Aeronáutica**: MCA 10-4. Brasília, 2001. 164 p.

\_\_\_\_\_. **Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica**: MCA 10-4. Brasília, 2002. 60 p.

**Anexo A - Fatores de Planejamento**

- Efetivo no início da cada ano

	AFA	FAYS	DTCEA	PAYS	EDA	TOTAL
<b>Oficiais</b>	236	10	8	1	16	271
<b>Cadetes</b>	807	-	-	-	-	807
<b>SO/Sgt</b>	503	18	105	8	25	660
<b>CB</b>	78	5	2	5	1	90
<b>QTA</b>	35	2	-	-	-	37
<b>SD</b>	490	40	11	28	19	591
<b>Civis</b>	121	6	-	3	-	127
<b>TOTAL</b>	2270	81	126	45	61	2583

- Corpo docente
  - 72 professores
- Capacidade máxima de alunos
  - 902 cadetes (790 masculinos e 112 femininos)
- Número de alojamentos
  - 210 apartamentos
- Número de salas de aula
  - 19

## Anexo B – Esforço Aéreo para 2009

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA			
Aeronave	Dotação	2009	
		Solicitado	Concedido
T-27	31	16.120:00	Em análise
T-25 A	22	7.533,30	Em análise
T-25 C	12	5.022,00	Em análise
C-95	2	650:00	Em análise
H-50	2	550:00	Em análise
G-19	2	200:00	Em análise
G-19A	2	400:00	Em análise
G-180	2	200:00	Em análise
Z-180	2	200:00	Em análise
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>30.875:30</b>	

**Anexo C – Plano de Missões Próprias para 2009**

- Esforço aéreo necessário para a AFA em 2009

<b>CMDO AE FAE Apoiador</b>	<b>Unidade Aérea</b>	<b>ANV Tipo</b>	<b>Esforço Aéreo h</b>	<b>CMDO Apoiado</b>	<b>Organização Apoiada</b>
II FAe	3º/8º GAv	H-34	08:00	DEPENS	AFA
	2º/10º GAv	SC-95B	26:00		
		UH-1H	18:00		
	7º/8º GAv	H-70	95:00		
V FAe	1º GTT	C-130H	58:00		
	1º/1º GT		118:40		
	1º/2º GT	C-99A	115:20		
	2º/2º GT	KC-137	25:30		
	1º/9º GAv	C-105A	56:50		
III COMAR	3º ETA	C-95A/B	13:20		
		C-97	114:35		
IV COMAR	4º ETA	C-95A/B	42:40		
		C-97	05:00		
VII COMAR	7º ETA	C-97	21:00		
<b>Total do PMP</b>			<b>717:55</b>		



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA DEPENS Nº 281 /DE-1, DE 30 DE AGOSTO DE 2011.

Aprova a Instrução referente à Avaliação do Ensino, ICA 37-11.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso III, do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 37-11 – “Avaliação do Ensino”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 221/DE-1, de 21 de agosto de 1998.

Ten Brig do Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO  
Diretor-Geral do DEPENS

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ENSINO**

ICA 37-11

INSTRUÇÃO REFERENTE À  
AVALIAÇÃO DO ENSINO

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



**ENSINO**

ICA 37-11

INSTRUÇÃO REFERENTE À

AVALIAÇÃO DO ENSINO



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA DEPENS Nº 281/DE-1, DE 30 DE AGOSTO DE 2011.

Aprova a Instrução referente à Avaliação do Ensino, ICA 37-11.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso III, do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 37-11 – “Avaliação do Ensino”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 221/DE-1, de 21 de agosto de 1998.

Ten Brig do Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO  
Diretor-Geral do DEPENS

(Publicado no BCA nº 168, de 1º de setembro de 2011)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	5
1.1	<u>FINALIDADE</u> .....	5
1.2	<u>ÂMBITO</u> .....	5
<b>2</b>	<b>AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE</b> .....	6
2.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	6
2.2	<u>AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO (ADC) E AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR (ADP)</u> .....	6
2.3	<u>AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO (ADA)</u> .....	9
2.4	<u>MÉDIA FINAL, CONCEITO E MENÇÃO FINAL</u> .....	10
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÃO DA INSTRUÇÃO</b> .....	11
3.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	11
3.2	<u>PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS</u> .....	11
3.3	<u>RECOMENDAÇÕES</u> .....	12
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE</b> .....	13
4.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	13
4.2	<u>PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS</u> .....	13
4.3	<u>RECOMENDAÇÕES</u> .....	14
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO DOS MEIOS DE AVALIAÇÃO</b> .....	15
5.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	15
5.2	<u>PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS</u> .....	15
5.3	<u>RECOMENDAÇÕES</u> .....	15
<b>6</b>	<b>AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO</b> .....	16
6.1	<u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u> .....	16
6.2	<u>PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS</u> .....	16
6.3	<u>RECOMENDAÇÕES</u> .....	16
6.4	<u>REMESSA DO RELATÓRIO DO DEPENDENTE</u> .....	17
<b>7</b>	<b>DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES</b> .....	18
7.1	<u>ACOMPANHAMENTO DO DISCENTE COM BAIXO RENDIMENTO</u> .....	18
<b>8</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	20
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	21

ICA 37-11/2011

**1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****1.1 FINALIDADE**

A presente instrução tem por finalidade detalhar a sistemática de avaliação do ensino nos cinco campos: Avaliação do Corpo Discente, da Instrução, do Corpo Docente, dos Meios de Avaliação e do Currículo, bem como indicar os procedimentos a serem adotados em cada campo.

**1.2 ÂMBITO**

**1.2.1** Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS.

**1.2.2** Organizações da Aeronáutica que ministrem cursos e/ou estágios, utilizando-se das normas do DEPENS e que a ele solicitem assessoria técnico-pedagógica.

## 2 AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE

### 2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A avaliação do corpo discente refere-se a informações sobre o aproveitamento do aluno nas avaliações dos domínios cognitivo, psicomotor e afetivo.

### 2.2 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO (ADC) E AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR (ADP)

A avaliação desses dois domínios incide sobre os conhecimentos e habilidades adquiridos e/ou desenvolvidos pelo instruendo como resposta aos objetivos estabelecidos nos domínios cognitivo e psicomotor.

#### 2.2.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

##### 2.2.1.1 Modalidades de Avaliação

A avaliação da aprendizagem do discente nos domínios cognitivo e/ou psicomotor pode ser realizada com finalidade diagnóstica, formativa ou somativa.

A avaliação com finalidade diagnóstica visa a averiguar, nos alunos, a presença ou ausência de conhecimentos prévios, conhecimentos estes que funcionem como pré-requisitos ou comportamentos de entrada. Ocorre antes de uma nova aprendizagem.

A avaliação com finalidade formativa visa a fornecer informações, durante o desenrolar do processo ensino-aprendizagem, sobre o grau de domínio, pelos alunos, dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações na aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes. A avaliação formativa constitui-se, por si só, numa fixação da aprendizagem.

As avaliações diagnóstica e formativa não devem ser utilizadas para atribuição de graus, certificados ou seleção de alunos.

A avaliação com finalidade somativa é adotada para classificar os alunos segundo níveis de aproveitamento expressos em graus, concluindo-se sobre sua aprovação ou não.

Os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações somativas devem ser computados na obtenção de sua média final.

##### 2.2.1.2 Instrumentos

Para avaliar o discente nesses dois domínios, empregam-se os seguintes instrumentos com finalidade diagnóstica, formativa e somativa:

- a) testes de sondagem: englobam os testes iniciais, aplicados com finalidade diagnóstica. Cabe ressaltar que o pré e o pós-teste não se enquadram nesta categoria, pois têm como objetivo avaliar a instrução, e não o discente;
- b) verificações imediatas: englobam os testes e os trabalhos escolares, aplicados com finalidade formativa; e
- c) verificações de aprendizagem: englobam as provas (escritas, orais e/ou práticas) e os trabalhos avaliados, aplicados com finalidade somativa. Encontram-se nesta categoria as provas parciais, finais, de 2ª chamada, de recuperação e de 2ª época.

**2.2.1.3** A prova escrita, em função dos itens que a compõem, pode ser dos seguintes tipos:

- a) objetiva: é aquela composta de questões para as quais só existe uma resposta correta, previamente estabelecida. Com isso, elimina-se a subjetividade na correção. Classificam-se como objetivas as provas compostas de questões de múltipla escolha, associação, falso/verdadeiro, completamento e ordenação;
- b) de resposta livre: é aquela composta de questões as quais o avaliado elabora a resposta, dando-lhe uma organização pessoal. As provas de resposta livre podem ser compostas de questões de dois tipos:
  - discursiva: caracteriza-se por ter o conteúdo como exigência principal, não solicitando a opinião do avaliado sobre o assunto; e
  - dissertativa: é aquela em que se solicita ao avaliado que demonstre o conhecimento de um determinado assunto, bem como o seu posicionamento pessoal em relação ao mesmo.
- c) Situação-problema: é aquela composta de questões que apresentam a simulação de um problema, cabendo ao avaliado apresentar uma solução para o mesmo. As questões desse tipo podem ser apresentadas sob a forma de prova de resposta livre ou prova objetiva; e
- d) mista: é aquela que possui questões de mais de um tipo em sua composição. Só deve ser utilizada, no entanto, quando a natureza do assunto avaliado assim o exigir. O setor de avaliação deve considerar que a mudança de raciocínio efetuada cada vez que o aluno responde a um tipo de questão diferente pode influenciar negativamente sua performance.

**2.2.2** LEVANTAMENTO DE RESULTADOS

**2.2.2.1** Os resultados das verificações de aprendizagem (avaliações somativas) devem ser expressos de modo a ser possível comparar o rendimento do discente com um ponto de corte ou padrão de rendimento previamente estabelecido.

**2.2.2.2** Os Pontos de Corte, conceitos e menções a serem aplicados para cada curso/estágio deverão ser estabelecidos no Plano de Avaliação de cada Organização de Ensino.

**2.2.2.2** O grau absoluto, adotado para fins de comparação com o ponto de corte, é o total de pontos obtido pelo instruído numa verificação de aprendizagem, cuja escala varia de zero a dez.

### **2.2.3 INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS**

**2.2.3.1** Cabe à Organização de Ensino especificar, em seu Plano de Avaliação, se há alocação de pesos diferenciados para as verificações de aprendizagem. Caso a Organização de Ensino verifique a necessidade de alterar os pesos adotados, esta alteração deve ser acompanhada de uma exposição de motivos, inclusa no Plano de Avaliação, justificando a nova alocação de pesos.

**2.2.3.2** As ADC e ADP devem ter seus resultados expressos sob a forma de graus absolutos e o Plano de Avaliação deve informar como será processado o cômputo de tais resultados.

**2.2.3.3** Os critérios para aprovação devem constar do Plano de Avaliação. Além da indicação dos graus mínimos, deve-se estabelecer o percentual de frequência mínima às atividades escolares.

### **2.2.4 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS**

**2.2.4.1** O Setor de Avaliação deve manter um registro atualizado dos resultados obtidos pelos discentes, individualmente, em todas as verificações de aprendizagem realizadas no decorrer do Curso/Estágio. Esse registro deve ser feito na ficha individual dos discentes, que deve permanecer arquivada no Setor de Avaliação, tendo em vista a realização de estudos posteriores.

**2.2.4.2** O Setor de Avaliação deve comunicar aos discentes os graus por eles obtidos nas verificações de aprendizagem, utilizando ou não um sistema de código. Caso a Organização de Ensino opte por comunicar, exclusiva ou concomitantemente, os resultados dos discentes em conceitos, devem ser adotadas as faixas conceituais estabelecidas para a Menção Final conforme estabelecido no item 7.2 desta ICA.

### **2.2.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES**

**2.2.5.1** O Setor de Avaliação deve envidar reforços no sentido de estabelecer que todas as verificações de aprendizagem sejam passíveis de revisão, quando solicitada pelo discente. Para isso, recomenda-se a realização da crítica de verificação de aprendizagem, que também proporciona reforço da aprendizagem

**2.2.5.2** O Plano de Avaliação deve estabelecer se é possível aplicar uma prova de 2ª chamada ao discente que faltar por motivo justificado a uma verificação de aprendizagem, observando-se que tal avaliação deve ser formulada utilizando-se os mesmos critérios adotados em relação à primeira verificação.

**2.2.5.3** Devem ser mencionados, no PAVL, os procedimentos relativos à avaliação de alunos estrangeiros, fazendo referência à legislação específica para tal.

**2.2.5.4** O Plano de Avaliação deve ainda especificar todas as situações de avaliação que podem levar o discente à apreciação do Conselho de Ensino/Conselho de Desempenho Acadêmico/Conselho de Aptidão, conforme o caso.

**2.2.5.5** As Organizações de Ensino de pós-graduação que realizam seleção de instrutores entre os alunos de seus cursos devem remeter, em anexo ao Plano de Avaliação, o documento que especifica os critérios para tal seleção.

### **2.3 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO (ADA)**

#### **2.3.1 INTRODUÇÃO**

**2.3.1.2** A avaliação do domínio afetivo refere-se a informações sobre as mudanças de comportamento ocorridas nos discentes durante o processo ensino-aprendizagem, no que concerne a: interesses, atitudes, valores e apreciações. É uma avaliação realizada, essencialmente, com finalidade formativa, e os instrumentos utilizados para a ADA são fichas de verificação de desempenho, preenchidas a partir da observação das mudanças de comportamentos - específicos do domínio afetivo - manifestadas pelos discentes no decorrer do curso/estágio.

**2.3.1.3** Para efetuar tal avaliação, a Organização de Ensino deve estabelecer, de antemão, os objetivos do domínio afetivo que pretende que os alunos atinjam. A partir da determinação desses objetivos, serão construídos os instrumentos que irão colher os dados sobre o desempenho dos discentes.

#### **2.3.2 PROCEDIMENTOS**

**2.3.2.1** Recomenda-se que, sempre que possível, a avaliação seja horizontal e vertical, ou seja, que cada discente seja avaliado por seus pares e superiores hierárquicos. Sugere-se que o Setor de Avaliação envide esforços no sentido de introduzir, também, a auto-avaliação do discente.

**2.3.2.2** Uma avaliação contínua, desenvolvida no transcorrer do curso/estágio, provê informações mais detalhadas a respeito das mudanças ocorridas a nível afetivo.

**2.3.2.3** As ADA devem ter seus resultados expressos sob a forma de graus absolutos ou conceitos, e o Plano de Avaliação deve informar como será processado o cômputo de tais resultados. No caso da ADA ser realizada também com finalidade somativa, devem ser estabelecidas as exigências mínimas para aprovação do discente neste domínio. Ressalta-se que para as Organizações de Ensino que ministrem cursos/estágios com duração inferior a seis meses, recomenda-se evitar a realização da avaliação do domínio afetivo com finalidade somativa, tendo em vista o curto período para observar as mudanças comportamentais em cada discente.

**2.3.2.4** Cabe ao Setor de Avaliação elaborar, ao final do curso/estágio, uma ficha contendo a síntese das ADA de cada discente, com a finalidade de apresentar, sinteticamente, a performance do aluno nos atributos avaliados. Os discentes devem ser informados dos resultados das fichas e o Setor de Avaliação deve manter tais informações em arquivo.

#### **2.3.3 INSTRUMENTOS**

Para se proceder à ADA, torna-se necessária a construção de instrumentos de medida adequados à sua natureza. Na elaboração de tais instrumentos deve-se:

- a) delimitar os atributos a serem considerados;
- b) definir os atributos;
- c) listar pautas de comportamentos representativos de cada atributo;
- d) elaborar um instrumento experimental e aplicá-lo a uma amostra representativa;
- e) analisar os itens que compõe o instrumento;

- f) elaborar o instrumento definitivo;
- g) desenvolver estudos de validade e fidedignidade; e
- h) elaborar o manual de aplicação do instrumento.

#### 2.3.4 AVALIADORES

**2.3.4.1** O preenchimento dos instrumentos de avaliação deve ser feito por avaliadores previamente treinados e o Setor de Avaliação deve envidar esforços para manter programas de treinamento visando a padronização dos avaliadores, especialmente quando tratar de avaliação horizontal.

**2.3.4.2** Para controlar a subjetividade dos avaliadores, sugere-se obter um número significativo de informações sobre os discentes em circunstâncias, condições e situações variadas e usar instrumentos específicos na obtenção dos indicadores.

#### 2.4 MÉDIA FINAL, CONCEITO E MENÇÃO FINAL

**2.4.1** A Média Final, expressa numericamente, retrata o aproveitamento global do instruído. É estabelecida através do cálculo da média aritmética, ponderada ou não, dos resultados obtidos pelo discente nas ADC, ADP, e ADA.

**2.4.2** Nos casos das organizações de ensino que não efetuem avaliações nos três domínios, a média final do discente será igual a média aritmética dos graus obtidos nas avaliações realizadas.

**2.4.3** Cabe à organização de ensino estipular, no Plano de Avaliação, os pesos estabelecidos para as ADC, ADP e ADA no cômputo da Média Final.

**2.4.4** A Média Final deve ser adotada com a finalidade de classificação dos discentes, ao término de um curso/estágio, e para tal devem ser consideradas apenas as avaliações comuns a todos os discentes.

**2.4.5** Para as organizações de ensino que adotem expressar a Média Final em forma de conceito ou menção, ao discente que igualar/supera o ponto de corte estipulado, deverá ser observado o disposto na tabela a seguir:

MÉDIA FINAL	CONCEITO	MENÇÃO	
		MUITO BEM	MB
$\geq 9,5 < 10,0$	A+	MUITO BEM	MB
$\geq 9,0 < 9,5$	A-	BEM	B
$\geq 8,5 < 9,0$	B+		
$\geq 8,0 < 8,5$	B-		
$\geq 7,0 < 8,0$	C+	SATISFATÓRIO	S

### **3 AVALIAÇÃO DA INSTRUÇÃO**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A avaliação da instrução procura verificar se as atividades de ensino desenvolvidas propiciaram aos alunos o alcance dos objetivos estabelecidos. Para isso, durante o desenrolar do processo ensino-aprendizagem, devem ser coletadas, processadas e interpretadas informações que possibilitem uma visão pormenorizada acerca da qualidade da instrução ministrada, bem como realizar ajustes necessários ao seu aperfeiçoamento.

#### **3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS**

Para se obter uma configuração precisa a respeito da qualidade da instrução ministrada, o setor de avaliação poderá lançar mão de informações oriundas de indicadores diretos e indiretos.

##### **3.2.1 INDICADORES DIRETOS**

###### **3.2.1.1 Observações sistemáticas**

Tratam-se de observações diretas da instrução feitas por discentes, elementos do corpo docente e/ou da administração escolar, em instrumentos criados especificamente para tal.

###### **3.2.1.2 Análise de pré e pós-testes**

Refere-se à análise comparativa dos resultados obtidos pelos alunos no pré-teste - avaliação aplicada antes da instrução, com o objetivo de verificar o grau de conhecimento anterior do discente sobre o assunto de ser ministrado - e no pós-teste - avaliação aplicada ao término da instrução, idêntica ou similar ao pré-teste, que objetiva verificar o grau de conhecimento adquirido pelos discentes que pode ser atribuído à instrução ministrada.

##### **3.2.2 INDICADORES INDIRETOS**

###### **3.2.2.1 Informações obtidas através da avaliação do docente**

Trata-se de informações colhidas sobre o desempenho do docente em sala de aula e que são significativas para a avaliação da instrução, tais como: utilização de métodos e técnicas de ensino, domínio de conteúdo e linguagem utilizada.

###### **3.2.2.2 Informações obtidas através da avaliação do corpo discente**

Referem-se à análise dos resultados obtidos pelos discentes em todas as avaliações a que sejam submetidos.

###### **3.2.2.3 Informações obtidas através da avaliação dos meios da avaliação**

Trata-se especificamente da análise do conteúdo das respostas emitidas em itens abertos e da incidência de respostas por alternativas dos itens de múltipla escolha.

### 3.3 RECOMENDAÇÕES

**3.3.1** A avaliação da instrução está diretamente relacionada à avaliação do corpo docente e esta relação deve ser levada em consideração. É cabível, inclusive, a construção de um instrumento de medida que avalie simultaneamente a instrução e corpo docente.

**3.3.2** Para aferir a aquisição de aprendizagem dos alunos em decorrência da instrução ministrada numa disciplina, o setor de avaliação poderá efetuar a comparação dos resultados obtidos nos pré e pós-testes recorrendo ao cálculo do “ganho individual” e do “ganho grupal”.

**3.3.3** O “ganho individual”, que é concebido como o resultado da divisão do ganho observado pelo ganho possível, é apurado através da determinação do “índice de efetividade por ganho individual” por intermédio da seguinte fórmula.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE POR GANHO INDIVIDUAL	=	NOTA NO PÓS-TESTE - NOTA NO PRÉ-TESTE
		NOTA MÁX POSSÍVEL - NOTA NO PRÉ-TESTE

Exemplo: João tirou 3,0 no pré-teste e 8,0 no pós-teste, num máximo de 10,0 pontos.

Seu ganho individual é:  $\frac{8,0 - 3,0}{10,0 - 3,0} = 0,71$  o que significa que ele ganhou 71% do possível.

**3.3.4** O “ganho grupal” é calculado após se apurar a média do grupo nos pré e pós-testes.

Para se conhecer o “ganho grupal”, através da seguinte fórmula:

ÍNDICE DE EFETIVIDADE POR GANHO GRUPAL	=	MÉDIA DO GRUPO NO PÓS-TESTE	-	MÉDIA DO GRUPO NO PRÉ-TESTE
		MÁX POSSÍVEL NO PÓS-TESTE	-	MÉDIA DO GRUPO NO PRÉ-TESTE

Se o grupo apresentou uma média de 2 pontos no pré-teste, 7 pontos no pós-teste, que valia 10 pontos, o índice seria de:

$\frac{7 - 2}{10 - 2} = 0,63$  o que significaria que o grupo como um todo ganhou 63% do possível, por meio da instrução ministrada.

#### **4 AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE**

##### **4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**4.1.1** A avaliação do corpo docente é responsável pelo fornecimento de informações acerca da qualidade dos esforços do docente no direcionamento da aprendizagem dos alunos.

**4.1.2** A finalidade da avaliação do docente é formativa, ou seja, o aperfeiçoamento do desempenho do instrutor ou do professor.

##### **4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

**4.2.1** Para efetuar a avaliação formativa do desempenho do docente, pode-se lançar mão de indicadores diretos e indiretos.

##### **4.2.1 INDICADORES DIRETOS**

###### **4.2.1.1 Observações sistemáticas**

Trata-se de observações diretas da atuação do docente. Tais observações devem ser registradas em instrumentos específicos, construídos para tal fim, após um criterioso levantamento dos aspectos relevantes a avaliar no desempenho do docente.

Faz-se necessário efetuar o treinamento dos avaliadores, ou seja, de todos aqueles que serão chamados a preencher os instrumentos que podem ser: os alunos, considerando-se o grande contato destes com o professor; e os membros da Divisão de Ensino, chamados a assistir às aulas ministradas pelo docente e a opinar sobre elas. Não se deve restringir, contudo, as observações ao ponto de vista do aluno.

###### **4.2.1.2 Análise do planejamento feito pelo docente**

Refere-se à análise das pastas montadas pelo docente contendo informações sobre o planejamento das aulas por ele ministradas.

A análise deve ser associada a outros procedimentos, tendo em vista que a pasta pode não representar a verdadeira atuação do docente.

###### **4.2.1.3 Análise da confecção de itens de teste**

A análise da qualidade dos itens de teste elaborados pelo docente, bem como de outros instrumentos de medida usados na avaliação do aluno, constitui-se num indicador do desempenho do docente.

Tal como a análise do planejamento feito pelo docente, sua utilização deve estar associada a outros procedimentos.

###### **4.2.1.4 Auto-avaliação**

Procedimentos que se caracteriza por ser o próprio docente quem emite julgamento acerca de seu desempenho.

#### 4.2.2 INDICADORES INDIRETOS

##### 4.2.2.1 Resultados obtidos pelos alunos em avaliações da aprendizagem

Os resultados obtidos pelos alunos em avaliações formativas fornecem as informações mais adequadas para avaliar o docente, embora os resultados de avaliações somativas também se constituam em indicadores - ainda que superficiais - do desempenho do docente.

Não devem ser adotados como procedimentos únicos, e sim associados a outros.

##### 4.2.2.2 Levantamento das respostas emitidas pelos alunos em avaliações da aprendizagem

A análise da incidência das respostas, em questões objetivas, ou do conteúdo das respostas, em questões de resposta livre, constitui-se num indicador indireto do desempenho do docente.

##### 4.2.2.3 Informações obtidas através da avaliação da instrução

As informações coletadas pela avaliação da instrução também se constituem em indicadores para a avaliação do docente, tendo em vista caber ao docente, responsável por ministrar a instrução, a opção por técnicas e procedimentos didáticos adequados à aprendizagem dos alunos.

#### 4.3 RECOMENDAÇÕES

**4.3.1** A avaliação do corpo docente está diretamente relacionada à avaliação da instrução e esta relação não deve jamais ser deixada de lado. É cabível, inclusive, a construção de um instrumento de medida que avalie simultaneamente os campos docente e instrução.

**4.3.2** O Setor de Avaliação da Organização de Ensino deve comunicar ao docente os resultados obtidos acerca de seu desempenho, sintetizando as informações coletadas dos vários indicadores adotados.

**4.3.3** A Divisão de Ensino deve desenvolver, sob sua subordinação e tomando por base os resultados obtidos acerca da avaliação dos docentes, atividades específicas visando o aperfeiçoamento dos docentes, atividades estas que, além da preocupação em aumentar a qualidade do desempenho do corpo docente, voltar-se-iam para o constante aprimoramento dos mesmos.

**4.3.4** Os resultados obtidos na avaliação do docente, com vistas ao seu aperfeiçoamento, não devem ser utilizados com finalidade somativa, ou seja, para emitir julgamentos que objetivam a progressão funcional do docente (promoção, admissão e/ou demissão).

**4.3.5** Faz-se necessária a opção por mais de um indicador para avaliar o docente, recomendando-se a adoção de pelo menos dois dos procedimentos listados, sendo essencial o cruzamento das informações obtidas.

## **5 AVALIAÇÃO DOS MEIOS DE AVALIAÇÃO**

### **5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A avaliação dos meios de avaliação procura identificar a adequação de todos os instrumentos utilizados pelo Setor de Avaliação para coleta de dados nos campos sobre os quais incide a avaliação, bem como a adequação da própria sistemática de emprego dos instrumentos de medida.

### **5.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

A avaliação dos meios de avaliação vale-se de indicadores diretos, tais como:

- a) estudos de validade e fidedignidade dos instrumentos utilizados, quer sejam verificações de aprendizagem quer sejam questionários, fichas de observação, entre outros;
- b) análise gráfica e/ou estatística dos resultados das verificações de aprendizagem;
- c) pesquisas de opinião junto ao corpo discente e docente sobre a propriedade dos instrumentos utilizados;
- d) análise dos pedidos de revisão de graus; e
- e) análise dos itens que compõem as provas escritas objetivas.

### **5.3 RECOMENDAÇÕES**

O Setor de Avaliação deve elaborar um banco de itens objetivos, mantendo-o constantemente atualizado através do registro dos índices obtidos pela análise de itens.

## **6 AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO**

### **6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**6.1.2** A avaliação do currículo é desenvolvida ao final de um curso, estágio ou ano letivo e procura coletar dados acerca do trabalho desenvolvido pela organização encarregada de ministrar o curso/estágio, ou seja, sobre o planejamento de ensino e sua implementação.

**6.1.3** Para proceder a avaliação curricular torna-se necessário cruzar todas as informações obtidas nos outros quatro campos da avaliação para que, a partir de informações parciais, possa se obter uma visão global a respeito do currículo desenvolvido pela organização.

### **6.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Para avaliar o currículo, o setor de avaliação da Organização de Ensino pode valer-se de indicadores diretos e indiretos.

#### **6.2.1 INDICADORES DIRETOS**

##### **6.2.1.1 Análise de questionários**

Trata-se da análise dos questionários criados especificamente para coletar a opinião dos discentes sobre o currículo desenvolvido, quanto aos seguintes aspectos: carga horária alocada, adequação dos objetivos, perfil de relacionamento das disciplinas, adequação dos métodos, técnicas e recursos audiovisuais, adequação das ementas, recursos humanos, materiais e sistemática de avaliação empregada. Esses questionários devem ser aplicados ao final de um curso/estágio.

##### **6.2.1.2 Análise das opiniões colhidas em entrevistas com docentes, discentes e componentes da Divisão de Ensino**

#### **6.2.2 INDICADORES INDIRETOS**

##### **6.2.2.1 Análise de relatórios dos demais campos**

Trata-se da análise de todos os relatórios que contenham a síntese das informações coletadas nos demais campos da avaliação, especialmente no campo avaliação da instrução.

### **6.3 RECOMENDAÇÕES**

**6.3.1** A avaliação do currículo deve se prender a aspectos ligados ao planejamento desenvolvido pela Organização de Ensino, quais sejam carga horária; adequação dos objetivos; perfil de relacionamento das disciplinas; adequação dos métodos, técnicas e recursos audiovisuais, adequação das ementas; sistemática de avaliação; apoio ao ensino e recursos materiais e humanos, dentre outros.

**6.3.2** O relatório contendo a síntese da avaliação curricular deverá ser remetido pelo Setor de Avaliação ao Setor de Planejamento da Organização de Ensino, para as modificações necessárias ao planejamento dos cursos/estágios.

#### **6.4** REMESSA DO RELATÓRIO AO DEPENS

**6.4.1** O relatório final referente à Avaliação do Currículo, onde constam as opiniões dos discentes acerca do planejamento e desenvolvimento do curso/estágio, com o cruzamento de todas as informações coletadas nos demais campos, deverá ser encaminhado ao DEPENS para conhecimento e análise dos processos de ensino sob sua responsabilidade, até o prazo de um mês após o encerramento do curso/estágio.

## **7 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

### **7.1 ACOMPANHAMENTO DO DISCENTE COM BAIXO RENDIMENTO**

O acompanhamento do discente com baixo rendimento deverá ocorrer tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância, respeitando-se as peculiaridades de cada modalidade de ensino.

#### **7.1.1 CURSO/ESTÁGIO PRESENCIAL**

**7.1.1.1** O acompanhamento do discente realizando curso ou estágio presencial, poderá ser constituído por até três eventos:

- a) ACONSELHAMENTO - realizado pelo orientador do grupo do referido aluno, se houver, Chefe do Curso, Comandante do Esquadrão ou pelo Comandante do Corpo de Alunos;
- b) ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA - proporcionada pelo psicólogo da Organização de Ensino; e
- c) CONSELHO DE ENSINO - constando de reunião do Conselho de Ensino para analisar a situação do discente.

**7.1.1.2** Deverão ser acompanhados os discentes de cursos/estágios presenciais que estiverem com média parcial inferior à média final estabelecida para aprovação no curso/estágio e os que obtiverem grau abaixo do ponto de corte a cada disciplina ou prova quando:

- a) o grau final de uma disciplina for composto por duas ou mais provas; e
- b) houver possibilidade de prova de recuperação.

**7.1.1.3** O responsável pelo Aconselhamento, após informado sobre o baixo rendimento obtido pelo discente, através do Setor de Avaliação, convocará o aluno para uma sessão de aconselhamento.

**7.1.1.4** O Aconselhamento tem por objetivo orientar o discente após serem levantadas as possíveis causas que tenham contribuído para o seu baixo rendimento. Deverá ser preenchida uma ficha individual, específica para tal ocasião, onde serão transcritas os dados de rendimentos - provas e trabalhos realizados até aquele momento - e será assinada pelo discente e pelo aconselhador.

**7.1.1.5** O segundo evento refere-se à entrevista com psicólogo, caso haja tal profissional na Organização de Ensino. De posse dos dados obtidos na entrevista, o psicólogo efetuará uma síntese dos dados, transcrevendo as informações que não tenham caráter sigiloso. Essa síntese deve ser assinada pelo psicólogo e pelo discente em acompanhamento.

**7.1.1.6** A última etapa compreende a reunião do Conselho de Ensino. Tal evento deve ocorrer em prazo não superior a dez dias após a divulgação do resultado final da prova ou trabalho fases anteriores, os componentes do Conselho de Ensino farão a apreciação do aluno. A decisão do Comandante constará de Ata e será informada ao aluno. O funcionamento do Conselho de Ensino será regulado por NPA da própria OE.

### 7.1.2 CURSOS A DISTÂNCIA

Para os cursos a distância, assim que o Setor de Avaliação detectar o baixo rendimento de algum discente, deverá remeter ficha apropriada, a ser elaborada por cada Organização de Ensino, informando-o sobre o resultado obtido e solicitando dados adicionais que permitam identificar os motivos de seu baixo rendimento. Esta ficha deverá ser devolvida à Organização de Ensino, preenchida e assinada pelo aluno, num prazo de até sete dias após o recebimento.

### 7.1.3 INSTRUMENTOS

**7.1.3.1** Setor de Avaliação da Organização de Ensino deve elaborar os instrumentos a serem adotados no acompanhamento do discente. Estes instrumentos devem ser estruturados visando a não dar margem à duplicidade de procedimentos e a garantir critérios rigorosamente iguais para todos.

**7.1.3.2** Até cinco dias após a decisão do Conselho de Ensino, a Organização deverá prestar informações aos escalões superiores, sucintamente, acerca dos alunos acompanhados por apresentarem baixo rendimento.

**7.1.3.3** O discente poderá sair desse processo de acompanhamento, em qualquer fase do curso/estágio, no momento em que sua média parcial for igual ou superior à média final estabelecida para aprovação.

**7.1.3.4** Quando solicitado pelo DEPENDS, as Organizações de Ensino deverão remeter todos os dados relativos ao aluno submetido ao acompanhamento, a fim de subsidiar o julgamento de requerimentos, eventualmente encaminhados pelos reprovados em cursos/estágios, por não atingirem os pontos de corte estabelecidos.

**8 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1** Esta Instrução entrará em vigor na data da publicação da Portaria de aprovação, no Boletim do Comando da Aeronáutica.

**8.2** Os casos não previstos nesta Instrução serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual de Avaliação Escolar de 26 OUT 1973. Bol. Ext. COMGEP 165, de 05 NOV 1973.
- \_\_\_\_\_. Instruções do Ministério da Aeronáutica (IMA) 37-6, de 26 MAR 1998. Instruções referente à elaboração do plano de avaliação. Boletim Externo Ostensivo do DEPENS, Brasília, nº 11, de 26 MAR 1998.
- \_\_\_\_\_. Norma de Sistema do Ministério da Aeronáutica (NSMA) 5-1, de 17 SET 1991. Norma disciplinando a confecção e controle de publicações do Ministério da Aeronáutica. Boletim Externo Ostensivo do COMGEP, Brasília, nº 10, 23 SET 1991.
- BLOOM, B. S., HASTING, J. T. e MADDAUS, G. F. Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. São Paulo: Pioneira, 1983.
- BRITO, M<sup>a</sup> do Socorro T. Avaliação da aprendizagem: apresentação de alguns problemas. Educação e Seleção, 1988, (17), 53-72.
- DINIZ, Terezinha. Sistema de avaliação e aprendizagem. Rio/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1982.
- GONÇALVES, Consuelo T. F. Um esquema de avaliação para programas de instrução. (Dissertação de Mestrado). São José dos Campos: Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), 1978.
- GRONLUND, Normam E. O sistema de notas na avaliação do ensino. São Paulo: Pioneira, 1979.
- LEWY, Arieh (Org). Avaliação de Currículo. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.
- LUCK, Heloísa e Carneiro, D. G. Desenvolvimento afetivo na escola - promoção, medida e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORAIS, Giselda S. ... E de como avaliar o que não se sabe. Educação e Seleção, 1987, (16), 51-61.
- MOREIRA, D. A. Fatores influentes na avaliação do professor pelo aluno: Uma revisão. Educação e Seleção, 1988, (17), 73-80.
- NETO, Antero Coelho. Avaliação sem medo. Fortaleza: Esteves Gráfica, 1980.
- PENNA FIRME, Tereza. Avaliação do professor. Tecnologia Educacional, 1982, II (48), 13-18.
- POPHAM, W. J. Avaliação educacional, Porto Alegre: Globo. 1983.
- TABA, Hilda. Elaboración del currículo. Buenos Aires: Troquel, 1974.
- VIANA, H. M. Testes em educação. São Paulo: IBRASA/Fundação Carlos Chagas, 1973.

DISTRIBUIÇÃO: F

## COMANDO DA AERONÁUTICA



## PESSOAL - OFICIAIS

MCA 36-6

PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE PARA O QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES (QOAV), QUADRO DE OFICIAIS ENGENHEIROS (QOENG), QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES (QOCAPL), QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA (QCOA) E QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA NÃO REMUNERADA CONVOCADOS (QOCON).

12 ABR 2002

COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO-GERAL DO PESSOAL



**PESSOAL - OFICIAIS**

**MCA 36-6**

PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE PARA O  
QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES (QOAV), QUADRO  
DE OFICIAIS ENGENHEIROS (QOENG), QUADRO DE  
OFICIAIS CAPELÃES (QOCAPL), QUADRO  
COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA  
(QCOA) E QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA NÃO  
REMUNERADA CONVOCADOS (QOCON).

12 ABR 2002



12 ABR 2002

MCA 36-6

PORTARIA COMGEP N° 39/1EM, DE 10 DE ABRIL DE 2002.

Aprova o Manual que estabelece o Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE) para o Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV), Quadro de Oficiais Engenheiros (QOENG), Quadro de Oficiais Capelães (QOCAPL), Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e Quadro de Oficiais da Reserva não Remunerada Convocados (QOCON).

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso VI, do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria n° 648/GM3, de 18 set. 1997, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do MCA 36-6 "Padrão de Desempenho de Especialidade" para o Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV), Quadro de Oficiais Engenheiros (QOENG), Quadro de Oficiais Capelães (QOCAPL), Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e Quadro de Oficiais da Reserva não Remunerada Convocados (QOCON), que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Externo do COMGEP.

(a) Ten.-Brig.-do-Ar SÉRGIO PEDRO BAMBINI

**Comandante-Geral**

(Bol. Ext. Ost. N° 003 , de 12 de abril de 2002, do COMGEP.)

12 ABR 2002

MCA 36-6

## SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
1.1	<u>FINALIDADES</u> .....	7
1.2	<u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	7
1.3	<u>METODOLOGIA</u> .....	8
1.4	<u>COMPETÊNCIA</u> .....	8
1.5	<u>ÂMBITO</u> .....	8
2	ORGANIZAÇÃO.....	9
3	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	11
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	13
	ÍNDICE .....	15

## ANEXOS

- ANEXO 1 - PDE 1 - 2º TENENTE, 1º TENENTE E CAPITÃO DO QOAV;
- ANEXO 2 - PDE 2 - MAJOR E TENENTE-CORONEL DO QOAV;
- ANEXO 3 - PDE 3 - CORONEL DO QOAV;
- ANEXO 4 - PDE 4 - 2º TENENTE, 1º TENENTE E CAPITÃO DO QOENG;
- ANEXO 5 - PDE 5 - MAJOR E TENENTE-CORONEL DO QOENG;
- ANEXO 6 - PDE 6 - CORONEL DO QOENG;
- ANEXO 7 - PDE 7 - 2º TENENTE A CORONEL DO QOCAPL;
- ANEXO 8 - PDE 8 - 2º TENENTE E 1º TENENTE DO QCOA; E
- ANEXO 9 - PDE 9 - 2º TENENTE E 1º TENENTE DO QOCON.

12 ABR 2002

MCA 36-6

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1.1 FINALIDADE

O presente Manual tem por finalidade estabelecer o Padrão de Desempenho de Especialidade - PDE - para o Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV), Quadro de Oficiais Engenheiros (QOENG), Quadro de Oficiais Capelães (QOCAPL), Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e Quadro de Oficiais da Reserva não Remunerada Convocados (QOCON), servindo de base para orientar os diversos procedimentos relativos ao recrutamento, seleção, formação, atualização, aperfeiçoamento, classificação, avaliação de desempenho e aplicação dos Recursos Humanos no Comando da Aeronáutica.

### 1.2 CONCEITUAÇÃO

#### 1.2.1 PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE

O Padrão de Desempenho de Especialidade (PDE) é um Subprograma do Programa de Modernização da Administração de Pessoal - PMAP - este regulado pelo MMA 35-1, aprovado pela Portaria n° R-001/COMGEP, de 22 de abril de 1996, que estabelece, em manual do COMAER, as atribuições funcionais mínimas para os integrantes do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, englobando as atividades militares, intelectuais e técnico-especializadas da carreira, e detalhando os conhecimentos mínimos requeridos para o desempenho destas atribuições após conclusão dos cursos e estágios de formação e de adaptação, de aperfeiçoamento, de Comando e Estado-Maior e de Altos Estudos.

#### 1.2.2 ATRIBUIÇÕES

São tarefas e obrigações imputadas a determinado quadro/especialidade, de acordo com o posto/graduação do militar.

#### 1.2.3 CONHECIMENTOS

Toda a instrução, informação e capacitação necessárias ao militar para o desempenho das atribuições inerentes ao seu Quadro/Especialidade.

#### 1.2.4 APLICAÇÃO

Organizações do Comando da Aeronáutica onde as especialidades poderão ser empregadas.

12 ABR 2002

MCA 36-6

#### 1.2.5 ESPECIALIDADE

Conjunto de atividades específicas e afins que caracterizam uma categoria profissional.

#### 1.3 METODOLOGIA

Na elaboração dos PDE, tomou-se como base as informações contidas no Plano Setorial de Ensino, do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica, nos Currículos dos diversos cursos de formação, no estudo sobre perfis elaborado pelo IPA e nas sugestões e propostas apresentadas pelo EMAER, COMGAR, COMGAP, DEPENDS, DEPED, GABAER, SEFA, DIRSA, CPO, SECINT e IPA.

#### 1.4 COMPETÊNCIA

A elaboração, revisão e modificação do Padrão de Desempenho de Especialidade é da competência do Comando-Geral do Pessoal.

#### 1.5 ÂMBITO

Esta publicação tem aplicação em todos os níveis e setores do Comando da Aeronáutica.

12 ABR 2002

MCA 36-6

## 2 ORGANIZAÇÃO

2.1 O presente Manual é composto por uma coletânea de nove Padrões de Desempenho de Especialidade, um para cada grupo de postos do respectivo quadro, de acordo com a seguinte numeração:

PDE 1 - 2º TENENTE, 1º TENENTE E CAPITÃO DO QOAV;

PDE 2 - MAJOR E TENENTE-CORONEL DO QOAV;

PDE 3 - CORONEL DO QOAV;

PDE 4 - 2º TENENTE, 1º TENENTE E CAPITÃO DO QOENG;

PDE 5 - MAJOR E TENENTE-CORONEL DO QOENG;

PDE 6 - CORONEL DO QOENG;

PDE 7 - 2º TENENTE A CORONEL DO QOCAPL;

PDE 8 - 2º TENENTE E 1º TENENTE DO QCOA; e

PDE 9 - 2º TENENTE E 1º TENENTE DO QOCON.

12 ABR 2002

MCA 36-6

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

A3 - 11/15

12 ABR 2002

MCA 36-6

### **3 DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1 Os casos não previstos neste Manual serão submetidos ao Exmo. Sr. Comandante-Geral do Pessoal, por intermédio da cadeia de comando.

Distribuição G

12 ABR 2002

MCA 36-6

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

A3 - 13/15

12 ABR 2002

MCA 36-6

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **Confecção, Controle e Numeração de Publicações = ICA 5-1**. Rio de Janeiro, RJ, 27 out. 2000. 62p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **Programa de modernização da Administração de pessoal = MMA 35-1**. Brasília, DF, 22 abr. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **Plano Setorial de Ensino = DMA 37-9**. Brasília, DF, 23 jan. 1997.

12 ABR 2002

MCA 36-6

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

A3 - 15/15

12 ABR 2002

MCA 36-6

**ÍNDICE**

ÂMBITO,	8
APLICAÇÃO	
Conceito,	7
ATRIBUIÇÕES	
Conceito,	7
AVIADOR	
Atribuições,	Anexo 1-3
Conhecimentos,	Anexo 1-3
PDE 2° Tenente, 1° Tenente e Capitão,	Anexo 1-1/5
PDE Major e Tenente-Coronel,	Anexo 2-1/3
PDE Coronel,	Anexo 3-1/3
CAPELÃO	
Atribuições,	Anexo 7-1/2
Conhecimentos,	Anexo 7-2/4
PDE 2° Tenente a Coronel,	Anexo 7-1/4
COMPETÊNCIA,	8
CONCEITUAÇÃO	
Aplicação,	7
Atribuições,	7
Conhecimentos,	7
Especialidade,	8
PDE,	7
CONHECIMENTOS	
Conceito,	7
DISPOSIÇÕES FINAIS,	11
ENGENHEIRO	
Atribuições,	Anexo 4-6
Conhecimentos,	Anexo 4-6
PDE 1° Tenente e Capitão,	Anexo 4-1/5
PDE Major e Tenente-Coronel,	Anexo 5-1/3
ESPECIALIDADE	
Conceito,	8
FINALIDADE,	7
METODOLOGIA,	8
ORGANIZAÇÃO DO MANUAL,	9
PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE	

12 ABR 2002  
Conceito, 7

MCA 36-6

PDE, ver Padrão de Desempenho de Especialidade

QCOA

Atribuições, Anexo 8-1/2  
Conhecimentos, Anexo 8-2/3  
PDE 2º de Tenente e 1º Tenente, Anexo 8-1/3

QOAV

Atribuições, Anexo 1-3  
Conhecimentos, Anexo 1-3  
PDE 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão, Anexo 1-1/5  
PDE Major e Tenente-Coronel, Anexo 2-1/3  
PDE Coronel, Anexo 3-1/3

QOCON

Atribuições, Anexo 9-1/2  
Conhecimentos, Anexo 9-2/3  
PDE 2º Tenente e 1º Tenente, Anexo 9-1/3

QOCAPL

Atribuições, Anexo 7 - 1-2  
Conhecimentos, Anexo 7-2/4  
PDE 2º Tenente a Coronel, Anexo 7-1/4

QOENG

Atribuições, Anexo 4-1/3  
Conhecimentos, Anexo 4-3/5  
PDE 1º Tenente e Capitão, Anexo 4-1/5  
PDE Major e Tenente-Coronel, Anexo 5-1/3

12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 1

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE 2º TENENTE - 1º TENENTE - CAPITÃO		
PDE 1	AVIADOR	QOAV
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO E FISCALIZANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>01- Planejar e realizar missões aéreas como piloto ou como tripulante orgânico, de acordo com sua qualificação operacional;</p> <p>02- Atuar como Chefe ou como Adjunto do Chefe de Seção ou de Subseção, em Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antigüidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>03- Desempenhar todas as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhe forem afetas;</p> <p>04- Alcançar e manter o preparo físico, dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>05- Gerir e prestar contas de Suprimento de Fundos;</p> <p>06- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Descarga de Materiais, de Espólio e de Arrolamentos;</p> <p>07- Ministras instruções, aulas expositivas e brifins sobre assuntos para os quais possua a devida qualificação, dentro das técnicas preconizadas;</p> <p>08- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>09- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>10- Redigir documentos oficiais que digam respeito às suas atividades;</p> <p>11- Participar de grupos de trabalho e comissões internas;</p> <p>12- Participar de Conselhos Permanentes de Justiça e de Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>13- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos da OM;</p> <p>14- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;</p> <p>15- Representar a Organização em eventos externos;</p> <p>16- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como por escrito, de modo correto, claro e conciso;</p> <p>17- Comunicar-se no idioma Inglês, nas linguagens coloquial e instrumental (técnico-especializada);</p> <p>18- Aplicar, na atividade funcional, os conhecimentos de Direito Penal e Direito Administrativo;</p> <p>19- Aplicar os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;</p> <p>20- Empregar os recursos da Informática em nível de usuário;</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

21- Utilizar os conhecimentos básicos da Química, da Física, da Eletricidade e da Eletrônica, aplicados à Aviação por um piloto militar;

22- Aplicar os procedimentos recomendados pela Medicina Aeroespacial;

23- Transmitir e receber mensagens-rádio típicas de Tráfego Aéreo, sobretudo as relativas à Proteção ao Voo;

24- Utilizar e fazer a conservação de armamento individual existente na Organização;

25- Agir de acordo com as normas de segurança e de prevenção de acidentes aeronáuticos e do trabalho;

26- Aplicar as habilidades de um combatente individual e, quando necessário, os procedimentos e as técnicas de sobrevivência na selva e no mar;

27- Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e demais normas vigentes;

28- Comandar tropa ou fração de tropa em solenidades e formaturas, ou delas participar como integrante;

29- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;

30- Tratar dos assuntos oficiais com zelo e grau de sigilo requeridos;

31- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas de ética e regras sociais;

32- Demonstrar e difundir sentimentos de patriotismo, entusiasmo pela profissão, dedicação, amor e respeito à Pátria e à Força Aérea;

33- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como chefe e como líder;

34- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;

35- Gerenciar o emprego dos recursos humanos, materiais e orçamentários postos à sua disposição;

36- Assessorar o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de qualificação;

37- Assessorar no emprego das técnicas recomendadas para a utilização da Guerra Eletrônica;

38- Realizar as comunicações previstas, no Idioma Inglês, com os Órgãos de Tráfego Aéreo;

39- Realizar Sindicâncias, IPM e Auto de Prisão em Flagrante, em conformidade com a legislação vigente;

40- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados;

41- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Geral e Setorial interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica;

DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO:

42- Exercer atividades de assessoramento e de planejamento

12 ABR 2002

MCA 36-6

de ações executivas;

43- Planejar e coordenar a utilização eficaz dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis;

44- Interpretar métodos e técnicas adequados à solução de problemas operacionais, administrativos e logísticos, relativos às suas atividades profissionais;

45- Demonstrar atitude de liderança no desenvolvimento das atividades profissionais;

46- Compreender a participação da Força Aérea na Defesa Nacional;

47- Coordenar o emprego de Unidades Celulares em apoio às operações aéreas; e

48- Valorizar aspectos intrínsecos da carreira militar.

**CONHECIMENTOS:**

01- Conhecer a Constituição Brasileira;

02- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e sua legislação específica;

03- Conhecer o Estatuto dos Militares;

04- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas;

05- Conhecer o Código Penal Militar;

06- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;

07- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;

08- Conhecer as técnicas e a formalística para a apuração de transgressões ou crimes militares, tais como: Sindicância, IPM, Auto de Prisão em Flagrante, Processos de Insubmissão e de Deserção, Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina;

09- Conhecer as normas do cerimonial militar;

10- Identificar a estrutura organizacional dos Comandos da Marinha e do Exército;

11- Conhecer os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;

12- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal, material e orçamentário;

13- Conhecer a evolução do pensamento filosófico, em especial os preceitos da ética e moral;

14- Saber interpretar os fenômenos da liderança, do comportamento, da personalidade e das relações interpessoais, à luz da Psicologia Social;

15- Saber interpretar os fenômenos sociais sob os conhecimentos da Sociologia;

16- Conhecer os principais problemas brasileiros nos campos econômico, político e social;

17- Conhecer a evolução histórica do Poder Militar, com ênfase no Poder Aeroespacial;

18- Compreender os princípios básicos da Física Geral, da Eletricidade, da Eletrônica e da Química;

19- Compreender os princípios da Mecânica dos Fluidos e principais aplicações;

12 ABR 2002

MCA 36-6

- 20- Conhecer, à luz da Mecânica, problemas relacionados à fadiga de materiais usados em estruturas de aeronaves;
- 21- Conhecer os tipos, o emprego e o funcionamento dos motores aeronáuticos;
- 22- Compreender os conceitos gerais de Aerodinâmica, sobretudo os relacionados à qualidade do voo;
- 23- Possuir conhecimentos básicos da Química, da Física, da Eletricidade e da Eletrônica, aplicados à Aviação por um piloto militar;
- 24- Compreender os efeitos do voo sobre o organismo;
- 25- Conhecer os procedimentos recomendados pela Medicina Aeroespacial;
- 26- Saber interpretar os conceitos fundamentais dos parâmetros utilizados na meteorologia aeronáutica;
- 27- Possuir conhecimento técnico (teórico e prático) para a pilotagem militar;
- 28- Compreender o mecanismo de funcionamento dos vários sistemas de aeronaves;
- 29- Conhecer as técnicas de planejamento e de execução de missões aéreas isoladas e em formação, locais e em rota, segundo as regras de voo visual e por instrumentos;
- 30- Conhecer as normas de Segurança de voo e sua influência na prevenção de incidentes e de acidentes aeronáuticos;
- 31- Conhecer as teorias micro e macro-econômicas;
- 32- Possuir conhecimento básico de Ciências Econômicas;
- 33- Possuir conhecimento básico de Ciências Contábeis;
- 34- Conhecer as bases do Direito e suas ramificações;
- 35- Conhecer as técnicas de sobrevivência no mar e na selva;
- 36- Conhecer as diversas formas de acampamentos;
- 37- Conhecer técnicas de camuflagem;
- 38- Conhecer os procedimentos e as técnicas de tiro;
- 39- Saber manejar as armas portáteis em uso na FAB;
- 40- Conhecer as regras de segurança no manuseio de armamentos, munições e explosivos;
- 41- Conhecer as técnicas de orientação no terreno;
- 42- Conhecer os procedimentos gerais aplicados ao prisioneiro de guerra;
- 43- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;
- 44- Possuir conhecimento básico de Informática que lhe permita utilizar editores de texto, planilhas de cálculo, e gerenciadores de bancos de dados;
- 45- Ter conhecimento da Língua Inglesa, nas linguagens coloquial e técnico-especializada;
- 46- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;
- 47- Conhecer a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira;
- 48- Saber identificar os elementos constitutivos do Poder Aeroespacial;
- 49- Compreender o emprego das Forças Armadas, em especial da Força Aérea Brasileira, de acordo com os preceitos constitucionais vigentes;
- 50- Conhecer as regras de boa conduta;
- 51- Possuir capacidade de Comando e os conhecimentos da

12 ABR 2002

MCA 36-6

legislação militar para os serviços de escala, cerimonial militar e atividades afins, além das funcionais, usualmente atribuídas aos primeiros postos da carreira;

52- Conhecer as técnicas básicas de expressão oral, de aulas expositivas e de briefings;

53- Conhecer as técnicas básicas de emprego da Guerra Eletrônica;

54- Compreender as regras de Tráfego Aéreo Internacional;

55- Conhecer as normas de segurança e prevenção de acidentes aeronáuticos e do trabalho;

56- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar;

57- Conhecer as normas previstas para as atividades de Inteligência, Contra-Inteligência e Segurança Orgânica adotadas no Comando da Aeronáutica;

58- Saber distinguir os tipos de correspondências administrativas e publicações oficiais;

59- Possuir capacidade de comunicação oral e escrita, com todos os escalões da hierarquia militar e com o público externo;

60- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infraestrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil; do Sistema de Proteção ao Voo e do Sistema de Segurança de Voo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;

61- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;

62- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e Líder; e

63- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares.

12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 2

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE MAJOR E TENENTE-CORONEL		
PDE 2	AVIADOR	QOAV
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO, FISCALIZANDO E SUPERVISIONANDO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, RELACIONADAS COM A ESPECIALIDADE, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>Além das atribuições previstas para os postos de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão, naquilo que for pertinente, o Major e o Tenente-Coronel Aviadores devem:</p> <p>01- Atuar como Comandante, Chefe, Diretor ou como adjunto destes, nos cargos compatíveis das Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antigüidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>02- Exercer atividades de planejamento, de coordenação e de controle na área de suas responsabilidades e atividades profissionais;</p> <p>03- Planejar, realizar ou participar de visitas de inspeção;</p> <p>04- Transmitir e fazer cumprir as diretrizes dos Comandos Superiores;</p> <p>05- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão ou revisão de conceitos de subordinados;</p> <p>06- Aplicar e fazer aplicar as normas de Segurança de Voo e do trabalho na sua área de responsabilidade;</p> <p>07- Demonstrar atitudes de liderança no desenvolvimento das atividades profissionais;</p> <p>08- Coordenar a utilização eficaz dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis;</p> <p>09- Dirigir e participar de comissões internas e externas, bem como de grupos de trabalho;</p> <p>10- Presidir ou participar de IPM, Conselhos de Disciplina, Conselhos de Justificação, Conselhos Permanentes de Justiça e Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR:</p> <p>11- Planejar o emprego de Unidades Celulares em apoio às operações aéreas;</p> <p>12- Exercer atividades de Oficial de Estado-Maior;</p> <p>13- Propor e analisar diretrizes de instrução, de programas, de ordens, de exercícios e de manobras, visando a</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

operacionalidade das Organizações da Aeronáutica;

14- Aplicar os fundamentos da Doutrina Aeroespacial e das Doutrinas Militares vigentes em operações independentes e com as demais Forças Armadas;

15- Aplicar os métodos, as técnicas e os processos adotados no Comando da Aeronáutica, para a solução de problemas militares operacionais (Exame de Situação) e de problemas não operacionais (Estudo de Estado-Maior);

16- Aplicar, analisar e assessorar os escalões superiores quanto aos métodos modernos de controle e de armazenamento de informações que atendam às necessidades do Comando da Aeronáutica, em todos os campos;

17- Proferir palestras e conferências sobre temas de interesse da Aeronáutica, dentro de seu nível de competência;

18- Empregar técnicas apropriadas de contato com a mídia;

19- Empregar, em seu nível de atuação e responsabilidade, procedimentos e normas de ação apropriados no gerenciamento de crises sociais;

20- Considerar a Constituição Federal, a jurisprudência e a possível influência das ações judiciais em todas as áreas aplicadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento de pessoal da Aeronáutica;

21- Utilizar os recursos de argumentação e os procedimentos de elaboração de relatórios, como veículos da expressão do pensamento e de contribuições pessoais no campo do Poder Aeroespacial;

22- Conhecer Doutrinas Políticas e Sistemas de Governo;

23- Elaborar propostas referentes aos programas e planos da O.M.; e

24- Aplicar os conhecimentos, os métodos, as técnicas e os processos selecionados para o exercício de funções de Comando, de Direção, de Chefia e de Estado-Maior.

**CONHECIMENTOS:**

Além dos conhecimentos inerentes aos postos de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão, naquilo que for pertinente, o Major e o Tenente-Coronel Aviadores devem:

01- Saber interpretar e aplicar os métodos e as técnicas adequadas à solução de problemas peculiares às áreas operacional, administrativa e logística;

02- Saber interpretar, analisar e aplicar os princípios básicos da Doutrina Básica da Força Aérea;

03- Saber distinguir aspectos doutrinários referentes ao princípio e a evolução do pensamento geopolítico, particularmente as teorias dos Poderes Terrestre, Marítimo e Aéreo;

04- Conhecer a sistemática de promoção de pessoal do COMAER;

05- Saber interpretar as normas legais e técnicas contidas

12 ABR 2002

MCA 36-6

na legislação que estruturam a Justiça Militar;

06- Saber distinguir as diversas formas e estudos de liderança que podem ser aplicados no desempenho das funções de comando, de direção e de chefia;

07- Reconhecer as relações interpessoais nas atividades de comando, direção, chefia e assessoramento;

08- Conhecer os problemas advindos das reações às mudanças;

09- Conhecer as normas de segurança de voo e sua influência na prevenção de incidentes e acidentes aeronáuticos;

10- Conhecer a Política da Aeronáutica e suas Políticas Setoriais;

11- Conhecer os princípios de gestão pela qualidade e produtividade;

12- Conhecer técnicas apropriadas de contato com a mídia;

13- Conhecer procedimentos e normas de ação apropriados no gerenciamento de crises;

14- Reconhecer a jurisprudência e a possível influência das ações judiciais em todas as áreas, aplicadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento de pessoal da Aeronáutica;

15- Conhecer e analisar a conjuntura econômico-financeira atual; e

16- Conhecer a evolução histórica do Poder Militar, com ênfase no Poder Aeroespacial.



12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 3

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE CORONEL		
PDE 3	AVIADOR	QOAV
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, PLANEJANDO, COORDENANDO, EXECUTANDO, CONTROLANDO, FISCALIZANDO E SUPERVISIONANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>Além das atribuições previstas para os postos de Major e Tenente-Coronel, naquilo que for pertinente, o Coronel-Aviador deve:</p> <p>01- Aplicar os fundamentos da Doutrina Aeroespacial em operações independentes e com as demais Forças Armadas, naquilo que disser respeito ao cargo ocupado;</p> <p>02- Avaliar a capacidade de emprego da Força Aérea, à luz das doutrinas em vigor;</p> <p>03- Planejar o apoio operacional, logístico e administrativo às Unidades em geral;</p> <p>04- Analisar fatores conjunturais de caráter geral e militar, nos âmbitos nacional e internacional, passíveis de influir nas doutrinas vigentes;</p> <p>05- Planejar, coordenar, controlar e supervisionar, no seu nível de competência, as atividades operacionais, logísticas e administrativas desenvolvidas pelas Organizações da Aeronáutica;</p> <p>06- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar documentos doutrinários que orientem o emprego da Aeronáutica, no seu nível de competência, e assegurar o cumprimento da ação doutrinária através de inspeções e relatórios de acompanhamento;</p> <p>07- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar padrões de eficiência operacionais, logísticos e administrativos das Organizações da Aeronáutica, em função dos planejamentos e em coordenação com os Comandos das demais Organizações;</p> <p>08- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar documentos doutrinários que orientem o emprego das Unidades Celulares em apoio às operações aéreas;</p> <p>09- Participar dos estudos para aquisição, implantação, modernização e desativação de instalações, materiais e equipamentos;</p> <p>10- Assessorar no estabelecimento dos requisitos operacionais que devam possuir os materiais e equipamentos aeronáuticos, face às missões a serem cumpridas pela Força</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

<p>Aérea;</p> <p>11- Exercer os cargos de Comandante, Chefe ou Diretor de Unidades e de Organizações Militares nas áreas operacional, administrativa ou logística, previstos para o Quadro de Oficiais Aviadores e compatíveis com o posto.</p> <p>DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA OU EQUIVALENTE:</p> <p>12- Avaliar a situação internacional, a situação nacional e a política adotada pelo governo em curso;</p> <p>13- Avaliar a capacidade atual e futura dos componentes do Poder Aeroespacial;</p> <p>14- Utilizar uma metodologia de análise dos sistemas militares contemporâneos, identificando, mediante estudo comparativo, os aspectos estratégicos de interesse para o Sistema Militar Brasileiro e, em particular, para o Poder Aeroespacial;</p> <p>15- Participar da atualização da Política e do estabelecimento da Estratégia do Comando da Aeronáutica;</p> <p>16- Realizar planejamentos estratégicos para o Comando da Aeronáutica, visando ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial;</p> <p>17- Avaliar a incidência das ações estratégicas sobre o Poder Aeroespacial, a fim de realimentar o Planejamento Estratégico do Comando da Aeronáutica;</p> <p>18- Participar dos planejamentos da Força Aérea Brasileira, face às Hipóteses de Emprego vigentes;</p> <p>19- Participar de Grupos de Trabalho para a elaboração de cenários prospectivos;</p> <p>20- Utilizar o método de planejamento para a formulação da Política e o estabelecimento da Estratégia do Comando da Aeronáutica; e</p> <p>21- Elaborar planejamentos, de nível estratégico, nos campos operacional, logístico e administrativo, em conjunto com as demais Forças Singulares/Aliadas no gerenciamento de conflitos.</p>
<p>CONHECIMENTOS:</p> <p>Além dos conhecimentos inerentes aos postos de Major e Tenente-Coronel, naquilo que for pertinente, o Coronel-Aviador deve:</p> <p>01- Reconhecer as Forças Armadas como um instrumento da Política Nacional;</p> <p>02- Saber interpretar e analisar a Política de Defesa Nacional e os fatores que a afetam;</p> <p>03- Identificar o papel das Forças Armadas e as suas respectivas estratégias no apoio à Política de Defesa Nacional estabelecida pelo Presidente da República;</p> <p>06- Conhecer os fundamentos da Doutrina Aeroespacial e das</p>

12 ABR 2002

MCA 36-6

Doutrinas Militares vigentes;

07- Saber identificar o planejamento do preparo e do emprego da Força Aérea, como uma decorrência das diretrizes de Defesa Nacional;

08- Conhecer os fatores conjunturais e eventos históricos de caráter geral e militar nos campos nacional e internacional, passíveis de influírem nas doutrinas vigentes;

09- Saber interpretar as diretrizes, os planos e as metas do COMAER;

10- Conhecer a Política e a Estratégia traçadas pelo Comando da Aeronáutica em todas as áreas; e

11- Conhecer a conjuntura econômico-financeira atual, e sua influência na Política da Aeronáutica.



12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 4

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE 1º TENENTE - CAPITÃO		
PDE 4	ENGENHEIRO	QOENG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO E FISCALIZANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>01- Executar as atividades de sua especialidade no Serviço de Engenharia da Aeronáutica;</p> <p>02- Atuar como Chefe ou como Adjunto do Chefe de Seção ou de Subseção, em Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antiguidade, qualificação, e experiência funcional;</p> <p>03- Empregar as Normas e Instruções que regem o funcionamento do Serviço de Engenharia da Aeronáutica;</p> <p>04- Aplicar os procedimentos adotados na Aeronáutica para a realização de exames de material aeronáutico e inspetoria técnica;</p> <p>05- Identificar os procedimentos do Oficial Engenheiro nos casos de rotina e de emergência</p> <p>06- Executar as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhes forem afetos;</p> <p>07- Alcançar e manter o preparo físico, dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>08- Gerir e prestar contas de Suprimentos de Fundo;</p> <p>09- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Espólio e de arrolamentos;</p> <p>10- Ministras instruções, aulas expositivas e brifins sobre assuntos com os quais possua a devida qualificação, dentro das técnicas preconizadas;</p> <p>11- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>12- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>13- Redigir documentos oficiais que digam respeito às suas atividades;</p> <p>14- Participar de Conselhos Permanentes de Justiça e de Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>15- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos da OM;</p> <p>16- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;</p> <p>17- Representar a Organização em eventos externos;</p> <p>18- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

por escrito, de modo correto, claro e conciso;

- 19- Comunicar-se no idioma Inglês, nas linguagens coloquial e instrumental (técnico-especializada);
- 20- Aplicar, na atividade funcional, os conhecimentos de Direito Penal e Direito Administrativo;
- 21- Aplicar os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;
- 22- Empregar os recursos da Informática a nível de usuário;
- 23- Aplicar os procedimentos recomendados pela Medicina Aeroespacial;
- 24- Utilizar e fazer a conservação de armamento individual existente na Organização;
- 25- Agir de acordo com as normas de segurança e de prevenção de acidentes de trabalho;
- 26- Aplicar as habilidades de um combatente individual e, quando necessário, os procedimentos e as técnicas de sobrevivência na selva e no mar;
- 27- Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e demais normas vigentes;
- 28- Participar de solenidades ou formaturas como integrante de tropa;
- 29- Comandar tropa ou fração de tropa em formaturas;
- 30- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;
- 31- Tratar dos assuntos oficiais com zelo e o grau de sigilo requerido;
- 32- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas éticas e regras sociais;
- 33- Demonstrar e difundir sentimentos de respeito, de dedicação e de amor à Pátria e a Força Aérea;
- 34- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como Chefe e como Líder, no âmbito da vida militar;
- 35- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;
- 36- Gerenciar o emprego dos recursos humanos, materiais e orçamentários postos à sua disposição;
- 37- Planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de qualificação;
- 38- Realizar Sindicâncias, IPM e Auto de Prisão em Flagrante, em conformidade com a legislação vigente;
- 39- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados;
- 40- Exercer a função de Fiscal de Obras e de Serviços de Engenharia;
- 41- Participar de Comissões de Recebimento de Obras e de Serviços de Engenharia;
- 42- Participar de Comissões de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis;
- 43- Participar de grupos de trabalho e comissões internas;
- 44- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada

12 ABR 2002

MCA 36-6

curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Gerais e Setoriais interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica;

DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO:

45- Exercer atividades de assessoramento e de planejamento de ações executivas;

46- Planejar e coordenar a utilização eficaz dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis;

47- Interpretar métodos e técnicas adequados à solução de problemas operacionais, administrativos e logísticos, relativos às atividades profissionais;

48- Demonstrar atitude de liderança no desenvolvimento das atividades profissionais;

49- Compreender a participação da Força Aérea na Defesa Nacional;

50- Coordenar o emprego de Unidades Celulares de Engenharia; e

51- Valorizar aspectos intrínsecos da carreira militar.

CONHECIMENTOS:

01- Possuir formação profissional, de nível superior, nos setores da Ciência e Tecnologia, nas especialidades de interesse do Comando da Aeronáutica;

02- Conhecer a Constituição Brasileira;

03- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e sua legislação específica;

04- Conhecer o Estatuto dos Militares;

05- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas;

06- Conhecer o Código Penal Militar;

07- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;

08- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira, e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;

09- Conhecer as técnicas e a formalística para a apuração de transgressões ou crimes militares, tais como: Sindicância, IPM, Auto de Prisão em Flagrante, Processos de Insubmissão e de Deserção, Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina;

10- Conhecer as normas do cerimonial militar;

11- Saber identificar a estrutura organizacional dos Comandos da Marinha e do Exército;

12- Conhecer os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;

13- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal, material e orçamentário;

14- Conhecer a evolução do pensamento filosófico, em especial os preceitos da ética e moral;

15- Saber interpretar os fenômenos da liderança, do

12 ABR 2002

MCA 36-6

comportamento, da personalidade e das relações interpessoais à luz da Psicologia Social;

16- Saber interpretar os fenômenos sociais sob os conhecimentos da Sociologia;

17- Conhecer os principais problemas brasileiros nos campos econômico, político e social;

18- Conhecer a evolução histórica do Poder Militar, com ênfase no Poder Aeroespacial;

19- Compreender os procedimentos recomendados pela Medicina Aeroespacial;

20- Possuir conhecimento básico de Ciências Econômicas;

21- Possuir conhecimento básico de Ciências Contábeis;

22- Conhecer as técnicas de sobrevivência no mar e na selva;

23- Conhecer os procedimentos gerais aplicados ao prisioneiro de guerra;

24- Conhecer técnicas de camuflagem;

25- Conhecer os procedimentos e as técnicas de tiro;

26- Saber manejar as armas portáteis em uso na FAB;

27- Conhecer as regras de segurança no manuseio de armamentos, munições e explosivos;

28- Conhecer as técnicas de orientação no terreno;

29- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;

30- Possuir conhecimento básico de Informática, que lhe permita utilizar editores de texto, planilhas de cálculo, e gerenciadores de bancos de dados;

31- Ter conhecimento da Língua Inglesa, nas linguagens coloquial e técnico-especializada;

32- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;

33- Conhecer a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira;

34- Saber identificar os elementos do Poder Aeroespacial;

35- Conhecer as regras de boa conduta;

36- Possuir capacidade de Comando e os conhecimentos da legislação militar para os serviços de escala, cerimonial militar e atividades afins;

37- Conhecer as normas de segurança do trabalho e de prevenção de acidentes;

38- Conhecer as normas previstas para as atividades de Inteligência, Contra-Inteligência e Segurança Orgânica adotadas no Comando da Aeronáutica;

39- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e líder;

40- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares;

41- Conhecer as técnicas básicas de expressão oral, de aulas expositivas e de briefings;

42- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar;

12 ABR 2002

MCA 36-6

43- Saber distinguir os tipos de correspondências administrativas e publicações oficiais;

44- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infra-estrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil; do Sistema de Proteção ao Voo e do Sistema de Segurança de Voo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;

45- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;

46- Possuir capacidade de comunicação oral e escrita, com todos os escalões da hierarquia militar e com o público externo; e

47- Compreender o emprego das Forças Armadas, em especial da Força Aérea Brasileira, de acordo com os preceitos constitucionais vigentes.



12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 5

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE MAJOR E TENENTE-CORONEL		
PDE 5	ENGENHEIRO	QOENG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO, FISCALIZANDO E SUPERVISIONANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>Além das atribuições previstas para os postos de 1º Tenente e Capitão, naquilo que for pertinente, o Major e o Tenente-Coronel Engenheiros devem:</p> <p>01- Ocupar os cargos compatíveis das Organizações Militares de Aeronáutica, de acordo com sua antiguidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>02- Exercer atividades de planejamento, de coordenação e de controle na área de suas responsabilidades e atividades profissionais;</p> <p>03- Planejar, realizar ou participar de visitas de inspeção;</p> <p>04- Transmitir e fazer cumprir as diretrizes dos Comandos Superiores;</p> <p>05- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão ou revisão de conceitos de subordinados;</p> <p>06- Aplicar e fazer aplicar as normas de Segurança do trabalho na sua área de responsabilidade;</p> <p>07- Demonstrar atitudes de liderança no desenvolvimento das atividades profissionais;</p> <p>08- Coordenar a utilização eficaz dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis;</p> <p>09- Dirigir e participar de comissões internas e externas, bem como de grupos de trabalho;</p> <p>10- Presidir IPM, Conselhos de Disciplina, Conselhos de Justificação, Conselhos Permanentes de Justiça e Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR:</p> <p>11- Planejar o emprego de Unidades Celulares de Engenharia;</p> <p>12- Exercer atividades de Oficial de Estado-Maior;</p> <p>13- Propor e analisar diretrizes de instrução, de programas, de ordens, de exercícios e de manobras, visando a operacionalidade das Organizações de Engenharia da Aeronáutica;</p> <p>14- Aplicar os métodos, as técnicas e os processos adotados</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

no Comando da Aeronáutica, para a solução de problemas militares operacionais (Exame de Situação) e problemas não operacionais (Estudo de Estado-Maior);

15- Aplicar os fundamentos da Doutrina Aeroespacial e das Doutrinas Militares vigentes em operações independentes e com as demais Forças Armadas;

16- Empregar técnicas apropriadas de contato com a mídia;

17- Empregar, em seu nível de atuação e responsabilidade, procedimentos e normas de ação apropriados no gerenciamento de crises sociais;

18- Considerar a Constituição Brasileira, a jurisprudência e a possível influência das ações judiciais em todas as áreas aplicadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento de pessoal da Aeronáutica;

19- Utilizar técnicas apropriadas de exposição oral;

20- Utilizar os recursos de argumentação e os procedimentos de elaboração de relatórios, como veículos da expressão de pensamento e de contribuições pessoais no campo de Poder Aeroespacial;

21- Conhecer Doutrinas Políticas e Sistemas de Governo;

22- Elaborar propostas referentes aos programas e planos da O.M.; e

23- Aplicar os conhecimentos, os métodos, as técnicas e os processos selecionados para o exercício de funções de Comando, de Direção, de Chefia e de Estado-Maior.

#### CONHECIMENTOS:

Além dos conhecimentos inerentes aos postos de 1º Tenente e Capitão, naquilo que for pertinente, o Major e o Tenente-Coronel Engenheiros devem:

01- Saber interpretar e aplicar os métodos e as técnicas adequadas à solução de problemas peculiares a sua área profissional;

02- Saber interpretar, analisar e aplicar os princípios básicos da Doutrina Básica da Força Aérea;

03- Saber distinguir aspectos doutrinários referentes ao princípio e a evolução do pensamento geopolítico, particularmente as teorias dos Poderes Terrestre, Marítimo e Aéreo;

04- Conhecer a sistemática de promoção de pessoal do COMAER;

05- Saber interpretar as normas legais e técnicas contidas na legislação que estruturam a Justiça Militar;

06- Saber distinguir as diversas formas e estudos de liderança que podem ser aplicados no desempenho das funções de comando, de direção e de chefia;

07- Reconhecer as relações interpessoais nas atividades de comando, direção, chefia e assessoramento;

08- Conhecer os problemas advindos das reações às mudanças;

09- Conhecer as normas de segurança de voo e sua influência na prevenção de incidentes e acidentes aeronáuticos;

12 ABR 2002

MCA 36-6

- |   |
|---|
| <p>10- Conhecer a Política da Aeronáutica e suas Políticas Setoriais;</p> <p>11- Conhecer os princípios de gestão pela qualidade e produtividade;</p> <p>12- Conhecer técnicas apropriadas de contato com a mídia;</p> <p>13- Conhecer procedimentos e normas de ação apropriados no gerenciamento de crises;</p> <p>14- Reconhecer a jurisprudência e a possível influência das ações judiciais em todas as áreas, aplicadas ao aperfeiçoamento do gerenciamento de pessoal da Aeronáutica;</p> <p>15- Conhecer e analisar a conjuntura econômico-financeira atual; e</p> <p>16- Conhecer a evolução histórica do Poder Militar, com ênfase no Poder Aeroespacial.</p> |
|---|



12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 6

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE CORONEL		
PDE 6	ENGENHEIRO	QOENG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO, FISCALIZANDO E SUPERVISIONANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>Além das atribuições previstas para os postos de Major e Tenente-Coronel, naquilo que for pertinente, o Coronel Engenheiro deve:</p> <p>01- Aplicar os fundamentos da doutrina aeroespacial em operações independentes e com as demais Forças armadas, naquilo que disser respeito ao cargo ocupado;</p> <p>02- Avaliar a capacidade de emprego da Força Aérea, à luz das doutrinas em vigor;</p> <p>03- Analisar fatores conjunturais de caráter geral e militar, nos campos nacional e internacional, passíveis de influir nas doutrinas vigentes;</p> <p>04- Desempenhar assessoria inerente a sua especialidade e área de competência;</p> <p>05- Planejar, coordenar, controlar e supervisionar, no seu nível de competência, as atividades operacionais, logísticas e administrativas desenvolvidas pelas Organizações da Aeronáutica;</p> <p>06- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar documentos doutrinários que orientem o emprego da Aeronáutica, no seu nível de competência, e assegurar o cumprimento da ação doutrinária através de inspeções e relatórios de acompanhamento;</p> <p>07- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar padrões de eficiência operacionais, logísticos e administrativos das Organizações de Aeronáutica, em função dos planejamentos e em coordenação com os Comandos das demais Organizações;</p> <p>08- Estudar, elaborar, atualizar, propor, difundir e controlar documentos doutrinários que orientem o emprego das Unidades Celulares de Engenharia;</p> <p>09- Participar da elaboração de estudos referentes à aquisição, a implantação, a modernização, a desativação e a alienação de materiais ou equipamentos dentro da área de sua especialidade, habilitação técnica ou cargo em exercício;</p> <p>10- Assessorar no estabelecimento dos requisitos operacionais que devem possuir os materiais e equipamentos</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

aeronáuticos, face às missões a serem cumpridas pela Força Aérea;

11- Exercer os cargos de Comandante, Chefe ou Diretor de Unidades ou Organizações Militares previstas para o posto de Coronel Engenheiro;

DEMAIS ATRIBUIÇÕES APÓS O CURSO DE ALTOS ESTUDOS- NÍVEL CPEA:

12- Avaliar a situação internacional, a situação nacional e a política adotada pelo governo em curso;

13- Avaliar a capacidade atual e futura dos componentes do Poder Aeroespacial;

14- Utilizar uma metodologia de análise dos sistemas militares contemporâneos, identificando, mediante estudo comparativo, os aspectos estratégicos de interesse para o sistema militar brasileiro e, em particular para o poder aeroespacial;

15- Participar da formulação da política e do estabelecimento da estratégia do Comando da Aeronáutica;

16- Realizar planejamentos estratégicos para o Comando da Aeronáutica, visando ao preparo e emprego do poder aeroespacial;

17- Avaliar a incidência das ações estratégicas sobre o poder aeroespacial, a fim de realimentar o planejamento estratégico do Comando da Aeronáutica;

18- Participar dos planejamentos que antecedem o planejamento do emprego da Força Aérea, face às hipóteses de emprego;

19- Utilizar o método de planejamento para a formulação da Política e o estabelecimento da Estratégia da Aeronáutica; e

20- Elaborar planejamentos, de nível estratégico, nos campos operacional, logístico e administrativo, em conjunto com as demais Forças Singulares/Aliadas no gerenciamento de conflitos.

CONHECIMENTOS:

Além dos conhecimentos inerentes aos postos de Major e Tenente-Coronel engenheiro, o Coronel deve:

01- Reconhecer as Forças Armadas como um instrumento da Política Nacional;

02- Saber interpretar e analisar a Política de Defesa Nacional e os fatores que a afetam;

03- Identificar o papel das Forças Armadas e as suas respectivas estratégias no apoio à Política de Defesa Nacional estabelecida pelo Presidente da República;

06- Conhecer os fundamentos da Doutrina Aeroespacial e das Doutrinas Militares vigentes;

07- Saber identificar o planejamento do preparo e do emprego da Força Aérea, como uma decorrência das diretrizes de Defesa Nacional;

12 ABR 2002

MCA 36-6

08- Conhecer os fatores conjunturais e eventos históricos de caráter geral e militar nos campos nacional e internacional, passíveis de influírem nas doutrinas vigentes;

09- Saber interpretar as diretrizes, os planos e as metas do COMAER;

10- Conhecer a Política e a Estratégia traçadas pelo Comando da Aeronáutica em todas as áreas; e

11- Conhecer a conjuntura econômico-financeira atual, e sua influência na Política da Aeronáutica.



12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 7

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE 2° TENENTE A CORONEL		
PDE 7	CAPELÃO	QOCAPL
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO E FISCALIZANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>01- Prestar assistência religiosa e espiritual aos militares e funcionários civis do Comando da Aeronáutica e aos seus familiares e atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral;</p> <p>02- Celebrar as cerimônias religiosas previstas nos ditames da religião a que pertencer o Oficial Capelão</p> <p>03- Ministras aulas de iniciação religiosa e de educação moral;</p> <p>04- Planejar e coordenar encontros religiosos;</p> <p>05- Assessorar o comando em questões religiosas;</p> <p>06- Elaborar relatórios sobre suas atividades para o Sistema de Assistência Religiosa da Aeronáutica (SARA);</p> <p>07- Quando designado pela autoridade competente, coordenar e supervisionar atividades religiosas e militares dos capelães do Comando da Aeronáutica;</p> <p>08- Executar as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhe forem afetas;</p> <p>09- Alcançar e manter o preparo físico, dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>10- Gerir e prestar contas de Suprimentos de Fundo;</p> <p>11- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Descarga de Materiais, de Espólio e de Arrolamentos;</p> <p>12- Ministras instruções, aulas expositivas e brifins sobre assuntos para os quais possua a devida qualificação, dentro das técnicas preconizadas;</p> <p>13- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>14- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>15- Redigir documentos oficiais que digam respeito às suas atividades;</p> <p>16- Participar de grupos de trabalho e comissões internas;</p> <p>17- Participar de Conselhos Permanentes de Justiça e de Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>18- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

da OM;

- 19- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;
- 20- Representar a Organização em eventos externos;
- 21- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como por escrito, de modo correto, claro e conciso;
- 22- Empregar os recursos da Informática em nível de usuário;
- 23- Agir de acordo com as normas de segurança do trabalho, das instalações, de contra-inteligência e de contra-incêndio;
- 24- Cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos e demais normas vigentes;
- 25- Participar como integrante em solenidades e formaturas;
- 26- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;
- 27- Tratar dos assuntos oficiais com zelo e grau de sigilo requeridos;
- 28- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas de ética e regras sociais;
- 29- Demonstrar e difundir sentimentos de patriotismo, entusiasmo pela profissão, dedicação, amor e respeito à Pátria e à Força Aérea;
- 30- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como Chefe e como Líder;
- 31- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;
- 32- Racionalizar o emprego dos recursos humanos e materiais postos à sua disposição;
- 33- Participar de encontros ecumênicos;
- 34- Participar das atividades de assistência social coordenadas pelo setor competente da OM;
- 35- Planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de qualificação;
- 36- Ampliar continuamente sua cultura profissional;
- 37- Aprimorar sua capacidade de comunicação e expressão;
- 38- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados;
- 39- Coordenar a utilização eficaz dos recursos humanos, materiais e orçamentários disponíveis;
- 40- Demonstrar atitude de liderança no desenvolvimento das atividades profissionais;
- 41- Valorizar aspectos intrínsecos da carreira militar; e
- 42- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Gerais e Setoriais interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica.

**CONHECIMENTOS:**

01- Possuir formação de nível superior em Teologia reconhecida pela autoridade eclesiástica da sua religião;

12 ABR 2002

MCA 36-6

- 02- Conhecer a Constituição Brasileira;
- 03- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e da FAB;
- 04- Conhecer a legislação específica do Comando da Aeronáutica;
- 05- Conhecer o Estatuto dos Militares;
- 06- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e de Cerimonial Militar das Forças;
- 07- Conhecer o Código Penal Militar;
- 08- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;
- 09- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;
- 10- Conhecer as normas do cerimonial militar;
- 11- Identificar a estrutura de funcionamento dos Comandos da Marinha e do Exército;
- 12- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal e de material;
- 13- Conhecer a evolução do pensamento filosófico, em especial os preceitos da ética e moral;
- 14- Interpretar os fenômenos da liderança, do comportamento, da personalidade e das relações interpessoais, à luz da Psicologia Social;
- 15- Interpretar os fenômenos sociais sob os conhecimentos da Sociologia;
- 16- Conhecer os princípios básicos do planejamento, da execução e da avaliação do ensino, à luz da Didática;
- 17- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;
- 18- Possuir conhecimento básico de Informática que lhe permita utilizar editores de texto, planilhas de cálculo, e gerenciadores de bancos de dados;
- 19- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;
- 20- Conhecer as regras de boa conduta;
- 21- Conhecer as técnicas básicas de expressão oral, de aulas expositivas e de brifings;
- 22- Conhecer as normas de segurança e prevenção de acidentes do trabalho;
- 23- Distinguir os tipos de correspondências administrativas e publicações oficiais;
- 24- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar destinadas à respectiva Especialidade;
- 25- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infraestrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil;

12 ABR 2002

MCA 36-6

do Sistema de Proteção ao Vôo e do Sistema de Segurança de Vôo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;

26- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;

27- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e Líder; e

28- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares.

12 ABR 2002

MCA 36-6

## ANEXO 8

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE 2º TENENTE - 1º TENENTE		
PDE 8	TODAS AS ESPECIALIDADES	QCOA
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO E FISCALIZANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>01- Atuar como Chefe ou como auxiliar do Chefe de Seção ou de Subseção, em Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antigüidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>02- Executar as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhes forem afetos;</p> <p>03- Executar as atividades relativas à sua Especialidade profissional;</p> <p>04- Alcançar e manter o preparo físico dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>05- Gerir e prestar contas de Suprimentos de Fundo;</p> <p>06- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Descarga de Materiais, de Espolio e de arrolamentos;</p> <p>07- Ministras instruções e aulas sobre assuntos com os quais possua a devida qualificação;</p> <p>08- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>09- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>10- Redigir documentos oficiais que lhe são afetos;</p> <p>11- Participar de Conselhos Permanentes de Justiça e de Conselhos Especiais de Justiça;</p> <p>12- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos da OM;</p> <p>13- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;</p> <p>14- Representar a Organização em eventos externos;</p> <p>15- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como por escrito, de modo correto, claro e conciso;</p> <p>16- Aplicar os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;</p> <p>17- Empregar os recursos da informática em nível de usuário;</p> <p>18- Utilizar e fazer a conservação de armamento individual existente na Organização;</p> <p>19- Tratar dos assuntos oficiais com zelo e o grau de</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

<p>sigilo requerido;</p> <p>20- Cumprir e fazer cumprir, no que lhes competir, as leis, os regulamentos e demais normas vigentes;</p> <p>21- Comandar tropa ou fração de tropa formaturas, ou delas participar como integrante;</p> <p>22- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;</p> <p>23- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas éticas e regras sociais;</p> <p>24- Demonstrar e difundir sentimentos de respeito, de dedicação e de amor à Pátria e a Força Aérea;</p> <p>25- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como Chefe e como Líder, no âmbito da vida militar;</p> <p>26- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;</p> <p>27- Racionalizar o emprego dos recursos humanos, materiais e orçamentários postos à sua disposição;</p> <p>28- Planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de qualificação;</p> <p>29- Realizar Sindicâncias, IPM e Auto de Prisão em Flagrante, em conformidade com a legislação vigente;</p> <p>30- Executar as atividades afetas a sua especialidade;</p> <p>31- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados; e</p> <p>32- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Gerais e Setoriais interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica.</p>
<p><b>CONHECIMENTOS:</b></p> <p>01- Possuir formação de nível superior em nível de graduação, bacharelato ou licenciatura de acordo com as especialidades de interesse do Comando da Aeronáutica;</p> <p>02- Conhecer a Constituição Brasileira;</p> <p>03- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e da FAB;</p> <p>04- Conhecer a legislação específica do Comando da Aeronáutica;</p> <p>05- Conhecer o Estatuto dos Militares;</p> <p>06- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e de Cerimonial Militar das Forças Armadas;</p> <p>07- Conhecer o Código Penal Militar;</p> <p>08- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;</p> <p>09- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira, e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;</p>

12 ABR 2002

MCA 36-6

- 10- Conhecer as técnicas e a formalística para a apuração de transgressões ou crimes militares, tais como: Sindicância, IPM, Prisão em Flagrante, Processos de Insubmissão e de Deserção, Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina;
- 11- Identificar a estrutura de funcionamento dos Comandos da Marinha e do Exército;
- 12- Conhecer os princípios da Ciência Administrativa e suas ferramentas na Administração Militar da Aeronáutica;
- 13- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal e de material;
- 14- Conhecer os procedimentos e as técnicas de tiro;
- 15- Saber manejar as armas portáteis em uso no Comando da Aeronáutica e conhecer todas as regras de segurança aplicáveis na sua utilização;
- 16- Compreender as regras elementares de segurança no manuseio dos armamentos, munições e explosivos;
- 17- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;
- 18- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;
- 19- Conhecer as regras de boa conduta;
- 20- Possuir capacidade de Comando e os conhecimentos da legislação militar para os serviços de escala, cerimonial militar e atividades afins, além das funcionais, usualmente atribuídas aos primeiros postos da carreira;
- 21- Conhecer as normas de segurança do trabalho e de prevenção de acidentes;
- 22- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar destinadas à respectiva Especialidade;
- 23- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infra-estrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil; do Sistema de Proteção ao Vôo e do Sistema de Segurança de Vôo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;
- 24- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;
- 25- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e como líder; e
- 26- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares.



XX XXX XXXX

MCA 36-X

## ANEXO 9

COMANDO-GERAL DO PESSOAL PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE 2º TENENTE - 1º TENENTE		
PDE 9	TODAS AS ESPECIALIDADES	QOCON
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: EXERCER CARGOS COMPATÍVEIS COM O QUADRO E O POSTO, EXECUTANDO, PLANEJANDO, COORDENANDO, CONTROLANDO E FISCALIZANDO, NO SEU NÍVEL DE COMPETÊNCIA, AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LOGÍSTICAS E OPERACIONAIS, CHEFIANDO E ORIENTANDO O PESSOAL SOB SUA RESPONSABILIDADE E ZELANDO PELO MATERIAL E RECURSOS SOB SUA GUARDA.</p>		
<p>ATRIBUIÇÕES:</p> <p>01- Atuar como Chefe ou como Adjunto do Chefe de Seção ou de Subseção, em Organizações Militares da Aeronáutica, de acordo com sua antigüidade, qualificação e experiência funcional;</p> <p>02- Desempenhar todas as atividades relativas aos serviços de caráter militar que lhes forem afetos;</p> <p>03- Executar as atividades relativas à sua Especialidade profissional;</p> <p>04- Alcançar e manter o preparo físico dentro dos padrões previstos e adequado ao desempenho das atividades inerentes ao quadro;</p> <p>05- Gerir e prestar contas de Suprimentos de Fundo;</p> <p>06- Participar de Comissões de Exame e Recebimento de Materiais, de Avaliação de Materiais, de Descarga de Materiais, de Espolio e de arrolamentos;</p> <p>07- Ministras instruções e aulas sobre assuntos com os quais possua a devida qualificação;</p> <p>08- Produzir relatórios eventuais;</p> <p>09- Produzir Normas Padrões de Ação e Normas de Serviços para as atividades sob sua chefia;</p> <p>10- Redigir os documentos oficiais que lhe são afetos;</p> <p>11- Participar de Comissões de Relações Públicas em eventos da OM;</p> <p>13- Participar de Comissões Fiscalizadoras de concursos do COMAER;</p> <p>14- Representar a Organização em eventos externos;</p> <p>15- Expressar-se em Língua Portuguesa, tanto oralmente como por escrito, de modo correto, claro e conciso;</p> <p>16- Empregar os recursos da informática em nível de usuário;</p> <p>17- Tratar os assuntos oficiais com zelo e o grau de sigilo requerido;</p> <p>18- Cumprir e fazer cumprir, no que lhes competir, as leis, os regulamentos e demais normas vigentes;</p> <p>19- Comandar tropa ou fração de tropa em formaturas, ou delas participar como integrante;</p>		

12 ABR 2002

MCA 36-6

20- Participar de atividades de campanha, reais e simuladas;

21- Comportar-se, dentro e fora do meio militar, de acordo com as normas éticas e regras sociais;

22- Demonstrar e difundir sentimentos de respeito, de dedicação e de amor à Pátria e a Força Aérea;

23- Demonstrar plena consciência da responsabilidade do Oficial como Chefe e como Líder, no âmbito da vida militar;

24- Aplicar a legislação comum às Forças Armadas, em especial a do Comando da Aeronáutica;

25- Racionalizar o emprego dos recursos humanos, materiais e orçamentários postos à sua disposição;

26- Planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com a instrução, dentro do seu nível de responsabilidade e de Qualificação;

27- Realizar Sindicâncias, IPM e Auto de Prisão em Flagrante, em conformidade com a legislação vigente;

28- Executar as atividades afetas a sua especialidade;

29- Participar de grupos de trabalho e comissões internas;

30- Aplicar o processo de avaliação por apreciação na emissão de conceitos de subordinados; e

31- Desempenhar ainda as atribuições inerentes aos cursos e estágios especializados, realizados ao longo da carreira, de acordo com os padrões de desempenho específicos para cada curso/estágio, estabelecidos pelos Órgãos de Direção Gerais e Setoriais interessados, e com os respectivos currículos baseados nas normas do Órgão Central do Sistema de Ensino da Aeronáutica.

**CONHECIMENTOS:**

01- Possuir formação profissional, de nível superior, nas especialidades de interesse do Comando da Aeronáutica;

02- Conhecer a Constituição Brasileira;

03- Conhecer a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica e da FAB;

04- Conhecer a legislação específica do Comando da Aeronáutica;

05- Conhecer o Estatuto dos Militares;

06- Conhecer o Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e de Cerimonial Militar das Forças Armadas;

07- Conhecer o Código Penal Militar;

08- Conhecer o Código de Processo Penal Militar;

09- Conhecer a Organização Judiciária Militar Brasileira, e as normas reguladoras do Conselho de Disciplina e de Justificação;

10- Conhecer as técnicas e a formalística para a apuração de transgressões ou crimes militares, tais como: Sindicância, IPM, Auto de Prisão em Flagrante, Processos de Insubmissão e de Deserção, Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina;

11- Identificar a estrutura de funcionamento dos Comandos

12 ABR 2002

MCA 36-6

da Marinha e do Exército;

12- Possuir conhecimento básico de administração de pessoal e de material;

13- Conhecer as normas e as técnicas de avaliação em grupo e individual, para emissão de conceitos;

14- Conhecer os hinos e as canções patrióticas, em especial as da Aeronáutica;

15- Conhecer as regras de boa conduta;

16- Possuir capacidade de Comando e os conhecimentos da legislação militar para os serviços de escala, cerimonial militar e atividades afins;

17- Conhecer as normas de segurança do trabalho e de prevenção de acidentes;

18- Possuir conhecimentos e treinamento necessário ao desempenho das atividades de caráter militar;

19- Conhecer a História da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, através da Campanha da Itália; da Epopéia do Correio Aéreo Nacional; das missões de integração nacional; das inúmeras participações em missões de misericórdia em atendimento às calamidades; da construção de seu parque industrial, com ênfase nos campos civil e militar (EMBRAER); da evolução da infra-estrutura aeroportuária (INFRAERO); da construção de inúmeros aeroportos, mormente na Amazônia; da evolução da aviação civil; do Sistema de Proteção ao Voo e do Sistema de Segurança de Voo, ambos incluindo às aviações militar e civil; da criação do SIVAM, bem como das personalidades e dos seus vultos históricos;

20- Reconhecer a importância do preparo e do condicionamento físico para o pleno desempenho das tarefas inerentes a um piloto militar;

21- Reconhecer a importância dos princípios basilares da Instituição, da hierarquia, da disciplina e do papel do oficial na manutenção destes princípios e na condução dos subordinados, como Chefe e como Líder; e

22- Reconhecer a importância dos princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**PESSOAL - OFICIAL**

MCA 36-7

PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA  
AERONÁUTICA

2012

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



**PESSOAL - OFICIAL**

MCA 36-7

PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA  
AERONÁUTICA

2012



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMANDO-GERAL DO PESSOAL**

PORTARIA COMGEP Nº 954/7EM, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Aprova o “Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica - MCA 36-7”.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, usando da atribuição que lhe confere os incisos III, V e VI do art. 4º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria Nº 216/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do MCA 36-7 “Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revogam-se as Portarias COMGEP nº 29/CMT, de 5 de junho de 1997, referente ao MMA 36-2; nº 57, de 5 de agosto de 1997, referente ao MMA 36-3; nº 57, de 2 de outubro de 1998, referente ao MMA 36-4; nº 20/CMT, de 11 de maio de 1999, referente ao MMA 36-5; e nº 39/1EM, de 10 de abril de 2002, referente ao MCA 36-6.

Ten Brig Ar ANTONIO GOMES LEITE FILHO  
Comandante-Geral do Pessoal

(Publicada no BCA nº 211, de 6 de novembro de 2012.)



MCA 36-7/2012

## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	7
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	7
1.2 <u>ÂMBITO</u> .....	7
1.3 <u>OBJETIVO</u> .....	7
1.4 <u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	7
1.5 <u>METODOLOGIA</u> .....	8
1.6 <u>COMPETÊNCIAS</u> .....	8
<b>2 ORGANIZAÇÃO</b> .....	10
2.1 <u>PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA (PPOA) 1ª PARTE</u> .....	10
2.2 <u>PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA (PPOA) 2ª PARTE</u> .....	22
<b>3 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	26
<b>Anexo - Tabela de Siglas e de Abreviaturas</b> .....	27



**MCA 36-7/2012****1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****1.1 FINALIDADE**

O presente Manual tem por finalidade:

- a) fornecer ao DEPENS subsídios para a elaboração e revisão dos currículos mínimos dos diversos cursos e estágios de carreira sob sua responsabilidade, com vistas a formação do Oficial com as competências requeridas pelo Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica - PPOA;
- b) apresentar à CPO e aos avaliadores mais um componente a ser considerado no processo de avaliação de desempenho dos Oficiais;
- c) informar aos ODGSA e às suas OM subordinadas as competências essenciais do interesse do COMAER, para que esses órgãos possam solicitar ao DEPENS, caso julguem necessário, alterações nos currículos mínimos dos cursos de carreira; e
- d) proporcionar aos Oficiais o entendimento de suas responsabilidades, de acordo com as competências esperadas pelo COMAER para o desempenho de suas funções.

**1.2 ÂMBITO**

Este Manual tem aplicação em todos os níveis e setores do COMAER.

**1.3 OBJETIVO**

O PPOA tem como objetivo ser um instrumento norteador para a definição das competências essenciais necessárias aos Oficiais da Aeronáutica, após a capacitação nos cursos e estágios de formação ou adaptação, bem como, para os demais cursos de carreira, quando aplicável.

**1.4 CONCEITUAÇÃO**

**1.4.1** Competência é uma palavra do senso comum, utilizada para designar uma atribuição, de tal forma que uma pessoa desempenhe certos encargos e seja capaz de julgar determinados assuntos com precisão, decorrente de seu conhecimento profundo ou pela especialização que possui. Nos últimos anos, o tema competência entrou para a pauta das discussões acadêmicas e empresariais, associado a diferentes instâncias de compreensão: no nível da pessoa (competência do indivíduo), das organizações (*core competences*) e dos países (sistemas educacionais e formação de competências).

**1.4.2** Nessa perspectiva, o conceito de competência é pensado como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Embora o foco de análise seja o indivíduo, a maioria dos autores norte-americanos sinaliza a importância de se alinharem as competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas organizações. Ou seja, tanto na literatura acadêmica, como nos textos que fundamentam a prática administrativa, a referência que baliza o conceito de competência é a tarefa e o conjunto de tarefas pertinentes a um cargo.

**1.4.3** Nesta perspectiva, o PPOA é o documento que formaliza as competências essenciais do Oficial para o atendimento das necessidades da Aeronáutica após os cursos de formação e de carreira.

#### **1.4.4** COMPETÊNCIAS COMPLEMENTARES

Cada OM possui a sua própria e peculiar missão. O PPOA definirá as competências essenciais do pessoal militar do COMAER. Cabe à OM promover a aquisição das competências complementares que permitirão o cumprimento das missões a ela confiadas. Surgem, então, os “cursos de especialização”, os quais irão atender a necessidades específicas de cada OM.

#### **1.4.5** MELHORIA CONTÍNUA

**1.4.5.1** Nenhum processo é livre de aperfeiçoamento. Cabe a todos os envolvidos com o PPOA avaliar e promover a sua melhoria. Essa avaliação deve ser pragmática, analisando a sua filosofia e aplicabilidade. Uma visão integrada também é necessária, posto que muitas alterações tem consequências abrangentes.

**1.4.5.2** Finalmente, deve-se avaliar e definir o escopo das alterações desejadas. Se as alterações influenciam somente os cursos de especialização, deve-se solicitar mudanças aos ODGSA responsáveis pela capacitação.

**1.4.5.3** Alterações no PPOA, responsabilidade do COMGEP, devem ser solicitadas somente quando implicarem em alterações estruturais das competências essenciais. A grande maioria das alterações em cursos de carreira implicam em alterações de currículo mínimo e, neste caso, devem ser solicitadas ao DEPENS, que fará as mudanças que julgar pertinentes, de acordo com o PPOA.

### **1.5** METODOLOGIA

O PPOA está dividido em duas partes:

a) a primeira parte trata do:

- PPOA comum a todos os Quadros de Oficiais - abordando as competências mínimas necessárias a todos os Oficiais da Aeronáutica; e
- PPOA específico para cada Quadro de Oficiais - abordando as competências mínimas necessárias a cada Quadro de Oficiais.

b) a segunda parte abrange o PPOA após os cursos de carreira dos Oficiais.

### **1.6** COMPETÊNCIAS

**1.6.1** Compete ao COMGEP:

- a) elaborar, modificar e aprovar o PPOA; e
- b) analisar as propostas de modificações do PPOA encaminhadas pelos ODGSA.

**1.6.2** Compete ao DEPENS:

- a) utilizar o PPOA na elaboração e revisão dos currículos mínimos; e

**MCA 36-7/2012**

**9/28**

- b) analisar as propostas dos ODGSA para a elaboração e revisão dos currículos mínimos, conforme o que preconiza o PPOA, para os cursos ou estágios de formação e adaptação, bem como, nos demais cursos de carreira.

**1.6.3** Compete à CPO:

Considerar o PPOA no Processo de Avaliação de Desempenho dos Oficiais.

## 2 ORGANIZAÇÃO

### 2.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA (PPOA) - 1ª PARTE

#### 2.1.1 PPOA COMUM A TODOS OS QUADROS

Ao concluir o Curso de Formação, Curso de Adaptação, Estágio de Adaptação ou Estágio de Instrução e Adaptação, o Oficial da Aeronáutica deve ter desenvolvido as seguintes competências, comuns a todos os quadros, estando capacitado a:

- a) cultivar os princípios éticos, os valores e deveres militares, pautando sua conduta por uma linha de correção de atitudes, tanto na vida civil, quanto na vida militar;
- b) cultivar a liderança, a responsabilidade, o patriotismo, o espírito de equipe e a melhoria contínua;
- c) adquirir e manter a higidez física e a estrutura corporal antropométrica compatíveis para o cumprimento das atividades e funções militares, no mínimo dentro dos parâmetros avaliados regularmente nos testes de aptidão e condicionamento físico;
- d) compreender a Doutrina Básica da FAB, bem como, conhecer a evolução histórica do poder militar, com ênfase no poder aeroespacial;
- e) conhecer a legislação pertinente às suas atividades ou funções e aplicá-las dentro da estrutura do COMAER;
- f) conhecer os documentos e procedimentos aplicados à esfera administrativa de Polícia Judiciária Militar, quanto a: Inquérito Policial Militar (IPM), Auto de Prisão em Flagrante (APF), Sindicância e outros;
- g) conhecer a destinação constitucional das Forças Armadas e aplicar os fundamentos básicos do Direito, nas áreas Constitucional, Administrativo, Penal Militar, Direitos Humanos e Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA);
- h) desempenhar as funções de Chefia, utilizando técnicas que garantam maior eficiência aos processos administrativos, condizentes com a legislação em vigor;
- i) expressar-se, oralmente e por escrito, na Língua Portuguesa, de modo correto, claro e conciso;
- j) identificar, interpretar, confeccionar e transmitir, dentro de sua área de atuação, as mensagens operacionais referentes ao setor de trabalho, de acordo com as normas vigentes;
- k) confeccionar documentos oficiais dentro dos padrões definidos em publicações do Governo Federal e do COMAER;
- l) empregar técnicas de combate individual e sobrevivência, em ambiente hostil, exceto para o QOCAPL;

- m) participar de treinamentos e de Operações Militares no Brasil e no exterior, podendo atuar em Operações de Paz e outras missões em apoio à política externa brasileira;
- n) utilizar, com eficácia, o armamento de uso individual disponibilizado pelo COMAER, exceto para o QOCAPL;
- o) executar ações de manutenção de nível orgânico, para a conservação do armamento individual, colocado à sua disposição pelo COMAER, exceto o QOCAPL;
- p) gerenciar, à luz dos princípios da Administração Pública, os recursos humanos, materiais e orçamentários, postos à sua disposição, de acordo com o nível de sua função;
- q) aplicar e promover a filosofia e as ações ligadas à política de prevenção de acidentes aeronáuticos do COMAER;
- r) compreender os conceitos básicos de Guerra Nuclear, Biológica e Química;
- s) aplicar os princípios básicos de Inteligência e Contra-Inteligência Militar;
- t) aplicar e promover as normas básicas de higiene e segurança do trabalho;
- u) ministrar instruções e palestras, empregando as técnicas de ensino e meios tecnológicos preconizados pelo COMAER;
- v) avaliar e emitir conceitos sobre os seus subordinados, de acordo com a legislação em vigor;
- w) identificar situações-problema, analisar alternativas, traçar planos de ação e implementar ou assessorar a sua chefia, de acordo com o seu nível funcional, assessorando no processo de decisão;
- x) empregar, em nível de usuário, os recursos da TI para a utilização de *softwares*, tais como: editores de texto, planilhas de cálculo, programas de apresentação, banco de dados e sistemas corporativos do COMAER;
- y) participar de Comissões nas esferas administrativa e operacional do COMAER;
- z) participar de representações em eventos civis e militares;
- aa) utilizar as técnicas básicas de comunicação social de acordo com as prescrições do CECOMSAER;
- bb) comandar grupamento ou fração de tropa em formaturas, manobras e exercícios militares;
- cc) conduzir o serviço de Oficial-de-Dia ou os serviços de escala que lhe competirem; e
- dd) cumprir e fazer cumprir, ao que lhe for pertinente, leis, decretos, medidas provisórias, avisos, portarias, regulamentos e demais normas em vigor.

### 2.1.2 PPOA ESPECÍFICO

Ao concluir os cursos ou estágios de formação ou adaptação, o Oficial da Aeronáutica deve possuir as competências compostas pelo PPOA específico de cada Quadro, estando capacitado a desempenhar suas atribuições conforme as peculiaridades descritas nos itens a seguir.

#### 2.1.2.1 Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA)

Aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER.

#### 2.1.2.2 Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV)

- a) planejar e realizar missões aéreas, tanto para o tempo de paz, quanto àquelas voltadas para o combate, visando o emprego do componente militar do Poder Aeroespacial, de forma independente ou nas missões conjuntas;
- b) comunicar-se em voo com os diversos Órgãos de Controle do Espaço Aéreo, tanto em território nacional quanto em território estrangeiro;
- c) compreender os sistemas de comunicações, navegação e vigilância, bem como a operacionalidade das redes, sistemas e enlaces de telecomunicações utilizados em transmissões “D-Link (*Data link*)”, vigentes no COMAER;
- d) compreender os conceitos básicos de Guerra Eletrônica - GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- e) acompanhar a modernização do acervo da Força Aérea, de acordo com o seu desenvolvimento operacional;
- f) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pelo órgão responsável pelas normas afetas à medicina aeroespacial no COMAER;
- g) conhecer, de forma geral, o material de uso bélico empregado nas aeronaves do COMAER e estrangeiras, bem como, àqueles utilizados nos Sistemas de Defesa Antiaérea;
- h) empregar, com eficácia, as plataformas de armas destinadas à sua Unidade Aérea;
- i) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- j) assessorar, tecnicamente, as comissões de aquisição e recebimento de aeronaves e de materiais de uso aeronáutico, na elaboração de requisitos operacionais;
- k) conhecer, ainda em fase de formação, as unidades Operacionais da Força Aérea e suas respectivas missões e atribuições; e
- l) manusear e interpretar as publicações técnicas da Aeronáutica, referentes à área de aviação.

**2.1.2.3 Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCON)**

Aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER.

**2.1.2.4 Quadro de Oficiais Capelães (QOCAPL)**

- a) aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER;
- b) gerenciar as atividades de assistências religiosas, espiritual e de instrução moral no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- c) cooperar nas atividades de assistência social da Organização a que pertencer, sem contudo assumir tais atividades;
- d) buscar o aperfeiçoamento e a atualização de seus conhecimentos humanísticos e teológicos;
- e) elaborar os relatórios que serão enviados regularmente ao Órgão Central do SARA; e
- f) assessorar o Comandante, Chefe ou Diretor ao qual estiver subordinado, nas questões religiosas que lhe forem pertinentes.

**2.1.2.5 Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOINF)**

- a) planejar e realizar missões que lhe forem atribuídas, vinculadas à Segurança e Defesa, Cerimonial Militar, Instrução Militar e Contra-incêndio, de acordo com sua qualificação operacional, empregando as técnicas necessárias e atualizadas;
- b) planejar, controlar e executar as instruções de tiro com o armamento terrestre do COMAER;
- c) conhecer as documentações operacionais destinadas a seu Quadro, capacitando-o a operar os equipamentos e materiais empregados em segurança e defesa, acompanhando a modernização do acervo da Força Aérea;
- d) compreender os conceitos básicos de GE e de Autodefesa Antiaérea, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- e) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- f) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial;
- g) manusear corretamente o armamento de uso individual e coletivo, de acordo com a sua missão, além de aplicar as manutenções básicas de conservação; e
- h) planejar, dirigir, controlar e executar as atividades de instrutor de tiro terrestre.

**2.1.2.6 Quadro de Oficiais Dentistas (QODENT)**

- a) aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER;
- b) executar as atividades e as atribuições inerentes à sua função logística de saúde no âmbito do COMAER, segundo a legislação vigente, em especial, as normas do Ministério da Saúde; e
- c) conhecer e aplicar as atividades desempenhadas por seu Quadro em HCAMP, quando pertinente.

**2.1.2.7 Quadro de Oficiais Especialistas de Aeronáutica (QOEA)**

- a) planejar, organizar e coordenar ações no gerenciamento de recursos humanos, sendo capaz de disseminar os conhecimentos adquiridos;
- b) planejar, organizar e coordenar ações de análise e melhoria dos processos de trabalho, sendo capaz de disseminar os conhecimentos adquiridos; e
- c) planejar, organizar e coordenar ações no gerenciamento de projetos, sendo capaz de disseminar os conhecimentos adquiridos.

**2.1.2.8 Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento (QOEARM)**

- a) planejar, executar, controlar e supervisionar as atividades de material bélico do COMAER, zelando pelo estrito cumprimento das normas de segurança existentes, diligenciando na busca de ações necessárias a sua capacitação e a dos recursos humanos sob sua responsabilidade;
- b) assessorar, tecnicamente, as comissões de aquisição, recebimento, alienação e descarga de material bélico no COMAER;
- c) manusear corretamente o armamento de uso coletivo, de acordo com a sua missão, além de aplicar todos os níveis de manutenção previstos;
- d) participar e assessorar no planejamento, organização e coordenação de missões aéreas, nas funções de: artilheiro, observador, operador de equipamentos de bordo e acompanhante de material bélico, de acordo com a sua qualificação operacional;
- e) participar de missões aéreas, como tripulante orgânico, nas funções de: artilheiro, observador, operador de equipamentos de bordo e acompanhante de material bélico, de acordo com a sua qualificação operacional;
- f) supervisionar a aplicação das normas vigentes contidas nas publicações técnicas do COMAER, referentes à área de material bélico, propondo modificações aos órgãos competentes, quando necessário;
- g) participar de comissões de certificação e calibração de itens bélicos;
- h) participar na assessoria e avaliação das empresas que fabricam e fornecem materiais bélicos para o COMAER;
- i) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;

- j) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- k) realizar atividades de inteligência operacional, produzindo informações referentes aos sistemas bélicos de qualquer país que represente uma hipótese de conflito, planejando a seleção e o emprego do armamento aéreo para cada tipo de alvo;
- l) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial;
- m) propor e assessorar, tecnicamente, no planejamento para a delimitação de áreas e construções destinadas às instalações bélicas;
- n) emitir laudos técnicos envolvendo itens bélicos; e
- o) planejar, dirigir, controlar e executar as atividades de instrutor de tiro terrestre.

#### **2.1.2.9 Quadro de Oficiais Especialistas em Aviões (QOEAV)**

- a) planejar, executar, controlar e supervisionar as atividades de manutenção de aeronaves do COMAER;
- b) assessorar, tecnicamente, as comissões de aquisição e recebimento de material aeronáutico;
- c) fiscalizar e controlar a execução das diretivas técnicas, bem como, dos manuais técnicos dos fabricantes;
- d) cumprir e fazer cumprir os procedimentos e normas de controle, descarga e alienação de material aeronáutico;
- e) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- f) exercer funções como tripulante orgânico;
- g) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial;
- h) conhecer e utilizar com perfeição ferramentas computacionais atuais de apoio à aviação;
- i) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- j) participar da elaboração do Plano de Reparáveis, do Plano de Dotação de EAS e da Diagonal de Calibração;
- k) participar dos estudos preliminares de projetos ou reformas das instalações destinadas às atividades de manutenção de aeronaves;
- l) compreender os conceitos básicos de gerenciamento dos riscos na manutenção de aeronaves;

- m) exercer a função de Agente de Corrosão;
- n) compreender os conceitos básicos do processo de identificação de material aeronáutico;
- o) cumprir e fazer cumprir os procedimentos e normas do sistema militar de catalogação em vigor;
- p) compreender os conceitos básicos do processo de nacionalização de material aeronáutico;
- q) compreender os conceitos básicos do ciclo de vida de sistemas e materiais da aeronáutica, de acordo com as diretrizes pertinentes fixadas pelo COMAER;
- r) participar das comissões de avaliação de propostas de offset de aeronaves e equipamentos adquiridos pela FAB, de acordo com as diretrizes do COMAER que dispõe sobre a negociação de acordos de compensação comercial, industrial e tecnológica na Aeronáutica; e
- s) compreender os conceitos básicos do SINAMOB.

**2.1.2.10 Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações (QOECOM)**

- a) planejar, executar, controlar e supervisionar as atividades de comunicações, busca e salvamento, navegação, vigilância, GE e de inspeção em voo do COMAER, zelando pelo estrito cumprimento das normas de segurança existentes, diligenciando na busca de ações necessárias à sua capacitação e a dos recursos humanos sob sua responsabilidade;
- b) planejar, gerenciar e executar as atividades de comunicações, como tripulante orgânico ou não, nas diversas missões e operações aéreas em que se fizer necessária a sua participação;
- c) gerenciar e executar ações que visem garantir que os serviços das áreas de comunicações, busca e salvamento e de informática sejam executados de acordo com os procedimentos e padrões especificados nos manuais técnicos/operacionais dos respectivos fabricantes, parques de material e demais Órgãos competentes da Aeronáutica, analisando a aplicabilidade de normas técnicas/operacionais e sugerindo modificações quando necessário;
- d) analisar a operacionalidade das redes, sistemas e enlaces de telecomunicações utilizados pelo COMAER, bem como dos equipamentos elétricos, eletrônicos, de informática e eletromecânicos, orientando os responsáveis técnicos na aferição e/ou no reparo, de acordo com os padrões vigentes;
- e) gerenciar os sistemas de comunicações, navegação e vigilância vigentes no COMAER;
- f) fornecer suporte técnico/operacional relativo às atividades de Controle do Espaço Aéreo, Meteorologia, Busca e Salvamento e Informação Aeronáutica, aplicadas em sua área de atuação;
- g) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;

- h) administrar o emprego de equipamentos elétricos na geração, distribuição e consumo de energia;
- i) exercer a função de Comando em Destacamento de Controle do Espaço Aéreo;
- j) gerenciar atividades de Órgãos Operacionais do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
- k) gerenciar o espectro de frequências utilizadas no âmbito do COMAER;
- l) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- m) gerenciar Laboratórios de Aferição de Instrumentos Eletroeletrônicos utilizados no COMAER; e
- n) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.11 Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo (QOECTA)**

- a) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à navegação aérea, à segurança e controle do espaço aéreo, à detecção e interceptação de aeronaves, à prestação dos serviços de tráfego aéreo e informações aeronáuticas, ao serviço de busca e salvamento, à condução de equipes, diligenciando na busca de ações necessárias à sua capacitação e a dos recursos humanos sob sua responsabilidade;
- b) aplicar os conceitos ligados ao controle do tráfego aéreo, baseado na legislação vigente, nacional e internacional;
- c) utilizar os sistemas automatizados da Aeronáutica, pertinentes à sua área de atuação, bem como, assessorar os respectivos Comandantes, Chefes ou Diretores, dentro de sua esfera de competência;
- d) exercer a função de tripulante orgânico em aeronaves militares que efetuem missões correlacionadas com as suas atividades (inspeção em voo; busca e salvamento; e vigilância do espaço aéreo);
- e) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- f) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação; e
- g) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.12 Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia (QOEFOT)**

- a) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência de imagens, sensoriamento remoto e geoprocessamento, de acordo com a sua qualificação profissional, empregando as técnicas

- necessárias baseadas nas documentações operacionais, diligenciando na busca de ações necessárias à sua capacitação e a dos recursos humanos sob sua responsabilidade;
- b) operar os equipamentos da área de fotointeligência, acompanhando a modernização do acervo da Aeronáutica, além de planejar e controlar a aquisição, manutenção e distribuição dos materiais afetos à sua especialidade;
  - c) conhecer as noções básicas de GE, dentro do seu nível de atuação, para o emprego das técnicas existentes atualmente, sendo capaz de participar de missões e exercícios operacionais, planejando a aquisição e coleta de imagens operacionais;
  - d) planejar e analisar missões de reconhecimento e missões para fins cartográficos, realizando interrogatório das equipagens, pesquisa de arquivos e análise de imagens para a confecção de relatórios operacionais e suporte à inteligência operacional (mapa de situação, coleta, planejamento de inteligência no campo de batalha, arquivos de alvos, pastas de alvos, etc.);
  - e) coordenar as atividades de crítica-vídeo nas unidades de combate, auxiliando no aprimoramento dos pilotos;
  - f) executar as funções de navegador-foto, operador de equipamentos especiais e Coordenador Tático, em missões de reconhecimento, patrulha e em voos aerofotogramétricos, como tripulante orgânico;
  - g) controlar, fiscalizar e executar as ações que visem garantir que os serviços de aerolevante sejam executados de acordo com a legislação específica, emanadas pelos órgãos competentes;
  - h) executar atividades de análise de sistemas de alvo, planejamento de emprego de armamento aéreo e análise de danos de bombardeio;
  - i) executar atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas às áreas de inteligência de imagens, sensoriamento remoto e geoprocessamento;
  - j) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação; e
  - k) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.13 Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia (QOEMET)**

- a) planejar, avaliar, organizar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas Estações, Centros e Órgãos Aeronáuticos de Meteorologia para que funcionem de forma articulada entre si e em completa harmonia com os demais serviços de navegação e defesa aérea, em consonância com as normas operacionais vigentes referentes à Meteorologia na Aeronáutica;

- b) planejar, avaliar, organizar, gerenciar e executar as atividades relativas ao previsor de tempo e clima, fazendo uso dos meios operacionais existentes e dos princípios básicos da ciência meteorológica;
- c) propor ações necessárias à capacitação, atualização das técnicas e produtividade dos recursos humanos na sua área de atuação;
- d) planejar e executar atividades de ensino de Meteorologia Aeronáutica;
- e) desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para o conhecimento do tempo e do clima, visando às atividades de prestação de serviço da meteorologia na Aeronáutica;
- f) elaborar projetos e pareceres estratégicos e táticos adequados à atuação eficaz da Meteorologia na Aeronáutica;
- g) propor publicações, normas técnicas e suas revisões, relacionadas às atividades da Meteorologia Aeronáutica, sugerindo modificações aos órgãos competentes quando necessário;
- h) analisar, atualizar e coordenar os planos e projetos de interesse civil e militar, relacionados com a área da Meteorologia Aeronáutica;
- i) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para as avaliações e os planejamentos de missões operacionais relacionados à Meteorologia Aeronáutica nesse contexto;
- j) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação; e
- k) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.14** Quadro de Oficiais Engenheiros (QOENG)

- a) executar as atividades e atribuições inerentes à sua especialidade, aplicadas no âmbito da Aeronáutica, segundo a legislação vigente;
- b) assessorar, tecnicamente, as comissões de aquisição e recebimento de material aeronáutico, relacionados com os campos da engenharia (Ciência e Tecnologia, Logística, Telecomunicações e Infraestrutura);
- c) dirigir, orientar e supervisionar as atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho, aplicáveis à sua área de atuação e àquelas que julgar pertinentes;
- d) analisar, para fins de aprovação, as propostas de Planos Diretores das organizações da Aeronáutica;
- e) acompanhar a execução dos Planos Diretores das OM do COMAER;
- f) participar de Visitas Técnicas e de Inspeção com a finalidade de fiscalizar a execução de obras ou execução de Planos Diretores das OM do COMAER;
- g) participar de pesquisas e análises, com a finalidade de propor avanços nos diversos campos de sua atuação no âmbito do COMAER, visando a melhoria e atualização dos planos e projetos de interesse militar;

- h) analisar as propostas de construção ou reforma de instalações orgânicas e não-orgânicas da Aeronáutica;
- i) emitir parecer sobre a criação, a implantação, a implementação, a ativação e a desativação de Instalações Militares, quanto aos aspectos patrimonial e de infraestrutura;
- j) tratar dos assuntos patrimoniais relativos à Aviação Militar e Civil;
- k) tratar dos assuntos relativos à área patrimonial do COMAER, bem como das questões ambientais relacionadas ao emprego da FAB junto ao MD e aos órgãos ambientais;
- l) propor diretrizes para o planejamento logístico, referentes à função Engenharia;
- m) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- n) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação; e
- o) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.15 Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico (QOESUP)**

- a) planejar, controlar, executar e avaliar as atividades de Suprimento Técnico, de acordo com as normas de segurança existentes;
- b) diligenciar ações necessárias à capacitação e produtividade dos recursos humanos e à atualização das técnicas de sua área de atuação;
- c) prestar assessoria especializada na área de suprimento técnico;
- d) gerenciar o adequado funcionamento dos setores de recebimento, controle, armazenagem e expedição, de acordo com os procedimentos e padrões especificados nos manuais técnicos e na legislação emanada pelo COMAER e pelos Órgãos competentes existentes,
- e) exercer as atividades do SILOMS relativas ao suprimento de material;
- f) planejar as necessidades de recursos materiais, serviços e de pessoal, necessários à atividade de suprimento na Aeronáutica;
- g) assessorar, tecnicamente, as comissões de obtenção, recebimento, fiscalização, avaliação, alienação e descarga de material, e outras pertinentes à atividade de suprimento técnico;
- h) analisar a aplicabilidade das publicações, normas técnicas e suas revisões na atividade de suprimento técnico, propondo modificações aos órgãos competentes quando necessário;
- i) aplicar as técnicas de Análise e Melhoria de Processos nas atividades de Suprimento Técnico, estimulando o aprendizado dos conceitos de melhoria contínua, de preocupação com a segurança, bem como, a otimização do emprego dos recursos humanos e materiais;

- j) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;
- k) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação; e
- l) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial.

#### **2.1.2.16** Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOFARM)

- a) aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER;
- b) executar as atividades e atribuições inerentes à sua função logística de saúde no âmbito da Aeronáutica, segundo legislação vigente e, em especial, as normas do Ministério da Saúde;
- c) conhecer as atividades desempenhadas por seu Quadro em HCAMP, quando pertinente; e
- d) conhecer as noções básicas de guerra biológica e química, sendo capaz de participar de planejamentos operacionais.

#### **2.1.2.17** Quadro de Oficiais Intendentes (QOINT)

- a) atuar como gestor em todas as áreas afetas à Intendência na Aeronáutica, a exemplo: pagamento de pessoal, licitações, contratos, alimentação, almoxarifado, suprimento, controle de material carga, controle interno, administração de imóveis residenciais e outras atividades que possam ser relacionadas ao Quadro;
- b) executar as atividades inerentes aos Sistemas de Intendência, a exemplo: Subsistência, Provisões, Fardamento e Reembolsável, Pagamento de Pessoal, Assistência aos Inativos e Pensionistas, Assistência Social, Intendência Operacional, Contabilidade, Administração Financeira, Controle Interno e Orçamento;
- c) executar as atividades de Intendência inerentes a outros Sistemas relacionados, a exemplo: Material Aeronáutico, TI e Saúde;
- d) compreender o Sistema de Intendência Operacional, sendo capaz de participar de planejamentos operacionais da logística de apoio ao homem, atuando como planejador logístico de UCI;
- e) operar e gerenciar os diversos de administração financeira e de serviços gerais do governo federal, conforme as legislações vigentes;
- f) operar e gerenciar os sistemas de tecnologia da informação do COMAER, relacionados às atividades afetas à Intendência;
- g) compreender os conceitos básicos de GE, de acordo com o seu nível de atuação, apropriados para os planejamentos de missões operacionais;

- h) entender e comunicar-se, oralmente e por escrito, no mínimo em nível intermediário, nos idiomas inglês e espanhol, com ênfase na fraseologia técnico-especializada, inerentes à sua área de atuação;
- i) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os procedimentos adequados a estas, recomendados pela Medicina Aeroespacial: e
- j) promover a gestão das diversas necessidades da intendência por meio de um sistema que permita realizar a programação das metas e ações a serem desenvolvidas em horizontes temporais compatíveis com as mudanças do processo econômico-financeiro vigente.

#### **2.1.2.18** Quadro de Oficiais Médicos (QOMED)

- a) aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação civil, adaptando-os às necessidades do COMAER;
- b) executar as atividades e atribuições inerentes à sua função logística de saúde no âmbito da Aeronáutica, de acordo com a legislação vigente e, em especial, com as normas do Ministério da Saúde;
- c) conhecer as atividades desempenhadas por seu Quadro em HCAMP;
- d) compreender os conceitos básicos de Guerra Nuclear, Biológica e Química, sendo capaz de participar de planejamentos operacionais;
- e) identificar os sintomas fisiológicos das anomalias decorrentes do voo e aplicar os conhecimentos e procedimentos adequados a estes recomendados pela Medicina Aeroespacial, nas atividades operacionais do COMAER; e
- f) atuar de maneira preventiva face às patologias decorrentes da atividade aeroespacial.

## **2.2** PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA (PPOA) - 2ª PARTE

### **2.2.1** APÓS O CURSO DE TÁTICA AÉREA (CTATAE) - PARA O QOAV

Ao concluir o Curso de Tática Aérea, além dos ensinamentos adquiridos no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, o Oficial do QOAV deverá ser capaz de:

- a) Interpretar o emprego da Força Aérea à luz da Doutrina Básica da FAB;
- b) Explicar o funcionamento e organização de Bases e Unidades Aéreas;
- c) Explicar o emprego das Forças Armadas em uma situação de conflito;
- d) Utilizar os documentos militares comuns a uma Unidade Aérea; e
- e) Executar os procedimentos de evasão em combate.

### **2.2.2** APÓS O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (CAP)

Ao concluir o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, além das competências adquiridas nos cursos e estágios de carreira anteriores, o Oficial deverá ser capaz de:

- a) aprimorar a capacidade de liderança e assessoramento, por meio da utilização de princípios, normas e técnicas da administração geral,

aplicáveis à administração de recursos humanos, materiais e financeiros no seu nível de atuação;

- b) aprimorar a capacidade de comunicação oral e escrita; e
- c) compreender o emprego das Forças Armadas, em especial da Força Aérea Brasileira, de acordo com os preceitos constitucionais vigentes.

### **2.2.3 APÓS O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (CEM)**

**2.2.3.1** Ao concluir o Curso de Comando e Estado-Maior, além das competências adquiridas nos cursos de carreira anteriores, os Oficiais dos Quadros de Aviadores, Engenheiros, Intendentes e Infantaria da Aeronáutica deverão ser capazes de:

- a) empregar ferramentas de gestão que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos administrativos vigentes na Aeronáutica;
- b) elaborar trabalho acadêmico de interesse da Aeronáutica, fundamentado em técnicas de pesquisa científica;
- c) conjugar os aspectos da Doutrina emanada pelo Ministério da Defesa com as doutrinas específicas das Forças Armadas no preparo e no emprego do Poder Militar Aeroespacial;
- d) compor as ações necessárias para participar do planejamento institucional do Comando da Aeronáutica com a finalidade de preparo do Poder Aeroespacial;
- e) formular planos para o emprego do Poder Aeroespacial, em contexto de operações conjuntas de acordo com o processo de planejamento de comando; e
- f) estimar as ações para o emprego do Poder Aeroespacial, em função da hipótese de emprego, em contexto de operações conjuntas, de acordo com o processo de planejamento de comando.

**2.2.3.2** Ao concluir o Curso de Comando e Estado-Maior, além das competências adquiridas nos cursos de carreira anteriores os Oficiais dos Quadros de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, ao concluírem o Curso de Comando e Estado-Maior deverão ser capazes de:

- a) administrar recursos humanos e materiais da Aeronáutica de acordo com as modernas técnicas de gestão pública;
- b) elaborar trabalho monográfico de interesse da Aeronáutica, fundamentado em técnicas de pesquisa científica;
- c) conjugar os aspectos da Política de Defesa Nacional e das Doutrinas Militares das Forças Armadas indispensáveis ao preparo e ao emprego da Força Aérea;
- d) compor as ações estratégicas necessárias ao preparo da Força Aérea como decorrência do Planejamento Militar de Defesa;
- e) formular planos operacionais relacionados ao emprego da Força Aérea em operações independentes e combinadas, decorrentes de hipóteses apresentadas; e

- f) estimar as ações para o preparo e para o emprego da Força Aérea em operações de guerra, à luz da Doutrina Militar em vigor.

#### **2.2.4 APÓS O CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS (CPEA)**

Ao concluir o Curso de Política e Estratégia da Aeronáutica, além das competências adquiridas nos cursos de carreira anteriores, o Oficial deverá ser capaz de:

- a) avaliar a situação internacional, a situação nacional e a política adotada pelo governo em curso;
- b) avaliar a capacidade atual e futura dos componentes do Poder Aeroespacial;
- c) utilizar uma metodologia de análise dos sistemas militares contemporâneos, identificando, mediante estudo comparativo, os aspectos estratégicos de interesse para o Sistema Militar Brasileiro e, em particular, para o Poder Aeroespacial;
- d) participar da atualização da Política e do estabelecimento da Estratégia do Comando da Aeronáutica;
- e) realizar planejamentos estratégicos para o Comando da Aeronáutica, visando ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial;
- f) avaliar a incidência das ações estratégicas sobre o Poder Aeroespacial, a fim de realimentar o Planejamento Estratégico do Comando da Aeronáutica;
- g) participar dos planejamentos da Força Aérea Brasileira, face às Hipóteses de Emprego vigentes;
- h) participar dos Grupos de Trabalho para a elaboração de cenários prospectivos;
- i) utilizar o Método de Planejamento Institucional da Aeronáutica para a atualização da Política e o estabelecimento da Estratégia do Comando da Aeronáutica;
- j) elaborar planejamentos, de nível estratégico, nos campos operacional, logístico e administrativo, em conjunto com as demais Forças singulares/aliadas no gerenciamento de conflitos; e
- k) participar da gestão estratégica no que tange a capacidade de controle, acompanhamento, avaliação e realimentação permanente, relacionadas ao planejamento e às ações de todo o ciclo da OM, portanto, ter condições de fomentar todo o planejamento institucional para a organização, de modo a permitir que o COMAER satisfaça suas necessidades com a máxima eficiência e eficácia.

### **3 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1** Este Manual revoga o MMA 36-2, aprovado pela Portaria COMGEP nº 29/CMT, de 5 de junho de 1997; o MMA 36-3 aprovado pela Portaria COMGEP nº 57, de 5 de agosto de 1997; o MMA 36-4, aprovado pela Portaria COMGEP nº 57, de 2 de outubro de 1998; o MMA 36-5, aprovado pela Portaria COMGEP nº 20/CMT, de 11 de maio de 1999 e o MCA 36-6, aprovado pela Portaria COMGEP nº 39/IEM, de 10 de abril de 2002.

**3.2** Os casos não previstos neste Manual, ou decorrentes de ajustes para atender às necessidades operacionais da Aeronáutica, que não constituam somente modificações em currículos mínimos, serão submetidos ao Comandante-Geral do Pessoal, por meio de solicitação dos ODGSA, sendo de responsabilidade do COMGEP proceder às correções julgadas pertinentes.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 236, p. 24.777, 11 dez. 1980. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica, Portaria COMGEP nº 54/SARA, de 28 de abril de 2009. Aprova a reedição da NSCA 165-1 “Norma sobre Sistema de Assistência Religiosa da Aeronáutica”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, nº 79, 4 maio 2009, p.15.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica, Portaria COMGEP nº 864/SEM, de 23 de novembro de 2011. Aprova a reedição da NSCA 5-1 Norma de sistema que disciplina o processo de confecção, controle e numeração de publicações do Comando da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, nº 223, 25 nov. 2011.

FLEURY, Maria Tereza Leme et all. **Gestão Estratégica do Conhecimento** - Integrando Aprendizagem, Conhecimento e Competências. São Paulo: Atlas, 2001.

## Anexo

## Tabela de Siglas e de Abreviaturas

ASM	–	<i>Air Space Management</i> (Gerenciamento do Espaço Aéreo)
ATC	–	<i>Air Traffic Control</i> (Controle de Tráfego Aéreo)
ATFM	–	<i>Air Traffic Flow Management</i> (Gerenciamento do Fluxo do Tráfego Aéreo)
ATM	–	<i>Air Traffic Management</i> (Gerenciamento do Tráfego Aéreo)
CAP	–	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CCEM	–	Curso de Comando e Estado-Maior
CPEA	–	Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais
CTATAE	–	Curso de Tática Aérea
CNS	–	<i>Communication, Navigation and Surveillance</i> (Comunicação, Navegação e Vigilância)
COMAER	–	Comando da Aeronáutica
COMGEP	–	Comando-Geral do Pessoal
CONAMA	–	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPG	–	Comissão de Promoções de Graduados
CPO	–	Comissão de Promoções de Oficiais
DCA	–	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DEPENS	–	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DICA	–	Direito Internacional dos Conflitos Armados
EAS	–	Equipamento de Apoio no Solo
FAB	–	Força Aérea Brasileira
GE	–	Guerra eletrônica
HCAMP	–	Hospital de Campanha
MD	–	Ministério da Defesa
ODGSA	–	Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OM	–	Organização Militar
PAMA	–	Parque de Material Aeronáutico
PAME	–	Parque de Material de Eletrônica
PPOA	–	Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica
QCOA	–	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica

28/28

MCA 36-7/2012

QOAV	–	Quadro de Oficiais Aviadores
QOCAPL	–	Quadro de Oficiais Capelães
QOCON	–	Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados
QODENT	–	Quadro de Oficiais Dentistas
QOEA	–	Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica
QOEARM	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Armamentos
QOEAV	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Aviões
QOECOM	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações
QOECTA	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo
QOEFOT	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia
QOEMET	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia
QOENG	–	Quadro de Oficiais Engenheiros
QOESUP	–	Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico
QOFARM	–	Quadro de Oficiais Farmacêuticos
QOINF	–	Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
QOINT	–	Quadro de Oficiais Intendentes
QOMED	–	Quadro de Oficiais Médicos
ROP	–	Requisitos Operacionais
SIAFI	–	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	–	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGPES	–	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SILOMS	–	Sistema Integrado de Logística de Materiais e Serviços
SINAMOB	–	Sistema Nacional de Mobilização
SISMA	–	Sistema de Material da Aeronáutica
SISMA/ B	–	Sistema de Material Aeronáutico/ Bélico
SISMICAT	–	Sistema Militar de Catalogação
SISCEAB	–	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISFAREWEB	–	Sistema de Fardamento e Reembolsável pela rede WEB
SISUBWEB	–	Sistema de Subsistência pela rede WEB
TACF	–	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TI	–	Tecnologia da Informação
UCI	–	Unidade Celular de Intendência